



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

ROBERTO SANCHES REZENDE

**CAMPONESES DA BACIA DO RIO TEJO:
ECONOMIA, POLÍTICA E AFETO NA AMAZÔNIA**

**CAMPINAS
2016**

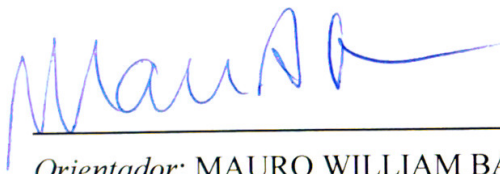
Roberto Sanches Rezende

**Camponeses da bacia do rio Tejo:
economia, política e afeto na Amazônia**

**Peasants of the Tejo River Basin:
economy, politics and affection in the Amazon**

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutor em Antropologia Social.

Thesis presented to the Institute of Philosophy and Human Sciences of the University of Campinas in partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor in the area of Social Anthropology



Orientador: MAURO WILLIAM BARBOSA DE ALMEIDA

Este exemplar corresponde à versão final da tese defendida pelo aluno Roberto Sanches Rezende e orientada pelo Prof. Mauro W. B. de Almeida

**CAMPINAS
2016**

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): FAPESP, 2010/10454-0

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

R339c Rezende, Roberto Sanches, 1984-
Camponeses da bacia do rio Tejo : economia, política e afeto na Amazônia
/ Roberto Sanches Rezende. – Campinas, SP : [s.n.], 2016.

Orientador: Mauro William Barbosa de Almeida.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas.

1. Camponeses - Amazônia. 2. Antropologia econômica. 3. Acre - Aspectos
sociais. I. Almeida, Mauro William Barbosa de, 1950-. II. Universidade Estadual
de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Peasants of the Tejo river basin : economy, politics and affection in the Amazon

Palavras-chave em inglês:

Peasants - Amazon

Economic anthropology

Acre - Social aspects

Área de concentração: Antropologia Social

Titulação: Doutor em Antropologia Social

Banca examinadora:

Mauro William Barbosa de Almeida [Orientador]

Geraldo Luciano Andrello

Oscar Calavia Saez

Ana Cláudia Duarte Rocha Marques

Nashieli Cecília Rangel Loera

Data de defesa: 18-03-2016

Programa de Pós-Graduação: Antropologia Social



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 18 de março de 2016, considerou o candidato Roberto Sanches Rezende aprovado.

Prof. Dr. Mauro William Barbosa de Almeida (orientador)
Prof. Dr. Geraldo Luciano Andrello
Prof. Dr. Oscar Calavia Saez
Prof^ª. Dr^ª. Ana Cláudia Duarte Rocha Marques
Prof^ª. Dr^ª. Nashieli Cecilia Rangel Loera

A Ata da defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica do aluno.

**CAMPINAS
2016**

Dedicado a meus pais.

Agradecimentos

Como é comum em trabalhos que levam tanto tempo, a elaboração dessa tese contou com o apoio de muitas pessoas. O primeiro e mais duradouro deles foi o do professor Mauro Almeida que, ainda em meu primeiro ano de graduação em Ciências Sociais na UNICAMP, convidou uma sala inteira de alunos a participar de seus projetos de pesquisa através da digitalização de materiais produzidos pelos moradores da Reserva Extrativista do Alto Juruá. Ali começava minha trajetória de estudos que culminaria com a proposta de uma pesquisa de doutorado na região.

Nessa primeira etapa, conheci Eliza Costa e Augusto Postigo, à época alunos de doutorado e membros mais experientes da equipe do professor Mauro Almeida. Eles ensinaram a mim, e a outros colegas que se iniciavam no projeto, princípios básicos de pesquisa em Ciências Sociais, como classificar e tratar um material produzido por interlocutores de campo de maneira respeitosa e atenta aos efeitos que cada palavra registrada em uma publicação poderia ter. Nessa fase, tive como companheiros de trabalho Ana Carolina Bazzo da Silva, Paula Barbosa da Silva Fontanezzi Leonel Ferreira e Thiago Carvalhaes Borba de Araújo, a quem gostaria de agradecer pela amizade, lealdade e dedicação.

Depois de três anos de trabalho com os materiais do Alto Juruá, Augusto Postigo me convidou a integrar uma equipe de pesquisa que iria a campo para coletar mais materiais e capacitar os moradores da Reserva Extrativista para que dessem sequência a atividades de pesquisa. A professora Mariana Pantoja, da UFAC, e os seringueiros-pesquisadores Raimundo Caboré e Antonio Barbosa de Melo eram também parte dessa equipe e, junto com Augusto, me introduziram ao campo e me ensinaram que fazer pesquisa e promover a autonomia de povos e comunidades tradicionais eram coisas que podiam andar lado a lado.

Devo agradecer também aos meus professores e colegas dos cursos de graduação e de pós-graduação, pelos momentos e reflexões partilhados, em especial a Paula Fontanezzi, Luiz Gustavo da Cunha de Souza, Luís Felipe Sobral, Laura Santonieri, e Bernardo Curvelano Freire, pelas longas conversas e grupos de estudos. A Márcia

Goulart, pelo suporte com os trâmites para marcar a defesa e submeter a versão final da tese. Ao professor Álvaro de Oliveira D'Antona, por abrir as portas para o Estágio Docente na Faculdade de Ciências Aplicadas da UNICAMP, e ao professor Geraldo Andrello, por me aceitar como aluno especial de sua disciplina na UFSCar. Aos professores Marcos Lanna e Emília Pietrafesa de Godói, por suas contribuições durante o exame de qualificação. Marcos Lanna me encorajou a adotar uma postura mais autoral, que modificou radicalmente o resultado do trabalho. Emília, por sua vez, esteve presente nos momentos mais importantes de minha trajetória acadêmica, dos exames de qualificação às bancas de seleção para cursos de pós. Foi ela também responsável por me introduzir ao conceito de “consideração”, permitindo uma guinada do trabalho atual rumo ao impacto do afeto nas relações estudadas.

Ao professor Mark Harris, que me recebeu como pesquisador-visitante na Universidade de St. Andrews e leu atentamente as primeiras versões dos capítulos redigidos para a tese. Mark acabou atuando como um co-orientador e sua participação foi fundamental para o desenvolvimento das ideias agora apresentadas, ampliando perspectivas e diálogos. Agradeço também aos professores Roy Dilley e Nigel Rapport, por terem me aceito nos seminários de escrita de tese, bem como aos alunos com quem partilhei textos durante esses seminários. A Luis Fernando Cardoso e Cardoso, Silvia Espelt Bombin, Simone Toji e Tomi Barole, por terem sido interlocutores e parceiros durante esse período de estágio no exterior. A Ricardo Folhes e Emilie Stoll, que, ainda durante esse período, gentilmente me convidaram para uma jornada de estudos que permitiu debater ideais centrais da tese com professores e pesquisadores da EHESS e do IRD.

Um agradecimento a todo o pessoal do LATA (Laboratório de Antropologia, Territórios e Ambientes do Centro de Estudos Rurais), em especial àqueles com quem criei mais proximidade ao longo dos anos: Carmen Andriolli, Ana de Francesco, Rodrigo Ribeiro de Castro, Diego Amoedo, José Onésio Ramos, Alejandro Ramírez, Germán Moriones, Francisco Caminati, Patrícia Carvalho, Igor Scaramuzzi, Carlos Chaves, Márcia Nóbrega e Renata Nobrega. A experiência partilhada com vocês mostra que é possível viver a universidade para além da produção dos currículos.

Augusto Postigo merece um agradecimento à parte por ter acompanhado e apoiado a maior parte de meus passos profissionais. Ele não apenas me introduziu ao campo no Alto Juruá como confiou em mim para ser seu assistente e parceiro de trabalho em vários momentos, durante estudos para demarcação de uma Terra Indígena ou para a elaboração do Plano de Manejo da Reserva Extrativista do Alto Juruá, experiências determinantes na minha formação como antropólogo. Mais do que um parceiro de trabalho, Augusto se tornou um grande amigo.

Agradeço a Mônica Martins de Melo e Luiz Fernando Brutto pela confiança para exercer o trabalho de consultor do ICMBio para diagnosticar e propor soluções para conflitos envolvendo Terras Indígenas e Reservas Extrativistas, dentre as quais a do Alto Juruá. Mônica e Fernando demonstraram grande sensibilidade e comprometimento com as populações tradicionais e com os impasses atuais das políticas de conservação e de direitos territoriais. Com eles, aprendi muito sobre a complexidade do Estado.

Ao professor Mauro Almeida também devo um agradecimento especial. Para além de um orientador de iniciação científica, mestrado e doutorado, Mauro orientou a minha formação profissional de maneira mais ampla. Não apenas apoiou incondicionalmente minhas atividades de suporte e parceria com Augusto Postigo, como se tornou parceiro e apoiador quando assumi a responsabilidade da consultoria para o ICMBio. Ao longo de toda minha trajetória, Mauro foi um olhar alerta, sempre atento a excessos cometidos ou interpretações precipitadas, mas sem nunca impor condições ou modos de pensar. Mauro é um exemplo de comprometimento. Não só com a Antropologia enquanto campo de conhecimento, mas também com as contribuições que esse conhecimento pode dar para uma vivência mais justa.

À FAPESP por ter fornecido o suporte financeiro necessário à realização dessa tese.

Aos moradores da Reserva Extrativista do Alto Juruá, que sempre me receberam da melhor maneira possível. Cada um que conheci foi importante nessa trajetória. Um agradecimento especial é devido àqueles que me receberam durante a maior parte da pesquisa de campo. Hilarino e Iza foram excelentes anfitriões. Fizeram de tudo para que eu me sentisse confortável em sua casa, sendo compreensíveis com a situação, por vezes

invasiva e impertinente, de ter um pesquisador dentro de sua própria casa. Suas filhas Roseli, Rosimar, Roseane e Rosângela trouxeram felicidade e descontração nos momentos mais difíceis. O tempo que passei com vocês foi inesquecível. Eu não poderia deixar de agradecer também a Altevir e Maria, que me receberam durante alguns dias, ao pessoal da comunidade dos Índios, em especial dona Juana, e ao pessoal da comunidade Iraçu, seu Iraçu e dona Maria, Raimunda e Adonis, José e Chaga, Francisco e Nailde, Vivaldo e Kátia, Juarez e Josefa, Jonas e Maria, seu Tonhero e dona Preta, a aos filhos e filhas de todos eles.

Por fim, um agradecimento àqueles que estiveram mais próximos de mim ao longo desse percurso. Aos amigos com quem dividi casa, Luiz Gustavo da Cunha de Souza, Alexandre Vieira e Raphael Eduardo Alves Concli. A Sara, pelo companheirismo, os diálogos e todo o tempo de distância que suportou. Aos meus familiares, em especial a meus pais, Antonio e Fátima, pelo apoio incondicional para que esse doutorado se realizasse.

Resumo

O trabalho é uma etnografia de práticas econômicas de camponeses da bacia do rio Tejo, sudoeste do estado do Acre, na Amazônia brasileira. O foco principal são as relações de troca, em especial as caracterizadas localmente como relações de "ajuda". Analisando a aplicação do uso do termo "ajuda" para tipos de trocas aparentemente diferentes, exploro o significado da "ajuda" enquanto um tipo de reciprocidade particular. Sugiro que relações de ajuda não são altruístas ou desinteressadas e que também não se limitam ao interior das comunidades do rio Tejo, podendo abarcar relações com políticos e comerciantes. Assim, proponho um modelo explicativo para as relações de troca que busca compreender relações com diferentes atores, mas a partir de valores comuns e associados a comportamentos esperados entre parceiros de troca. Também exploro o componente afetivo presente nesse modelo econômico, que faz com que as trocas entre pessoas sejam também atos de produção de pessoas através de seus impactos na consideração e no parentesco. A elaboração de tal modelo se assenta em dados oriundos de pesquisa de campo e em fontes bibliográficas sobre a região do Alto Juruá, bem como em diálogos com obras da Antropologia Econômica.

Palavras-chave: Camponeses – Amazônia, Antropologia Econômica, Acre – Aspectos Sociais.

Abstract

The present thesis is an ethnography of economic practices of a peasant group of the Tejo River Basin, Brazilian Amazon. It focus on exchange relations, in particular those called “ajuda” (help). Peasants define a range of relations as “ajuda” and the term points to relations based on reciprocity. I suggest that “ajuda” relations are not altruistic or unselfish and also that they are not limited to local communities. One can also establish “ajuda” relations with traders and politicians. Thus, based on local practices and views, I propose a model of relations to explain exchange. The model intends to explain relations between different actors as based on the same values. These values are close related to expected behaviours between exchange partners. I also point to affective features of the model, making exchange between partners also acts of production of people. “Consideração” (consideration, or esteem) and kinship play a part on this affective and economic model. The thesis is based on fieldwork data and on literature review, mainly those works about the Upper Juruá region and those in dialogue with Economic Anthropology.

Keywords: Peasants – Amazon, Economic Anthropology, Acre – Social Aspects

Sumário

1. Introdução.....	14
1.1 Camponeses e comportamento econômico.....	16
1.2 Conversas e modelos.....	20
1.3 Camponeses amazônicos.....	22
1.4 Sobre a pesquisa e os dados.....	25
1.5 Estrutura da tese.....	27
2. Caracterização Histórica.....	30
2.1 Considerações Finais.....	40
3. Comunidades e Grupos de Casas.....	43
3.1 Comunidade estudada.....	43
3.2 O grupo de casas.....	45
3.3 Considerações finais.....	52
4. Casa.....	53
4.1 A casa de Hilarino.....	55
4.2 O governo da casa.....	58
4.3 O modelo de trocas da casa.....	64
4.4 Considerações finais.....	67
5. Ajuda.....	69
5.1 Atividades da casa de Hilarino.....	69
5.2 Tipos de troca.....	78
5.3 O problema da hospedagem.....	81
5.4 Ajuda no grupo de casas.....	85
5.5 A ajuda além.....	92
5.6 Economia da ajuda.....	98
5.7 Política da ajuda.....	107
5.8 Considerações finais.....	113
6. Criação.....	114
6.1 Trajetórias.....	114
6.2 O casal, a casa e a criação.....	132
6.3 Formação da pessoa.....	135
6.4 Criação e parentesco.....	145
6.5 Considerações finais.....	150
7. Consideração e Respeito.....	154
7.1 Desconsideração.....	158
7.2 Conhecimento e identificação.....	176
7.3 Respeito.....	186
7.4 Considerações Finais.....	198
8. Conclusões.....	200
8.1 Princípio do modelo proposto.....	201
8.2 Acúmulo e valor.....	203
8.3 Modelos e ações.....	206

8.4 Hierarquia, poder e justiça.....	208
8.5 Unidades de análise.....	220
Bibliografia.....	222
Anexos.....	230

1. Introdução

O presente estudo iniciou-se como uma análise das relações de troca entre os habitantes da bacia do rio Tejo, no sudoeste do Estado do Acre, Amazônia brasileira. Quando da realização da pesquisa de campo, entre 2013 e 2014, esse grupo se localizava em terras regulamentadas pelo Estado brasileiro e com regras tradicionais de uso, garantidos pela legislação federal sob o modelo das Reservas Extrativistas. A ocupação territorial se dava principalmente às margens do rio Tejo, em locais chamados “comunidades”, compostos por até uma centena de casas. As atividades produtivas mais comuns eram agricultura, caça, pesca, criação de animais, e extrativismo vegetal. A realização dessas atividades era orientada pelas “casas”, unidades domésticas que contavam com trabalho proveniente majoritariamente de seus membros e complementados por trocas de trabalho com outras unidades domésticas. Além disso, difundia-se o assalariamento em tempo parcial, em especial em escolas e postos de saúde comunitários.

A ocupação territorial e as atividades produtivas eram bastante diferentes das descritas na bibliografia sobre a região do Tejo no século XX, período no qual o padrão de ocupação territorial se manteve mais ou menos constante: casas dispersas em pequenos conjuntos de três a dez casas, que tinham como atividade produtiva principal a extração de látex de seringueiras e produção de borracha. É a partir dos anos 1990 que começa o abandono gradual da produção de borracha voltada para comercialização, em função do aumento da produção agropastoril e da venda de trabalho para mercados locais, fomentando a concentração das casas nas margens dos rios.

Foi essa diferença histórica de situações que motivou a formulação do problema inicial da pesquisa, sobre como grupos florestais amazônicos reagiriam a transformações tão profundas em seus modos de vida, com atenção especial aos impactos sobre a organização econômica das unidades domésticas. O interesse era investigar possíveis transformações nas relações tradicionais, e se os habitantes do Tejo estariam enfrentando um processo irreversível de incorporação a mercados capitalistas que desmantelava relações econômicas tradicionais. A pergunta de fundo era: estariam os habitantes da bacia do rio Tejo passando da condição de camponeses da floresta (tal

como demonstrado por Almeida, 1992) para a de proletários de pequenas vilas e cidades?

A hipótese inicial do trabalho era a de que tais transformações não teriam impactos uniformes sobre a condição camponesa e que as unidades domésticas responderiam a elas de maneira variada, permitindo uma multiplicidade de práticas e discursos acerca das atividades econômicas. A formulação de tal hipótese se inspirava na ideia de que, em contextos de transformações profundas, atores poderiam ter diferentes interpretações e atitudes, formuladas a partir de vários símbolos disponíveis para pensar e agir (GOW, 2001).

No entanto, a realização da pesquisa de campo e a revisão bibliográfica sugeriram que, a despeito das transformações recentes, havia uma continuidade histórica nas formas como relações econômicas se estruturavam. A mudança profunda nas atividades produtivas e na ocupação territorial contrastava com uma aparente continuidade nos modos de estabelecer relações de troca. Isso reorientou o interesse da pesquisa para a compreensão do funcionamento das relações de troca na bacia do rio Tejo. Além disso, a pesquisa apontava uma conexão inesperada entre relações de troca e a constituição das pessoas. Que era impossível tratar das relações econômicas sem compreender como elas afetavam, ao longo do tempo, as relações de amizade, a formação de alianças, a criação do parentesco, e a forma como as crianças eram educadas para adentrar na vida econômica dos adultos.

O desafio do trabalho passou a ser, então, lidar com temas e questões variados, transitando da economia para a política e o afeto. A saída que encontrei para lidar com tantas questões foi retomar uma inspiração metodológica que estava posta no projeto inicial da pesquisa e que eu havia deixado de lado durante seu desenvolvimento, a de estabelecer *conversas* (GUDEMAN e RIVERA, 1990) com e entre meus interlocutores do campo e meus interlocutores dos livros e artigos. O resultado dessas conversas não apenas me permitiria compreender melhor as relações sociais na bacia do rio Tejo como permitiria uma reflexão mais profunda sobre questões clássicas da antropologia à luz das relações observadas no Tejo.

A forma como as *conversas* aparecem ao longo do trabalho evidenciarão o passo a

passo de minha investigação e o raciocínio que empenhei para chegar à proposta de um modelo de relações de troca para a bacia do rio Tejo. O foco da pesquisa foi aos poucos saindo dos fatos puramente econômicos, adentrando a política e o afeto, para depois reencontrá-los adiante, sob um olhar mais complexo acerca do funcionamento e do potencial das relações de troca.

Meu ponto de partida será um breve resumo de como surge o método das conversas e a que tipo de debate ele remete. Para tanto, inicio com uma caracterização básica do conceito de *camponês* e do debate acerca de suas formas de organização e da orientação das ações econômicas, discussão a partir da qual Gudeman e Rivera proporam o método das *conversas*.

1.1 Camponeses e comportamento econômico

Em 1966, Eric Wolf definiu as *sociedades camponesas* a partir de sua dependência e o pertencimento a “sociedades maiores e mais amplas”, às quais estariam subordinadas. Essa subordinação se manifestaria através da transferência dos excedentes agrícolas produzidos por camponeses para “as mãos de um grupo dominante” que distribuiria a produção “entre grupos da sociedade que não cultivam a terra, mas devem ser alimentados, dando em troca bens específicos e serviços” (WOLF, 1976, p.9-17)¹. Outra característica marcante das sociedades camponesas seria a importância de “formas particulares de organização”, que se distinguiriam das formas de organização da sociedade mais ampla, em especial a organização produtiva em torno de famílias (nucleares ou extensas – *Idem*, p.88) e a existência de “ideologias” constituídas por “atos e ideias cerimoniais e crenças” (p.131 *ss*). Como resultado, desses dois conjuntos de características das sociedades camponesas, Wolf definiu que “o camponês é, a um só tempo, um agente econômico e o cabeça de uma família. Sua propriedade *tanto é uma unidade econômica como um lar*” (*Idem*, p.28). *Lar*, nesse caso, deve ser entendido enquanto o espaço onde se realizam e transmitem “ideologias”, um espaço moral.

A caracterização básica de camponeses feita por Wolf resume muito bem a dualidade da organização da unidade econômica camponesa, ao mesmo tempo voltada

¹ Nos usos de Wolf, *camponeses* ora são *sociedades* ora *grupos*, ou seja, unidades ou partes de uma totalidade mais ampla. Entendo que essa variação nos termos é resultado de características do próprio comportamento camponês que serão avaliadas adiante.

para o exterior e para o interior, para a produção de coisas para uma sociedade abrangente e para a reprodução dos membros do lar. Tanto é que caracterizações mais recentes mantiveram os aspectos centrais já apontados na definição de Wolf (HARRIS, 2005a; MACFARLANE, 2005; MOLINA, 2004).

No entanto, por se tratar de uma definição abrangente de camponês, a caracterização básica de Wolf não diz nada sobre o sentido da ação dos sujeitos, a forma como camponeses pensam e se engajam em atividades produtivas e na reprodução de seus membros em contextos concretos.

A problemática a ação do sujeito camponês foi desenvolvida em diversos trabalhos posteriores, resultando em interpretações bastante divergentes e gerando um debate polarizado. Um dos momentos centrais desse debate foi a publicação de dois livros sobre camponeses do sudeste asiático, na segunda metade da década de 1970, escritos por James Scott e Samuel Popkin e intitulados, respectivamente, *A Economia Moral Camponesa* (SCOTT, 1977) e *Os Camponeses Racionais* (POPKIN, 1979).

Em linhas gerais, o trabalho de Scott sustentou que a organização econômica de camponeses teria como orientação a diminuição dos riscos envolvidos na produção, principalmente se ameaçassem sua subsistência, e que essa conduta era pautada por uma ética coletiva. Camponeses se relacionariam interna e externamente a partir de uma “ética de subsistência”. No nível local, a reciprocidade e a partilha enquanto pilares dessa ética garantiriam suporte para as casas que pertencessem a uma comunidade camponesa. Em relação ao exterior, essa mesma “ética de subsistência” interna pautaria as relações com proprietários de terra e o Estado, com o estabelecimento de contratos de locação de terras nos quais os riscos sobre a colheita eram transferidos para o proprietário da terra em troca dos lucros potenciais. Ou seja, ao invés de arcar com os riscos de desastres naturais e variações nos mercados, ficando com todos os lucros ao fim, camponeses preferiam negociar de antemão o resultado do seu trabalho, assegurando um mínimo à subsistência. Camponeses também aguentariam a cobrança de impostos e a pressão por aumento de trabalho desde que não ameaçassem sua subsistência, e rebeliões camponesas ocorreriam apenas quando o Estado, e outras elites, passassem a explorá-los acima de um nível considerado justo.

Em resposta a Scott, Popkin argumentou que o comportamento camponês era orientado por decisões racionais tomadas por indivíduos, que burlariam regras coletivas de acordo com as possibilidades e que agiriam de maneira estratégica de acordo com novas oportunidades abertas nos mercados para suas unidades domésticas. Popkin abriu seu livro criticando visões que idealizavam a vida camponesa e que ele considerava como contrárias às melhorias de vida que a modernização poderia oferecer. Para Popkin, camponeses não apenas participariam de livre vontade nas trocas em mercados e nos processos políticos modernos como também agiriam no nível local de maneira muito prática, como resolvedores de problemas (*problem-solver*). Trabalhos em plantações e a criação de crianças seriam, em essência, tipos de investimentos para uma colheita melhor e para suporte na vida adulta. Ao transformar as relações locais em investimentos de indivíduos no seu futuro, Popkin não apenas criticou a moral presente na “ética de subsistência”, ele propôs o oposto: o comportamento camponês seria estritamente orientado pela maximização das ações. Sem negar a existência de normas sociais, Popkin defendeu que indivíduos interpretariam e burlariam determinadas normas de acordo com seus interesses. Do mesmo modo, organizações coletivas e rebeliões camponesas surgiriam apenas quando indivíduos visualizassem a satisfação de interesses.

Enquanto Scott tomou como unidade de análise grupos camponeses, Popkin se voltou para unidades individuais. O primeiro demonstrou a construção histórica do comportamento camponês e como isso influenciava a relação de grupos camponeses com mercados e o Estado. Já Popkin se preocupou com a tomada de decisões individuais em um contexto de modernização. Os pontos de partida das análises são, por um lado, a história pré-colonização da região e, por outro, a história pós-colonização marcada pela emergência de mercados capitalistas. São duas abordagens distintas, partindo de paradigmas diferentes, e cujos resultados foram opostos.

No Brasil, a discussão em torno das ideias de Popkin e Scott encontrou representantes. Em favor da interpretação de Popkin, Abramovay criticou o pessimismo de Scott em relação ao desenvolvimento capitalista e afirmou que as críticas tecidas por Popkin a seu trabalho foram de “caráter demolidor”, emancipando o camponês da “ética

que em Scott transforma-o na expressão mesmo do mundo tradicional” (ABRAMOVAY, 1989, p.269). O problema com a crítica de Abramovay é a crença de que a caracterização do indivíduo racional é mais emancipatória do que a do coletivo moral, como se o individualismo racional fosse um estágio mais avançado do desenvolvimento humano. Suas teses aprisionam camponeses em um polo da discussão, no qual qualquer ação é pensada em termos da relação custo/benefício para o indivíduo, como se todas as relações da vida social pudessem ser passíveis de um cálculo racional para maximização de fins materiais, perdendo de vista sentimentos de pertença e afeto. É a essa simplificação excessiva da obra de Scott que Marilda Menezes respondeu em trabalho recente sobre o princípio de “segurança-primeiro” na obra de Scott (MENEZES, s/d)².

Nesse debate, cada lado acusou o outro de construir suas teses como respostas automáticas às teses anteriores. Abramovay sugeriu que o trabalho de Scott se inseria politicamente na disputa entre capitalismo e anti-capitalismo marcada pela guerra do Vietnã, razão pela qual Scott teria construído sua tese como um antítese do pensamento capitalista. Por outro lado, Marilda Menezes afirmou que “a concepção do camponês racional de Popkin é construída numa negação sistemática de cada tese de James Scott” (MENEZES, s/d, p.10).

Assim como ocorria com as abordagens de Scott e de Popkin, o debate racional/moral parece ter projetado em camponeses problemas que não eram centrais para eles³. Como já previa Sidney Mintz, antes mesmos dos trabalhos de Scott e Popkin, a tentativa de definir conceitualmente um comportamento universal camponês levou a

2 Nesse aspecto, faz sentido a interpretação de Molina de que as teorias do desenvolvimento de orientação neoclássica influenciaram a caracterização de camponeses como “tradicionais”, “atrasados”, “resistentes à mudança” ou “irracionais”. É como se problemas centrais a uma sociedade de mercado e ao avanço capitalista pautassem a disputa sobre a interpretação da ação camponesa. Nas palavras de Molina: “Sin duda, la sombra del desarrollo ha estado presente en la caracterización de los campesinos como 'tradicionales', 'atrasados', 'resistentes al cambio' o 'irracionales’” (MOLINA, 2004, p.123). O problema de centrar a discussão nesses termos é que sociedades camponesas precederam o capitalismo em ao menos 5 mil anos (MACFARLANE, 2005).

3 Em 1988, Frank Ellis publicou um livro em que resumiu outras interpretações até então produzidas sobre camponeses, classificando as interpretações nas seguintes linhas gerais: “maximização do lucro”, “aversão ao risco”, “aversão ao trabalho penoso” (*drudgery aversion* no original), “unidade doméstica agrícola (ou de fazenda)” (*farm household*) e “arrendamento compartilhado (*share tenancy*)”.

um debate “interminável” (MINTZ, 1973, p.92)⁴.

1.2 Conversas e modelos

Foi na tentativa de superar esse debate que Gudeman e Rivera propuseram o método das *conversas*. Remetendo às controvérsias racionais/morais, eles escreveram na primeira página do livro *Conversations in Colombia*:

Nos últimos anos houve muita discussão sobre camponeses “racionais” e camponeses “morais”, camponeses “determinados” e camponeses “fetichizados”, camponeses “explorados” e camponeses “rebeldes”, como se alguns autores estivessem utilizando dados etnográficos para validar processos da história humana e uma faceta da experiência humana que eles já conheciam. Nosso projeto é diferente. (GUDEMAN e RIVERA, 1990, p.1⁵)

A obra em questão é dedicada à análise do que eles chamam de “práticas materiais” de camponeses colombianos, com atenção especial à forma como eles organizam a “casa” enquanto um meio de agrupamento humano voltado para a realização de tarefas materiais. A proposta de Gudeman e Rivera é elaborar um modelo de casa colombiana que explique práticas das unidades domésticas mas que ao mesmo tempo seja construído no contraste e capaz de dialogar com outros modelos teóricos, em especial os produzidos pelos “economistas do centro”, como eles chamam os teóricos da ciência econômica. O objetivo de tal proposta é escapar da projeção de sentidos sobre o comportamento camponês, garantindo um modelo explicativo de suas práticas que seja ao mesmo tempo condizente com as observações em campo, mas que garanta um diálogo com outras tradições de pensamento⁶.

O livro de Gudeman e Rivera transita entre descrições locais sobre práticas econômicas e o diálogo com modelos econômicos encontrados em obras como as de Aristóteles, Marx e Adam Smith. Nesse movimento, um modelo de práticas locais vai

4 A análise de Mintz se concentrou em trabalhos anteriores que buscavam sistematizar uma interpretação para o comportamento camponês, como os de Shanin, Kroeber e Redfield.

5 “In recent years there has been much talk about “rational” peasants and “moral” peasants, “decisive” peasants and “fetichized” peasant, “exploited” peasants and “rebellious” peasants, as if some writers were using ethnographic data to verify processes of human history and a face of human experience that they felt were already known to them. Our project is different”. (GUDEMAN e RIVERA, 1990, p.1).

6 Lygia Sigaud afirmou que esse modelo de pesquisa foi aplicado por ela e Moacir Palmeira antes mesmo de Gudeman e Rivera. Sobretudo no que diz respeito ao trabalho de campo em equipe e à discussão de conceitos como “trabalho” e seus significados locais (SIGAUD, 2008).

sendo depurado e se consolida com a capacidade de dialogar com outros modelos. O resultado não é propriamente um modelo nativo sobre o comportamento e nem um modelo exógeno projetado, é uma *conversa* que, a partir de diálogos direcionados, ilumina algumas questões das teorias econômica e antropológica e propõe outras.

Uma das vantagens de tal método de análise é que ele permite expandir a prática antropológica para além da descrição etnográfica ao mesmo tempo em que desloca a interpretação da subjetividade textual para a objetividade coletiva⁷. Adam Kuper também apontou-o como uma alternativa à visão de que o antropólogo age como simples intérprete de culturas. Para ele, colocar a descrição etnográfica em diálogo com antigas tradições teóricas permite incluir modelos elaborados por antropólogos em discussões mais abrangentes, tornando o exercício antropológico mais do que um conjunto de interpretações isoladas.

Etnografia é uma conversa, como Gudeman e Rivera demonstraram, que envolve etnógrafos, informantes e as vozes passadas que eles invocam em suas conversas. [...] Os debates antropológicos congregam colegas estudando regiões diferentes, que remetem a casos de lugares variados, reinterpretando-os, e explorando novas informações. E esses debates remetem a questões de longo prazo sobre processos sociais e culturais de uma maneira geral, contribuindo, em última instância, à conversa mais ampla das ciências do homem ou social (KUPER, 1994, p.551⁸).

A discussão central que pautou as conversas de Gudeman e Rivera foi a existência do modelo da “casa” enquanto uma instituição de longa duração que remontaria ao menos até a Grécia Antiga e os escritos de Aristóteles. Chamando à conversa os dados da etnografia e outros teóricos, os autores não apenas chegaram a conclusões sobre o funcionamento das economias domésticas entre camponeses colombianos como propuseram ao fim uma nova leitura para questões colocadas pelos “teóricos do centro”,

7 O método de Gudeman e Rivera não está isolado nessa tentativa de escapar à subjetividade. Ideias semelhantes apareceram recentemente na análise de Pina-Cabral sobre o fazer antropológico como um tipo de escolha pela “porta do meio” (PINA-CABRAL, 2010), entre não tomar a etnografia como uma simples narrativa, mas também não desvalorizar o arcabouço conceitual prévio produzido pelo campo.

8 “Ethnography is a conversation, as Gudeman and Rivera have shown, implicating ethnographers, informants and the ancestral voices they invoke in their conversations. [...] Anthropological debates draw in colleagues studying other regions, who invoke cases from a range of sites, reinterpreting them, mining them for information. And these debates address long-running questions about social and cultural processes in general, so ultimately contributing to the larger conversation of the human or social sciences”. (KUPER, 1994, p.551)

em especial sobre a diferenciação histórica entre os modelos da “casa” e da “corporação”.

Nos próximos capítulos retomarei o diálogo com a obra de Gudeman e Rivera. Por ora, faço uma pausa na discussão sobre modelos explicativos para introduzir a aplicação do conceito de camponês no contexto amazônico e, mais especificamente, sua escolha para o caso estudado.

1.3 Camponeses amazônicos

Entre os diversos trabalhos sobre os povos não-indígenas da Amazônia é comum encontrar a utilização do termo *caboclo* para se referir àquilo que Deborah Lima classificou como o “campesinato histórico” da região (LIMA, 2009, p.7)⁹. Esse, no entanto, não é um termo que posso utilizar para me referir aos habitantes da bacia do rio Tejo. Em primeiro lugar porque no Tejo “caboclo” é utilizado como sinônimo de “índio” e, mais do que isso, o “índio” que vive “na mata” (PANTOJA, COSTA e ALMEIDA, 2011). A outra razão é a crítica do termo *caboclo* como uma categoria analítica. Stephen Nugent já havia criticado o uso da categoria por se tratar de uma definição negativa: o caboclo seria aquele que não é nem indígena (o “outro”) e nem completamente integrado à cultura nacional (o “nós” – NUGENT, 1997, p.34). Para Nugent, o termo caboclo sequer seria uma categoria identitária, faltando-lhe um movimento político organizado em torno do termo para tanto¹⁰. Deborah Lima faria afirmação semelhante, sugerindo que talvez os caboclos não tenham se distinguido em termos identitários enquanto coletividade pela ausência de um movimento político (LIMA, 2009, p.22).

9 Alguns exemplos de trabalhos que utilizam *caboclo* para se referir a esse campesinato histórico são os de Ross (1978), Wagley (1976) e Galvão (1955).

10 Para Nugent, tal movimento político não dependeria apenas dos *caboclos*, mas também do interesse de antropólogos sobre eles. Na visão de Nugent, antropólogos eram atores importantes na legitimação de identidades: “Poder-se-ia argumentar, e isto está implícito neste artigo, que uma razão para a ausência de uma identidade cabocla sem ambiguidades é que sociedades caboclas têm sido ignoradas por antropólogos e que com estudos posteriores essas sociedades serão transformadas em objetos antropológicos ‘oficiais’. O discurso antropológico é um dos elementos do arsenal para a formação da cultura e da identidade de caboclos”. No original: “It could be argued, and it is implicit in this article, that one of the reasons for the absence of an unambiguous caboclo identity is that caboclo societies have been ignored by anthropologists and that with further study such societies will be transformed into ‘official’ anthropological objects. One of the elements in the armoury of caboclo identity/culture-formation is anthropological discourse” (NUGENT, 1997, p.48)

Como alternativa, Nugent defendeu uma análise da “cultura cabocla” que demonstrasse o desenvolvimento histórico do conjunto de traços culturais específicos que a caracterizava. Sua hipótese era de que o processo histórico de constituição dos caboclos se assemelhava à experiência histórica de camponeses caribenhos, tal como descrita por Sidney Mintz. Posteriormente, Mark Harris, em trabalho que retomava as ideias de Nugent, também defendeu uma interpretação “pró-camponesa” sobre a constituição histórica de caboclos (HARRIS, 1998, p.85), ressaltando que muitos trabalhos anteriores que tratavam da história do desenvolvimento de práticas *caboclas* não eram trabalhos fundamentados em métodos históricos. Especificamente no caso do Tejo, Mauro Almeida escreveu uma tese de doutorado para demonstrar a constituição de antigos seringueiros em camponeses da floresta (ALMEIDA, 1992).

Embora eu me oriente pelas propostas de Nugent, Harris e Almeida para adotar o uso de “camponês” para tratar dos habitantes da bacia do rio Tejo, essa nunca foi uma categoria reivindicada de maneira organizada por caboclos e seringueiros. “Camponeses da Amazônia” não se tornou uma identidade em torno da qual se organizou um grande movimento político.

Ao longo da história, povos e comunidades amazônicas que não se identificam como indígenas, e nem são identificados pela coletividade nacional como parte indistinta dela, adotaram outras identidades políticas, em geral associadas a atividades extrativistas, como as de quebradeiras de coco, piaçabeiros, e peconheiros¹¹. Dentre essas identidades, a de “seringueiro” foi a que teve maior importância histórica, por ter organizado um grande movimento político nos anos 1980 que projetou internacionalmente a resistência de camponeses amazônicos contra atividades predatórias de seus meios de vida (ALMEIDA, 2004)¹².

Em grande parte, essas diversas categorias identitárias em torno das quais se organizaram movimentos políticos seriam mais tarde englobadas analítica e

11 Uma rápida consulta ao acervo do projeto Nova Cartografia Social, coordenado pelo professor Alfredo Wagner B. de Almeida, permite visualizar a diversidade de identidades políticas ainda em uso na Amazônia (novacartografiasocial.com, web, checado em janeiro de 2016).

12 E, antes de todas essas, podem ter havido outras categorias que já agregavam camponeses amazônicos em torno de lutas políticas. É o que demonstra a análise de Mark Harris sobre a Cabanagem (HARRIS, 2010).

juridicamente pela categoria de *populações tradicionais*, ligada diretamente à criação de unidades de conservação na Amazônia brasileira e a políticas de conservação. O surgimento das *populações tradicionais* como sujeitos políticos, e uma categoria de direito, resultou em um redirecionamento de grande parte dos estudos sobre camponeses amazônicos para a viabilidade da presença humana em Unidades de Conservação¹³.

Embora a categoria *população tradicional* tenha mostrado rendimento no campo político, através de sua apropriação por grupos camponeses para a constituição de pactos com o Estado (cf. CUNHA e ALMEIDA, 2001), ela seria posteriormente criticada pela ambivalência de atrelar a definição de grupos e seus direitos a determinadas relações com o ambiente. Tal crítica sugeriu que essa correlação entre as populações tradicionais e práticas sustentáveis poderia resultar em uma essencialização dos grupos fundamentada em uma narrativa sobre suas histórias que lhes negava autonomia sobre seu futuro (BARRETO FILHO, 2006; LOBÃO, 2010).

Tendo em vista a complexidade e as críticas ao uso dos termos *caboclo*¹⁴ e *população tradicional*, não utilizarei nenhum dos dois. Tampouco me utilizarei do termo *seringueiro*, optando pelo uso de “habitantes da bacia do rio Tejo” para fins descritivos. Embora *seringueiro* seja uma categoria identitária ainda em uso, e carregada de uma simbologia política importante, há outras categorias identitárias que operam no cotidiano e que têm cada vez mais força: agricultor, pobre, morador de Reserva Extrativista, dentre outras. Cada uma delas poderia ser escolhida como termo padrão para este trabalho, mas todas elas deveriam ser acompanhadas da referência geográfica “bacia do rio Tejo” ou “Alto Juruá”. Por essa razão, dou preferência ao termo “habitante” para me referir às pessoas que vivem na bacia do rio Tejo.

Por outro lado, seguirei os apontamentos de Nugent, Harris, e Almeida, utilizando também o conceito de *camponês* para fins analíticos, em especial ao tratar das questões relativas à economia das unidades domésticas e a à forma como elas se relacionam com

13 Isso não significa que estudos sobre *caboclos* deixaram de existir, como mostra o exemplo do trabalho de Therezinha Fraxe (2004). Há ainda o uso do termo *ribeirinho* como uma alternativa mais recente para se referir ao campesinato amazônico (MORAN, 2009, p.vii), que também evito aqui por atrelar diretamente a identidade à dependência do rio.

14 Soma-se às objeções já levantadas para o uso de “*caboclo*” o fato de se tratar de um termo também utilizado para grupos de outras regiões do Brasil (cf. WELCH *et al*, 2009).

o Estado e com mercados. O conceito de camponês serve não apenas para encontrar diálogo em outras obras, mas também para evitar o uso de uma imagem estereotipada sobre a constituição de populações amazônicas que não são nem indígenas e nem urbanas, tampouco criando uma associação direta dessas populações com a natureza e com práticas ecológicas. O conceito de camponês é utilizado de maneira analítica para se referir a um grupo com formas particulares de organização, mas que vive em relação direta com organizações mais amplas e abrangentes, como o Estado brasileiro e a expansão de mercados na Amazônia.

1.4 Sobre a pesquisa e os dados

A principal pesquisa de campo para redação desta tese se deu entre os meses de agosto de 2013 e fevereiro de 2014. O período foi planejado para acompanhar as principais fases do ciclo agrícola na bacia do rio Tejo, desde o preparo dos terrenos para plantio até a colheita. É nessa época que as casas mais precisam recorrer a trabalhadores externos para a realização de suas tarefas materiais. A estratégia para observação das relações de troca entre casas foi permanecer durante a maior parte do campo em uma única casa, que por sua vez pertencia a um grupo de casas aparentadas.

Essa estadia só foi interrompida durante o mês de dezembro, quando, entre o plantio e a colheita, há uma diminuição nos trabalhos agrícolas. Nesse período viajei para a localidade dos parentes da esposa do dono da casa onde me hospedei. Enquanto o principal local de pesquisa se localizava próximo à foz do rio Tejo e à sede do município de Marechal Thaumaturgo, o local de origem da esposa era na região das cabeceiras do Tejo, em um dos lugares habitados mais distantes de qualquer centro urbano ou comercial, resultando em uma diferença significativa na quantidade de pessoas e mercadorias circulando por eles.

Essa pesquisa de campo para a produção da tese de doutorado não foi, no entanto, minha primeira no Tejo. Entre 2006 e 2012, realizei sete viagens à região. Entre janeiro e fevereiro de 2006 realizei minha primeira viagem, como parte das atividades do projeto “Pesquisa e Monitoramento da Diversidade Biológica e Cultural no Alto Juruá para o Desenvolvimento Regional - Desenvolvimento de métodos de pesquisa e monitoramento dos ecossistemas e da qualidade de vida na Reserva Extrativista do Alto

Juruá”, coordenado pelo professor Mauro Almeida (UNICAMP) e pela professora Mariana Pantoja (UFAC). Na ocasião, visitei diversas comunidades dos rios Arara, Amônia, São João, Tejo e do próprio rio Juruá, o que me permitiu primeiras observações sobre a variação nos modos de vida e padrões de ocupação. Em julho do mesmo ano, retornei aos locais que havia visitado em janeiro e fevereiro. Ainda como parte do mesmo projeto, fui à região para uma oficina de encerramento do projeto, em maio de 2007. Entre julho e agosto de 2009, voltei a visitar as comunidades do Alto Juruá como parte das atividades para elaboração do “Plano de Manejo Participativo da Reserva Extrativista do Alto Juruá”, coordenadas pelo antropólogo Augusto Postigo. Uma segunda visita com esse fim foi feita em março de 2010. Em julho de 2010, uma nova viagem, dessa vez apenas à bacia do rio Tejo, e como parte de um projeto coordenado por Thiago Carvalhaes Araújo e por mim, intitulado “Rainforest Voices: music and life of an Amazonian people”, e financiado pelo South-South Exchange Programme (SEPHIS). Por fim, em abril de 2010, voltei à bacia do rio Tejo e ao rio Amônia como consultor do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio, órgão do Ministério do Meio Ambiente) em um estudo sobre conflitos envolvendo sobreposições entre Terras Indígenas e a Reserva Extrativista na Amazônia.

Dentre outros produtos, essas diversas visitas resultaram em uma iniciação científica e em uma dissertação de mestrado, intituladas, respectivamente, “O Lugar da Agricultura no Modo de Vida de Seringueiros: um estudo quantitativo do uso de recursos naturais pelos seringueiros do Alto Rio Juruá, Acre”, e “Das Colocações à Vila: processos de urbanização no Alto Rio Tejo, Acre” (REZENDE, 2010).

Grande parte dos dados coletados durante as viagens a campo foram registrados utilizando apenas papel e caneta. Utilizei-me de entrevista apenas para registro de trajetórias de vidas. O leitor verá que isso se reflete na forma como os dados estão apresentados ao longo da tese. Nos primeiros capítulos, não há longas citações de falas, apenas pequenas frases e expressões, identificadas como sendo de uso local pelo recurso das aspas. Já no capítulo que trata das trajetórias, há trechos maiores, retirados das entrevistas.

Além das pesquisas de campo, outra fonte de dados importante sobre as relações

de troca entre os habitantes da bacia do rio Tejo foram teses e dissertações produzidas pela equipe de pesquisa orientada pelo professor Mauro Almeida, que desde os anos 1990 vem produzindo informações e explicações sobre as relações sociais e as condições de vida dos habitantes do Alto Juruá.

1.5 Estrutura da tese

A forma como a tese está estruturada reflete o próprio desenvolvimento da pesquisa. Os três primeiros capítulos apresentam questões com as quais me deparei ao longo da redação da tese e que demonstravam lacunas importantes para compreender o comportamento econômico na bacia do rio Tejo. Esses capítulos iniciais recorrem a outros trabalhos para formar um panorama geral de temas e problemas acerca do comportamento econômico de camponeses amazônicos que foram analisados e que ainda estão em aberto.

Além deste primeiro capítulo introdutório ao tema e aos conceitos básicos que orientaram o início da pesquisa, o segundo capítulo apresenta ao leitor um panorama geral sobre a história da região, com ênfase às transformações nos modos de vida ocorridas ao longo de mais de um século de ocupação não-indígena na bacia do rio Tejo. Um dos aspectos centrais desse segundo capítulo é a ênfase na transição do modelo de ocupação territorial baseado em *colocações* para um modelo de *comunidades*, que foi acompanhado de uma transição da predominância de atividades extrativistas para a de atividades agropastoris.

O terceiro capítulo apresenta a comunidade estudada e os grupos de casas que a formam, bem como a aplicação desses termos no cotidiano dos habitantes do Tejo e na bibliografia sobre a organização econômica e política de camponeses amazônicos. Apresenta-se o problema da formação dos grupos de casas e seu papel na ocupação territorial. Esse capítulo conclui que, a despeito de trabalhos sólidos sobre grupos de casas em cooperação, há uma lacuna de conhecimento em relação ao comportamento econômico de casas individuais.

No quarto capítulo segue-se uma análise da organização interna de uma *casa* na bacia do rio Tejo, tomada enquanto unidade doméstica camponesa que congrega fatos

materiais e morais. O capítulo trata da definição e das relações internas das casas, iniciando-se com uma descrição dos membros e do funcionamento de uma casa. Apresenta-se também um modelo inicial do funcionamento econômico de casas camponesas, tal como formulado por Gudeman e Rivera (1990).

No quinto capítulo, passa-se à descrição e análise das atividades produtivas de uma casa durante o ciclo agrícola 2013-2014, com ênfase nas relações de troca que uma casa estabelece para além de seus limites. Introduce-se à discussão o papel fundamental da reciprocidade nas redes de troca e na manutenção dos grupos locais. A análise se concentrará nas relações de *ajuda*, que têm características econômicas e políticas. O capítulo propõe ainda que relações de ajuda não se limitam ao espaço das comunidades, podendo existir com comerciantes e políticos da sede municipal. Ao fim, propõe-se um modelo de troca para a bacia do rio Tejo.

No sexto capítulo, o foco da análise retorna para o interior das casas, para explorar aspectos da organização doméstica que a análise econômica deixou de lado. O interesse se volta para as relações cotidianas e seus impactos sobre a construção do parentesco. Explora-se as relações de *criação* e seu papel na formação de novas casas. Enfatiza-se também o papel do afeto na construção das relações entre pessoas, e como o afeto construído ao longo dos anos orienta trocas entre casas, sendo o princípio orientador da formação dos grupos de casas em cooperação.

O sétimo capítulo é um esforço de unir as duas análises anteriores. Através da introdução do conceito de *consideração*, procura-se demonstrar como as relações de afeto e econômicas são interdependentes, constituindo um modelo econômico e político total na bacia do rio Tejo. Diversos exemplos são fornecidos para evidenciar a importância da construção das boas relações entre pessoas e como elas impactam as relações de troca. O capítulo ainda explora o papel do respeito nas relações sociais, que prescreve comportamentos esperados dentro de relações hierárquicas.

Por fim, as conclusões retomam os apontamentos anteriores, incluindo-os em uma discussão mais abrangente com outras obras de Antropologia. O modelo de trocas elaborado para a bacia do rio Tejo será reavaliado à luz de discussões consagradas como as de: produção e acúmulo de valor, a relação entre modelos e ações, e a relação entre

hierarquia e justiça.

Algumas das principais conclusões da tese são que: 1) as relações de ajuda conjugam fatores econômicos e morais, incluindo os políticos e afetivos, dos quais dependem a reprodução da casa e do social; 2) a casa é o espaço privilegiado para a reprodução de pessoas e do social; 3) a ajuda como um modelo de relações de troca existe em conversas com outros modelos, levando a convergências e divergências. Isso é visto especialmente nas relações com políticos e comerciantes, que transitam entre diferentes economias; 4) As relações com políticos e comerciantes não são pautadas por princípios distintos daquelas que ocorrem no interior das comunidades. O perigo das relações com políticos e comerciantes reside na diferença de condições entre os que trocam e na imprevisibilidade de seu comportamento, que tentam ser apaziguadas com a construção de boas relações e com apelos à redistribuição.

Nos anexos encontram-se materiais variados. Mapas, listas e imagens. Encontrase também um glossário com acrônimos e algumas palavras utilizadas na região com sentidos específicos.

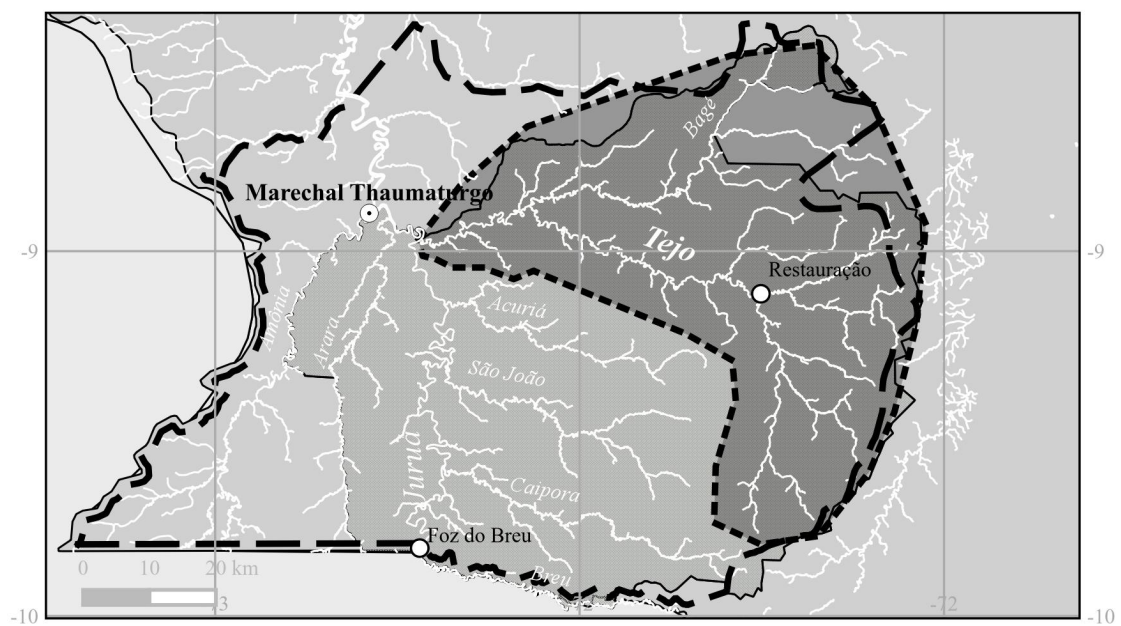
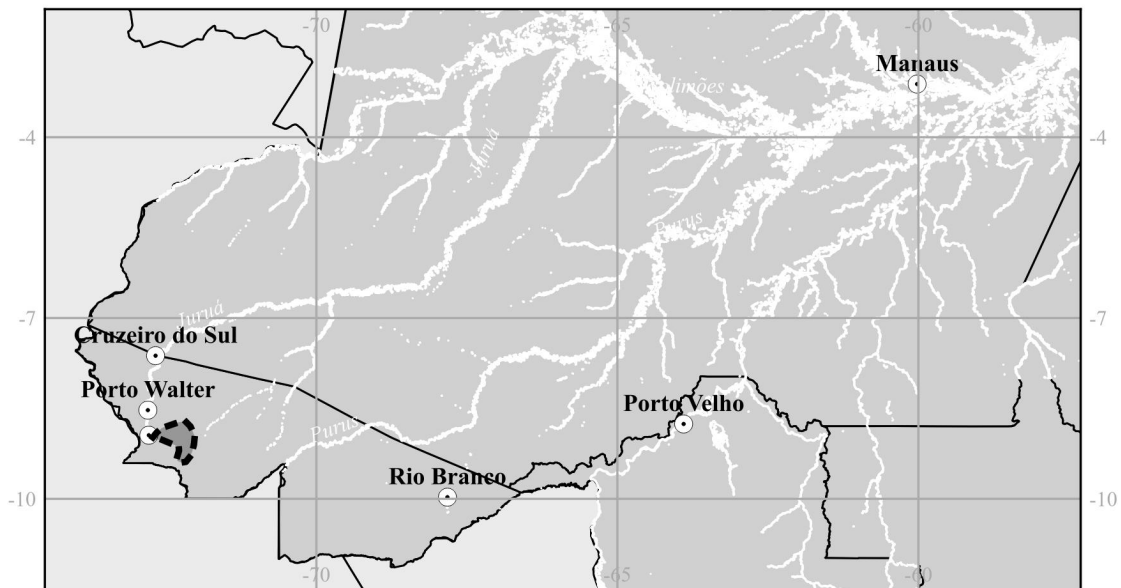
2. Caracterização Histórica

Pouco se sabe sobre a ocupação do rio Tejo, afluente da porção brasileira do Alto Juruá, no período que antecedeu o estabelecimento dos primeiros não-indígenas na região. O Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju (1981), feito a partir de relatos de viajantes, sugere que o Tejo era habitado entre 1851 e 1935 por “Amahuakas”, “Yaminawas”, e “Yauavós”. Foi entre esses anos que iniciou-se o estabelecimento dos seringais na região, fazendo com que esses povos indígenas se tornassem alvo de expedições organizadas pelos seringalistas que dizimaram alguns e deslocaram e incorporaram outros aos seringais¹⁵.





Em 1897, o padre Jean-Baptiste Parrissier fez o que é provavelmente o primeiro registro de viagem detalhado do Tejo, notando que as “explorações [por não-indígenas] nesta região começaram há quatro ou cinco anos”. Também acentuou a dificuldade de acesso e o isolamento sentido pelos migrantes, em sua maioria nordestinos, que eram incorporados à empresa seringalista. O isolamento dos migrantes lhe garantiu uma recepção entusiasmada em sua chegada: “tão longe quanto se lembrassem eu era o primeiro padre a penetrar nas águas do Tejo. A alegria deste bom povo se manifestou através de foguetes, tiros de fuzil, e, a julgar pelo número, eu era recebido como uma personagem extraordinária e, além disso, simpática” (PARRISSIER, 2009, p. 22-23).

Ao registrar o modo de vida dos seringueiros recém-estabelecidos, Parrissier descreveu o processo de fabricação da borracha e o sistema de aviamento, que garantia o abastecimento de mercadorias à região e que obrigava seringueiros a comercializar exclusivamente com patrões seringalistas. Estes, por sua vez, foram descritos como praticantes de artimanhas que mantinham seringueiros endividados, fosse ao cobrar preços exorbitantes ou ao desqualificar a borracha produzida: “o pobre seringueiro se vê, no fim, em vez de receber dois ou três mil francos, dever para o patrão e prolongar assim indefinidamente a sua escravidão”. (*Idem*, p.56-58).

15 Hoje não há mais “Amahuakas” ou “Yauavós” declarados na bacia do rio Tejo. Os povos indígenas que a habitam são os Jaminawa-Arara (Yaminawa-Arara), localizados nas cabeceiras do rio Bagé, e os Kuntanawa do Tejo, localizados próximos às cabeceiras do Tejo. Ambos são advindos de outras regiões em função dos deslocamentos provocados pela empresa seringalista (cf. PANTOJA, 2008). Todos os povos em questão são falantes de línguas Pano.



Localização da bacia do Rio Tejo

	Bacia do Rio Tejo	Dados: ICMBio (Cruzeiro do Sul), MMA/i3Geo, Plano de Manejo da REAJ. DATUM WGS84. Escala: 1:12500000 e 1:1000000.
	Cidades Regionais	
	Vilas	
	Limites Mal. Thaumaturgo	



Outro relato detalhado dos modos de vida dos habitantes da bacia do rio Tejo foi feito mais de oito décadas depois dos relatos de Parrissier, quando o antropólogo Mauro Almeida foi à bacia do rio Tejo para realizar sua pesquisa de doutorado. Sua descrição sobre a região contrastava com a feita pelo padre. Ao contrário da imagem de migrantes isolados e presos ao poder dos patrões seringalistas, Almeida apresentou seringueiros como detentores de um modo de vida próprio e inovador, caracterizado pelo uso múltiplo dos ambientes florestais e por relativa autonomia em relação aos seringais controlados pelos patrões seringalistas (ALMEIDA, 1992).

As diferenças nas descrições de Parrissier e Almeida não são resultado de interpretações distintas sobre a vida de seringueiros, correspondendo em grande parte a mudanças profundas nos modos de vida que ocorreram ao longo de décadas e que estiveram correlacionadas a contextos mais abrangentes, em escala regional, nacional e até mundial¹⁶.

A primeira mudança fundamental nos modos de vida foi demográfica. Após 1912, o preço da borracha no mercado mundial começou a diminuir, inibindo a produção dos seringais amazônicos e levando a um movimento duradouro de êxodo do estado do Acre, cuja população diminuiu, entre 1920 e 1940, de 92.379 pessoas para 79.768.

Enquanto alguns homens migravam de volta para a região Nordeste, outros passaram a se casar com mulheres encomendadas em troca de borracha (WOLFF, 1999, p.71) ou indígenas capturadas (cf. FRANCO, 2001). Os dados oficiais mostram uma mudança clara no padrão de distribuição de sexos na região do Alto Juruá após a crise da borracha. Dados oficiais do Departamento do Alto Juruá apontavam que, em 1904, 27% da população já era composta por mulheres (WOLFF, 1999, p.41). Em 1920, as mulheres passaram a representar cerca de um terço da população de Cruzeiro do Sul (município que até então englobava a bacia do rio Tejo) e, em 1940, elas já eram 45% da população. Em meio à crise da borracha, os homens solteiros migraram enquanto mulheres ficaram e foram trazidas, consolidando o processo de constituição de famílias como padrão dominante na região. (*Idem*, p.103-106).

16 A onda migratória para os seringais da Amazônia ocorreu a partir de uma demanda em escala mundial por borracha, cuja produção estava voltada para o abastecimento das economias que se industrializavam.

No argumento de Almeida, foi nesse período de crise da borracha e de mudança no padrão populacional que também se desenvolveu um novo modo de vida. A crise de 1912 iniciou um período no qual o sistema produtivo dos seringais voltou-se da exportação para o consumo interno (ALMEIDA, 1992, p.43). Patrões passaram a liberar as atividades de subsistência, em detrimento da produção de borracha, como forma de evitar o êxodo rural e garantir a permanência de trabalhadores. Nesse mesmo período, seringueiros adaptaram técnicas indígenas e desenvolveram novas técnicas de uso dos recursos florestais, reduzindo os dias dedicados à produção de borracha pela metade e reduzindo a dependência do abastecimento de mercadorias importadas (*Idem*, p.41). Com a mudança demográfica, as famílias constituíram um contingente doméstico de trabalho capaz de sustentar um modo de vida baseado na multiplicidade de atividades. As *colocações* se consolidaram como unidades produtivas, e, embora delimitadas pelas estradas de seringa arrendadas do patrão, tornaram-se espaços amplos e diversos para a ação e autonomia das recém-constituídas famílias seringueiras. Uma *colocação* era composta por uma média de 3 casas e comportava em seu espaço atividades de caça, pesca, criação de animais, agricultura e produção de borracha. Nela, os seringueiros eram capazes de produzir grande parte do necessário para sua subsistência, reduzindo a importância dos patrões como fornecedores de alimentos em troca de borracha.

Ao invés dos seringueiros escravizados por dívida de Parrissier, Almeida falou em camponeses da floresta, com atividades de subsistência e dependência parcial de mercadorias fornecidas por patrões. Da centralidade dos seringais, da produção de borracha, e dos patrões no relato de Parrissier, o foco da análise de Almeida passou para as famílias seringueiras, as atividades de subsistência, e a *colocação* (cf. ALMEIDA, 2012).

Esses camponeses da floresta permaneceram nos seringais, trabalhando com os patrões até a década de 1980. Nesse período, a crise da borracha se acentuava juntamente com o aumento da inflação no país, o que prejudicava os tradicionais adiantamentos de mercadorias ao longo de um ano pelos patrões para os seringueiros (a serem pagos com borracha no início do ano seguinte)¹⁷. Alguns patrões começaram a

17 Uma descrição detalhada da distribuição das atividades ao longo de um ano pode ser encontrada em EMPERAIRE e ALMEIDA, 2002.

cobrar juros pelo adiantamento de mercadorias ao longo do ano, prática considerada injusta por seringueiros. Outros, preocupados em aumentar seus lucros, recorriam ao uso da força policial para a cobrança de dívidas, outra conduta condenada pelos seringueiros.

Optando por recrudescer suas práticas de obtenção de lucro, os patrões começaram a despertar resistência. Nesse mesmo período, um movimento sindical florescia na região do Tejo e os seringueiros encontraram apoio institucional em sua resistência às atitudes dos patrões (ALMEIDA, 2004). Com os conflitos crescentes com os seringueiros e a baixa lucratividade, os patrões começaram a arquitetar a venda de suas terras para outras atividades econômicas¹⁸. Vender os seringais tornava-se mais atrativo do que mantê-los. A essa altura, os principais interessados nas terras do Tejo eram empresas madeireiras, cujas atividades tinham grande impacto sobre a floresta, ameaçando os habitantes da região de expulsão e comprometendo seus modos de vida.

Foi também na década de 1980 que o movimento ambientalista ganhou força no cenário internacional. Os interesses de seringueiros em defender seus territórios e modos de vida convergiram com interesses de grupos ambientalistas levando a um grande movimento em defesa da floresta e pela expulsão dos patrões. Como resultado desse movimento de resistência, surgiu a proposta de criação das primeiras *Reservas Extrativistas* do Brasil, cujo objetivo era fornecer uma alternativa de desenvolvimento à Amazônia e aliar a conservação da natureza com o desenvolvimento dos modos de vida de povos e comunidades tradicionais (SCHWARTZMAN, 1989, p. 151).

Em 1990, foi criada a *Reserva Extrativista do Alto Juruá* (REAJ), a primeira do país¹⁹, abarcando a bacia do rio Tejo. Os patrões foram expulsos do território e a

18 Nesse momento, os patrões locais, que mantinham barracões, e os patrões donos de terra eram categorias distintas de pessoas. Enquanto os primeiros poderiam ser pequenos mercadores, os últimos eram grandes casas de comércio ou mesmo empresários paulistas. A categoria *patrões* está aqui simplificada por razões de argument. Detalhes sobre os distintos tipos de patrões e as mudanças na posse da terra podem ser encontrados na tese de Mauro Almeida (1992).

19 Logo em seguida foi criada a *Reserva Extrativista Chico Mendes*, em homenagem ao líder mais célebre do movimento de seringueiros (Decreto presidencial nº 99.144, de 12 de março de 1990). As Reservas Extrativistas foram definidas pelo decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990, como “espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista”.

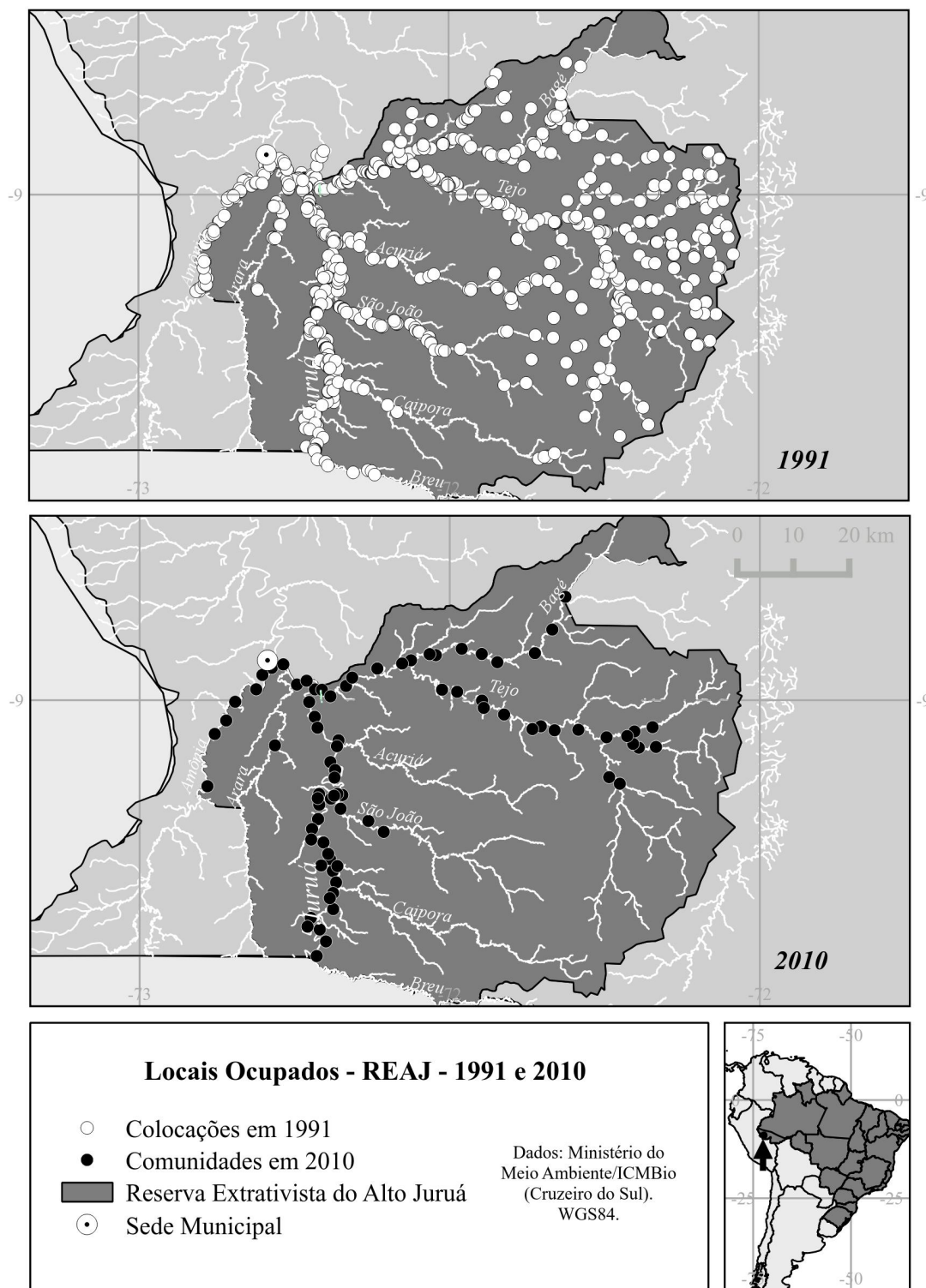
administração da área passou às mãos do órgão ambiental federal²⁰ e da recém-criada Associação dos Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista do Alto Juruá (ASAREAJ). Os desafios principais para a Reserva Extrativista passaram a ser o desenvolvimento de um sistema de abastecimento de mercadorias que substituísse o sistema de aviamento mantido pelos padrões e a criação de regulamentações para o uso sustentável do território. Para tentar superar o primeiro desafio, seringueiros haviam criado meses antes uma cooperativa. Em relação ao segundo, eles elaboraram um Plano de Utilização pautado por regras tradicionais de uso e que se fundamentava no modelo de uso das *colocações* (ALMEIDA e PANTOJA, 2004). Com essas ações, eles esperavam garantir a reprodução dos modos de vida tradicionais e a manutenção dos ambientes florestais.

No entanto, logo após a criação da Reserva Extrativista, iniciou-se um processo inesperado de transformação no padrão de ocupação territorial. Por um lado, ele era reflexo de uma nova crise da borracha, resultante do fim de subsídios governamentais. Por outro, era resultado do aumento de serviços básicos de cidadania, que começavam a ser oferecidos através de projetos de implementação da Reserva (financiados por órgãos públicos e/ou por recursos vindos de países estrangeiros cf. COSTA, 2010, p.133 e ss.) e, posteriormente, através da implementação do município de Marechal Thaumaturgo. Até então, a bacia do rio Tejo e a *Reserva Extrativista do Alto Juruá* como um todo faziam parte do município de Cruzeiro do Sul. O município de Marechal Thaumaturgo foi criado cerca de 3 anos depois da *Reserva Extrativista*, que representa cerca de 65% de seu território²¹.

20 À época, o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). A partir de 2007, o ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade).

21 A criação do município foi um dos motivos que levou à derrocada política da ASAREAJ. Conferir os trabalhos de Eliza Costa (1998, 2010)

Com a crise da borracha, a agricultura ganhou importância enquanto atividade

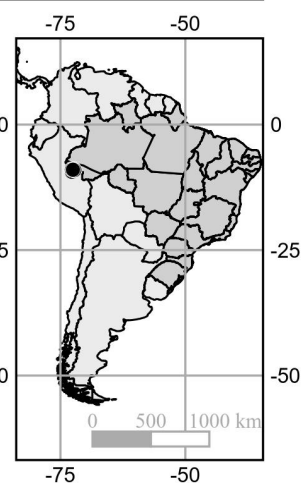
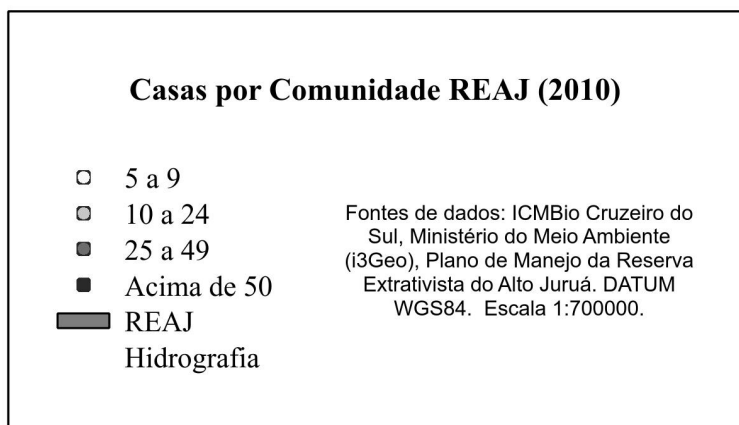
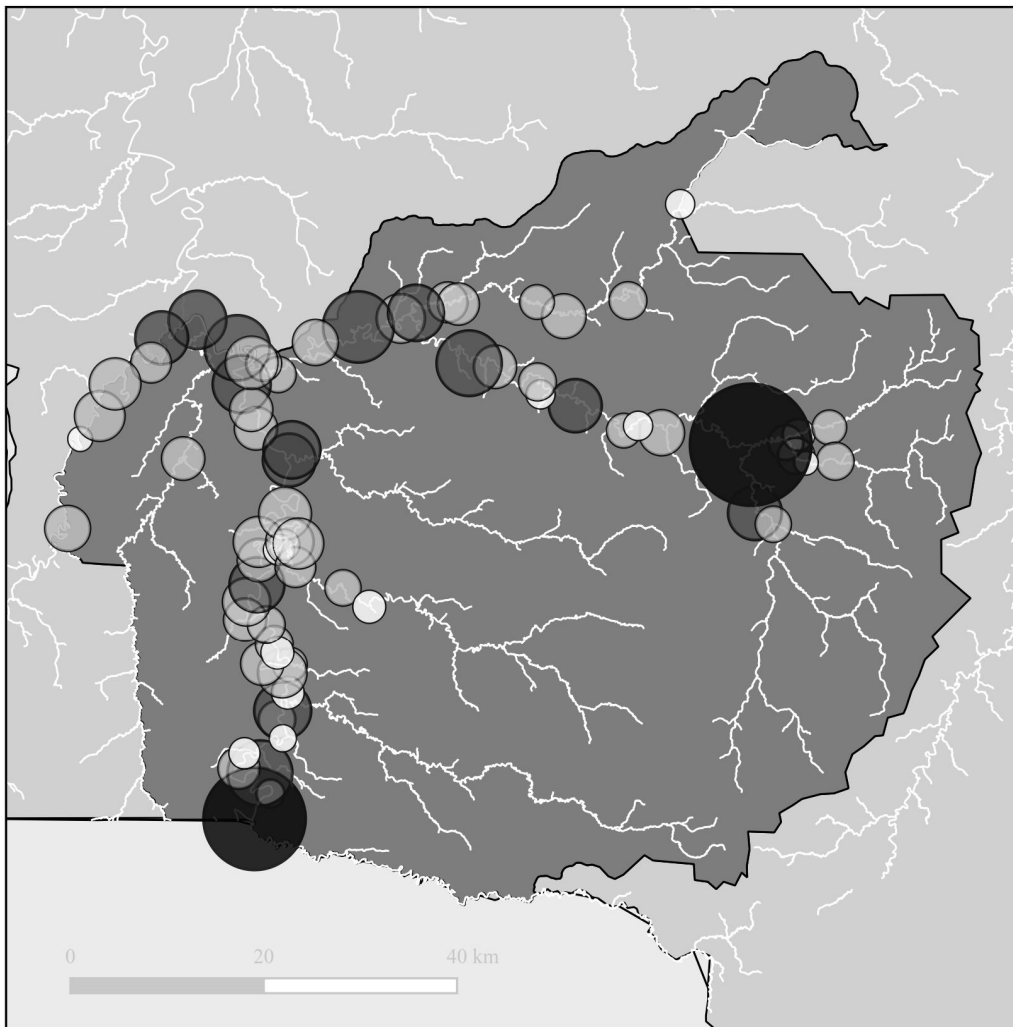


produtiva, garantindo não apenas a alimentação dos membros das unidades domésticas, como parte crescente de sua renda. E, para facilitar o escoamento da produção agrícola

para mercados, muitas famílias deixaram os locais que habitavam distantes das margens dos rios (*centros*) para morar nas próprias *margens*. Concomitantemente, projetos relacionados à implementação da Reserva e do município de Marechal Thaumaturgo começaram a abrir escolas e postos de saúde em apenas algumas localidades nas margens. Essas localidades passaram a ser preferidas pelas pessoas que decidiam se mudar dos centros para as margens, e que escolhiam locais que ofereceriam acesso a saúde, educação e energia elétrica. O resultado de todo esse processo foi uma transição de atividades produtivas, acompanhada de novas formas de usos da floresta e dos rios, e que, junto com a abertura de escolas e postos de saúde em poucas localidades, fomentaram a concentração de famílias em poucos locais nas beiras dos rios.

Além disso, escolas, postos de saúde, fornecimento de energia elétrica e comunicação, também passaram a significar empregos, já que cada serviço oferecido necessitava de empregados para funcionar. A perspectiva de uma alternativa de renda para as unidades domésticas face à crise da borracha incrementou ainda mais a ida para os locais que concentravam esses serviços.

Enquanto esse processo de mudança dos *centros* para as *margens* ocorria, os programas governamentais de redistribuição de renda se intensificaram, tendo impactos importantes na renda das famílias (COSTA, 2010, p.45). O aumento de poder de compra das famílias também levou à abertura de pequenos comércios nas localidades com muitas casas, tornando-as atrativas também do ponto de vista do acesso a mercadorias. Como resultado, surgiram focos de adensamento populacional chamados *comunidades* ou *vilas*, de acordo com suas proporções. Das *colocações* formadas por uma média de três casas (ALMEIDA, 1992, p.324), a ocupação no Tejo passou para um padrão de concentração nas *margens*, em comunidades que podiam ter mais de cem casas (REZENDE, 2010).



Os impactos dessa transição ocorrida entre os anos 1990 e 2000 sobre as unidades domésticas e a economia regional fica evidente quando vemos os dados de produção do ano de 2005 e a importância dos produtos agrícolas na composição da renda proveniente de atividades relacionadas à terra.

<i>Produto</i>	<i>Qtd. Produzida</i>	<i>Qtd. Vendida</i>	<i>% Vendida</i>
Cana de Açúcar	8.3	5.9	71
Feijão	52.5	36.9	70
Arroz	50.4	35.4	70
Mandioca	443.7	299.4	67
Borracha	69.2	36.1	52
Milho	94.8	22.0	23
Tabaco	3.4	0.6	17
Banana	53.8	1.6	3

Produção Agroextrativista na Reserva Extrativista do Alto Juruá em 2005 (em toneladas). Dados: IRAMA/Cruzeiro do Sul

A produção de borracha em 2005 já se mostrava bem menor do que a registrada na década de 1980 por Almeida (que estimou uma produção de 147 toneladas em 1986 só para a bacia do rio Tejo). Quatro anos depois, segundo dados oficiais sobre Marechal Thaumaturgo, a borracha desapareceria da produção do município, dando lugar a atividades agropastoris.

	<i>2005</i>	<i>2007</i>	<i>2009</i>	<i>2011</i>	<i>2013</i>	<i>Varição 05-13 (%)</i>
Mandioca	10460	15660	18000	36000	40305	285
Gado	5258	22805	25891	16900	14828	182
Milho	1132	1226	1477	1950	1980	75
Caprinos	976	1255	1546	1650	1485	52
Aves	11287	11180	9325	13336	13987	24
Tabaco	75	86	33	80	90	20
Arroz	268	280	306	306	293	9
Feijão	749	750	715	180	806	8
Suínos	10193	6144	7160	6875	7333	-28
Cana de Açúcar	2240	3840	500	2200	800	-64
Borracha	70	67	0	3	0	-100

Produção de Marechal Thaumaturgo de 2005 a 2013 (toneladas para produção agrícola e cabeças para criação animal). Dados: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

Esses dados oficiais apontam, além da emergência da agricultura, o aumento na criação de animais, também uma alternativa econômica buscada por famílias para

enfrentar a crise da borracha. Como demonstraram Mariana Pantoja, Eliza Costa e Augusto Postigo, a criação de gado foi entendida nessa transição como uma forma de poupança para seringueiros, uma forma de guardar recursos para momentos de dificuldade. Assim, de 24,5% das famílias com criação de gado em 1991, a Reserva Extrativista como um todo passou a um total de 50% das famílias criando gado em 1998 (PANTOJA, COSTA & POSTIGO, 2009)²².

Um último ponto a se destacar nas transformações recentes é que nem todas as pessoas que deixaram os *centros* foram para as *margens*. Algumas delas decidiram se mudar para a maior *vila* da região, a sede do município de Marechal Thaumaturgo. A saída de pessoas da Reserva Extrativista em direção à sede municipal se evidencia nos dados populacionais do período entre 1991 e 2005 que apontam uma leve diminuição no número de habitantes, passando de 5387 a 4677 (REZENDE, 2010, p. 21), mesmo com o grande número de filhos por família²³. A sede de Marechal Thaumaturgo foi, desde a criação do município, o principal foco de políticas públicas e de comércio na região. O resultado foi que, o local que na década de 1980 era uma vila de cerca de 400 habitantes (ALMEIDA, 1992, p.97), em 2010 tinha uma população residente em área urbana de 3969 pessoas²⁴.

2.1 Considerações Finais

A expulsão dos patrões e a crise da borracha levaram a mudanças territoriais importantes após os anos 1990 e que foram acompanhadas pela extinção da produção de borracha. Como alternativa produtiva, grande parte dos habitantes da bacia do rio Tejo, e de todo o município de Marechal Thaumaturgo, passaram a se dedicar à agricultura e à criação de animais, atividades acompanhadas por um novo padrão de uso do território,

22 Ruiz-Pérez *et al* demonstraram o impacto da transição aqui descrita sobre o desmatamento. Embora haja uma relação direta entre as atividades agropastoris e aumentos no desmatamento, o desmatamento da Reserva não ultrapassou os limites legais no período e se manteve abaixo de outras áreas do município de Marechal Thaumaturgo (RUIZ-PÉREZ *et al*, 2005, p.220).

23 Não tenho dados exatos de natalidade e mortalidade, mas o número médio de filhos por família deve superar 4. Há casos de famílias com mais de 20 filhos.

24 Segundo censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2010 (<http://www.censo2010.ibge.gov.br/> – checado em novembro de 2014). Nessa mesma época, a população rural do município totalizava 10.258 pessoas. No entanto, observações de campo realizadas entre agosto de 2013 e fevereiro de 2014 sugerem que esses dados devem ter se alterado pela continuação do processo de mudanças de famílias da Reserva Extrativista para Marechal Thaumaturgo.

com aumento no desmatamento²⁵ e concentração nas margens dos rios para facilitar o escoamento da produção. O crescimento das atividades agropastoris foi acompanhado também pelo assalariamento parcial.

Nessa transição, o termo *comunidade* passou a ser utilizado para denotar crescentes aglomerações de casas. Tal sistema de produção e ocupação territorial se consolidou nas ruínas do sistema de *colocações*²⁶, que havia sido a base para o funcionamento dos seringais e depois para o estabelecimento das regras de uso na Reserva Extrativista (ALMEIDA e PANTOJA, 2004). A passagem de um sistema para outro gerou, e ainda gera, conflitos relacionados aos direitos de uso sobre recursos, e o surgimento de grandes *comunidades* colocou em conflito o direito daqueles que tinham *colocações* na localidade onde se formaram essas *comunidades* e os recém-chegados (os sem *colocação*), mas que tinham que encontrar espaço para plantar, construir casas, tirar madeira, dentre outros (cf. REZENDE, 2010; LUNA, 1996).

No que se refere ao uso do termo *comunidade*, Eliza Costa atribuiu o surgimento de seu uso no Alto Juruá à ação do Estado e de projetos de desenvolvimento advindos após a criação da Reserva Extrativista: a *comunidade* seria uma unidade territorial foco das políticas públicas e projetos de desenvolvimento, se constituindo em uma categoria política relacionada ao diálogo com o Estado e com a distribuição de bens (COSTA, 2010, p. 314)²⁷. Assim, enquanto o sistema de *colocações* surgiu para, do ponto de vista dos *patrões*, constituir unidades de produção de borracha delimitados pelas estradas de seringa e voltadas para a exportação (ALMEIDA, 2012), o sistema de *comunidades* seria a marca de um novo contexto, posterior à chegada de uma estrutura administrativa de Estado²⁸, e cuja orientação produtiva estaria voltada para o abastecimento de mercados locais com produtos agropastoris e trabalho.

Nesse contexto, tudo levaria a concluir que um modo de vida e uma identidade,

25 Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o desmatamento na Reserva Extrativista do Alto Juruá aumentou de 1% da área total, em 1997, para 2,91% em 2014 (cf. <http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodes.php>. Acessado em dezembro de 2015)

26

27 O termo “comunidade” para se referir a agrupamentos de *casas* em localidades determinadas estava ausente, por exemplo, da tese de doutorado de Mauro Almeida (1992), que utilizou o termo apenas num sentido de coletividade, remetendo à “comunidade de seringueiros”.

28 Nesse sentido, tanto *colocações* como *comunidades* seriam resultado de relações estabelecidas com “poderes vindos de fora”.

desenvolvidos ao longo de um século de ocupação da floresta, estariam em vias de extinção e que o futuro dos seringueiros-camponeses seria a proletarização em centros urbanos ou a capitalização da floresta enquanto recurso natural a ser explorado para o lucro (várias perspectivas teóricas desse tipo, preconizando o desaparecimento camponês, estão apresentadas na tese de Ricardo Abramovay, 2012)²⁹.

No entanto, como pretendo argumentar adiante, mesmo em meio a essas mudanças, é possível ver na bacia do rio Tejo uma continuidade entre as práticas de seus habitantes no período das *colocações* e no atual contexto das *comunidades*, em especial no que se refere à forma como constroem suas relações de troca e de parentesco. Essa continuidade pode ser vista mesmo na relação com poderes externos, mercados ou o Estado. As relações e as redes de troca são operacionalizadas a partir de uma lógica que, se não igual, é ao menos muito similar à registrada anteriormente. A mudança dos *seringais* para as *comunidades*, da borracha para a agricultura, e dos padrões para o Estado e os comerciantes, não resultou na transformação completa da condição camponesa e das economias domésticas, mas em um tipo de continuidade transformada dos modos de vida³⁰.

29 Embora as relações com poderes externos e o acesso a serviços básicos tenham se alterado, a infraestrutura de transporte não se alterou significativamente nos últimos anos. Os rios ainda são a principal forma de transporte até a região. A única mudança ocorrida nos últimos anos foi o desenvolvimento e adaptação de técnicas de construção de embarcações que, aliadas a motores mais potentes, têm diminuído significativamente os tempos de viagem.

30 Ou, como diria Sahlins: “A tradição consiste aqui nos modos distintos como se dá a transformação: a transformação é necessariamente adaptada ao esquema cultural existente”. (SAHLINS, 1997, p.62)

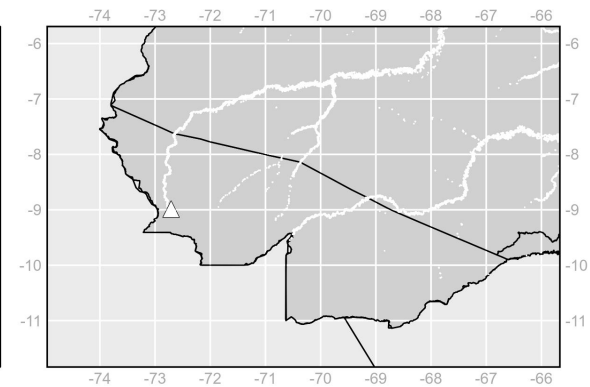
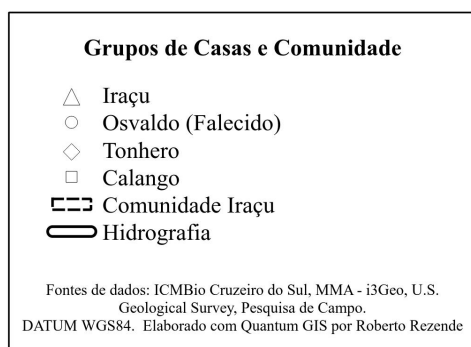
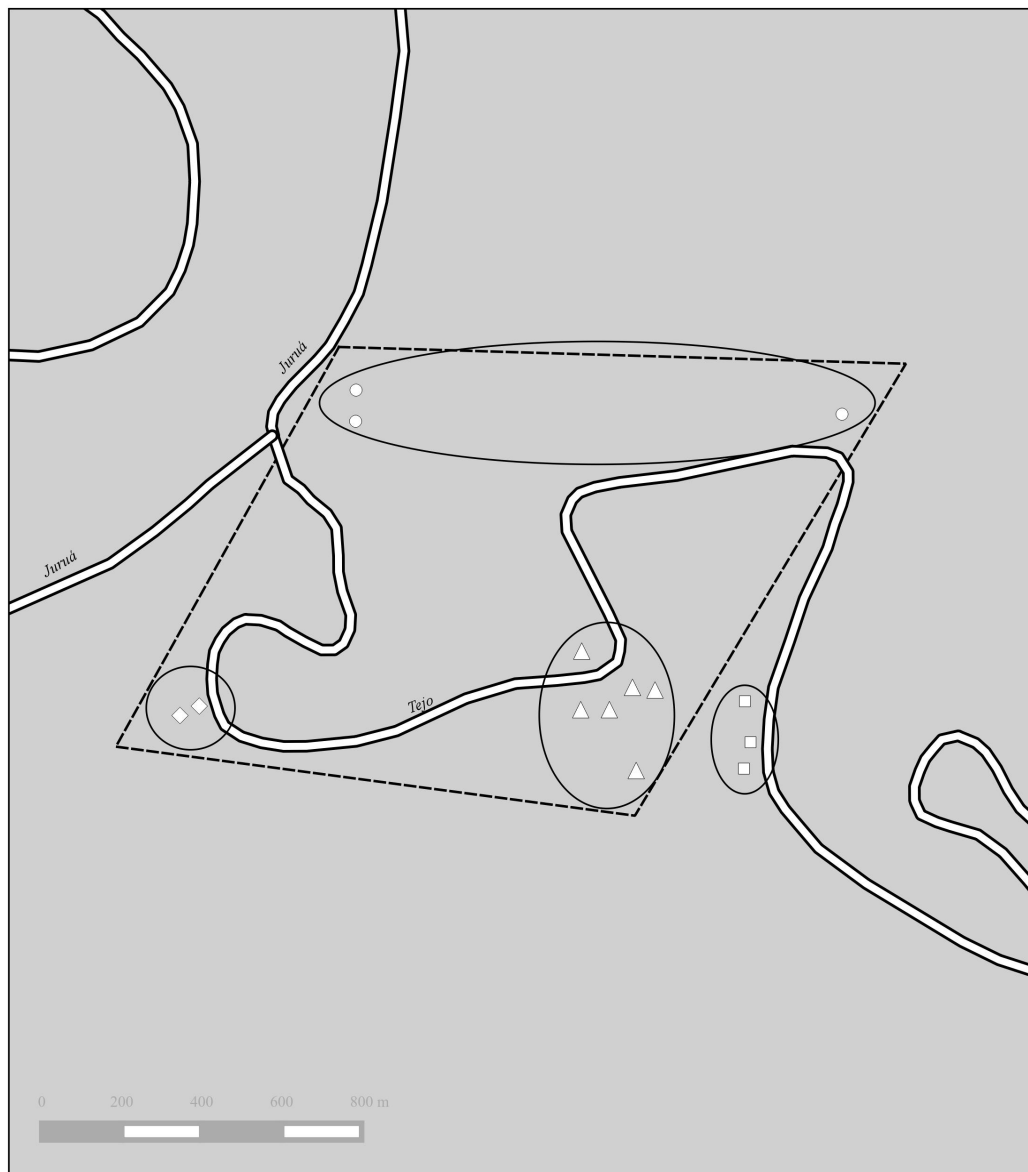
3. Comunidades e Grupos de Casas

3.1 Comunidade estudada

Como demonstrado na introdução histórica, as *comunidades* são uma forma de organização e ocupação territorial recente no Tejo, resultado tanto de mudanças econômicas como de mudanças políticas na região. Concentrei minha pesquisa de campo em uma dessas comunidades, conhecida como *comunidade Iraçu*. Localizada próxima à foz do rio Tejo, a comunidade era composta pelas casas de: Iraçu, Hilarino, José, Adonis, Francisco, Vivaldo, Juarez, José, Francisco, Tonhero e Tom. Além delas, era parte da comunidade a casa de Osvaldo, que havia falecido meses antes de minha chegada.

Essas casas se organizavam espacialmente em torno de grupos de parentes que, por sua vez, estabeleciam controle e gestão sobre porções de territórios. Cada grupo de casas era composto por uma casa mais velha, habitada pelos pais de membros das demais casas que compunham o grupo. Assim, o grupo de casas de Iraçu era composto por sua casa e a de seus filhos Hilarino, José, Francisco e Vivaldo, além da casa de seu genro Adonis. Os grupos de casas vizinhos aos de Iraçu eram: o de Tonhero, rio abaixo, que comportava ainda a casa de seu filho Tom; e a de Osvaldo, com as casas de seus filhos Juarez e Jonas³¹. Além deles, havia o grupo de Calango, vizinho de Iraçu rio acima, mas que não eram considerados parte da mesma comunidade.

31 Osvaldo havia falecido em meados de 2013, e seus dois filhos, Juarez e Jonas, permaneciam na área ainda. Osvaldo era separado da esposa, que morava rio acima, na vila Restauração, tendo como casas vizinhas outros filhos do casal: de um lado a de Bia, do outro a de Fátima, e, em frente, a de Antonio



Essa organização espacial observada inicialmente se assemelhava à descrição que

Mauro Almeida fez das *casas-ampliadas* no Tejo, enquanto unidades voltadas para a organização da produção de antigos seringueiros (ALMEIDA, 1992, p.302)³². A definição de casa-ampliada é a de um grupo de casas que mantêm relações constantes, que têm afinidade entre si, e cujas atividades produtivas são geralmente coordenadas por uma liderança³³. A composição das casas-ampliadas envolve parentesco próximo entre os chefes de cada casa, sendo formada por uma casa (ego) e por outras casas, geralmente de irmãos, filhos, maridos de irmãs, maridos de filhas, e irmãos da esposa (*Idem*, p.334). Entre essas casas ocorrem grande parte das trocas necessárias ao funcionamento das unidades domésticas.

O argumento de Almeida sobre as casas-ampliadas sugere ainda que, quando os habitantes da bacia do rio Tejo passam a se engajar em atividades políticas, comerciais, religiosas, ou em conflitos internos, redes de casas-ampliadas podem se formar, seja para competição ou cooperação (*Idem*, p.302).

Nesse sentido, a formação da “comunidade Iraçu” poderia ser interpretada como a aliança de três casas-ampliadas (de Iraçu, Osvaldo e Tonhero) visando um arranjo político que criava uma unidade de diálogo com o Estado, cujo planejamento de ações se dava em torno da imagem das comunidades (COSTA, 2010).

3.2 O grupo de casas

No entanto, do ponto de vista da análise do comportamento econômico, a imagem das comunidades pouco contribui. A organização das atividades produtivas tem mais a ver com os grupos de casas ligados por parentesco e que coordenam a ocupação de uma porção de território.

32 No original o termo é *macro-house*. A tradução para *casa-ampliada* foi-me sugerida pelo próprio professor Mauro Almeida em comunicação pessoal. Mariana Pantoja, ao narrar a história de uma família do Tejo, preferiu chamar esses agrupamentos de *famílias ampliadas* (PANTOJA, 2008).

33 “Uma casa-ampliada (um conjunto de casas próximas ligadas entre si, em geral com uma liderança) explorava uma única colocação como um todo, ou parte dela. Casas-ampliadas também podiam agir como uma unidade de consumo ou de cooperação técnica, bem como figurarem como uma unidade “moral” sob a liderança de uma casa mais velha. Casas-ampliadas são grupos sociais de um tamanho apropriado para a exploração dos recursos territoriais: tipicamente, a colocação do seringal”. No original: “A macro-house (a set of closely linked houses, often with a leadership) explored as a whole a single settlement, or part of it. Macro-houses can also act as a unit of consumption or of technical cooperation, as well as figuring as a “moral” unit under the leadership of an older house. Macro-houses are social groups of a size appropriate for the exploitation of resource territories: typically, the colocação of the rubber state” (ALMEIDA, 1992, p. 179).

Vejamos o exemplo de como funcionava a organização territorial no interior da casa-ampliada de Iraçu, ou, como prefiro chamar, do grupo de casas organizadas em torno da figura de Iraçu.

O grupo de casas era composto pela casa de Iraçu e as de seus filhos Hilarino, José, Vivaldo, e Francisco, além da casa de seu genro Adonis. Tomando como referência o dono de cada casa, a composição delas era a seguinte³⁴:

1. Iraçu, sua esposa, dona Maria, e dois filhos: Zenilde (19 anos) e Ronelson (18)
2. Hilarino, Iza (esposa), e as filhas: Roseli (14), Rosimar (10), Roseane (8) e Rosângela (1)
3. José, Chaga (esposa), e os filhos: Vanessa (10), Andressa (8), Daniel (3), e Daniela (1)
4. Adonis, Raimunda (esposa), e os filhos: Zidane (14), Raiane (13), Daiane (8), e Rian (1)
5. Francisco, Nailde (esposa) e a filha Letícia (3)
6. Vivaldo, Kátia (esposa) e o filho Manoel (2)

Além dessas casas, havia mais três casas de filhos de Iraçu nas proximidades, mas que faziam parte de outros grupos de casas. As de Juarez e Jonas, casados com duas filhas de Iraçu, Josefa e Maria, respectivamente. Suas casas, embora parte do grupo de casas orientado em torno da figura de Osvaldo, mantinham relações constantes com as casas do grupo de Iraçu. Além deles, havia a casa de Neto, casado com Arténizia, filha de Iraçu, e que morava a dez minutos de canoa abaixo da Foz do Tejo. Neto e Arténizia frequentavam a casa de Iraçu com menor frequência, em geral para visitas de fim de semana. Iraçu ainda tinha filhos morando na sede do município de Marechal Thaumaturgo (Hilariso e Elson, ambos casados e com filhos), e em Cruzeiro do Sul (Naldo e Maria Luiza).

Entre o grupo de casas organizadas em torno da figura de Iraçu, assim como em

³⁴ Nos Anexos há fotos de todos os integrantes do grupo de casas orientadas em torno da figura de Iraçu.

toda a bacia do rio Tejo, os direitos de uso sobre porções de território eram garantidos pelo próprio uso anterior dessas áreas por parte de casas individuais. Em geral, os usos que garantiam esses direitos eram aqueles que resultavam da derrubada de áreas de floresta classificadas localmente como *mata virgem*. Já áreas de caça no interior da floresta ou áreas de pesca em rios e igarapés eram de uso comum e não era possível o estabelecimento de direitos de uso exclusivos sobre elas. Na prática, isso se traduzia em direitos de casas individuais sobre áreas onde ficavam casas, roçados, casas de farinha, engenhocas, e pastagens para criação.

Embora os direitos de uso sobre porções de território fossem garantidos a casas individuais, o manejo do território no interior do grupo de casas era planejado e negociado entre todas as casas que o compunham. Essa orientação coletiva da ação sobre o território permitia tanto otimizar algumas ações produtivas das casas individuais como garantir acesso a territórios em disputa com outros grupos de casas.

Em 2013, por exemplo, Francisco, um dos filhos de Iraçu, abriu uma área para plantar arroz e Iraçu outra para plantar milho. No entanto, após a abertura das áreas, Iraçu julgou que, por características do terreno e da vegetação no entorno, o local onde Francisco planejava plantar arroz daria muito mato, o que poderia atrapalhar o desenvolvimento da plantação. Iraçu, então, propôs a Francisco uma troca com a área que tinha aberto para plantar milho, pois achava que o arroz se desenvolveria melhor na área aberta para milho e que o milho não seria tão prejudicado na área cuja previsão era ter muito mato. A troca foi efetuada.

Além de trocas, cessões de áreas também podiam ocorrer no interior de grupos de casas. José, por exemplo, tinha um bananal plantado em uma antiga *capoeira* de Adonis. Uma *capoeira* é uma área previamente aberta por uma casa e que não está mais em uso, abandonada à regeneração da vegetação. Embora não estando em uso, enquanto houver lembranças de uso da área, ela tem seus direitos associados à casa que abriu a área originalmente. Quando José identificou a área em questão como adequada para seu bananal, decidiu conversar³⁵ com Adonis para poder utilizá-la. Ao aceitar o plantio, Adonis transferiu momentaneamente a José o direito de uso daquele pedaço de terra

35 *Conversar* aqui tem o sentido de pedir permissão para usar, negociar o uso.

(nesse caso, por prazo indeterminado, já que bananais são culturas semi-perenes).

Outro exemplo de gestão coletiva do território é de três áreas abertas na mata bruta por Iraçu, Hilarino e José, para o plantio de macaxeira e arroz. Embora com delimitações claras de áreas individuais, os roçados foram abertos de maneira contígua. A motivação para a abertura dessa grande área foi uma competição por terras com o grupo vizinho de Calango. Nos anos anteriores, o grupo de casas a montante vinha expandindo sucessivamente seu campo de gado para áreas atrás dos roçados do grupo de casas de Iraçu, Hilarino e José. Na prática, isso significava retirar desse grupo a possibilidade futura de ampliação de suas áreas de plantio, o que levou a uma decisão coletiva de ampliação de áreas, visando interromper o processo de expansão de terras por parte do grupo vizinho, que competia pelo território e pelo acesso futuro a terras.

Além dos territórios para abertura de roçados, a gestão coletiva se estendia para outros territórios e ferramentas necessárias à produção. As casas orientadas em torno da figura de Iraçu gerenciavam e utilizavam coletivamente o campo de pastagem de gado (localizado em torno de várias casas e com animais pertencentes a todas elas), a cacimba (a principal fonte de água do grupo), e maquinários (como motores, peladeiras de arroz, roçadeiras, engenhocas, os aparatos da casa de farinha – forno, prensa –, dentre outros). Esse gerenciamento incluía a aquisição e manutenção desses objetos, levando à partilha de compra de novas ferramentas e peças de reposição para maquinários, bem como a manutenção coletiva das áreas, com mutirões de limpeza do campo de gado e até mesmo da rede de energia elétrica que abastecia todas as casas³⁶.

Em trabalho sobre ribeirinhos do Trombetas, no estado do Pará, Mark Harris fez indicações muito parecidas sobre o funcionamento desses grupos de casas amazônicas ligadas por parentesco e cooperação. Mas, ao invés de *casas-ampliadas*, ele os chamou de *clusters* (grupos ou agrupamentos), reforçando que um dos papéis fundamentais dos *clusters* seria a gestão de terras, principalmente a regulamentação da transmissão de direitos sobre terras em um contexto de escassez (HARRIS, 2000).

36 A rede de energia elétrica vinha direto da sede municipal e era uma introdução recente. Embora a responsabilidade pela limpeza das áreas não fosse formalmente do grupo de casas, eles efetuavam mutirões para evitar que a vegetação em torno dos cabos de energia crescesse ao ponto de encostar neles e gerar queda de fornecimento.

Em uma visão econômica, no sentido estrito relacionado à “maximização do lucro” ou do “auto interesse” (ELLIS, 1993; SEN, 1999), o comportamento desses grupos de casas amazônicas poderia ser interpretado como uma forma de organização para aquisição e gestão de meios de produção coletivos que tanto diminui o custo das casas na obtenção e manutenção desses meios de produção individualmente como permite maior competitividade no acesso a terras e recursos frente a outras casas e grupos de casas. Nesse raciocínio, o uso coletivo de casas de farinha, campos de gado, roçadeiras e peladeiras seria uma forma de maximizar o retorno do investimento nesses meios de produção já que, se cada casa mantivesse cada um desses itens, o custo relativo à produtividade aumentaria muito e os meios ficariam muito tempo ociosos.

Essa perspectiva, no entanto, não explica completamente a formação e o funcionamento internos desses grupos de casas, em especial a forma como relações sociais são vividas em seu interior.

Ao se debruçar sobre essas questões, Almeida e Harris, por exemplo, atribuíram ao parentesco um papel importante na criação e manutenção desses agrupamentos. Na argumentação de ambos há o postulado de uma predileção para que, após o casamento, um filho estabeleça morada perto de seus pais, o que levaria à formação de casas próximas, que cooperam, e que têm a liderança de uma casa mais velha, a dos pais, gerando um ciclo de desenvolvimento específico desses agrupamentos.

Harris viu uma dupla orientação na formação desses agrupamentos. Haveria um ideal das pessoas em viver próximo à casa dos pais após o casamento e esse ideal seria complementado pela disponibilidade de terras. Por essa razão, haveria preferência pelo casamento endogâmico no interior dos *clusters* (HARRIS, 2000, p.92 *ss*)³⁷, o que respeitaria os dois princípios anteriores: tanto marido como esposa morariam perto dos pais e a possibilidade de conflitos por terras diminuiria consideravelmente.

No entanto, o mesmo não se aplica ao caso estudado no Tejo. No caso dos filhos de Iraçu, todos eles casaram-se com pessoas que moravam distante. Para ficar em alguns exemplos, o filho mais velho de Iraçu, Hilarino, se casou duas vezes, uma com

37 Segundo Harris, o ideal de morar próximo dos pais seria o “pináculo” do ciclo de desenvolvimento dos *clusters*.

uma pessoa do Bagé e outra do Manteiga, dois afluentes do Tejo. As duas filhas mais velhas de Iraçu, Josefa e Maria, se casaram com Juarez e Jonas, respectivamente. Eles, embora fossem vizinhos de Iraçu em 2013, iniciaram sua vida de casal no igarapé Manteiga, onde moravam os pais dos maridos. Só depois vieram para mais próximo do pai. E havia ainda os filhos de Iraçu que moravam em outros locais, como Arteniária, que morava na comunidade Foz do Tejo, lugar de origem de seu marido; Maria Luiza, que morava em Cruzeiro do Sul, também lugar de origem de seu marido. Esses exemplos poderiam sugerir um padrão de casamento no lugar do marido, mas Raimunda, casada com Adonis e filha de Iraçu, vivia ao lado do pai; também outros dois filhos de Iraçu, Elson e Hilariso, moravam na vila Thaumaturgo com suas esposas, e Marinaldo em Cruzeiro do Sul. Dos outros que moravam próximos a Iraçu, José e Francisco “arrumaram mulher” no rio Bagé e Vivaldo no rio Acuriá.

Ou seja, a explicação da formação de grupos de casas não passa pela questão da transmissão de direitos sobre a terra, mesmo se tratando de um local em que pode haver competição entre grupos de casas pelo território.

A outra proposição de Harris, do ideal de viver próximo aos pais, parece fazer mais sentido, mas, é preciso detalhá-la um pouco melhor. Assim como no caso do Trombetas, os moradores do Tejo demonstravam grande afeição por seus pais. Hilarino e seus irmãos, por exemplo, diziam que o dia deles só começava bem se fossem à casa do pai “tomar a benção” antes de partir para o trabalho. Os irmãos também tinham um acordo de que qualquer carne, conseguida em caçada ou marisco, deveria ser prioritariamente partilhada com a casa do pai, e só depois *vizinhada*³⁸ com as demais casas.

Embora atitudes como essa demonstravam respeito e preocupação dos filhos para com Iraçu, elas não ajudam a explicar as relações entre as demais casas do grupo de casas, ou ainda o fato de outros filhos de Iraçu terem se casado e estabelecido morada longe do pai.

Minha perspectiva é de que não há uma resposta simples para a questão da

38 Sobre a noção de *vizinhança* e o alto grau de confiança que ela envolve, ver POSTIGO, 2010, p.274 ss.

formação e manutenção dos grupos de casas. Os filhos podem ter escolhido morar em outros locais por entenderem que havia mais oportunidades de trabalho na vila ou na cidade, ou simplesmente por não gostarem dos trabalhos da “vida no interior”. Hilariso, por exemplo, foi morar em Thaumaturgo em função de seu trabalho de piloto e Marinaldo foi para Cruzeiro do Sul, maior centro populacional e comercial do Juruá acreano, para estudar mecânica. Já Elson foi morar na vila Thaumaturgo depois de ter se casado com uma antiga professora da escola que frequentava na Foz do Tejo e por lá conseguiu um emprego em um dos comércios.

No caso de Elson, no entanto, ao menos mais um fator pesou em sua decisão. Segundo dona Maria, esposa de Iraçu, Elson teria se casado com sua esposa às pressas, e depois se arrependido. Seu casamento teria ocorrido por ele estar “desgostoso” com o controle excessivo que Iraçu colocaria sobre os filhos, já que Iraçu exigia muita participação nos trabalhos agrícolas. Por essa razão, Elson teria buscado um casamento rápido, como forma de constituir sua própria casa e em um lugar onde sofresse menos pressão do pai. O exemplo de Elson sugere que a relação pai-filho não prescreve o surgimento e manutenção do grupo de casas, e que uma variedade de fatores, como condições de trabalho internas ou externas, ou projetos pessoais, podem levar à saída de filhos para outros locais.

Mauro Almeida também já havia notado que filhos descontentes com o controle dos pais poderiam estabelecer morada em outros locais, até mesmo criando alianças entre si. Ele, então, formulou que, para além do manejo de recursos escassos por um conjunto de casas, o problema central das casas-ampliadas seria o estabelecimento de liderança. Segundo ele, o problema do estabelecimento da liderança chegaria até a impossibilitar um casamento no local tanto do marido quanto da esposa, pois dividiria a nova casa sob a liderança de duas casas-ampliadas enquanto unidades de cooperação e lealdade (ALMEIDA, 1992, p.180 *ss*). Só que, como veremos adiante, a história pessoal de Iraçu não se enquadra nessa proposição de Almeida: Iraçu se casou pela primeira vez em uma colocação na qual morava com sua mãe e avô (a quem considerava como seu pai, pois o pai havia falecido quando ele era um bebê). Casou-se com uma “prima legítima”, filha de sua tia materna, e viveu ao menos oito anos em uma

colocação na qual tanto ele quanto a esposa estavam próximos à casa dos pais. Mesmo que se trate de um casamento endogâmico (como na formulação de Harris), uma casa surgiu potencialmente ligada à liderança de outras duas casas de parentes e manteve essa relação por anos.

3.3 Considerações finais

Grupos de casas e comunidades são formas particulares de organização na bacia do rio Tejo, e têm importância econômica e política. A abordagem dos grupos de casas enquanto categoria analítica é útil para compreender processos produtivos, principalmente porque é a partir desses agrupamentos que se pode entender plenamente a gestão dos meios de produção e do território, permitindo a comparação com outros locais e situações camponesas³⁹. Mas, é importante reforçar que “grupo de casas”, “casa-ampliada” e “meios de produção” não são categorias explicativas utilizadas localmente⁴⁰ e, a despeito dos avanços na compreensão possibilitados por essas categorias, há algo sobre a perspectiva dos habitantes do Tejo acerca desses agrupamentos que precisa ser explicado ainda.

Uma das conclusões desse capítulo é que os exemplos de campo apontam para uma lacuna de conhecimento quanto à formação dos grupos de casas. Não é possível estabelecer uma relação causal determinada entre parentesco, e transmissão de direitos, e a formação e o pertencimento a grupos de casas. A sugestão que desenvolverei adiante é de que é preciso adotar uma perspectiva mais dinâmica e menos prescritiva para compreender a formação e as relações que sustentam esses agrupamentos, em especial no que se refere à gestão de relações entre pessoas tanto no interior como no exterior das unidades domésticas.

39 Um exercício desse tipo, por exemplo, seria tomar *casas-ampliadas* (ou os seringais) e compará-las com *plantations* e *haciendas* no que se refere às relações com mercados, investimento de capital, acesso a terras, disponibilidade e controle sobre a força de trabalho, e sanções (MINTZ e WOLF, 2003). Ou então, como fez Almeida ao comparar seu caso de estudo com outros trabalhos sobre camponeses brasileiros (ALMEIDA, 1986).

40 *Casa-ampliada* não é um termo utilizado pelos habitantes do rio Tejo, ao contrário de *comunidade*, *casa*, *vila* e *cidade*. Isso, no entanto, não diminui sua importância enquanto categoria analítica para circunscrever um conjunto de relações que incide sobre um grupo de *casas* e que garante relações de proximidade social entre pessoas que dificilmente são vistas em outros tipos de agrupamento.

4. Casa

Gostaria de iniciar o capítulo retomando o argumento de Almeida sobre as casas-ampliadas. Em sua definição, casas individuais eram interpretadas como parte de uma unidade maior e, caso não fizessem parte de uma casa-ampliada, eram interpretadas como pontos flutuantes à procura da adesão ou criação de uma casa-ampliada⁴¹.

No entanto, meus dados de campo e os próprios dados presentes na tese de Almeida mostram que apenas oito colocações da época eram ocupadas por uma única casa-ampliada. As demais dezoito colocações pesquisadas eram ocupadas ou por uma casa-ampliada e mais algumas casas “isoladas” (sete casos), ou por apenas casas “isoladas” (dez casos), ou ainda por duas casas-ampliadas (um único caso – ALMEIDA, 1992, p. 334). O argumento de Almeida resolve esse descompasso entre o modelo e o observado de duas maneiras: remetendo ao poder histórico dos patrões para designar famílias para trabalhar em colocações já habitadas, o que introduziria casas novas nesses lugares (que poderiam ou não ser incorporadas à casa-ampliada local ao longo do tempo); ou ao fato de que as casas-ampliadas teriam um ciclo de desenvolvimento peculiar⁴², no qual casas se transformariam em casas-ampliadas e depois morreriam, para serem repostas por outras casas-ampliadas (*Idem*, p.302).

A meu ver, o problema é que, embora Almeida note em outras passagens que decisões importantes ocorrem no interior das casas (ALMEIDA, 1992, p.261 – há um capítulo dedicado às variações de estratégias produtivas das casas), ao sugerir a existência de casas “isoladas” como um momento no desenvolvimento das casas-ampliadas e ao estabelecer a tendência de que casas são com o tempo incorporadas a casas-ampliadas pelo parentesco ou que dão início ao surgimento de uma casa-ampliada

41 “Casas camponesas na floresta estão agrupadas em casas-ampliadas, com uma média de dezesseis pessoas por núcleo. Ao invés de formarem uma comunidade homogênea, faz mais sentido que casas individuais fltuem ao longo de pontos diferentes; que algumas capturem outras, formando casas-ampliadas, que por sua vez são amplificadas em redes de casas-ampliadas de uma maneira competitiva e mutuamente divergente”. No original: “Peasant houses in the forest are grouped in macro-houses, nuclei with an average of sixteen persons apiece. Instead of forming a homogeneous community, it makes more sense that the individual houses fluctuate along different points; that some capture others forming macro-houses, and these in turn are amplified into networks of macro-houses in a competitive and mutually divergent manner” (ALMEIDA, 1992, p.285).

42 A ideia de um ciclo de desenvolvimento de casas camponesas não é nova, e remonta ao menos até Chayanov (1966). Outros trabalhos sobre o assunto foram organizados por Jack Goody na coletânea *The Developmental Cycle In Domestic Groups* (GOODY, 1971).

para depois desaparecerem, sua formulação oblitera a imagem da casa enquanto espaço decisório e produtivo e induz a uma interpretação de que a casa é um estágio inicial e imperfeito (“isolado” e “flutuante”) da casa-ampliada⁴³, uma forma de agrupamento que não está plenamente realizada.

A partir de agora, procurarei enfatizar as decisões tomadas no interior das casas, relacionadas às atividades produtivas e à manutenção de redes de troca. Em 2013, eram as casas, por exemplo, que respondiam pela gestão das pessoas que as compunham, incluindo o tempo que elas dedicavam a cada atividade. Casas também podiam decidir sobre estratégias produtivas distintas, decidindo por plantações e aplicação de técnicas variadas das utilizadas por outras casas do grupo⁴⁴. Entendo que a existência das casas-ampliadas é tão contingencial quanto a existência das comunidades. Enquanto uma surge de boas relações de troca entre casas, a outra surge da relação de casas e de grupo de casas com o Estado⁴⁵. O que não é contingencial em nenhum dos casos é a existência de casas compondo essas outras formas de agrupamento.

Portanto, embora a imagem de grupos de casas que cooperam corresponda a práticas observadas ao longo de décadas no Tejo, a aplicação de tal imagem dificulta a compreensão de relações que escapam aos limites dessa forma de agrupamento. Creio

43 Em trabalho sobre habitantes do rio Trombetas, Pará, Mark Harris faz formulação muito semelhante, ao dizer que “um grupo [cluster] novo e elementar é formado quando uma criança e seu cônjuge saem da casa dos pais” (no original: “a new and elementary cluster is formed when a child and their spouse move out of the parental house” – HARRIS, 2000, p.93). Como mostrarei adiante, sua formulação sobre *clusters* é quase idêntica à de Almeida quanto às casas-ampliadas. E Harris também vê na casa uma forma embrionária de *cluster*.

44 Em seu campo na década de 1980, Almeida também já tinha visto fenômenos similares, e os interpretou como resultado do alto grau de liberdade que casas de seringueiros tinham para administrar seus membros. Ele descreveu um contexto no qual padrões não tinham controle sobre o emprego da força de trabalho, e no qual a liberdade decisória das unidades domésticas entre atividades produtivas como produção de borracha, caça, pesca e agricultura, poderia compor uma variedade enorme de arranjos. Sob esse quadro de múltiplas estratégias, Almeida recusou que qualquer modelo microeconômico disponível pudesse dar conta da orientação das ações dentro das unidades domésticas (Almeida, 1992, p.300-301).

45 Em 2009, durante a realização do *Plano de Manejo da Reserva Extrativista do Alto Juruá*, por exemplo, algumas pessoas pleiteavam o reconhecimento de determinados locais como *comunidades* autônomas. Na maioria dos casos, tratavam-se de partes de casas de uma comunidade anteriormente reconhecida pelo Estado e que queria ser reconhecida como uma unidade política própria no que se refere à interlocução com o Estado e à distribuição de bens. Cada comunidade, por exemplo, poderia eleger dois representantes para enviar às reuniões de representantes que ajudariam na elaboração do próprio *Plano de Manejo*, que, por sua vez, continha um plano de instalação de infraestrutura pela Reserva Extrativista (cf. ICMBio, 2011). Ser uma comunidade à parte garantia às casas que a formava maior chance de participação política e de acesso a bens.

que uma análise mais detida do funcionamento das casas, tomadas enquanto unidades domésticas⁴⁶, e da forma como organizam relações interna e externamente possa dar contribuições à explicação do comportamento econômico na bacia do rio Tejo.

4.1 A casa de Hilarino

O uso da palavra *casa* na bacia do rio Tejo guarda dois sentidos principais. Um deles se refere ao espaço físico de uma casa. O outro à partilha de laços, práticas e ideias entre seus habitantes, que podem mudar de uma casa física para outra. Assim, quando alguém diz “casa” pode estar se referindo ao mesmo tempo à casa enquanto espaço físico, por exemplo, com a frase: “Essa é a minha casa”; ou à casa enquanto um espaço de partilha moral e de práticas: “Na minha casa fazemos assim”. Tomemos como exemplo a casa na qual realizei boa parte de minha pesquisa de campo, identificada como a “casa do Hilarino”⁴⁷.

Enquanto espaço físico, a casa de Hilarino era similar às mais comuns na região. As paredes e o piso eram feitos de tábuas de madeira nativa, serrada com motosserra e planeada. A casa se apoiava em barrotes de madeira que a mantinham a cerca de um metro e meio do chão, deixando um vão até o piso, onde galinhas, patos e porcos de criação podiam se abrigar. O telhado era coberto de alumínio e as paredes externas pintadas com tinta à base d'água. Internamente, havia quatro cômodos: dois quartos, sala e cozinha. Do lado de fora, uma pequena varanda, onde ficava a porta de entrada para a casa, que, no total, tinha sete metros de largura por oito metros de comprimento. Ao lado da varanda, cerca de trinta centímetros abaixo do nível da casa, ficava um pequeno trapicho (ou trapiche), estrutura feita em madeira e utilizada na transição do terreiro para a casa, onde podiam ser colocados calçados e ferramentas antes de se subir na casa. Havia também uma porta nos fundos da sala, com um trapicho de cerca de cinco metros à sua frente, levando até outra cozinha externa, onde ficava o fogão à lenha e o jirau para tratamento de carnes e limpeza das louças. As paredes internas da casa não

46 Inicialmente, me refiro a casa como equivalente à unidade doméstica. Esse uso segue a proposta inicial de Gudeman e Rivera, opondo a casa à corporação enquanto formas de agrupamento e modelos de produção e troca distintos.

47 Usualmente, uma casa é publicamente vinculada à imagem de seu *chefe*, como quando se diz “a casa de Hilarino”. No entanto, se a pessoa que se refere à casa for mais próxima socialmente da esposa de Hilarino ou de suas filhas, pode referenciar a casa a elas. O uso em referência ao *chefe* é mais comum por eles responder por boa parte das trocas para além dos limites da casa, mas não é exclusivo.

chegavam ao teto, permitindo a circulação do ar e do som por todos os lugares. Eram parte da casa ainda o terreiro, onde ficava o varal, o galinheiro e a horta, construída em uma velha canoa suspensa. A casa ficava localizada perto da casa de seu pai (Iraçu), de seus irmãos (José, Francisco, Vivaldo) e de seus genros (Adonis, Jonas e Juarez), embora relativamente isolada da casa do pai e dos irmãos por ficar do outro lado do rio, e das casas de Jonas e Juarez por ter mata e roçados entre elas.

Habitavam a casa de maneira permanente Hilarino, sua esposa Iza e as quatro filhas do casal: Roseli (14 anos), Rosimar (10), Roseane (8) e Rosângela (1). A rotina da casa consistia em dedicar-se a atividades produtivas, à manutenção da casa, aos estudos das crianças, ao cuidado com a bebê, e ao apoio de atividades das casas vizinhas. No geral, Hilarino ficava responsável pelas atividades produtivas e a ajuda a outras casas, enquanto Iza e as filhas se preocupavam com a manutenção da casa, o estudo das crianças e os cuidados com a bebê. Assim, a dinâmica mais comum era que ele saísse no começo da manhã para o trabalho, ao mesmo tempo em que Roseane e Rosimar saíam para a escola. Iza e Roseli ficavam em casa, divididas entre as atividades de limpeza da casa e da louça do jantar, preparo do almoço e cuidado da bebê. Após o almoço, que ocorria por volta do meio-dia, Roseli ia para a escola, enquanto suas irmãs mais novas ficavam em casa, ajudando Iza nas tarefas de limpeza da louça do almoço, carregamento de água, e cuidados com a bebê. Depois disso, iam fazer suas tarefas escolares antes de serem liberadas para “brincar”, quando brincavam pelo terreiro em torno da casa ou, quando alguém as levava, visitavam as casas vizinhas. Já Hilarino saía novamente após o almoço para alguma atividade produtiva ou de ajuda. Às vezes ficava em casa, realizando algum reparo necessário na casa ou em motores. Quando não, retornava apenas no fim da tarde, normalmente quando o dia já estava terminando de escurecer e depois que Roseli já havia voltado da escola. No fim da tarde e começo da noite, as crianças se banhavam, seguidas depois por Roseli, Iza e Hilarino, sem uma ordem específica. Iza ou Roseli preparavam o jantar e, após todos comerem, se reuniam para assistir televisão ou conversar antes de dormir.

Embora essa possa ser considerada a rotina da casa, em boa parte dos dias em que convivi com eles ocorriam situações especiais, que incluíam idas à vila de Marechal

Thaumaturgo, necessidade de apoio de um dos membros da casa para Hilarino em alguma atividade produtiva (em especial nos períodos de plantio e colheita), visitas que se hospedavam na casa, festas de aniversário, dentre outros. Havia também os domingos, quando Hilarino não ia trabalhar e às vezes levava a família para outras casas ou comunidades, para acompanhar um campeonato de futebol ou um evento religioso (banquetes para pagamentos de promessas a algum santo, missas, cultos evangélicos⁴⁸).

Fosse em meio aos dias mais ordinários ou aos que tinham mais variações de acontecimentos, era Hilarino o responsável por determinar o que cada pessoa da casa iria fazer. Ele poderia escolher e levar alguma de suas filhas ou mesmo Iza para acompanhá-lo em uma atividade, ou determinar qual delas iria até a cidade resolver algum problema. Ele exercia sua responsabilidade de coordenar as atividades necessárias ao funcionamento da casa da maneira que ele julgava ser a mais compreensível e correta em relação à esposa e às filhas. Assim, ele as consultava sobre o que elas queriam fazer no dia seguinte e tentava respeitar as vontades delas através de uma discussão sobre quem faria o quê entre as atividades necessárias. Nesse planejamento coletivo, mas ao qual cabia a Hilarino a palavra final, duas atividades eram sempre prioridade: a ida das crianças para a escola e os cuidados com a bebê, que só era levada para a casa de parentes em último caso.

Quando Hilarino não estava em casa, Iza era responsável por coordenar as atividades, embora ficasse claro que as crianças às vezes resistiam um pouco às suas ordens. Hilarino era o mais respeitado pelas crianças em seu papel hierárquico de *pai*. No entanto, mesmo quando ele estava em casa, era Iza quem normalmente coordenava as atividades das crianças e Hilarino era chamado ou intercedia apenas nos casos limite, depois de muita resistência (ou “teima”) por parte das crianças às ordens da mãe. Normalmente, as crianças tinham “chamada a atenção” em relação a um comportamento inadequado para com outra pessoa ou para com os estudos. Dificilmente eram repreendidas pelo lugar onde estavam ou pelo que estavam fazendo entre elas (a não ser

48 Hilarino é católico, assim como os demais de sua família. No entanto, frequentava cultos evangélicos organizados em uma comunidade vizinha que era seguidos por almoços e organizados por um casal por quem tinha grande *consideração* (o termo *consideração* será avaliado mais adiante, e tem semelhanças com a definição de Pina-Cabral e Vanda Silva, 2013).

que isso gerasse uma reclamação de uma delas sobre o comportamento da outra). Quando Hilarino e Iza se ausentavam, cabia a Roseli coordenar as atividades das mais novas, embora o grau de controle dela sobre as irmãs fosse bem menor do que o da mãe. Sua maior ferramenta de persuasão era a sugestão de relatar a resistência às suas ordens à mãe ou ao pai⁴⁹.

Havia uma hierarquia clara quanto à participação das pessoas nas atividades voltadas para o funcionamento da casa interna e externamente. Na ausência de Hilarino, o *chefe*, o governo no interior da casa era assumido momentaneamente por Iza e depois por Roseli. Quando os três se ausentavam, era comum que Rosângela fosse com um deles e que Rosimar e Roseane fossem levadas à casa de um parente. Essa hierarquia da casa era importante para que se garantissem dois processos que ocorriam em paralelo: por um lado, era preciso garantir a manutenção da casa e a ajuda a outras casas, atividades fundamentalmente realizadas por Hilarino e por pessoas que ele “destacava” da casa para apoiá-lo na realização dessas tarefas. Por outro, era preciso garantir o bom funcionamento da casa no que se referia à criação das crianças. Assim, quando Hilarino ia planejar as atividades produtivas e quem o acompanharia, sempre avaliava a necessidade de se manter alguém na casa para “cuidar” das crianças, seja alimentando-as ou garantindo que elas se comportassem de maneira adequada. Nessa dinâmica, cabia a Hilarino o “governo da casa”, e Iza e Roseli assumiam apenas parcialmente ou momentaneamente a responsabilidade pelo governo do interior da casa.

4.2 O governo da casa

Como dito, entre os habitantes da bacia do rio Tejo o uso da palavra *casa* pode se referir a características partilhadas por aqueles que habitam uma mesma casa enquanto espaço físico. Essas características partilhadas incluem uma noção clara de papéis e hierarquia internos, que são determinantes para a forma como se estruturam relações. Entre as pessoas que habitam a casa, é comum que haja um *chefe*, a quem cabe zelar pelo bom funcionamento da casa, bem como por sua imagem pública.

49 Na maioria das vezes, nem Iza e nem Roseli relatavam esses acontecimentos. Faziam-no apenas quando consideravam algo grave. Curiosamente, tendiam a fazer uma descrição amena da situação a Hilarino, para que ele apenas “desse um carão” nas meninas e não utilizasse violência física. Durante toda minha estadia, não vi o uso da violência física e as meninas relatavam que haviam “entrado na peia” apenas uma ou duas vezes em suas vidas.

Normalmente, o chefe é o *pai* da família⁵⁰ que habita a *casa*. Cabe ao chefe se preocupar ao mesmo tempo com o funcionamento de sua casa e com a imagem pública que ela sustenta. Assim, deve administrar o comportamento das pessoas de sua casa tendo em vista sua capacidade produtiva, com o que assume o gerenciamento do trabalho que produz bens para consumo e troca, e a visibilidade pública dessas pessoas, com o que assume o julgamento e punição de condutas consideradas inapropriadas. Fazendo um paralelo com a teoria aristotélica, ao *chefe* cabe o *bom governo* da casa quanto a sua forma e finalidade (ARISTÓTELES, 2004).

Mas um bom chefe tem que ser capaz de garantir o bom gerenciamento do trabalho disponível e de boas relações mantidas com o exterior da casa sem que se torne um déspota. Isso significa dizer que ele deve ser capaz de convencer as pessoas de sua casa a fazerem o que ele planeja sem que elas desejem abandonar a casa. Assim, um bom chefe não maltrata sua esposa a ponto de ela retornar para a casa de seus parentes, ou é rígido demais com os filhos a ponto de eles saírem muito cedo de casa.

Um bom chefe também tem a capacidade de manter trocas consideradas justas com outras casas, o que faz com que ele mantenha redes de troca para sua casa que permitam a mobilização de trabalho extra. Um chefe que administra boas relações no interior e no exterior de sua casa tem maior possibilidade de manter seus filhos por perto após o casamento, criando um grupo de casas cuja ação é orientada parcialmente de maneira coletiva. Uma casa que queira manter uma boa reputação pública não pode manter relações em seu interior, ou com outras casas, que são condenáveis publicamente⁵¹.

Essa dualidade do chefe enquanto quem dá ordens e quem planeja com sabedoria se manifesta em outras palavras que os habitantes do Tejo usam para se referir àquele

50 “Família”, assim como “casa”, pode ter tem mais de um uso e significado. Ora pode referir-se às pessoas conectadas por relações de parentesco e que moram em uma mesma casa (geralmente, pai, mãe e filhos), ora a parentes que moram em outras casas, próximas ou distantes.

51 Como pretendo mostrar depois, o bom governo da casa tem como resultado produzir boas relações de troca e de produção, seja de coisas ou de pessoas. Recorro momentaneamente à formulação de Fortes sobre os grupos domésticos: “Cada membro de uma sociedade é simultaneamente uma pessoa no domínio doméstico e no domínio político-jurídico. Seu status no primeiro é definido e sancionado pelo último”. (FORTES, 2011, s/n). Gudeman também atentou, em trabalho posterior ao já citado, ao componente moral que orienta a conduta interna de uma casa. Propôs que o conceito de *base* deveria ser entendido mais amplamente, como componente da comunidade composta pelos conjuntos de casas, e que seus efeitos seriam vistos sob a composição das próprias pessoas (GUDEMAN, 2006)

que assume a liderança da casa: além de “chefe”, ouvi o uso de “dono” ou “cabeça” de uma casa. O papel do chefe não é dominar uma casa, no sentido de subjugar seus membros, mas governá-la, de modo a manter seus membros por perto e realizando as tarefas materiais necessárias à reprodução física da casa, bem como agindo de acordo com valores morais partilhados e que mantêm uma boa imagem pública da casa.

Uma análise disponível sobre o “governo” de casas camponesas no Brasil, e que nos fornece bases comparativas, é a de Ellen e Klaas Woortmann (1997), que estudaram a economia doméstica de camponeses do Sergipe para demonstrar como as casas funcionavam a partir de um modelo que partilhava poderes entre homens e mulheres. Os autores analisaram a casa se projetando para “fora”, como um ator público sob “governo do homem”, a quem cabia a organização de meios de produção (instrumentos de trabalho, sementes, “braços”, e planejamento do ciclo agrícola), enquanto que o interior da casa seria entregue pelo homem ao “governo da mulher”. Assim, as práticas e as trocas econômicas funcionariam a partir de oposições operadas a partir desse governo partilhado: “homem leva para fora, inclusive para o mercado; a mulher traz para dentro da casa, para o consumo” (WOORTMANN & WOORTMANN, 1997, p.38)⁵².

A situação se assemelha ao que foi descrito para a casa de Hilarino, mas há uma diferença fundamental para o caso do Tejo. O produto do trabalho fora da casa retornava para ela na maioria das vezes como alimentos a serem preparados por Iza ou Roseli. Só que isso não significava que, de posse dos alimentos, a mulher adentrava o domínio de um governo completamente seu. Iza ou Roseli eram responsáveis por cozinhar os alimentos, mas Hilarino tinha a prerrogativa de interromper as atividades de preparo dos alimentos para que elas o ajudassem em qualquer outra atividade. Ele também podia influenciar o preparo dos alimentos, pedindo por um tipo específico de preparo ou criticando o resultado do preparo (a quantidade de sal ou óleo utilizados, por exemplo). Se ele julgasse que um alimento não estava preparado como deveria, demonstraria

52 Ao estudar um grupo camponês do sertão do Piauí, Emília Pietrafesa de Godoi descreveu relações semelhantes entre homens, mulheres e espaços. Homens estariam para roçados assim como mulheres para a casa. Só que Godoi sugeriu que esses espaços não seriam de domínio de uma parte ou outra, sendo complementares. O roçado seria o lugar de maior trabalho masculino, podendo comportar o trabalho feminino de acordo com a condição das famílias (em especial o ponto dela no ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico). (GODOI, 1999, p.90-91).

insatisfação⁵³. Ou seja, embora raramente o fizesse, Hilarino não só podia retirá-las de suas atividades de cozinha (ou qualquer outra atividade relacionada à casa) como podia influenciar como as coisas eram feitas.

Essas são observações importantes para que não se perca de vista o papel hierárquico atribuído ao chefe em todos os processos relacionados ao funcionamento de uma casa na bacia do rio Tejo.

Uma segunda objeção deve ser levantada quanto ao paralelo entre o caso de camponeses sergipanos e do rio Tejo. Neste, a mulher também pode “levar para *fora*” da casa. Não é exclusividade do homem prestar ajuda a outras casas com trabalho agrícola ou mesmo ir à cidade comercializar algo produzido. Iza podia ajudar outras casas sem a presença de Hilarino, bem como podia ir à vila Thaumaturgo, ou a Cruzeiro do Sul, negociar tanto a venda como a compra de objetos. Nessas ocasiões, importava apenas que Hilarino concordasse com o planejamento dessas atividades.

O que esses exemplos sugerem é que o funcionamento das economias domésticas na bacia do rio Tejo não opera a partir de domínios exclusivamente masculinos ou femininos. Há atividades que são realizadas com maior frequência por homens ou mulheres, mas não há nenhuma interdição para que homens realizem trabalhos usualmente levados à cabo por mulheres ou vice-versa. As explicações que recebi ao questionar o fato de homens realizarem as tarefas consideradas mais “pesadas” diziam que os homens eram mais “acostumados” a esse tipo de atividade. Ser acostumado a algo tinha a ver com a aquisição de habilidades e acúmulo de experiência em determinada área. O cerne da justificativa não era, portanto, o estabelecimento de tabus sobre determinadas atividades. Mulheres podiam assumir atividades consideradas “pesadas” e associadas a homens, como produção de borracha e caça, principalmente se seus maridos falecessem ou adoecessem e não houvesse outras pessoas que pudessem realizá-las (como um irmão, pai ou filho mais velho). Da mesma maneira, não havia demérito para um homem assumir as tarefas domésticas se sua esposa conseguisse um emprego assalariado. Com o aumento na oferta de empregos, casos assim vinham se

53 Os alimentos são uma questão central para o governo da casa. Durante a visita de pessoas de fora, por exemplo, um visitante comerá com a família e é preciso tanto que haja alimento como que ele esteja bem preparado, demonstrando uma casa em bom funcionamento.

tornando cada vez mais comuns.

A determinação de quem seria o chefe de uma casa era similar à da realização dos serviços pesados. O papel de chefe cabia, via de regra, aos homens. Eram eles quem respondiam pelas trocas realizadas por uma casa e as organizava. Mas, embora com predominância masculina, o modelo de organização da casa comportava também casas chefiadas por mulheres (cf. POSTIGO, 2008), em especial nos casos de falecimento do marido ou de separação do casal⁵⁴.

É importante reforçar que o chefe não é um déspota. Cabe a ele coordenar as atividades de sua casa e convencer as pessoas a fazer o que ele deseja, seja pelo diálogo, pela ameaça ou pela violência (utilizada em alguns casos limites). O diálogo é o recurso mais comumente utilizado. Sendo ameaças e violências reservadas, via de regra, às crianças. Homens no papel de chefe podem também utilizar violência contra suas esposas, embora essa prática seja entendida muitas vezes como desnecessária e ilegítima, podendo resultar em separação. Antes de mais nada, o chefe deve demonstrar uma habilidade de coordenação entre o bom funcionamento da casa e o respeito às pessoas que a habitam. Esposas e filhos mais velhos que estiverem desgostosos com o governo do chefe podem abandonar a casa e encontrar apoio em casas de parentes ou mesmo formar novas casas através de casamentos. Uma esposa que sofra violência que considera ilegítima ou desproporcional pode abandonar sua casa e encontrar abrigo na casa de parentes. Nesse caso, o marido até poderia ir atrás da esposa, mas teria que lidar com a família dela, que julgaria a gravidade do caso e da violência empregada, estabelecendo resistência ou dando razão ao marido. Só que ele não poderia exercer violência contra a mulher na casa de outras pessoas, pois a violência em uma casa é prerrogativa de seu chefe (ou das pessoas a quem ele delega parte do governo da casa).

Um acontecimento envolvendo um irmão de Hilarino ajuda a exemplificar esse limite do poder do chefe da casa. Ele e sua esposa haviam ido para uma festa em uma comunidade vizinha em um sábado à noite. Após a festa, dormiram em uma casa nessa

54 Embora façam a separação entre espaços masculinos e femininos, Ellen e Klaas Woortmann apontam uma situação similar em Sergipe, quando dizem que, na ausência do marido, a esposa pode ser autorizada por ele a “dar a direção” do processo produtivo. “O processo de trabalho pode ser visto, então, como uma construção simbólica relativa à hierarquia familiar” (WOORTMANN & WOORTMANN, 1997, p.45-46).

comunidade e, na manhã seguinte, o irmão de Hilarino retornou sozinho para sua casa. Pela manhã, após ter acordado, ele decidiu retornar às pressas pois havia marcado um jogo de futebol com alguns amigos, mas ouviu de sua mulher que ela queria ficar mais um pouco na comunidade em que estavam. Ele, então, disse que ela poderia ficar, mas que ele não voltaria para buscá-la mais tarde. A pressão colocada para que ela retornasse naquele momento, no entanto, surtiu o efeito contrário ao esperado e, ao invés de ceder aos desejos do marido, a esposa aproveitou o fato de estarem na casa de outras pessoas e decidiu ficar. O contexto não permitia a ele sequer sugerir o uso da força para levá-la a contragosto, o que obrigou-o a retornar para casa sozinho e cabisbaixo. Assim, quando ela resistiu à ameaça de ser abandonada pelo marido que queria retornar, ela sabia que não havia nada que ele pudesse fazer se ela se negasse. Por estarem na casa de outras pessoas, tanto ele não podia usar a violência como ela tinha o testemunho sobre a conduta inapropriada do marido ao ameaçar abandoná-la.

Quando o irmão de Hilarino retornou para sua comunidade, muitas conversas sobre o assunto ocorreram por parte de seus parentes, que achavam vergonhoso para toda a família uma separação desse tipo, ainda mais feita publicamente em uma comunidade vizinha. O marido, então, decidiu enviar sua canoa para que a esposa pudesse voltar nela. A esposa, no entanto, já se sentia em uma situação de abandono e livre para procurar outra casa para se abrigar. Foi, então, para a vila Thaumaturgo, para a casa de sua mãe, dizendo que nunca mais retornaria para sua antiga casa. Ao longo desse dia e do dia seguinte, o marido fez várias ligações para ela, tentando convencê-la a retornar. Até que, dois dias depois da separação, ela retornou para sua antiga casa. Seu retorno foi acompanhado de um sobrinho adolescente, que veio se certificar de que a recepção de seu marido seria pacífica e que ela não receberia maus-tratos pelo ocorrido. É importante registrar que a pressão dos parentes não era unívoca. Enquanto alguns o aconselhavam a tentar trazer a mulher de volta, evitando a vergonha da separação definitiva, outros diziam para abandoná-la de vez, pois uma boa mulher deveria seguir a vontade de seu marido.

O exemplo mostra como a mulher pode agir em relação à conduta de seu marido levando em consideração a pressão pública e o apoio de outras casas.

4.3 O modelo de trocas da casa

Em seu estudo sobre camponeses colombianos, Stephen Gudeman e Alberto Rivera (1990), definiram a *casa* como um agrupamento humano voltado para a realização de tarefas materiais. Tal modelo remontaria à Grécia Antiga, e teria sido trazido às Américas através da colonização ibérica. Suas principais características seriam: uma organização de tamanho pequeno, de abrangência local, organizada através de relações de parentesco, e que produz seus próprios meios de manutenção (produz como *outputs* alguns dos *inputs* dos quais necessita). Seu objetivo principal seria a reprodução de seu próprio modelo. E o ideal de uma casa seria a autonomia e autarquia, isto é, autogovernar-se e ser independente do exterior. Assim, a reprodução do modelo da *casa*, desde a Grécia Antiga até os dias atuais, seria resultado de seu funcionamento peculiar, cujo objetivo seria, no limite, a reprodução do próprio modelo.

A partir da etnografia, Gudeman e Rivera analisaram o funcionamento da casa colombiana partindo da categoria local *base*, que remetia à capacidade de produzir, seja da terra (natureza), seja das pessoas da *casa*. Assim, seguindo o princípio de que uma casa deveria reproduzir seu modelo, os autores postularam que a manutenção e a reprodução da casa através da produção de seus próprios meios de manutenção operaria o circuito econômico caracterizado como $base \rightarrow base'$, onde *base* são, analiticamente, os bens (*holdings of wealth*) da *casa*⁵⁵. Esse circuito poderia resultar em acúmulo de bens, mas que seriam utilizados na replicação das *casas* e não no investimento dos bens acumulados em forma de capital (como no exemplo de um pai que acumula bens para ajudar seus filhos a começarem suas novas casas). Uma organização que visasse a produção e acúmulo de lucro seria, para os autores, uma *corporação*, caracterizada por um circuito econômico distinto, definido por trocas fora de seus limites. Essas trocas teriam como objetivo tanto a busca de meios de manutenção (meios de produção) como de consumidores, tendo em vista o acúmulo de bens e capital. O modelo da *corporação* enquanto forma de agrupamento humano voltada para fins específicos operaria através do circuito $dinheiro \rightarrow base \rightarrow dinheiro'$. Assim, o modelo de *casa* proposto por

55 Em trabalhos mais recentes, Stephen Gudeman utilizou o conceito de *base* de maneira distinta, ampliando seu escopo para *comunidades* e até mesmo para a constituição de *pessoas* (cf. GUDEMAN, 2001; GUDEMAN, 2006, p.102-4). Atenho-me aqui à proposta de *Conversations in Colombia* por estar pautada pela discussão acerca da *casa* e fundamentada na *conversa* com dados de campo de um caso particular.

Gudeman e Rivera se diferenciaria do modelo da *corporação* na medida em que, enquanto a *casa* se realizaria ao produzir para o consumo interno e a reprodução do modelo, a produção da *corporação* se daria com o objetivo de produzir para o consumo fora de seus limites e com o objetivo de acúmulo de capital.

Aqui a análise de Gudeman e Rivera exemplifica os efeitos do método das *conversas*. Eles se utilizam do circuito *dinheiro* → *mercadoria* → *dinheiro'* descrito no quarto capítulo do primeiro volume de *O Capital*, mas substituem *mercadoria* por *base*, um conceito de camponeses colombianos que tem a ver com os bens necessários ao sustento da *casa*. Essa diferenciação aponta para a adoção de uma perspectiva local sobre o circuito das *corporações*, pois, segundo os próprios autores, *mercadoria* na obra de Marx define algo produzido para a venda. Assim, não faria sentido falar em um circuito *mercadoria* → *dinheiro* → *mercadoria'* para a casa colombiana, mas em *base* → *dinheiro* → *base'*. Daí que a utilização de *dinheiro* → *base* → *dinheiro'* para explicar a *corporação* resulta de uma *conversa* entre a perspectiva local e a teoria de Marx (cf. MARX, 1998; GUDEMAN & RIVERA, 1990, p.48 e ss.).

No entanto, os próprios autores assumiram que essa diferenciação entre os circuitos operados pela *casa* e pela *corporação*, na prática, não seria tão clara. Em especial porque a *casa* não seria capaz de produzir todos os *inputs* dos quais depende seu funcionamento⁵⁶. Uma *casa* sempre efetuaria trocas fora de seus limites para obter seus meios de manutenção e funcionamento. Assim, trocas teriam que ser operadas em um mercado, através do circuito *base* → *dinheiro* → *base'*. O desdobramento dessa

56 “A casa e a corporação são instituições ou meios de agrupamento, mas nenhuma é um sistema econômico total. Nos concentramos na casa como oposta à economia ou os atos individuais que são ditos levarem a um macrossistema, e nós argumentamos que a economia da casa é uma instituição de longa duração, que data da Grécia Antiga e mesmo antes. O meio de agrupamento da corporação também é uma instituição de longa duração, mas um desenvolvimento mais recente, associado com a expansão do mercado. Tanto a casa como a corporação são meios para a realização de tarefas materiais”. No original: “The house and the corporation are institutions or means of grouping, but neither is a total economic system. We focus on the house as opposed to the economy or the individual acts and decisions that are said to lead to a macrosystem, and we argue that the house economy is an institution of long standing, dating from Greek times and earlier. The corporate means of grouping is also an institution of long standing, but a later development associated with the expansion of the market. Both the house and the corporation are means for accomplishing material tasks”. (GUDEMAN & RIVERA, 1990, pp.9-10). Em trabalhos posteriores Gudeman mudaria o rumo de suas investigações e passaria a propor a existência de dois modelos de organização, a *comunidade* e a *corporação*, defendendo que eles nunca são observados em estado puro, mesmo nas *corporações*, que seriam formadas por *comunidades* internas que partilham valores (GUDEMAN, 2001).

constatação seria que a *casa* camponesa necessitaria produzir também para a troca fora de seus limites através da comercialização voltada para a obtenção de dinheiro. Esse dinheiro permitiria a aquisição de meios de manutenção necessários e que a *casa* não produz.

Da questão da produção e do consumo, que toma uma *casa* como uma unidade produtiva em busca de replicação, Gudeman e Rivera adentram o complexo universo das trocas. No entanto, para seguir sustentando o argumento de que o comportamento ideal da casa evita trocas com o exterior, os autores interpretam as trocas entre casas camponesas como uma realização metafórica do modelo da casa. Vejamos um exemplo de duas casas que trocam trabalho. Uma casa A que precisa de trabalho extra para uma tarefa pode buscar apoio em outra casa B. A casa A deve assumir a responsabilidade pela alimentação dos trabalhadores de A e de B. Com isso, a casa A se encontra em débito com a casa B, que requererá futuramente auxílio de trabalho da casa A, e, em contrapartida, se responsabilizará pela alimentação futura dos trabalhadores. Na opinião de Gudeman e Rivera, essas trocas não representam trocas para além dos limites do modelo da casa, pois operam o circuito *base* → *base'* através de uma aplicação metafórica e criativa do modelo, na qual uma casa entra com trabalho e outra com alimentação (ambas tarefas das casas). Tudo se passa, do ponto de vista do modelo, como se a troca entre casas realizasse uma troca de soma zero⁵⁷.

A meu ver, o problema com tal abordagem é não dissociar a realização das tarefas materiais das casas (a produção de seus meios de manutenção, incluindo a alimentação de seus membros) das relações sociais que as acompanham. Ou seja, embora tal modelo nos propicie uma interpretação sobre os fluxos de bens necessários à reprodução de casas individuais, ele não diz muita coisa sobre as formas pelas quais as unidades domésticas organizam seus membros para a realização das tarefas materiais e para se

57 “A prática de troca de trabalho é construída através do uso do modelo da casa. As categorias expressas pela casa e suas portas, da força do trabalho e da comida, do feminino e do masculino, dos usos e ganhos, e da propriedade e controle, são todas colocadas em uso pela relação que liga uma casa do interior a outra. A troca de trabalho é uma aplicação metafórica e criativa do modelo da casa”. No original: “The practice of labor trade is itself constructed by use of the house model. The expressed categories of the house and its doors, of the force of work and food, of female and male, of uses and gains, and of ownership and control are all put to use in this relationship that links one house to another in the countryside. The exchange of labor is a creative and metaphoric application of the house model” (GUDEMAN & RIVERA, 1990, p.110)

engajar em trocas com o exterior de modo a obter aquilo que elas não podem produzir, seja na relação com casas ou com outras formas de agrupamento.

4.4 Considerações finais

Esse capítulo introduziu aspectos básicos do funcionamento de uma casa na bacia do rio Tejo. Apontou para a dupla orientação de suas atividades: por um lado, a produção e apoio a atividades produtivas de vizinhos e, de outro, os cuidados com crianças. A descrição condiz com a proposição de Eric Wolf de que uma unidade doméstica camponesa é, também, um lar.

Outro ponto explorado foi a hierarquia doméstica e o papel público atribuído aos chefes como administradores das pessoas e dos bens de suas casas. A administração do trabalho disponível, como se verá adiante, é fundamental para manter as redes de trocas.

Idealmente, o papel de chefe de uma casa cabe a um homem, embora mulheres possam exercer chefia. A associação entre homens e as trocas entre casas fica evidente, por exemplo, nos pedidos de casamento, quando é o noivo quem deve ir à casa da noiva pedi-la em casamento. Quando um rapaz se junta a uma moça sem o consentimento de seu pai, é dito que ele a “carregou”, mesmo termo utilizado para dizer que um objeto foi roubado de uma casa⁵⁸. Ou seja, a negociação entre casas é feita idealmente por dois homens e, quando um homem interfere no governo da casa de outro está cometendo um ato reprovável.

Isso corrobora com a visão de que o universo das trocas fora das casas é marcadamente masculino, embora não signifique automaticamente que o interior seja feminino. Além disso, apesar da aparência masculina do universo das trocas, mulheres são capazes de forçar internamente seus maridos a tomarem decisões na esfera pública, seja por ameaças de abandono ou por privação de relações sexuais. Esse poder de influência das mulheres parece estar crescendo, impulsionado pela autonomia de gestão de recursos garantida com o assalariamento e com políticas de redistribuição de renda focadas nelas.

Esse capítulo também introduziu o modelo econômico de funcionamento de uma

58 Embora essa seja uma forma de casamento cada vez mais comum, não é muito apreciada pelos pais.

casa camponesa, tal como elaborado por Gudeman e Rivera. No modelo proposto por eles, casas camponesas evitariam trocas com seu exterior, visando aumentar sua *base* e a replicação das próprias casas. Quando duas casas trocassem entre si, elas não estariam agindo contra o modelo da casa, posto que realizariam o modelo de maneira metafórica, trocando *inputs* e *outputs* entre duas organizações que funcionam a partir de uma mesma lógica. O problema com esse argumento, a meu ver, é uma ênfase muito grande no modelo em relação às casas reais e as trocas que efetuam, esvaziando o sentido da ação dos sujeitos.

No próximo capítulo, passo à descrição das atividades de uma casa na bacia do rio Tejo, enfatizando as relações de troca entre casas, e mostrando que, no caso estudado, a questão principal das trocas não é a reprodução do modelo da casa, mas a produção de relações entre as pessoas. Como argumentarei até o final da tese, são essas relações que permitirão reproduzir e reinventar o social.

5. Ajuda

Este capítulo descreve as relações de troca que permitem o funcionamento e a manutenção de uma casa na bacia do rio Tejo. Partindo de um relato das atividades produtivas da casa de Hilarino, a análise aborda como o chefe de uma casa gerencia relações interna e externamente de modo a garantir a manutenção da casa e os tipos de relações de troca em que ela se engaja.

5.1 Atividades da casa de Hilarino

Após a crise da borracha dos anos 1990, as casas da bacia do rio Tejo passaram a ter como principal atividade produtiva a agricultura. Produtos como farinha de mandioca, arroz, milho e feijão ganharam importância na composição da renda das famílias, possibilitando o acesso a bens e mercadorias que antes eram comprados com a produção de borracha.

Uma das características principais das atividades agrícolas é a variação no uso de trabalho ao longo de um ciclo. Há momentos de pico, como quando da abertura de um roçado, e de menor intensidade, como nas limpas posteriores ao plantio. Nos momentos de pico de esforço para as atividades agrícolas geralmente uma casa recorre a outras casas para obter trabalhadores. Essas trocas de trabalho entre casas comportam uma variedade grande de acordos, como a troca de dias de trabalho ou o pagamento de diárias em dinheiro.

Na casa de Hilarino, o início do ciclo agrícola de 2013 se deu no mês de junho, quando ele *abriu* duas áreas para *botar roçados*⁵⁹. Naquele ano, ele pretendia plantar um grande roçado de arroz e macaxeira, e um outro roçado menor de milho. O milho seria para o consumo doméstico, para alimentação das pessoas e dos animais do terreiro: galinhas, patos e porcos. O plantio de macaxeira era uma atividade que ele retomava depois de três anos, e que havia abandonado devido ao baixo preço pago pela farinha de mandioca na região⁶⁰. À época, Hilarino considerava mais vantajoso comprá-la do que

59 *Abrir* é o ato de derrubar a vegetação de uma área para o plantio futuro. *Botar roçado* se refere ao conjunto de atividades que resultarão na plantação. Uma descrição detalhada de cada uma dessas etapas pode ser encontrada em PANTOJA FRANCO *et al*, 2002.

60 No Alto Juruá não há diferenciação entre macaxeira e mandioca.

produzi-la. No entanto, entre 2012 e 2013, o comércio de farinha na região se intensificou e o preço da farinha teve uma alta inesperada⁶¹, o que levou Hilarino a retomar a produção de farinha para consumo doméstico.

Já o arroz era a principal produção para aquele ano e seu destino era duplo: uma pequena parte para o consumo doméstico e a maior parte para a comercialização. Hilarino considerava o arroz seu principal *produto*⁶², e, naquele ano, ele esperava produzir cerca de uma tonelada e meia de arroz para comercialização.

Antes de começar a abrir seus roçados, Hilarino pediu ajuda a seu pai, *seu Iraçu*⁶³, para que medisse as áreas a serem abertas de acordo com o que pretendia plantar⁶⁴. Duas etapas compunham o processo de abrir um roçado: a *broca* e a *derrubada dos paus*. A broca consistia na retirada da vegetação rasteira e fina com o uso de terçado e era seguida pela derrubada dos paus (ou *derriba*), processo de corte da vegetação de troncos mais grossos, realizado com machado ou motosserra.

O roçado que seria destinado ao plantio de milho foi aberto em uma área de *capoeira*, um local que já havia sido utilizado para plantio anteriormente⁶⁵. Já o roçado

61 Entre 2010 e 2013, o preço da saca de 50 kg de farinha passou de R\$30,00 a R\$150,00 (dados de campo). Não há dados conclusivos sobre o assunto, mas hipoteticamente há três variáveis importantes nessa mudança de preços. A primeira é o preço baixo da farinha que levou famílias a se concentrarem outros produtos para comercialização e abandonar a produção de farinha mesmo para consumo interno. Isso teria levado à redução da oferta, o que teria resultado em aumento do preço. Além disso, o aumento acentuado nos preços pode ter sido influenciado pelo processo de migração para grandes comunidades e vilas, onde o acesso a terras era mais difícil e algumas famílias abandonaram a produção agrícola em função do assalariamento. A migração teria resultado em redução da oferta, levando também ao aumento de preços. Por fim, deve-se considerar o aumento da exportação da chamada “farinha de Cruzeiro do Sul” para as regiões Norte e Centro-Oeste do país, evidenciada pela presença de regatões de Cruzeiro do Sul que vinham até o Tejo comprar farinha. Esse processo teria também contribuído para reduzir a oferta de farinha em Cruzeiro do Sul, levando ao aumento de preços em toda a região.

62 *Produto* é a definição de algo produzido localmente para comercialização ou consumo. É a contrapartida da *mercadoria*, algo produzido fora e comprado para consumo local. Localmente, *mercadoria* não é a oposição de *dádiva*.

63 *Seu* e *dona* são duas formas de tratamento, masculina e feminina, respectivamente, que precedem o nome e que demonstram respeito para pessoas de uma geração acima mas que não são aparentadas do interlocutor.

64 Seu Iraçu era chamado para realizar a medição de todos os roçados das casas de seus filhos mais próximos. Geralmente, utilizava-se de uma vara simples de madeira para medir áreas extensas. Medi depois essas mesmas áreas com receptor GPS e as áreas calculadas por ambos eram muito próximas, tendo uma variação de, no máximo, 20%. Deve-se considerar isso como resultado tanto de pequenas variações no tamanho da vara utilizada, da declividade dos terrenos, quanto da margem de erro do receptor GPS, que fica em média em 10 metros para cada ponto que compõe o polígono.

65 Uma capoeira é uma área onde houve ação humana em um passado recente e que teve sua vegetação regenerada por um processo natural. Pode ser utilizada para plantio depois de dois ou três anos,

que seria utilizado para o plantio de arroz e de macaxeira foi aberto na *mata bruta*, uma área de floresta sobre a qual não havia memória de que havia sido utilizada⁶⁶. Para abrir os dois roçados, Hilarino negociou, no mês de junho, a realização da broca do roçado de milho a preço fixo acertado com antecedência, tipo de negociação chamada *empeleita*. Quem realizou o trabalho foi um sobrinho de sua madrasta, dona Maria, chamado Erisson, e que estava morando em Marechal Thaumaturgo, depois de ter saído da comunidade Foz do Caipora⁶⁷. Depois disso, Hilarino *empeleitou* também a derrubada dos paus com seu cunhado Juarez⁶⁸, já no mês de julho. No roçado de arroz e macaxeira, Hilarino *empeleitou* a broca com um sobrinho⁶⁹ e a derrubada dos paus novamente com Juarez, realizadas em junho e julho, respectivamente.

Depois da broca e da derrubada, Hilarino aguardou pelo período de estiagem, ideal para *botar fogo* nos roçados. Enquanto isso, se ocupou de outras atividades. A primeira delas foi a limpeza do rio Tejo. Hilarino foi até o prefeito de Marechal Thaumaturgo e se ofereceu para *rolar os paus* que haviam se acumulado no fundo do rio ao longo do ano em função do desmoronamento de barrancos. Hilarino, então, convidou seu irmão José e seu cunhado Adonis para que lhe *ajudasse* a cortar (*rolar*) de motosserra os troncos e galhos grossos (*paus*) que estavam nos canais, como são conhecidos as passagens ou trechos do rio adequados para navegação no período em que as águas baixam⁷⁰.

dependendo da área. Nesse caso específico de Hilarino, a área não era utilizada desde o início dos anos 1990.

66 Apenas bons conhecedores da mata conseguem distinguir áreas de mata bruta (ou *mata virgem*) de capoeiras muito antigas, com mais de cinquenta anos. Sem uma análise mais detalhada, não é possível ter certeza de que essa área de mata bruta nunca tivesse sido objeto de ação humana.

67 O preço negociado foi de R\$200,00. Erisson levou sete dias para terminar o serviço. Ele era filho de uma irmã de dona Maria.

68 O valor da *empeleita* foi de R\$200,00. Juarez levou dois dias para terminar o serviço, mas o valor foi similar ao pago a Erisson pois cobria os custos com a motosserra (uma diária de motosserra era R\$100,00 à época. Os custos incluem óleo, gasolina, corrente dentada e manutenção).

69 Quem *empeleitou* essa broca foi Raimundo, sobrinho de Iza, que morava na comunidade dos Índios, no igarapé Manteiga, próximo às cabeceiras do Tejo. Raimundo estava hospedado na *casa* de Hilarino à época, resolvendo alguns assuntos pessoais na vila Thaumaturgo.

70 Caso o piloto erre o canal, a canoa irá bater (*topar*) no fundo do rio e será preciso arrastá-la do *seco* para a água novamente. Um bom piloto sabe ver os canais. Caso contrário, a viagem se torna mais demorada e desconfortável, pois, toda vez que a canoa topa o fundo, ela produz um tranco para quem viaja. Uma topada em alta velocidade pode reduzir a zero uma velocidade de mais de 20 km/h repentinamente e causar ferimentos.

Depois de voltar do serviço de rolar pau⁷¹, Hilarino se envolveu em várias atividades da comunidade antes de retomar os trabalhos em seus roçados. Participou de *mutirões* para roçar o *campo* em torno das casas vizinhas à de Iraçu⁷² e para limpar o mato que crescia no entorno da fiação da rede de energia elétrica⁷³. Hilarino também era reconhecido como conhecedor de mecânica, um *prático*, e realizou nesse período o conserto de vários motores à combustão para parentes e outros “conhecidos”. Além disso, ajudou um de seus cunhados em uma broca de campo e também foi até à vila Thaumaturgo diversas vezes, levar Iza, Iraçu e outros parentes para receber dinheiro de salários, aposentadorias, benefícios sociais, e para realizar consultas médicas e compras. Serrou tábuas de madeira para um plano antigo de construir um banheiro e ampliar sua cozinha e também *tarrafeou*⁷⁴ em várias ocasiões, aproveitando-se das águas baixas do Tejo para conseguir alimento.

Logo após o começo de setembro, deu-se a estiagem, período em que há uma sequência longa de dias, ou até semanas, sem chuvas fortes. Chegou-se ao período para botar fogo nos roçados, queimando a vegetação que havia sido brocada e derrubada anteriormente.

O desafio de Hilarino era avaliar o melhor momento para botar fogo: quanto mais tempo sem chuvas, melhor era para a vegetação queimar. No entanto, uma chuva

71 Hilarino, José e Adonis voltaram para suas casas depois de quatro dias que tinham saído para realizar a limpeza do Tejo. No entanto, sem terem conseguido terminar o serviço, pois o nível do rio havia subido no dia anterior em função de chuvas ocorridas nas cabeceiras, o que deixou a pauzada submersa e impossível de ser rolada.

72 O campo é a parte do território destinada à pastagem do gado. Também pode ser chamado de *capineira*. É uma área coletiva e administrada pelo grupo de casas. Em algumas partes, confunde-se com o terreiro de algumas casas, e sua limpeza ajuda a evitar a proliferação de *insetos* (que, na classificação local, inclui cobras. Cf. DIAS, 2004). Hilarino e os demais falavam em “campo da comunidade”, mas ele não incluía os campos de Juarez e Jonas. Nesse sentido, “comunidade” estava correspondendo ao que Mauro Almeida definiu como *casa-ampliada*. O uso local de “comunidade” pode ter sentidos variados, assim como o de “família”, incluindo ou excluindo determinadas pessoas e casas de acordo com a situação. “Comunidade” pode se referir ao grupo de casa ou à unidade política reconhecida pela prefeitura, nesse caso incluindo as *casas-ampliadas* de Osvaldo e Tonhero na “comunidade Iraçu”.

73 A rede de energia elétrica havia sido instalada três anos antes e representou uma verdadeira revolução em alguns hábitos, principalmente alimentares. Alimentos não só podiam ser armazenados por mais tempo com o uso de refrigeradores e congeladores, como podiam ser processados das mais diversas maneiras, com liquidificadores, fornos elétricos, batedeiras, dentre outros.

74 *Tarrafeou* é a ação de pescar utilizando-se de uma tarrafa, rede de pesca circular e com peso nas pontas das malhas. Pode ser de vários tamanhos, tanto no que diz respeito ao diâmetro quanto à abertura da malha.

inesperada poderia colocar em risco uma boa queima, assim como se a queima fosse realizada antes que a vegetação estivesse bem seca.

Naquele ano, Hilarino conseguiu uma boa queima em seu roçado que receberia o arroz. No entanto, o roçado de milho não queimou a contento, pois estava localizado em uma área mais *baixa*, próxima ao rio e de solo mais úmido, e uma chuva inesperada veio um dia antes do previsto para a queima. Ele, então, teve que esperar por um novo período de estiagem. Só que naquele ano não houve uma interrupção de chuvas tão longa quanto a anterior e ele teve que queimar seu roçado em condições adversas. Com isso, seu roçado de milho *sapecou*, queimando parcialmente e mantendo focos de vegetação, o que resultaria em muito trabalho na fase posterior do preparo do terreno para plantio, a *coivara*.

Hilarino começou a *encoivadar* já no final de setembro. Essa é considerada a etapa mais pesada do ciclo agrícola: toda a vegetação e os os troncos mais grossos que o fogo não conseguiu queimar na etapa anterior devem ser cortados, carregados e colocados em pilhas, que podem ser queimadas ou deixadas no *aceiro* do roçado⁷⁵. Naquele ano, Hilarino teria que trabalhar arduamente na coivara, pois um de seus roçados não havia queimado bem e o outro era um roçado aberto na mata bruta, o que fazia com que tivesse muitos paus grossos. Nessa etapa, Hilarino contou com a ajuda de Iza. No roçado de arroz, ambos trabalharam durante doze manhãs até concluírem a coivara. No roçado de milho, cerca de dez manhãs. A rotina era a seguinte: no início da manhã, Hilarino rolava os paus com motosserra e Iza os carregava. Já em meados da manhã, ele parava de rolar pau e se juntava a ela no carregamento. Havia duas razões principais para que o serviço se concentrasse nas manhãs: de tarde tanto havia “sol quente”, que aumentava o desgaste físico, como Roseli, a filha mais velha, ia para escola, e Iza tinha que ficar em casa, *cuidando* de Rosângela, a filha mais nova.

O período de coivara dos dois roçados se estendeu até meados de outubro. E, durante esse período, Hilarino seguiu exercendo outras atividades durante as tardes, geralmente relacionadas à manutenção da casa ou ajudando outras pessoas com o conserto de motores. Nesse época, também foi a uma comunidade próxima pedir

75 O *aceiro* é a transição entre o roçado e a mata.

manivas. A época do plantio estava se aproximando e era preciso conseguir talos do caule da macaxeira para replantá-los, já que havia três anos que Hilarino havia deixado esse plantio.

De posse das manivas, e terminada a coivara, Hilarino passou ao plantio de macaxeira em seu roçado. Nessa etapa, ele contou com a ajuda de Iza e Roseli, de sua irmã Josefa e o marido Juarez, e de dois sobrinhos, Novinho e Chico. Juarez e Josefa estavam pagando uma *troca de dia*, pois Hilarino havia os ajudado anteriormente. Novinho e Chico estavam ajudando por estarem *hospedados* na casa de Hilarino. O trabalho de plantio geralmente é rápido e foi realizado em duas manhãs. Logo depois, em meados de setembro, e ainda nesse mesmo roçado, se deu o plantio de arroz. Vivaldo e Ronelson, irmãos de Hilarino, foram com seu pai, Iraçu, e seu cunhado, Adonis, realizar o plantio. Nessa mesma época, Ronelson, Adonis e Francisco ajudaram a plantar o roçado de milho que havia sapecado.

Já perto do final do mês, Hilarino descobriu que havia um problema com seu plantio de arroz. Seu Iraçu ia constantemente aos roçados acompanhar o desenvolvimento inicial das plantas e notou que apenas uma pequena parte do roçado de arroz de Hilarino estava se desenvolvendo. Durante dias, Iraçu e seus filhos pensaram e discutiram as causas para aquele comportamento anormal das plantações e, após algum tempo, chegaram à conclusão de que o arroz utilizado para o plantio era proveniente de dois tambores diferentes, nos quais as sementes haviam sido armazenadas desde a colheita da safra anterior. Os tambores com as sementes foram guardados na casa de farinha, mas um deles havia ficado exposto ao sol durante parte dos dias, o que levou ao ressecamento das sementes e à impossibilidade de germinarem. Essa situação colocava um problema não só para Hilarino, mas também para Iraçu e José, que contavam com o arroz desse tambor estragado para plantarem seus roçados. E, ao contrário das manivas de macaxeira, não havia na região produtores de arroz como eles, que pudessem ceder ou negociar grandes quantias de semente.

Iraçu já pensava em desistir do arroz naquele ano e plantar macaxeira em toda a extensão do roçado para minimizar as perdas. Porém, nessa mesma época, Iza havia ido a Cruzeiro do Sul acompanhar uma de suas cunhadas que morava rio acima em uma

viagem. Sua cunhada não era “acostumada” com a cidade e lhe pediu que a acompanhasse. Iraçu sabia da existência de um mercado de sementes em Cruzeiro do Sul e pediu que Hilarino entrasse em contato com Iza para que ela procurasse um cunhado de Hilarino que trabalhava com esse tipo de produto. Dois dias depois, Iza retornou a ligação dizendo que havia encontrado sementes, informando o valor e perguntando qual era a quantidade necessária. Em uma semana, ela retornou trazendo as sementes e resolvendo a situação que ameaçava o principal produto do grupo de casas e, conseqüentemente, o planejamento econômico anual das unidades domésticas.

Refeito o plantio do roçado de arroz, já no mês de novembro, houve uma pausa nos trabalhos agrícolas e Hilarino voltou a se concentrar nas atividades de serragem de tábuas para construir seu banheiro e ampliar sua cozinha. Além disso, dividia seu tempo entre ajudas diversas a outras pessoas e a obtenção de algum dinheiro, seja através de *diárias*, ou da venda de espetinhos⁷⁶ que realizava durante os fins de semana dos meses de outubro e novembro, enquanto ocorria um torneio de futebol na comunidade⁷⁷.

Depois de ter serrado para seu banheiro e sua cozinha, Hilarino teve ajuda de parentes de Iza que estavam hospedados em sua casa no início de novembro para carregar as tábuas da mata para a beira⁷⁸, para que pudessem ser planeadas na desempenadeira da oficina que seu cunhado Jonas tinha e onde fabricava canoas para venda sob encomenda. Já com as tábuas planeadas, Hilarino as trouxe para sua casa e iniciou a construção do banheiro. Escolheu uma área ao lado da casa mas que também estivesse próxima a um solo mais arenoso, onde pudesse cavar uma fossa. Escolhida a área, convidou Jonas e Aloísio, da comunidade Foz do Tejo, para ajudar na construção. Aloísio recebeu diárias e Jonas ajudou sem um preço estipulado. Cavada a fossa e feito o esqueletamento⁷⁹ do banheiro, Hilarino precisava de todo o material hidráulico para a

76 Feitos de pedaços de carne de boi ou porco temperada com sal e corall (urucum), colocada em um espeto de madeira, e assada na brasa. Acompanhados de farofa, feita com farinha de macaxeira e temperada com cebola e óleo.

77 O campeonato era uma etapa regional realizada no campo da comunidade Iraçu. Era parte de um campeonato municipal, organizado pela prefeitura. Todos os sábados e domingos havia jogos entre times de comunidades da região e Hilarino e Iza aproveitavam a reunião de várias pessoas para, segundo eles, “fazer algum dinheiro”.

78 A serragem das tábuas é sempre realizada no local onde a árvore foi derrubada, geralmente a dezenas de minutos de caminhada, ou até mesmo horas, da beira do rio.

79 Construção da estrutura em madeira para receber as tábuas que formarão as paredes e o piso. O esqueletamento é realizado com “madeira quadrada”: vigas, esteios e barrotes.

instalação do sistema de abastecimento de água e de esgoto (canos, juntas, torneiras, dentre outros). Obteve-o em um comércio da vila Thaumaturgo, através do uso da *conta* que mantinha lá e que permitia que ele obtivesse alimentos e bens postergando o pagamento.

Feito o banheiro, Hilarino voltou a sua rotina de múltiplas atividades: idas à vila, limpezas do terreiro e do campo, ajudas diversas a outras pessoas, obtenção de milho ou pó de arroz para a alimentação dos animais do terreiro, dentre outros.

Em meio a tantas atividades nesse período de ciclo agrícolas, uma atividade se destacava como prioridade, a alimentação das pessoas da casa era uma preocupação contínua. Farinha e carne (ou peixe mariscado no rio) eram a base da dieta no Tejo, e a falta de um roçado de macaxeira, somada ao aumento do preço da farinha naquele ano, estavam deixando Hilarino preocupado quanto à manutenção de sua casa. Sem roçado de macaxeira naquele ano, praticamente toda a alimentação era comprada. A farinha era comprada de outros habitantes da região. A carne, de algum habitante ou em um comércio na vila, principalmente se fosse carne de boi. Com exceção do arroz, quase tudo que se comia era “do comprado” e nem ele e nem Iza tinham um salário fixo, apenas o auxílio do “Bolsa Família”⁸⁰ e algumas raras diárias que Hilarino conseguiu como piloto de embarcações naquele ano.

No entanto, no começo de dezembro, um conhecido seu da comunidade Foz do Tejo disse-lhe que sabia de um roçado abandonado no rio Acuriá, a partir do qual Hilarino poderia tirar macaxeiras para fazer farinha. Esse conhecido também tinha uma casa de farinha e uma casa ao lado desse roçado, onde Hilarino poderia passar seus dias enquanto trabalhasse na *farinhada*. Hilarino, então, juntou todos de sua casa e rumou para o Acuriá, distante um dia de viagem, onde passaram uma semana trabalhando. O roçado era de um homem falecido e que vivia apenas com um filho. Com o falecimento do homem, seus demais filhos, que moravam em Cruzeiro do Sul, decidiram levar o irmão para morar com eles. Como forma de custear a viagem, pediram ao prefeito de Marechal Thaumaturgo que comprasse a colocação. O prefeito comprou-a, para ajudar naquele momento considerado de dificuldades, mas sem ter previsão de uso para a área.

80 O “Bolsa Família” é o maior programa de redistribuição de renda do Brasil, criado através da Lei n.º 10.836, de 9 de Janeiro de 2004.

Ao saber da existência do roçado de macaxeira na colocação por meio de seu conhecido, Hilarino foi até o prefeito e *conversou* para poder usar parte do roçado para produção de farinha.

Após o retorno do Acuriá, era chegada a época de “Natal” e “Dia de Ano”. Na primeira ocasião, Hilarino levou suas filhas à vila, para uma distribuição de brinquedos promovida pela prefeitura. Na semana seguinte, realizou algumas visitas e pequenos trabalhos como parte das preparações de uma festa que Iraçu realizava todo Dia de Ano em sua casa. Nessa época, era comum que os filhos de Iraçu que moravam em outros lugares viessem visitá-lo. Naquele ano, sua filha, Maria Luiza veio com o marido e os filhos para algumas semanas junto do pai. Outro filho, que também morava em Cruzeiro do Sul, Marinaldo, também veio. Dias depois, um irmão de Iraçu que ele não via há anos veio de Mâncio Lima com mais 18 parentes dele para visitá-lo.

Passada as comemorações de fim de ano, Hilarino juntou-se a seus irmãos e Adonis para realizar a limpeza entre o caminho dos roçados das casas vizinhas e a casa de farinha. O arroz de alguns roçados já estava amadurecendo e era preciso deixar os caminhos limpos para carregar as sacas do arroz colhido até a casa de farinha, onde ele seria torrado no forno à lenha para secagem e armazenamento. Eles também precisavam reconstruir o telhado da casa de farinha, que havia cedido dias antes após um forte vento. Realizaram um *mutirão*.

Nessa mesma época, Iza foi novamente a Cruzeiro do Sul acompanhar um irmão seu que havia adoecido. Quando ela retornou, aproximava-se o *novenário* da vila Thaumaturgo, evento de importância religiosa e comercial, com a vinda de comerciantes de outras cidades. Hilarino e Iza compraram utensílios domésticos e roupas a preços mais baixos do que os praticados na vila, já que alguns dias antes do novenário, ele tinha conseguido um trabalho na diária, para acompanhar como piloto uma pesquisadora que visitava a região, e chegou ao novenário com algum dinheiro⁸¹.

81 Um das principais fontes de renda de Hilarino era o serviço de piloto, ao qual se dedicava desde a criação da Reserva Extrativista, no início dos anos 1990, quando era piloto de embarcações da ASAREAJ. Essa viagem em específico era para acompanhar uma consultora do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em viagem à Reserva para levantamento preliminar sobre o “ofício do seringueiro” visando seu registro. Antes da realização de minha estadia em sua casa eu já havia trabalhado com Hilarino em ao menos três oportunidades nas quais ele assumiu a função não só de piloto, mas de planejador e administrador de combustível, alimentação e cronograma, atividades

Após o novenário, todos retomaram os trabalhos com o arroz, se concentrando na *apanha*. Os roçados de Francisco, Vivaldo e Adonis foram os primeiros a amadurecer, pois plantados antes dos demais, com as sementes do tambor bom. Hilarino, ou alguém de sua casa, ajudou na apanha de cada um dos outros roçados do grupo de casas e, depois, foi a vez de apanhar o arroz de Hilarino, quando várias pessoas das casas vizinhas e de comunidades vizinhas participaram do trabalho. Algumas pessoas que trabalharam na apanha do arroz de Hilarino o fizeram trocando dia, outros pelo pagamento de diárias, em forma de arroz ou dinheiro. O trabalho de apanha dessa primeira leva de arroz se estendeu até o começo de fevereiro. Depois da apanha, ainda era necessário *torrar* o arroz. No caso de Hilarino, ele torrou seu arroz apenas com a ajuda de um sobrinho que se hospedava em sua casa⁸².

Depois de torrado, Hilarino armazenou seu arroz para que pudesse *pelá-lo* posteriormente, processo de beneficiamento do grão para venda. Naquele ponto, ele ainda não havia se decidido se venderia sua produção toda de uma vez ou se guardaria uma parte para depois, apostando na subida de preços ao fim da safra. Nos dias seguintes à torra, Hilarino recebeu a notícia de que havia sido selecionado para trabalhar como piloto em um cadastro de moradores da Reserva Extrativista a ser realizado pelo ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, responsável pela gestão da REAJ) nos meses seguintes. Ele receberia em diárias praticamente a mesma quantia de dinheiro que pretendia fazer com a venda do arroz. Ao dobrar a previsão de renda naquele início de ano, Hilarino não teve dúvidas: encheu sua canoa de sacas de arroz e foi vendê-las em Cruzeiro do Sul, onde os preços eram melhores, e onde foi comprar um item que desejava há algum tempo, um congelador horizontal novo, “duas tampas”, para poder armazenar carnes em sua casa.

5.2 Tipos de troca

A descrição das atividades produtivas de Hilarino mostra como, num período de seis meses, as pessoas que moravam em sua casa se engajaram com pessoas de outras casas e locais para realizar atividades diversas e através de diferentes tipos de troca.

para as quais é um verdadeiro “prático”.

82 Era outro sobrinho de Iza, Amarilson, conhecido como Nego, e morador da *comunidade Dos Índios*, nas cabeceiras do Manteiga, afluente do Tejo.

Essas relações de troca, através das quais a casa ou o grupo de casas obtinha mais trabalho, foram classificadas como *troca de dia*, *empeleita*, *diária*, *hospedagem*, *ajuda e mutirão*.

Ao classificar as trocas envolvendo trabalho, as pessoas se utilizavam dos termos *empeleita*, *diária* e *troca de dia* para se referir a tipos de acordos pelo pagamento do trabalho inicialmente fornecido. A *empeleita* era um acordo por serviço determinado (como a derrubada completada de um roçado ou a construção de uma casa) a preço fixo. A *diária* era um acordo de pagamento estipulado por uma quantia fixa de dinheiro (ou produto) por unidades de tempo (um dia ou meio dia), multiplicada pelo tempo despendido para realização do serviço (se um trabalhador levasse dois dias para realizar um serviço com diária estipulada em R\$30,00, receberia R\$60,00). Já a *troca de dia* era uma forma de troca de trabalho na qual uma casa fornecia trabalho a outra casa e depois recebia como retribuição trabalho equivalente, calculado em porções de tempo (dia, ou meio dia), de acordo com a idade e o sexo dos trabalhadores (homens, mulheres e crianças)⁸³. Já o termo *mutirão*, ou *adjunto*, era utilizado apenas em atividades coletivas de trabalho relacionadas à construção ou manutenção de algo de uso coletivo do grupo de casas. *Mutirões* eram feitos para limpar caminhos, dar manutenção na casa de farinha ou no campo de gado.

Poder-se-ia sugerir que a *empeleita* e a *diária* eram formas que uma casa tinha para obter trabalhadores adicionais utilizando-se da transferência de bens⁸⁴ (dinheiro ou outros objetos trocados por trabalho), a *troca de dia* uma forma de conseguir mais trabalho sem precisar transferir bens, e o *mutirão* era uma forma para manutenção de meios de produção administrados pelo grupo de casas que mobilizava trabalho sem precisar transferir bens, mas onde cada casa fornecia trabalho ao grupo (ou ainda, cada casa fornecia uma fração de seu trabalho a todas as outras ao mesmo tempo em que recebia o equivalente).

Resta, no entanto, a explicação para as relações de *ajuda*. A dificuldade em

83 Em trabalhos que não exigiam muita força, como a colheita do arroz, os trabalhos de homens e mulheres podiam ser tomados como equivalentes, aceitando-se o câmbio entre eles. Em atividades como a derrubada da mata, apenas homens participavam.

84 Uso “bens” aqui no sentido atribuído por Gudeman e Rivera de *holdings of wealth* de uma casa.

investigar essa categoria na perspectiva neoclássica é que as pessoas utilizavam-na em várias situações de troca distintas, independente da forma de pagamento envolvida. Ou seja, junto com relações que envolvem cálculos econômicos de transferência de bens e trabalho entre casas, há também relações sociais específicas, identificadas sob o termo *ajuda* e que de alguma maneira conectavam grande parte das trocas. Toda troca de dia, diária ou empeleita pode também ser chamada de *ajuda*. Uma discussão mais detalhada sobre a categoria pode elucidar os mecanismos de troca que sustentam as economias domésticas na bacia do rio Tejo.

Como ponto de partida para uma análise minuciosa, tomemos a formulação sobre o papel da *ajuda* entre camponeses colombianos feita por Gudeman e Rivera, cujas observações correspondem em grande parte às práticas de *ajuda* no Tejo. Partindo da ideia do modelo da *casa* exposto anteriormente, e de que a economia doméstica depende da *base* de cada casa, eles afirmaram:

Qualquer trabalho para a casa é ajuda, seja diretamente relacionado à terra ou não. Se uma criança cuida de um boi ou de um rebanho, seu trabalho é ajuda. Todo o trabalho da mulher na cozinha e em outros lugares é ajuda, e também o é o trabalho de um homem nos campos. Trabalho advindo de “fora das portas” também é ajuda; como as pessoas dizem, um “ajuda o outro a trabalhar”, e um empréstimo sem juros de sementes, ferramentas, e bois também é uma ajuda, uma vez que permite ao beneficiário “colocar o seu trabalho na base”. [...] Um empréstimo rural é uma troca adiada de equivalentes. Assim, tanto um empréstimo rural como a troca de trabalho são chamadas de “ajuda”. A palavra “ajuda” geralmente se refere a dar assistência à terra para que forneça a colheita ou a força, mas as pessoas dizem que “todo mundo precisa da ajuda dos outros”. Para receber trabalho, alguém tem que dá-lo, porque as outras casas precisam da sua ajuda tanto quanto a sua casa precisa da deles. “Ajudar uns aos outros” (*ayudarse unos con otros*) se refere à ajuda que uma casa oferece para outra em seu projeto de ajudar a terra ou auxiliar a base”. (GUDEMAN e RIVERA, p.98, 111⁸⁵)

85 No original: “[A]ny work for the household is help, whether or not directly connected to the land. If children tend cattle or a flock, their work is help. All of woman's work in the kitchen and elsewhere is help, and so is the man's work in the fields. Work received from “outside the doors” is also help; as the people say, one “helps another to work”, and a no-interest loan of seed, tools or oxen is also a help, for it enables the recipient “to place his work in the base.” [...] A rural loan is a delayed trade of equivalents. Also, both a rural loan and labor trade are termed “help”. The word “help” often refers to assisting the land to give crops or force, but the people say that “everyone needs the help of others.” To receive work one must lend it, because the other houses need one's help just as one needs theirs. “Helping one another” (*ayudarse unos con otros*) refers to the help that one house offers another in its project of helping the land or assisting the base” (GUDEMAN e RIVERA, 1990, p. 98, 111).

Essa formulação nos ajuda a ampliar o escopo da *ajuda* para além da troca de trabalho entre casas. Assim, *ajuda* poderia ser um empréstimo de sementes ou ferramentas entre casas. Ou o trabalho interno de um membro na cozinha, que *ajuda* na manutenção da casa⁸⁶. Isso é condizente com a etnografia dos habitantes do Tejo, onde a primeira fonte de *ajuda* para manutenção de uma casa vinha das próprias pessoas que a habitavam e compunham⁸⁷. É por essa razão que dizia-se que Iza e Roseli *ajudavam* no roçado, ou Rosimar e Roseane *ajudavam* ao carregar água e lavar a louça.

Mas, diferentemente do caso estudado por Gudeman e Rivera, no Tejo, as atividades de Hilarino não eram verbalizadas enquanto *ajuda* para a *casa*, pois era dele a responsabilidade pelo governo e pela imagem pública da casa. Como sugeri anteriormente, sua imagem e a da casa se confundiam e qualquer *ajuda* à casa era também uma *ajuda* a Hilarino. Isso significava que uma *ajuda* prestada à *casa* de Hilarino era retribuída posteriormente por ele ou por alguém que habitava sua *casa*, nesse caso sendo a pessoa publicamente enviada para a *ajuda* uma representante da casa de Hilarino. É por isso que quando Iza *ajudou* na apanha de arroz de Vivaldo, este retribuiu durante a apanha de arroz de Hilarino, ao invés de pagar uma *diária* ou se oferecer para *ajudar* Iza em alguma tarefa sua, como a responsabilidade de cozinhar para a casa.

5.3 O problema da hospedagem

O tema da *ajuda* começa a se complexificar quando pensamos em pessoas que partilham a casa por períodos pequenos de tempo, como parentes em viagem ou habitantes temporários.

A *ajuda* que vinha de dentro da casa de Hilarino não era apenas a de sua esposa e filhas. Hóspedes eram presença constante na casa e raramente passava-se uma semana sem que Hilarino recebesse alguém. Na maioria das vezes, tratava-se de parentes de Iza que habitavam no igarapé Manteiga, afluente das cabeceiras do rio Tejo, na *comunidade*

86 No modelo camponês colombiano, até a terra precisa de *ajuda* para produzir.

87 O artigo de Sigaud sobre o trabalho etnográfico coletivo nos engenhos do Nordeste aponta que a ajuda lá também era uma categoria reservada ao trabalho de mulheres e crianças. “Trabalho” era uma categoria reservada às atividades exercidas pelo chefe da casa (SIGAUD, 2008, p.91).

*Dos Índios*⁸⁸. A casa de Hilarino era, para eles, um ponto estratégico, pois próximo da vila Thaumaturgo. Sempre que precisavam resolver algo na vila, se hospedavam na casa de Hilarino e de lá iam de canoa em uma viagem de cerca de uma hora. No entanto, os parentes de Iza nem sempre conseguiam resolver tudo rapidamente e alguns estendiam sua estadia na casa por meses. Sempre que esses casos de longa estadia ocorreram, foram sobrinhos de Iza ou sua mãe, que morava apenas com o irmão mais velho de Iza, e quem respondia pela manutenção da casa. Chefes de casa não demoravam por lá, pois sempre *avexados*⁸⁹ em retornar para suas próprias casas e a administração que lhes cabia. Durante agosto de 2013 e fevereiro de 2014, quatro sobrinhos de Iza se hospedaram na sua casa por mais de um mês e por motivos diversos, mas nenhum deles era responsável pela casa onde habitava.

Todos os sobrinhos de Iza que se hospedaram por longos períodos na casa se envolveram em atividades produtivas de Hilarino. Como descrito anteriormente, eles ajudaram encoivarando, carregando tábuas, mariscando, e até na farinhada feita no Acuriá. E as ajudas não foram somente em atividades da qual Hilarino fazia parte ou para sua casa. Um de seus sobrinhos foi com Iza ajudar na apanha do roçado de arroz de Vivaldo, razão pela qual Hilarino depois recebeu ajuda de Vivaldo em sua apanha.

A perspectiva de que hóspedes podem exercer funções públicas orientadas pela casa não deve ser tomada, no entanto, como uma causalidade que atribui tudo o que está dentro da casa ao seu governo, como se existisse um processo de incorporação automática associado ao estar no espaço físico circunscrito por ela. A ajuda prestada pelos sobrinhos de Hilarino e Iza era essencialmente uma forma de retribuição pela hospedagem que recebiam. A hospedagem, por sua vez, também era considerada um tipo de ajuda que Hilarino dava a eles em função da necessidade que tinham de apoio enquanto resolviam assuntos pessoais na vila.

88 Os parentes de Iza diziam que iam para “a casa da Iza” nessas ocasiões. A menção à casa como sendo de Iza diz respeito às relações de proximidade entre eles e Iza. Essa menção pela proximidade também se via com outras pessoas da casa, até mesmo as crianças. As amigas de Rosimar, por exemplo, diziam “a casa da Rosimar”. Nesse sentido, a “casa de Iza”, ou “a casa de Rosimar” remetiam à casa enquanto espaço físico habitado, e onde Rosimar e Iza tinham papéis e atividades. Isso não contradiz, no entanto, a imagem da casa e de seus habitantes enquanto governada por um chefe.

89 *Avexado* é dito daquele que tem pressa e preocupação em resolver algo.

Durante o novenário da vila Thaumaturgo, por exemplo, muitos parentes de Iza vieram da comunidade dos Índios com suas famílias e se hospedaram na casa. Seu irmão, Bel, veio com a esposa e os filhos pequenos, para ficar durante uma semana. Trouxeram uma saca de farinha de macaxeira e Bel ainda foi mariscar durante sua estadia, ajudando no fornecimento de alimentos para a casa. A ajuda à manutenção da casa, em forma de trabalho ou alimentos, era esperada como uma retribuição ao esforço do anfitrião em fornecer hospedagem e alimentação.

A relação de hospedagem é parte constitutiva do cotidiano dos habitantes do rio Tejo. Toda casa tem um cômodo com armadores ou vigas expostas onde um visitante pode passar, ou amarrar, sua rede. Diz-se que uma casa sem espaço para redes evidencia a má vontade do chefe em receber visitas, atitude assimilada à “sovinice” em partilhar sua casa e os alimentos. Hilarino, por exemplo, se orgulhava de sempre partilhar o que tinha com os que estavam em sua casa. Dizia que nem sempre sua casa tinha todo tipo de comida que ele esperava, mas que tudo o que houvesse lá seria partilhado com quem quer que fosse. A hospedagem fazia parte de uma dinâmica regional de trocas que carregavam um tipo de avaliação sobre o caráter das pessoas, e de sua abertura para partilhar e construir relações. Não se tratava de uma troca pautada pelos custos envolvidos na relação da partilha e no cálculo da retribuição.

Na ausência da retribuição, poderia haver conflitos na relação de hospedagem. Foi o que ocorreu durante a estadia de um dos sobrinhos de Hilarino, que passou semanas em sua casa mas não se dispunha a ajudar com a frequência esperada. Com o passar das semanas, Hilarino começou a se incomodar com o comportamento de seu sobrinho. Ao mesmo tempo, crescia entre o restante do grupo de casas a insatisfação com a postura do rapaz, que era tratada como inaceitável. Muitos diziam não entender como Hilarino podia ser tão “paciente” com o tratamento que recebia por parte de seu sobrinho. Pressionado publicamente pela situação de manter alguém em sua casa que não ajudava em nada, Hilarino chamou seu sobrinho para uma conversa e foi direto ao ponto, dizendo a ele que teria que “trabalhar para comer” pois não iria “sustentar malandro⁹⁰”. No dia seguinte, Iraçu teve uma conversa semelhante com o rapaz. Iniciou perguntando

90 “Malandro” se refere a quem não trabalha e, conseqüentemente, se aproveita de outras pessoas para viver.

que tipo de “negócio” ele estava resolvendo naquela comunidade e se não tinha trabalho para fazer no lugar onde morava. O rapaz disse que não tinha roçados e que apenas tinha que limpar um campo de outra pessoa quando voltasse para sua comunidade. Iraçu, em seguida, sugeriu que ele procurasse trabalho em forma de diárias, que havia muito trabalho a ser feito naquela comunidade, virando-se em seguida para Josefa, sua filha que acompanhava a conversa, e passando a falar genericamente sobre como o mundo estava cheio de gente “à toa”, e que na casa dele “malandro não comia”. Logo em seguida, o jovem rapaz se retirou e passou o resto do dia sem falar com ninguém.

O problema central da hospedagem, e da ajuda de um modo geral, não é, portanto, o de gerenciamento de trabalho no interior de uma casa. Tampouco é somente o problema de regras rígidas de prestações entre parentes. Trata-se de uma relação de reciprocidade. Quando não há reciprocidade, ou seja, quando só uma pessoa ajuda a outra, há um julgamento público das condutas. A pessoa que não ajuda será taxada de “malandro”, “à toa”, dentre outros adjetivos pejorativos, e poderá sofrer advertências e sanções por parte de indivíduos e grupos. Por outro lado, a pessoa que fornece ajuda sem receber nada em troca também pode sofrer com julgamentos públicos, pois permite-se passar por alguém de quem as pessoas tiram proveito. Nesse ponto, a análise da *ajuda* começa a sair da discussão econômica sobre a administração de fluxo de bens de uma casa e a adentrar a questão da construção de relações entre pessoas a partir da troca.

Para compreender melhor esse ponto, olhemos para a escolha dos parceiros em uma relação de hospedagem. A hospedagem se iniciava em função de relações anteriores que Hilarino mantinha com seus sobrinhos, e que, se rastreadas, poderiam levar ao momento em que Hilarino e Iza estabeleceram uma relação conjugal, na qual cada pessoa chegou acompanhada de redes de troca e relações com outras pessoas. E essas relações contavam na hora de escolher o local de hospedagem. Se apenas razões econômicas fossem consideradas, seus sobrinhos provavelmente escolheriam se hospedar em casas mais próximas da vila e poupar a viagem diária de uma hora que levavam da casa de Hilarino até a vila.

E, se o começo da hospedagem era marcado por relações anteriores, o fim de uma

hospedagem também não significava o fim da relação entre as pessoas. A ajuda trocada entre Hilarino e os sobrinhos não encerrava a relação entre eles ao fim da hospedagem e dos trabalhos nos roçados. Como resultado da troca, surgiam boas relações, que no futuro orientariam o início de novos ciclos de ajuda.

Isso significa que a troca de ajuda envolvida na hospedagem não deve ser tomada como uma relação de soma zero. Ela normalmente está associada a relações anteriores e carrega em si o potencial gerativo e mantenedor de relações futuras. Por mais que se retribua uma hospedagem com dias de trabalho, mercadorias ou alimentos, a relação não se encerra no ato da retribuição. Há um resultado que permanece no tempo e que diz respeito à percepção dos sujeitos sobre os demais, sobre como uma pessoa ajudou a outra que necessitava de hospedagem. Por sua vez, espera-se da pessoa que retribua a hospedagem, demonstrando sua gratidão pelo que recebeu.

Além disso, as ocasiões de hospedagem não eram apenas momentos de trocas quantificáveis. Muita informação era compartilhada. Quem subia o rio, vindo da vila ou da cidade de Cruzeiro de Sul, poderia trazer informações sobre o preço dos produtos, sobre algum parente das pessoas da casa que estava rio abaixo, sobre políticos, tramas de novelas ou resultados de jogos de futebol entre comunidades. Já quem descia, também poderia trazer notícias de parentes, histórias de caçadas, ou detalhes sobre como os produtores rurais de outras comunidades estavam planejando a safra (informação importante para o cálculo da variação de preços na vila) ou cobrando pelos produtos. A variedade de assuntos abordados durante as hospedagens era enorme e havia um prazer nas conversas entre hóspedes e anfitriões.

5.4 Ajuda no grupo de casas

Nos anos 1990, ao menos três trabalhos sobre a economia doméstica de caboclos, ribeirinhos e seringueiros já haviam sublinhado o importante papel de relações de reciprocidade na troca e no funcionamento de grupos de casas e comunidades amazônicas (Mauro Almeida, 1992; Deborah Lima-Ayres, 1992; e Mark Harris, 2000). Todos eles, no entanto, empreenderam um esforço de diferenciação dos espaços sociais em que relações de reciprocidade ocorriam. Para tanto, utilizaram-se da imagem de 'esferas de troca'. Em uma dessas chamadas 'esferas de troca', se esperava de casas

próximas e ligadas por parentesco um tipo de reciprocidade generalizada e relações igualitárias, e, em uma esfera externa às comunidades, esperava-se relações conflituosas, de dominação e exploração, em especial com elites locais⁹¹.

Vejamos o exemplo do trabalho de Mark Harris, que, em seu trabalho sobre ribeirinhos do Trombetas, estado do Pará, chegou a afirmar que a *ajuda* seria a chave para compreender as relações no interior de grupos de casas ligadas por parentesco e cooperação, circunscrevendo as relações de *ajuda* a um espaço social e geográfico:

Clusters são lugares informais e íntimos, caracterizados por atividades constantes. O conceito de pessoas ajudando umas às outras é geralmente expresso como uma prática central entre corresidentes. O princípio de *ajudar* se estende para além do simples socorro ou assistência; isso implicaria uma casualidade que esconde sua importância. Ele significa cooperação e harmonia entre pessoas que estão dividindo suas vidas cotidianas. Entre parentes, 'trabalho' é conceitualizado como ajuda, enquanto que entre estranhos e não-parentes ele é avaliado em termos de produtos e seus valores. No centro da ideia de *ajudar* também está a informalidade de relações fundamentadas em mutualidade, onde não se controla o que um faz ou onde faz (HARRIS, 2000, p.86⁹²)

O que Mark Harris chama de *clusters* pode ser compreendido de modo geral como aquilo que Mauro Almeida definiu como casas-ampliadas. Outro ponto a se destacar é que a formulação de Harris acentua a conexão entre a *ajuda* e a existência de boas relações entre pessoas, afirmando que a *ajuda* extrapolaria o simples apoio, se estendendo ao partilhar da vida cotidiana, e significando cooperação e harmonia. Como vimos, são relações desse mesmo tipo que se esperam com a relação de hospedagem no

91 Deborah Lima-Ayres falou em “esferas de produção”, uma para consumo e uma para troca. A “esfera de subsistência” seria baseada em processos de trabalho envoltos em uma “rede comunitária”. Já a “esfera de produção de mercadorias” envolveria “relações de troca para além das casas e das comunidades rurais” (LIMA-AYRES, 1992, p. 127). Embora tenha chamado de “produção”, sua análise também se fundamenta na diferenciação de relações de troca (igualitárias na primeira esfera e desiguais na segunda). A imagem de “esferas de troca” apareceu inicialmente no trabalho de Paul Bohannan sobre os Tiv da Nigéria, que distinguiu esferas de troca de itens de subsistência, itens de prestígio, e de pessoas, cada uma com regras próprias de funcionamento. A abordagem de Bohannan seria depois criticada por outros antropólogos e historiadores (HANN e HART, 2011, p.59-61).

92 No original: “Clusters are intimate and informal places, characterised by constant activity. The concept of people helping one another is often expressed as a key practice between co-residents. The principle of *ajudar* extends further than simply help or helping out; that would imply casualness that belies its importance. It means a cooperation and harmony of people who are sharing their daily lives. Between kin, 'work' is conceptualised as help, whereas between strangers and non-kin it is evaluated in terms of the product and its value. Also, central to the idea of *ajudar* is the informality of relations based on mutuality, where no tabs are kept on who does what and when”. (HARRIS, 2000, p.86)

Tejo, caracterizada não apenas pela abertura da casa como espaço de dormida, mas também como espaço de partilha e de vivência.

No entanto, Harris sugere que a *ajuda* ocorre apenas entre co-residentes e parentes, em relações nas quais o controle de quem faz o quê e quando é inexistente, sendo mais importante a harmonia que a *ajuda* produz entre os que se relacionam. Há dois pontos dessa formulação que não podem ser aplicados ao caso do Tejo e que são interdependentes: o primeiro é que as relações de *ajuda* se resumem às relações com co-residentes e parentes, estabelecendo trocas interna e externamente e que são diferentes em princípio. Este assunto será retomado no próximo capítulo e atendo-me agora a outro ponto, de que, no nível interno, haveria um sistema de troca baseado em informalidade e mutualismo no qual o cálculo de trabalho trocado não se faz presente. Ou seja, um sistema de troca cujo cálculo e valoração são pautados pela relação harmoniosa de parentesco e partilha entre pessoas e não pela quantidade de coisas trocadas. Assim, a *ajuda* seria um tipo de troca tradicional, limitada a espaços tradicionais, por sua vez cercados por outro modelo de troca, no qual a avaliação da troca residiria no valor das coisas trocadas, e correspondente às cidades e os mercados modernos⁹³.

Como sugere o exemplo da *hospedagem* no Tejo, relações de *ajuda* não só podem escapar do espaço do grupo de casas como produzem um sentimento de que é preciso retribuição entre os que trocam, sob o risco de causar conflitos. Em consequência, não seria possível tomar a *ajuda* como uma relação prescrita pela participação em um grupo de casas⁹⁴. Nesse ponto, uma análise mais detalhada do funcionamento de relações de ajuda no interior e no exterior desses agrupamentos pode fornecer uma formulação mais satisfatória para a existência deles.

93 Nas conclusões de seu livro, Harris chega a afirmar que os habitantes do Trombetas são ameaçados por esse “mundo exterior” (*outer world*) aos grupos de casas, mas que eles guardam um “desprendimento” (*dispossession*) em relação a ele (HARRIS, 2002, p.214).

94 Os exemplos sobre a *ajuda* trazidos até aqui, no entanto, podem levantar especulações sobre o papel do parentesco como motor das trocas. Por ora, fiquemos no exemplo da hospedagem: embora os parentes de Iza fossem a maior parte dos hóspedes da casa, Hilarino costumava receber visitantes de vários outros locais, com quem nem sempre tinham relações de parentesco. Nessas ocasiões, Hilarino demonstrava a mesma hospitalidade, convidando os hóspedes a partilhar dos alimentos. Estes, por sua vez, geralmente traziam consigo algo para compor as refeições. Ao longo dos próximos capítulos, outros exemplos de ajuda entre não parentes aparecerão.

Tomemos como primeiro exemplo os trabalhos envolvidos com o roçado de arroz de Hilarino, seu produto principal, e conseqüentemente o que demandava mais trabalho e mais trocas com outras casas. Em 2013, os trabalhos no arroz começaram com o pedido de ajuda a seu pai para realização da medição da área para o roçado. Depois, Hilarino empeleitou a broca e a derrubada dos paus com seu sobrinho Raimundo, que morava num aflúente das cabeceiras do Tejo (comunidade Dos Índios), e com seu cunhado Juarez (da comunidade Iraçu), respectivamente. Botou fogo sozinho e encoivou com a ajuda de Iza. Durante o plantio, recebeu ajuda de seu pai, seus irmãos e seu cunhado Adonis (todos parte do mesmo grupo de casas), além da ajuda emergencial de Iza para comprar sementes em Cruzeiro do Sul. Já perto do período de apanha, participou de um mutirão com seus irmãos e seu cunhado Adonis (todos do grupo de casas) para reconstruir o telhado da casa de farinha e para limpar os caminhos dos roçados até lá, onde o arroz seria torrado. Durante a apanha, recebeu ajuda de várias pessoas: de sua casa veio sua filha, Roseli; do grupo de casas associado a Iraçu, seus irmãos José, Vivaldo, Francisco e Ronelson, seu cunhado Adonis, a esposa Raimunda e o filho Zidane; de outras comunidades, vieram seu sobrinho Amarilson, conhecido como Nego (da comunidade Dos Índios), Maria José, Nita e sua filha (comunidade Foz do Tejo) e Erisson (que passava um tempo em Thaumaturgo, mas que era originário da comunidade Foz do Caipora, e era sobrinho de dona Maria)⁹⁵. Durante a torra do arroz, Hilarino ainda contou com a ajuda de Nego.

Durante essas atividades, a palavra *ajuda* foi utilizada de maneira genérica para explicar relações com pessoas de diferentes lugares e que se engajaram nas atividades agrícolas através de formas distintas de pagamento por seus trabalhos. Hilarino considerava *ajuda* todo o apoio que recebeu ao longo do ciclo agrícola, fosse ele proveniente da sua casa (Iza e Roseli), do grupo de casas do qual fazia parte (pai, irmãos, cunhado e sobrinho), da comunidade vizinha (Foz do Tejo), ou de comunidades distantes (Dos Índios e mesmo de pessoas morando na vila Thaumaturgo).

Para pessoas de outras comunidades, Hilarino retribuiu na maior parte das vezes com o pagamento em diárias, seja em dinheiro ou em quilos de arroz (estipulados

95 Um mapa com a localização de cada comunidade da Reserva Extrativista pode ser visto nos Anexos.

previamente em unidades diárias). Para pessoas do grupo de casas, as formas de pagamento pela ajuda foram variadas. Iraçu não cobrou nada por medir as áreas e nem por ajudar no plantio do arroz. Já os irmãos de Hilarino e seu cunhado Adonis, realizaram o plantio como forma de retribuição a outras ajudas que Hilarino dera a eles anteriormente.

Hilarino costumava ajudar os demais com o conserto de todos os motores do grupo de casas, fossem eles de uso coletivo (motores da peladeira de arroz, de moagem da casa de farinha, dentre outros) ou individual (motores de popa para canoa). Também havia ajudado alguns deles em roçados e outras atividades. Para seu irmão Francisco, por exemplo, Hilarino havia realizado por alguns dias o transporte dos alunos do Ensino Médio das comunidades vizinhas até a vila Thaumaturgo, função para a qual Francisco era remunerado pela prefeitura.

No entanto, na época da apanha, Hilarino não tinha *dia a receber* de todos seus irmãos. Vivaldo *devia* dois dias a Hilarino, pois Iza e um sobrinho dela haviam ajudado na apanha de arroz dele. Iza também havia trabalhado meio dia na apanha de Adonis. Para os demais, a ajuda foi feita sem o acerto de um pagamento previamente. Eles foram ajudar e deixaram para *acertar depois*. Do grupo de casas, apenas Zidane, filho de Adonis e Raimunda, *acertaram* seu pagamento em forma de diária.

Assim, as ajudas que Hilarino recebeu nesse período foram retribuídas (ou foram retribuições) de formas diferentes e abarcaram pessoas de sua casa, do grupo de casas, de sua comunidade, e de comunidades vizinhas. Embora todas essas relações fossem chamadas de ajuda, se compararmos as trocas ocorridas entre as casas que compõem o grupo de casas, vemos que há uma peculiaridade em relação às trocas com *casas* mais distantes: a existência do *acerto* futuro. Ou seja, trocas que não envolvem o pagamento imediato, em dinheiro ou em produto. Se com os do seu grupo de casas Hilarino se empenhava em trocas que não utilizavam o pagamento no ato, como a *troca de dias* ou o *acerto* futuro, quando Hilarino trocava com alguém de uma comunidade vizinha, usualmente o fazia na base da *diária*, paga em dinheiro ou em produto estipulados previamente.

Eis os dados de origem de trabalho e tipo de retribuição para todas as casas do

grupo de casas associado a Iraçu no início do ciclo agrícola 2013-2014. Os dados classificam a origem do trabalho em proveniente da própria casa, do grupo de casas, da comunidade, e de outras comunidades. Em relação à retribuição, a segunda tabela mostra como cada casa retribuiu a ajuda proveniente de cada um desses espaços, agrupando os dados a partir do acerto prévio ou futuro.

Origem do trabalho – Abertura e Plantação dos roçados em 2013 (Dias de trabalho)¹

	<i>Casa</i>	<i>Grupo de Casas</i> ²	<i>Comunidade</i>	<i>Outras Com.</i> ³
<i>Iraçu</i>	13.5	5.5	1	0
<i>Hilarino</i>	24	8.5	5	15
<i>José</i>	6	2.5	1	7
<i>Adonis</i>	23.5	2	0	0
<i>Francisco</i>	11	2	0	2.5
<i>Vivaldo</i>	20	2	0	0
<i>Total</i>	98	22.5	7	24.5
Porcentagem Total	64.5	14.8	4.6	16.1

¹ Não inclui colheita

² Equivalente a *casa-ampliada*

³ Inclui força de trabalho proveniente de hospedagem

(Algumas observações sobre a tabela acima: no caso de Hilarino, o trabalho de outras comunidades se refere a Raimundo do Altevir (sobrinho de Iza) e Erisson. No caso de José, o trabalho de comunidades vizinhas se refere à participação do grupo de Bastião Ginu, que não era aparentado de José. Adonis era o que tinha mais trabalho disponível dentro de casa (além dele e da esposa, um filho de 14 anos e uma de 13), pouco contando com trabalho de fora. A grande diferença de esforço empenhado pelas outras casas em relação à de Hilarino pode ser creditada à extensiva coivara nos roçados que sapecaram. Francisco foi o que abriu o menor roçado. Ele e Vivaldo contavam menos com a venda de produtos agrícolas, pois eram assalariados⁹⁶.)

96 Uma lista com o tamanho dos roçados pode ser encontrada nos Anexos, junto com um mapa com sua distribuição espacial.

Tipos de acordo por troca de trabalho (em dias)

Iraçu		
	Acerto prévio ¹	Acerto Futuro ²
Grupo de Casas	0	5.5
Comunidade	0	1
Outras Comunidades	0	0
Hilarino		
	Acerto prévio	Acerto Futuro
Grupo de Casas	0	8.5
Comunidade	4	1
Outras Comunidades	14	1
José		
	Acerto prévio	Acerto Futuro
Grupo de Casas	0.5	2
Comunidade	1	0
Outras Comunidades	7	0
Adonis		
	Acerto prévio	Acerto Futuro
Grupo de Casas	0	2
Comunidade	0	0
Outras Comunidades	0	0
Francisco		
	Acerto prévio	Acerto Futuro
Grupo de Casas	0	2
Comunidade	0	0
Outras Comunidades	2.5	0
Vivaldo		
	Acerto prévio	Acerto Futuro
Grupo de Casas	0	2
Comunidade	0	0
Outras Comunidades	0	0
TOTAL		
	Acerto prévio	Acerto Futuro
Grupo de Casas	0.5	22
Comunidade	5	2
Outras Comunidades	23.5	1

¹ Trocas do tipo diárias ou empeleita² Trocas de dia ou tipos variados de ajuda, incluindo retribuição por hospedagem

Embora vários tipos de relação de troca fossem chamados com o mesmo termo (*ajuda*), o que o quadro acima sugere é que essas trocas se diferenciavam principalmente em relação ao ciclo de pagamentos. A segunda tabela não deixa dúvidas de que a retribuição no interior do grupo de casas pode ocorrer em ciclos mais longos,

sem o acerto prévio do valor das coisas trocadas. Isso não significa dizer, no entanto, que não havia cálculo do que cada um devia para os demais. Tanto é que Iza e Hilarino, por exemplo, se preocuparam em ajudar os demais na colheita dos primeiros roçados sabendo que precisariam de ajuda na época da colheita do roçado deles.

É essa diferença no ritmo das retribuições que parece ser a marca distintiva das relações no interior do grupo de casas, e não a existência de relações de ajuda. A hipótese de trabalho que utilizo no próximo passo é de que os diferentes tipos de trocas podem estar relacionados ao grau de confiança depositado pelos sujeitos nas relações. Nessa hipótese, o grupo de casas seria formado por casas que têm alto grau de confiança em seus vizinhos, sejam eles inicialmente parentes ou não. A formação de tal grupo não seria, portanto, precedida pelo parentesco que prescreve a reciprocidade, mas por boas relações que podem gerar parentesco. Essa hipótese permitiria também pensarmos o funcionamento do grupo de casas a partir da confiança partilhada entre as casas, e, conseqüentemente, relações de reciprocidade⁹⁷ que escapam ao limite dos grupos de casas, permitindo compreender relações entre casas individuais e entre pessoas distantes. É o que pretendo explorar no próximo item.

5.5 A ajuda além

Como já descrito, Hilarino aproveitava as pausas no ciclo agrícola para serrar as tábuas que utilizaria na construção de seu banheiro. Depois de serradas, contou com a ajuda de sobrinhos hospedados em sua casa para carregá-las até a oficina de Jonas, onde foram beneficiadas (ou planeadas), e depois levadas para sua própria casa. Mais ou menos nessa mesma época, José e Adonis ajudaram-no a cavar uma cacimba para abastecer o banheiro com água. Como nunca tinha feito um banheiro antes, Hilarino foi dias depois pedir ajuda a seu cunhado Juarez, que já havia trabalhado para o Departamento Estadual de Água e Esgoto do Acre em um projeto de construção de banheiros na Reserva Extrativista. Juarez, no entanto, estaria ocupado naquela semana. Hilarino foi, então, pedir ajuda a Jonas, que, embora nunca tivesse construído banheiros, era considerado um prático com o trabalho de madeira, tendo desenvolvido habilidades

97 A maneira como opero o conceito de reciprocidade não opõe dádivas a mercadorias ou exclui a presença de dinheiro nas relações de troca. Reciprocidade é utilizada no sentido de relações de troca que envolvem comportamentos esperados entre as partes.

na construção de casas e canoas por conta própria.

Além da construção da estrutura em madeira e da cacimba, o banheiro precisaria de uma fossa e um escoadouro⁹⁸. Faltava a Hilarino, então, encontrar alguém que lhe ajudasse a cavá-los. Nesse período, José, Adonis e Ronelson (que, aos 18 anos, era o principal trabalhador da casa de Iraçu) estavam viajando, trabalhando na diária para o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do estado do Acre, que promovia a campanha de vacinação do gado contra febre aftosa na região. Já Francisco e Vivaldo tinham seus trabalhos assalariados pela prefeitura e nem sempre estavam disponíveis. Durante meio dia se dedicavam a esses trabalhos e, na outra metade, muitas vezes estavam ocupados com afazeres de suas casas, mariscando, pastorando⁹⁹ ou limpando algum roçado. Hilarino, então, foi até a comunidade vizinha, a Foz do Tejo, e convidou Aloísio para ajudá-lo com a fossa.

Aloísio terminou de cavar a fossa em um dia, pelo quê recebeu uma diária em dinheiro. Já Jonas ajudou Hilarino durante três dias e, ao fim, não recebeu pagamento imediato. Disse a Hilarino que acertavam depois.

O tratamento diferente nas formas de pagamento pelo trabalho de Aloísio e Jonas pode ser explicado pelas relações que Hilarino mantinha com ambos, em especial na diferença de proximidade social entre eles.

Aloísio pouco era visto na comunidade Iraçu, mas, ao menos uma vez por mês, aparecia por lá, fosse vendendo alguma merenda¹⁰⁰ que sua esposa preparava, para comprar arroz, ou apenas visitando Iraçu para uma conversa. Sempre que aparecia era recebido por Iraçu com o ritual de boas-vindas tradicional na região, no qual se pede à visita que suba à casa e, em seguida, se oferece um café¹⁰¹. Embora as visitas durassem

98 O escoadouro era, na prática, uma segunda fossa ligada à primeira através de um cano horizontal, próximo à boca das duas, para garantir que, após cheia a primeira fossa, os dejetos não transbordassem.

99 *Pastorar* é o ato de observar o comportamento de algo ou alguém. Pastorar no roçado significa ir até os roçados e esperar a movimentação de animais que venham comê-lo. Normalmente, se vai pastorar após rastros de animais terem sido encontrados nos roçados, bem como plantas danificadas por eles.

100 *Merenda* é um tipo de comida associada a uma refeição rápida e que não tem o valor de um *almoço* ou uma *janta*. Uma merenda pode ser uma pamonha, uma tapioca, macaxeira cozida, ou um sorvete.

101 Uma pessoa não deve entrar na casa de outra antes que seja convidada pela expressão: “Suba”. Após subir, é da etiqueta que o chefe da casa ofereça café ao visitante (na ausência de café, espera-se que ofereça ao menos água).

durassem poucas horas, ou mesmo minutos, Aloísio era uma das poucas pessoas que mantinham o hábito de visitar Iraçu (Tonhero, o vizinho rio abaixo também o fazia). Essa proximidade entre eles era notada nos convites para trabalho que os do grupo de casas orientado por Iraçu realizavam. Aloísio e os de sua casa sempre eram chamados quando os do grupo de Iraçu precisavam de alguém para trabalhar na diária e não havia gente disponível do próprio grupo. Nos meses que observei, Aloísio não só participou da construção do banheiro de Hilarino como pessoas da sua casa estiveram presentes na apanha de arroz de outras casas: a do próprio Hilarino (com a presença de sua esposa, Maria José) e a de Adonis (com a presença dele e da esposa).

Já com Jonas, a relação de Hilarino era de outra ordem. Embora Jonas não fosse parte do grupo de casas associado a Iraçu e que manejava em conjunto um território, ele e Hilarino sempre se ajudavam. Além de trocar dias com Hilarino, Jonas tinha uma oficina onde construía canoas e que tinha uma série de ferramentas e máquinas para o trabalho com madeira. Sendo piloto e mecânico de embarcações, canoas e motores eram assuntos sobre os quais Hilarino tinha grande conhecimento e interesse, e era comum que ele e Jonas emprestassem ferramentas ou trocassem ideias e informações sobre detalhes de funcionamento de motores de embarcações e motosserras, sempre se ajudando a resolver problemas e consertos de motores, partilhando ferramentas e conhecimentos.

Essa relação próxima permitiu que Jonas cedesse a Hilarino um espaço em seu campo para que cavasse a cacimba do banheiro. Mesmo não pertencendo a um mesmo grupo de casas, Jonas e Hilarino mantinham relações que se assemelhavam às que Hilarino tinha com os irmãos. Em determinados períodos do ano, as relações de troca com Jonas chegavam a ser até mais intensas do que com seus irmãos. Era essa confiança e proximidade que também permitia a Jonas dizer a Hilarino que acertasse depois por seu trabalho na construção do banheiro. Jonas poderia ter cobrado diárias ou empeleitado a obra, mas sabia que aquele tinha sido um ano difícil para Hilarino, de poucas diárias como piloto, e que Hilarino pagaria quando tivesse condição, seja em dinheiro ou com trabalho em alguma atividade futura.

Assim, nem Jonas e nem Aloísio eram parte do grupo de casas do qual fazia parte

Hilarino, mas ajudavam-no. Faziam-no em diferentes graus, sendo Jonas muito mais próximo socialmente de Hilarino do que Aloísio. Mas, do mesmo modo que as relações de ajuda não se restringiam a casas de um mesmo grupo, elas também não se limitavam a casas das redondezas. Sigamos o exemplo do banheiro.

Após ter recebido *ajuda* para cavar a cacimba, a fossa, e construir a estrutura do banheiro, Hilarino precisava comprar todos os componentes hidráulicos para terminá-lo. Tratava-se de boias, torneiras, conexões e canos em grande quantidade, já que a distância da cacimba até sua casa era de mais de 500 metros. Ele, então, recorreu a sua *conta* em um dos comércios da vila Thaumaturgo.

O sistema de contas dos comércios da vila se assemelhava ao sistema que era praticado pelos patrões nos tempos dos seringais e cada casa costumava ter sua própria conta, nomeada com o mesmo nome do chefe da casa. A diferença principal entre as contas dos barracões dos patrões e as contas dos comércios da vila era que, nesse último caso, não havia um acordo entre as partes para compra exclusiva¹⁰². No entanto, o que se via na prática era que os habitantes do Tejo tendiam a manter parceiros de troca preferenciais dentre os vários comércios da vila. Seu Iraçu, por exemplo, comprava na maioria das vezes no comércio de Tonhô, onde tinha sua conta. Dona Juana, mãe de Iza, também comprava no comércio de Tonhô, a quem chamava inclusive de “meu patrão”¹⁰³.

A prática da compra preferencial (se não exclusiva) em um comércio e a menção a ter um patrão pode parecer estranha, principalmente pela imagem dos seringais ser associada na maioria das vezes a um sistema de exploração desumana por parte de patrões contra os quais seringueiros lutaram para se libertar, resultando na criação da Reserva Extrativista. Ao fim de tanta luta, por que os antigos seringueiros refariam relações patronais com os comerciantes da vila?

102 No caso dos patrões havia ainda a renda pelas estradas de seringa, que eram tidas como de sua propriedade. O suporte do Estado ao cumprimento dos acordos e contratos (ainda que informais) e o uso da violência policial para a cobrança de dívidas, no entanto, é possível nas duas situações (barracões e comércios).

103 Além disso, algumas pessoas que moravam distante da vila mantinham seus cartões para recebimento de benefícios sociais e aposentadorias nas mãos de comerciantes. Isso significa que uma *conta* podia ser não apenas uma lista de débitos financeiros em função de crédito pessoal, mas também de créditos financeiros em função de crédito (confiança) depositado na relação com o comerciante.

Para compreender essas relações, e como elas se assemelham às relações de ajuda até aqui descritas, penso que é preciso olhar para além da questão da exploração na relação entre patrões e seringueiros. Mauro Almeida (1992) já havia notado que na relação entre seringueiros e patrões havia um elo moral que mantinha as relações de troca, e que a permanência dos seringueiros nos seringais não era forçada por violência ou pelas dívidas que contraíam, uma vez que a possibilidade de fuga estava sempre colocada. Assim, as maiores revoltas de seringueiros não ocorriam pela cobrança de dívidas, mas por atitudes que julgavam imorais, que desrespeitavam a integridade das pessoas, como violência extrema, falta de *estiva*¹⁰⁴ no barracão ou de assistência médica por parte do patrão, fosse por falta de remédios ou pela negativa de providenciar passagem de doentes graves para a cidade (ALMEIDA, 1992, p.156).

Do ponto de vista moral, patrões tinham responsabilidades para com os seringueiros. Essa obrigação moral estava relacionada à posição social ocupadas pelos patrões: havia coisas que apenas eles tinham condição de fornecer para que os seringueiros mantivessem uma vida considerada digna. É por essa razão que existiam aos olhos dos seringueiros bons e maus patrões. Seu Milton, antigo morador do rio Tejo, narrou a Mariana Pantoja sua experiência com diferentes patrões:

Pois bem, aí passou esses outros patrões que tudo só deixava a gente na mal. Mas aí foi o tempo que chegou o Epaminondas, aí eu fiquei bem apumadinho. Quando ele saiu, foi embora, eu fiquei bem apumado: fiquei com gado, com motor, com a oficina. Ele procurou me ajudar no quanto pôde. (FRANCO, 2001, p.391)

A diferença entre um bom e um mal patrão dependia de duas coisas: não deixar faltar mercadorias e não explorar seringueiros, estabelecendo relações consideradas justas. Havia aqueles que *ajudavam* os seringueiros e que não deixavam faltar mercadorias e aqueles que apenas queriam explorá-los. Com os bons patrões seringueiros poderiam até cultivar amizades, como foi o caso de Seu Milton com Epaminondas.

Relações de troca fundamentadas em moral continuam a vigorar na bacia do rio Tejo. Ainda que com mudanças nos atores, o princípio de que aquele que tem acesso a

¹⁰⁴ *Estiva* é um conjunto de mercadorias consideradas como essenciais para o funcionamento de uma casa: sal, sabão, óleo, açúcar e munição (ALMEIDA, 1992, p. 120)

bens e serviços deve ajudar aquele que necessita deles ainda pauta relações de troca em diferentes níveis. Vejamos o exemplo das relações com os comerciantes da vila Thaumaturgo.

Em 2013, Iraçu e Juana (mãe de Iza) compravam num mesmo comerciante. Todas suas compras eram realizadas em um mesmo local, sem pesquisarem preços de antemão. Para eles, tratava-se de uma forma de manter uma ligação próxima com o comerciante, de modo que tivessem crédito disponível quando precisassem comprar sem ter dinheiro em situações específicas. Esse tipo de relação era entendida como vantajosa para as duas partes, já que todo comércio tinha também necessitava de freguesia para funcionar. Por um lado, os clientes esperavam fornecimento de mercadorias adiantadas em suas contas nos períodos em que estivessem passando por necessidades. Por outro, os comerciantes garantiam clientela a partir de vínculos de confiança que permitiam até mesmo que clientes que viviam no alto dos rios deixassem seus cartões e senhas de banco para recebimento de benefícios sociais nas mãos desses comerciantes. Nesses casos, os comerciantes não apenas forneciam créditos e mercadorias como também administravam saldos positivos de muitas pessoas, à exemplo do que ocorria nas contas dos seringais¹⁰⁵. A relação ideal entre um cliente e um comerciante deveria envolver alto grau de confiança entre as partes, tal como uma relação ideal entre patrões e seringueiros.

Retornando ao exemplo do banheiro de Hilarino, foi utilizando-se de crédito de uma conta em um comércio no qual comprava frequentemente que Hilarino conseguiu comprar todo o material hidráulico de seu banheiro, mesmo em um ano no qual não havia conseguido muitas diárias como piloto. E ter crédito, nesse caso, não significava apenas que Hilarino era conhecido por ser bom pagador. Em função de seu trabalho como piloto, ele tinha uma relação especial com os comerciantes, uma vez que trazia com frequência novos fregueses para os comércios. Ao prestar serviços como piloto e guia para pesquisadores e funcionários de órgãos públicos que chegavam a Thaumaturgo, Hilarino indicava comércios de sua preferência para a compra do rancho,

¹⁰⁵ Mariana Pantoja Franco, chegou a entrevistar o patrão Epaminondas, que detalhou o manejo de mercadorias em seu barracão de acordo com a necessidade e a capacidade de endividamento dos seringueiros (PANTOJA, 2008, p.321).

do combustível e de outros itens que eles consumiriam durante sua viagem. Na maioria das vezes, Hilarino indicava os três comércios da vila onde ele próprio comprava¹⁰⁶. Isso dava a ele ainda mais crédito com esses comerciantes. Não apenas por ser bom pagador, mas também por levar aos comércios fregueses que consumiam em grande quantidade, pesquisadores e funcionários de órgãos públicos que muitas vezes estavam envolvidos na organização de reuniões comunitárias com refeições coletivas.

Durante a pesquisa de campo eu mesmo não escapei dessa rede de crédito e confiança entre clientes e comerciantes. Assim que cheguei em Thaumaturgo, almocei com Hilarino e expliquei a ele o trabalho que faria por lá. Tendo acertado minha estadia em sua casa, ele me levou até o comércio onde depois compraria seu material hidráulico e pediu pela abertura de uma conta em meu nome, mas vinculada à conta dele. Estava reproduzindo uma antiga prática dos seringais na qual um *patrão-aviado* de um centro mantinha contas de seringueiros vinculadas à sua própria em um barracão de um patrão maior¹⁰⁷. Quanto mais seringueiros vinculados tinha um patrão-aviado, mais força ele tinha perante um patrão. Da mesma maneira, ao me vincular a sua conta, Hilarino não só estava colocando seu crédito à minha disposição, como estava demonstrando sua capacidade de mobilizar recursos para o comerciante, atraindo um cliente que potencialmente compra bem acima da média das pessoas da região. Hilarino estava ajudando tanto a mim quanto ao comerciante, ao mesmo tempo em que aumentava seu crédito e confiança com ambos¹⁰⁸.

5.6 Economia da ajuda

Espero que a descrição das situações de campo tenha evidenciado que as atividades de uma casa envolvem relações de troca que são fundamentadas em comportamentos esperados cuja avaliação leva em conta ações anteriores dos sujeitos.

106 Trabalhei com Hilarino como piloto em diversas oportunidades e o vi trabalhando para outras pessoas também. Sempre indicou os comércios em que comprava com mais frequência e, quando trabalhando para algum funcionário ou órgão público, se estivesse responsável pelo processo de licitação de alimentos para reuniões, fazia a cotação nesses mesmos comércios, embora a vila tivesse ao menos uma dezena deles. Hilarino dividia suas compras nesses três comércios de acordo com itens: carne em um, outros alimentos em outro, e ferragens e ferramentas no terceiro.

107 Iraçu iniciou sua vida conjugal nessa situação. Seu primeiro sogro era também seu tio e seu *patrão*. Era *patrão-aviado* do patrão da Foz do Tejo. Essa história será retomada no próximo capítulo.

108 Ao longo da pesquisa de campo, realizei todas minhas compras no comércio em questão, com exceção de itens que não encontrava por lá.

Essas relações de troca podem também se estender para além do espaço do grupo de casas ou das comunidades, chegando até os centros urbanos mais próximos. A partir de agora, procuro explorar os mecanismos que operam essas relações, em busca de um modelo explicativo das relações de troca que parta de ideias locais.

O primeiro passo para compreender essa economia das trocas na bacia do rio Tejo é observar que as pessoas que se ajudam têm *condições* distintas no momento da troca. Em uma relação de ajuda há sempre aquele que precisa e aquele que pode fornecer o que se precisa. Essas duas situações são expressas pelos habitantes do Tejo como *precisão* e *condição*, respectivamente. Sendo que a *precisão* pode ser tomada como um tipo especial de *condição*, uma condição complementar e negativa, englobada pela condição positiva de quem pode fornecer algo.

Outro aspecto importante dessa economia é que as relações de troca entre quem tem condições distintas não estipula que as retribuições entre as partes ocorram sempre por objetos de valor igual ou superior (como nos exemplos clássicos fornecidos por Marcel Mauss, 2003). O exemplo da hospedagem apontou para uma assimetria entre os “do alto” e os “de baixo” em que a retribuição por uma ajuda poderia ser feita de diversas maneiras, e em uma situação na qual os “de baixo” via de regra estavam em melhores condições para hospedar, dado que mais próximos da vila Thaumaturgo, centro político e econômico da região.

Manuela Carneiro da Cunha já havia notado o papel que a fractalidade fornecida pelo transporte hidrográfico tinha nas relações de crédito e dívida que fundamentavam o sistema de aviamento sob o qual se assentavam os seringais do Alto Juruá (CUNHA, 1998). Só que essa fractalidade do sistema não era neutra. Embora as relações de crédito e dívida fossem se repetindo estruturalmente a cada novo rio e igarapé que se subia, aqueles à jusante sempre tinham um “ponto de vista [...] mais englobante” do que os que estavam a montante. Isso significa dizer que, os que estavam rio abaixo ocupavam uma posição privilegiada nessas redes de troca, englobando cadeias maiores de dívidas. Ou seja, à medida que se descia o rio, as relações de crédito-dívida iam se repetindo, mas as redes (ou cadeias) de trocas englobadas iam ficando maiores. Descer o rio era, portanto, navegar em direção a lugares de maior poder, lugares que controlavam redes

de endividamento cada vez maiores¹⁰⁹.

Essa fractalidade da dívida e do poder associada a seu caráter englobante à jusante pode ter suas consequências vistas, por exemplo, nos mapas apresentados por Augusto Postigo em sua tese de doutorado. Ao tratar de representações gráficas que habitantes do rio Bagé, um afluente do Tejo, produziram sobre “o mundo”, Postigo mostra como é recorrente a confecção de mapas com formas circulares, cujo centro corresponde à cabeceira dos rios, e a partir das quais a hidrografia vai levando a todas as cidades sobre as quais o produtor do mapa já ouviu falar. Nessa visão hidrográfica da distribuição espacial das cidades, quanto mais se desce os rios, maiores vão ficando as cidades (POSTIGO, 2010, p.68,108). Segundo Postigo, a organização do mundo em bacias hidrográficas hierarquizava o espaço, criando “uma hierarquia das cidades que acompanha o curso dos rios (Brasília e Goiânia fazem parte da mesma bacia de São Paulo e Campinas, porém estão em pontos mais altos, pois são cidades menores)” (POSTIGO, 2010, p.109).

Os exemplos trazidos por Manuela Carneiro da Cunha e Augusto Postigo sugerem que há uma perspectiva dominante, se não generalizada, e histórica de que a hidrografia

109 “O novo sistema, observe-se, também é de tipo fractal. Pois é esta a própria essência da rede de crédito e de produção de caucho. Tomemos o exemplo do Juruá, que tem a vantagem de fornecer uma imagem espacial da rede. Rio mais tortuoso do mundo, com mais meandros do que o Mississipi, o Juruá é um caso extremo, no sentido de que, nesta bacia, ao contrário, por exemplo, da do Purus, o comércio se fazia unicamente por via fluvial. Aqui, o sistema desposava a própria geografia: os negociantes ingleses adiantavam as mercadorias para os negociantes de Belém, que as repassavam para os de Manaus, que as forneciam aos “patrões” dos rios caucheiros, que abasteciam seus subpatrões, que por sua vez as transferiam aos seus próprios subpatrões, concluindo-se o conjunto com adiantamentos em mercadorias feitos aos seringueiros. Esta cadeia toda estava fundada sobre o aviamento, o crédito e a dívida; salvo nas extremidades (isto é, os peixes pequenos das cabeceiras e os grandes de Belém e de Liverpool), cada qual era credor a montante e devedor a jusante. Nesse caso particular, a rede fractal recobria a fractalidade dos próprios rios, havendo um barracão, em cada foz ou boca de um afluente. A localização do barracão permitia identificar, então, de uma só vez, devedores e credores, o pequeno patrão da boca do Machadinho pegando suas mercadorias a crédito junto àquele que controlava a boca do Riozinho, e que se abastecia na boca do Tejo (Almeida 1992). Assim, nessa rede de que necessariamente só se percebia um fragmento, cada um tinha, em suma, uma apreensão legitimamente fundada sobre a idéia de que o todo era semelhante à parte, da qual se podia ter a experiência local. [...] [N]o caso do aviamento, estrutura de ordem, o crédito e a dívida eram transitivos: transmitiam-se entre negociantes, patrões, subpatrões e seringueiros. De tal sorte que a jusante se tinha um ponto de vista relativamente “mais geral” sobre quem se achava a montante. Cada patrão ou subpatrão, por assim dizer, abraçava com o olhar o conjunto das ramificações e das capilaridades dos rios e afluentes até o menor igarapé que suas mercadorias atingiam, e que, em troca, o abasteciam de caucho. Sem deixar de ser particular, em cada foz de rio o ponto de vista tornava-se assim mais englobante. A generalidade do ponto de vista, embora este fosse formalmente equivalente a qualquer outro, aumentava assim de montante para jusante”. (Cunha, 1998, p.10)

e a hierarquia têm uma relação íntima e relacionada ao poder¹¹⁰: quanto mais abaixo dessa estrutura se está, maior é o poder de controle ou o poder de troca (capacidade de fornecer crédito), ou ainda, o poder do conhecimento vindo dessas regiões.

No entanto, essa relação pode estar em transformação no Tejo. Com o fim do sistema de aviação e com o aumento da presença estatal a partir da criação da Reserva Extrativista e do município de Marechal Thaumaturgo, a hierarquia deixou de ser representada exclusivamente pela hidrografia (pela qual antes descia borracha, e subiam créditos e mercadorias). Embora a capacidade de fornecer crédito e bens ainda possa ser interpretada através da hidrografia (principalmente em relação aos comerciantes, que vão ficando cada vez mais fortes rio abaixo e que recebem as mercadorias através de barcos que sobem o rio), a estrutura do Estado, a partir da qual foram distribuídos bens e empregos nas últimas décadas, deu outra perspectiva sobre a capacidade de crédito e a hierarquia.

Fui perguntado algumas vezes sobre a sequência das cidades no mapa do “mundo”. Em uma delas, a pergunta era sobre a ordem de Brasília e São Paulo, qual das duas “ficava mais pra baixo”. É possível que essas perguntas tivessem como objetivo situar as cidades na hidrografia do poder, e que, no caso Brasília-São Paulo, a dúvida podia ser causada por uma ter o presidente e o poder político e a outra ser maior e mais rica¹¹¹.

A mesma característica de acúmulo de redes e cadeias de trocas como fonte de poder, evidenciada na análise ampla do poder associado à hidrografia, era também observada no nível local. Pessoas com maior condição eram aquelas capazes de se envolver em um número maior de trocas. E, assim como a condição à jusante de patrões e outros comerciantes pressupunha, através de uma moral específica, o adiantamento de

110 Em sua dissertação de mestrado, Postigo associou a hidrografia e a hierarquia à imagem de árvores. Remetendo a uma imagem feita por seus interlocutores do Bagé, um afluente do Tejo, ele estabeleceu que as cabeceiras seriam “galhos fracos” de galhos mais “fortes” que se formariam a partir delas rio abaixo, e que essa estrutura seria não apenas uma estrutura hierárquica de controle e poder, mas também um esquema de pensamento, uma forma de conceber relações entre o que está acima e o que está abaixo nessa hidrografia (POSTIGO, 2003, p.115 ss.).

111 Augusto Postigo registrou que variações gráficas na representação dos mapas do mundo de diferentes habitantes do Bagé podiam resultar de visões diferentes sobre a hidrografia e a hierarquia. Um dos habitantes do rio Bagé, José Elias, justificou sua representação redonda do “mundo” como sendo resultado de contato com “professores e gente de fora”, que diziam que esse era o formato do “mundo” (POSTIGO, 2010, p.68).

mercadorias ao longo de um ano, a melhor condição no nível local também pressupunha uma participação mais generosa nas redes de troca. Um bom exemplo de como a relação entre a *condição* e a *precisão* dos sujeitos pautavam as relações de troca no Tejo é o desenrolar da experiência das chamadas “cantinas da Associação”, ocorrida na transição do sistema de seringais para a atual situação econômica.

As cantinas foram uma experiência iniciada antes mesmo da criação da Reserva Extrativista e financiada com recursos federais. Seu objetivo era criar uma alternativa aos barracões dos patrões no que dizia respeito ao fornecimento de mercadorias aos seringueiros do Tejo.

A experiência das cantinas, no entanto, não durou muito tempo. Elas foram à falência por falta de pagamento das dívidas contraídas pelos seringueiros com fornecedores em um contexto de alta inflação no país, que minava o sistema de aviamento fundamentado em adiantamento de mercadorias ao longo do ano. A cada ano, as cantinas viam seus prejuízos aumentados.

Eliza Costa registrou várias perspectivas locais sobre essa falência, incluindo a má gestão dos recursos ou o favorecimento de algumas famílias no acesso às mercadorias (COSTA, 2010, p.218 *ss*). Mas o principal motivo para que as dívidas aumentassem a cada ano parece ter sido o sucessivo adiantamento de mercadorias por parte dos cantineiros, ou gerentes de cantinas, que eram pessoas das próprias comunidades onde essas cantinas estavam estabelecidas. Recorrendo a um trabalho de Mariana Pantoja, Eliza Costa escreveu:

Uma reflexão sobre as primeiras dificuldades vividas por esses gerentes, enquanto membros de redes locais de parentesco e vizinhança, foi realizada por Mariana C. Pantoja (1994). Neste trabalho, a autora comenta sobre a escolha dos gerentes das cantinas, baseada no conhecimento e experiência de cada um, mas que também “foi quase sempre feita com base na 'confiança' neles depositada por suas 'comunidades'” (Pantoja, 1994:195). Por isso, “ao fiar a 'mercadoria'”, o gerente “assistia a 'comunidade' e contra prestava 'confiança' nele depositada” (idem, 199). Não negar os pedidos de fiado, por conseguinte, era a maneira dos gerentes manterem sua posição de “prestígio, autoridade e poder”, graças à “força do simbolismo encerrado nas mercadorias” (idem, 200). Ou seja, o gerente, para continuar sendo gerente, precisava entregar mercadorias fiado, e, com isso, praticamente inviabilizava a existência da cantina, pois, em época de alta inflação

e baixos preços da borracha, era quase inevitável que a maioria não conseguisse dar conta de suas dívidas (COSTA, 2010, p.221-222)

Chama a atenção os termos utilizados por Mariana Pantoja para se referir à relação da comunidade com o gerente, muitos deles já explorados aqui em relação à ajuda. A “confiança” da “comunidade” e a “assistência” que o gerente prestava a ela eram complementares e fundamentais nessa relação de acesso e distribuição de bens. Eram a própria fonte de “prestígio, autoridade e poder”.

Assim, o gerente se encontrava no dilema de ser escolhido para ocupar um lugar de poder por outras pessoas, com as quais ele estava claramente em dívida, devendo retribuir com aquilo que tinha condição de dar e que elas tinham precisão para manter o funcionamento de suas casas em meio à crise da borracha e à inflação que corroíam a economia do país. O gerente da cantina tinha como dilema manter sua rede de relações de confiança com os da sua comunidade ou com o financiamento estatal transitório para as cantinas. Alçado ao cargo de gerente, ele se encontrava na situação de ter que retribuir às pessoas que o ajudaram a ocupar aquele lugar (e que se encontravam em *precisão*) ou de seguir orientações vindas de técnicos da economia política do Estado. Pensando assim, não é de se estranhar que grande parte dos gerentes tenham escolhido pela ajuda àqueles com os quais tinham longas relações de troca anteriores. Suas ações foram calculadas pela economia da ajuda e não pelo cálculo administrativo das cantinas. Ainda que a ASAREAJ tenha orientado gerentes para que parassem de vender mercadorias fiado, dado o alto índice de débitos não saldados (PANTOJA FRANCO, 1994, p.198), houve muitos gerentes que seguiram com a prática. Um desses gerentes deu a seguinte declaração a Mariana Pantoja:

Era pra mim vender à vista só quando o freguês trouxesse o produto, mas eu tive pena da situação do povo. Como que eles podiam começar a trabalhar sem ter assistência? Aí eu, pra pegar o produto, tinha que vender pra eles poderem trabalhar. Tudo comprou fiado (José Cordeiro *In* PANTOJA FRANCO, 1994, p.199)

Em tempos de crise da borracha e de alta inflação, a escolha dos gerentes foi fornecer produtos a famílias que enfrentavam dificuldades para manter suas casas ao invés de respeitar a economia de controle de dívidas das cantinas sugeridas pela

administração da Associação. Foi também a forma que os gerentes encontraram de não perder prestígio local por negar algo que apenas eles tinham condição de fornecer naquele momento.

Outro exemplo histórico do tensionamento entre as relações esperadas localmente e as relações esperadas pelo Estado foi a experiência dos “fiscais-colaboradores”, ocorrida após a implementação da Reserva Extrativista. Tratavam-se de moradores da Reserva alçados à condição de fiscais do comportamento dos demais moradores, com poder de denunciá-los por práticas tidas como predatórias pelos órgãos gestores e o Plano de Utilização da Reserva. Tomada a partir da linguagem da reciprocidade, a condição do fiscal era muito pior do que a do gerente. Ao invés de poder dar acesso a mercadorias a quem precisava, o fiscal tinha que controlar o acesso à floresta dessas mesmas pessoas. Ao buscar a aplicação das regras de uso, ele podia entrar em conflito com outros moradores por querer impedi-los de fazer algo. Ao mesmo tempo, sua posição social não lhe conferia nenhum poder para aumentar suas redes de troca e, em pouco tempo, muitos fiscais abandonaram a função, que trazia mais ônus do que resultado positivo. Os que permaneceram, tentavam resolver as “questões” localmente, através de “conversa e no esclarecimento, tentando evitar as denúncias que teriam consequências graves para o infrator e para a relação social existente entre ambos” (LUNA, 2003, p.58 *ss*)¹¹².

Os exemplos dos gerentes e dos fiscais colaboradores são extremos por tratarem de situações nas quais uma pessoa é alçada repentinamente à condição de fornecer

112 O exemplo dos fiscais-colaboradores sugere que nem todas as posições de *poder* podem estar associadas à troca de bens. Há posições de *poder* associadas ao uso da força, um tipo de troca fundamentada em *desconsideração* e que é a prerrogativa do Estado. No caso da Reserva Extrativista, foi só após receberem “carteiras de identificação” do IBAMA que os fiscais-colaboradores passaram a ser reconhecidos amplamente dentro de relações de *poder*: “No ano de 2000, os fiscais receberam, do IBAMA, carteiras de identificação: as *credenciais*. Elas representam, para os fiscais, o reconhecimento da autoridade da função. Ao ser perguntado quanto à legitimidade do seu trabalho, Toinho Grajaú [habitante do rio Bagé, afluente do Tejo], respondeu: '(...) eles sabem que existe a lei, eles sabem que eu sou fiscal colaborador do IBAMA. Eu tenho aquele direito, de fazer aquilo mesmo’” (LUNA, 2003, p.50). Talvez uma das razões para o insucesso do programa de fiscais tenha sido o dilema colocado para os moradores da Reserva Extrativista, a quem cabia o ônus das relações de animosidade envolvidas na fiscalização. E, ao contrário de uma posição de *poder* que fornece bens para troca, os *fiscais* só tinham a oferecer fiscalização e denúncias. Se conseguiam algum prestígio com sua conduta, era com o Estado, e com o grupo de moradores que concordava com a criação da Reserva Extrativista (havia grande número de pessoas contrárias, cf. ARAÚJO, 1998, p.16). Nas relações pessoais de troca direta, no entanto, o resultado era sempre de relações negativas.

crédito ou de negar acesso a algo. Dilemas similares são encontrados, no entanto, no cotidiano. Em uma relação de ajuda, por exemplo, uma casa tem que manejar pessoas e bens disponíveis transformando-os em crédito para outras pessoas e casas sem que isso comprometa a própria organização de quem fornece o crédito, ou seja, a própria existência da casa daquele que presta ajuda. Trata-se de um cálculo complexo e arriscado entre a precisão de várias casas, incluindo a do próprio sujeito, e a cadeia de trocas de ajuda no longo prazo.

No interior do grupo de casas, por exemplo, cada chefe de lida cotidianamente com o problema de fornecer e requisitar trabalho. E isso deve ser feito sem que inviabilize a existência das casas individuais ou a harmonia do grupo de casas. Uma casa deve ter em mente que, sempre que pede ajuda está se endividando, geralmente com trabalho, no futuro. Além disso, deve considerar que uma outra casa tem também seu próprio planejamento para o trabalho que tem disponível.

No grupo de casas do qual fazia parte Hilarino, esse cálculo da precisão de todas as casas pode ser exemplificado com o planejamento do plantio e da colheita do arroz. Na época do plantio, Hilarino conversou com seu pai sobre a ordem dos plantios, para que fossem “espaçados” no tempo e não resultassem em coincidência na maturação e apanha, quando cada casa necessitaria de trabalho das demais. Essa preocupação com o gerenciamento coletivo dos roçados das casas próximas tinha como pressuposto que, no momento em que cada casa precisasse de trabalho as demais teriam condição de fornecê-la.

Sendo o fornecimento de ajuda limitado e dependente da condição, nem sempre era possível fornecer toda ajuda pedida. Nesse caso, aquele que negasse a ajuda deveria fazê-lo se desculpando e se justificando, sob o risco de ser entendido como *desconsiderando* aquele que fez o pedido¹¹³. Nessas ocasiões, um sujeito diz ao outro

113 Idealmente, um chefe de casa deveria considerar sempre o pedido de ajuda de outro no sentido mais completo da palavra: olhar pela precisão da outra casa e pela condição de sua própria e decidir por ajudar ou não. Quanto mais dois sujeitos tivessem consideração entre si, mais tendiam a olhar pela precisão do outro. Esse assunto será retomado adiante, mas cabe aqui lembrar que Marcel Mauss comentou da seguinte maneira a complexa relação entre pessoas e coisas envolvidas na troca fundamentada em reciprocidade: “Se coisas são dadas e retribuídas é porque *se* dão e *se* retribuem 'respeitos' – podemos dizer igualmente 'cortêsias'. Mas é também porque as pessoas *se* dão ao dar, e, se as pessoas *se* dão, é porque *se* 'devem' – elas e seus bens – aos outros” (MAUSS, 2003, p.263).

que entende a situação ou precisão dele, mas que não poderá ajudá-lo porque não tem o que dele é pedido ou condição naquele momento por estar comprometido com atividades de sua casa ou com uma atividade de auxílio já prometida a outra pessoa.

Nesse sentido, a gestão de redes de ajuda no nível local é similar ao dilema que os comerciantes enfrentam ao lidar com os habitantes da bacia do rio Tejo. A diferença é que comerciantes se preocupam muito mais com a capacidade de endividamento de seus clientes, e regulam o acesso a crédito para terem certeza que receberão o que a eles é devido, já que os comércios e os comerciantes lidam constantemente com a mediação entre distintas economias. Só que, do ponto de vista dos habitantes do Tejo, eles ocupam posições de poder, que dão condição para que forneçam crédito¹¹⁴. É essa grande capacidade de fornecer crédito, fundamentada na capacidade de acesso a mercadorias e empregos fornecida pela posição que ocupam, que permite que eles troquem com muita gente e se tornem conhecidos por muita gente. Do ponto de vista dos habitantes do Tejo, é possível entender as relações com comerciantes como relações de ajuda, relações que envolvem crédito dado por alguém com condição para alguém com precisão.

Outro aspecto importante é que a hierarquia do poder evidencia que a ajuda nunca se dá entre iguais e que aquilo que se dá e que se recebe ao longo de um ciclo de troca não necessariamente deve ser equivalente. Os antigos patrões e gerentes das cantinas, e os atuais comerciantes e políticos também dependem dos do “interior”, (enquanto seringueiros, fregueses e eleitores, respectivamente), e é possível determinar que há uma relação de complementariedade hierárquica¹¹⁵. E essa mesma complementariedade hierárquica está presente em todas as relações de ajuda, mesmo naquelas que aparentam ser mais igualitárias, ocorridas entre casas vizinhas, pois, no momento da troca, há sempre a assimetria entre quem pede (precisa) e quem fornece (pode, por estar em condição de) ajuda. Em todos os casos, no entanto, quem ocupa uma posição de poder (uma posição que dá condição) está vinculado e dependente daquele que está numa

114 A relação entre condição e poder aparece expressa, por exemplo, na fala de Chico Ginu, importante líder sindical na luta pela expulsão dos patrões e a criação da Reserva Extrativista, presente na tese de Eliza Costa: “Como [eu] dizia, eu queria viver muitos anos e poder ter condições de fazer alguma coisa por alguém. Era uma necessidade da época. Ou a gente fazia, ou o pessoal ia comer o pão que o diabo amassou”. (COSTA, 2010, p.176)

115 No mesmo sentido aplicado por Marcos Lanna em seus estudos sobre camponeses do Rio Grande do Norte (LANNA, 1995, p.23)

posição hierarquicamente superior, pois dele depende como seringueiro, freguês, eleitor ou como parceiro de troca de trabalho para a próxima colheita.

5.7 Política da ajuda

Depois que o Domingos entrou [como presidente na Associação], só [trabalho] na diária mesmo. [...] Na hora que ele precisa de mim, eu ajudo, né? Tem vez que eu vou mais ele e ganho uma diária. Tem vez que acontece de eu ir, tipo assim, e já aconteceu várias vezes, eu vou e não recebo nada. Que não tem de onde pagar e precisa ir pra um canto, fazer uma reunião. Eu já fui mais ele, sem ganhar nada. Esse ano eu fui pra Rio Branco [representar a Associação], levei minha canoa até Cruzeiro [do Sul], fazendo frete, e não ganhei nada. Várias vezes já aconteceu isso. Agora, também quando vem pessoas de fora, que é pra ir mais ele e o Figueiredo [do ICMBio], ele me coloca, né? (Hilarino Nogueira, entrevista, 14/02/2014)

O relato de Hilarino exemplifica como, em 2013, suas boas relações com o presidente da Associação de Seringueiros e Agricultores do Alto Juruá (ASAREAJ) lhe garantiam uma relação de troca constante. Mas como a própria ASAREAJ tinha dificuldade de acesso a recursos, quando Domingos precisava de algo e não tinha como pagar, ele se endividava com Hilarino. Hilarino trabalhava sem receber, confiando que Domingos iria chamá-lo para trabalhar quando a associação intermediasse a contratação de pilotos para realização de visitas do IBAMA e do ICMBio, os órgãos governamentais responsáveis pela fiscalização e gestão da Reserva. O relato é importante também por mostrar como os habitantes do Tejo pessoalizam as relações de crédito e dívida não apenas em relação à chefia das casas. O presidente da associação podia se envolver em relações de ajuda em seu nome, manejando recursos da Associação ao longo do tempo a partir das boas relações que mantinha com outros moradores da Reserva para fornecer ou requisitar crédito. O presidente da associação operava como o chefe de uma casa, governando (ou administrando) fluxos de pessoas e coisas em redes de ajuda.

No entanto, há diferenças entre governar uma casa e uma associação. Uma delas é a capacidade de endividamento. A ASAREAJ, por ser a pessoa jurídica que representava frente ao Estado os moradores da Reserva no acesso a projetos de desenvolvimento, tinha condição de se endividar com muitas pessoas. Em tempos de crise, ela podia recorrer à ajuda de moradores e depois pagá-los com recursos futuros que ela viesse a

intermediar com o Estado, fossem diárias, cargos ou motores e ferramentas agrícolas. Em tempos de bonança, ela podia distribuir bens e colocar os moradores em dívida com seu presidente. Dívida geralmente a ser paga nas próximas eleições para a presidência da associação.

Essa economia a partir da qual funcionava a ASAREAJ não era exclusiva dela. A mesma relação era mantida com os próprios representantes do Estado, nos mais diferentes níveis. Um voto era considerado pelos habitantes do rio Tejo uma ajuda a políticos que, na “época da campanha” visitavam as comunidades para “pedir” votos. A “época da campanha” era tida como a única época em que os políticos visitavam as comunidades do interior, passando na casa das famílias mais pobres. Nesse momento, os políticos dependiam dos “pobres” porque eram quem tinha condição de elegê-los. Posteriormente, esperava-se dos eleitos que, ao ocupar essas posições de condição, retribuíssem o apoio prestado na “época da campanha”.

Seria errado, portanto, afirmar que os políticos do município de Marechal Thaumaturgo estavam alheios à economia da ajuda tal como praticada pelos habitantes da bacia do rio Tejo, sendo que muitos deles a reproduziam. Nas eleições municipais de 2012, por exemplo, Adonis (genro que morava ao lado da casa de Iraçu) havia votado no candidato a prefeito do Partido dos Trabalhadores, junto com o restante dos moradores da comunidade. O outro candidato à época era o então prefeito, que em eleições anteriores tinha recebido o apoio de Adonis. A eleição daquele ano terminou com a vitória do candidato do Partido dos Trabalhadores. Findada a eleição, o candidato derrotado procurou saber quem de seus antigos aliados não havia votado nele. Ao descobrir que Adonis não havia lhe apoiado, o ex-prefeito passou a não cumprimentá-lo quando se cruzavam nas ruas. Segundo Adonis, o candidato ficou “com raiva” dele. Apenas no início de 2014 o ex-prefeito tentaria uma reaproximação. Durante um evento público (um campeonato de futebol) na comunidade Iraçu. Para Adonis a tentativa de reaproximação era obviamente uma jogada política, já que a “época da campanha” se aproximava e o político planejava sair candidato a deputado.

Observações similares foram feitas por Eliza Costa em sua tese sobre as relações políticas no interior da Reserva Extrativista do Alto Juruá. Partindo da constatação de

que, mesmo com a garantia de terras e a expulsão dos patrões, a Reserva Extrativista não assistiu ao fim de relações políticas que eram aparentemente paternalistas (COSTA, 2010, p.30), ela descreveu uma forma local peculiar de fazer política que incorporava técnicos e recursos de governo, e também pesquisadores, em redes locais de disputa de poder. Ela também procurou compreender como os políticos de Marechal Thaumaturgo lidavam com a forma de fazer política dos habitantes de toda a Reserva Extrativista, da qual a bacia do rio Tejo é uma parte importante. Tomo a liberdade de transcrever uma de suas descrições, na qual moradores do “interior” recorrem à ajuda do prefeito de Marechal Thaumaturgo:

Uma vez fui até a casa do prefeito e ali presenciei uma cena que poderia ser considerada muito comum: a chegada de moradores vindos da Reserva e de outros seringais fazendo diferentes pedidos ao prefeito. Uma senhora que eu já conhecia da Reserva vinha reclamando de fortes dores no dente. A ela o prefeito escreveu um papel que deveria ser entregue ao prático que arrancava os dentes dos moradores do município. Como confirmei mais tarde, o papel permitiu que seu atendimento fosse feito de imediato.

Não escrevi minhas impressões naquele momento, mas provavelmente eu pensava estar testemunhando todo o arsenal de “ismos” citados acima [assistencialismo, personalismo, coronelismo, mandonismo]. O prefeito, que tinha iniciado um curso de Ciência Sociais em sua juventude, talvez por ter percebido em meu olhar o julgamento reprovador que eu deveria estar fazendo de sua atitude, fez questão de me chamar em seguida para almoçar com ele e a família (havia um lugar para almoços coletivos e outra sala onde eram servidas as refeições da família e que podia ser aberta a outros visitantes, talvez considerados diferenciados). Ali, ele me explicou que não concordava com aquela maneira de lidar com os problemas de saúde do município, mas que aquele modo de agir era necessário, para os moradores do “interior”, isto é, dos seringais. Aos que viviam dentro da sede municipal, eram outros os procedimentos, mais formalizados e impessoais. Conforme ele, as pessoas do seringal eram muito pobres e já estava acostumados com esse tipo de tratamento. (COSTA, 2010, p. 58-59)

Na sequência desse trecho, Eliza Costa apresenta várias opiniões locais sobre os “ismos” envolvidos nessa prática política de distribuição de bens e serviços, praticada não apenas pelo prefeito, mas por vereadores, secretarias e associações de moradores. Agregando mais uma interpretação às sugeridas por Costa, entendo que, da perspectiva das trocas, essa prática política dos “ismos” pode ser lida também a partir do modelo aqui proposta para a economia da ajuda: uma “moradora” foi pedir algo ao prefeito

(ajuda), porque estava com dores (precisão) e sabia que ele poderia acelerar seu atendimento (condição). O prefeito, por sua vez, sabia que a linguagem da ajuda era a melhor forma de se comunicar com os do “interior” se ele quisesse criar laços de reciprocidade, que teriam impacto na avaliação do seu mandato e determinariam o apoio durante as próximas eleições municipais. Ao fim, o prefeito ainda demonstra ter conhecimento do descompasso entre essa economia local e as práticas esperados em um Estado democrático, chamando a pesquisadora para uma conversa na qual tanta convencê-la de que ali há um tipo de relação especial e demandada pelos próprios habitantes do “interior”.

Só que o tempo para militância e os votos que se pode dispender são limitados, e, assim como o trabalho e os bens de uma casa limitam sua capacidade de endividamento, é impossível para um morador construir boas relações com todos os políticos do município, sejam eles vereadores, prefeitos ou técnicos executivos e administrativos¹¹⁶. É preciso escolher entre redes de alianças. Hilarino e Iraçu, por exemplo, construíam grande parte de suas relações políticas (no sentido restrito de lidar com políticos) em torno de um partido ao qual eram filiados desde o início dos anos 2000, o Partido dos Trabalhadores. Quando uma conversa sobre política vinha à tona, em especial quando estava em jogo a comparação com a ação do outro partido predominante localmente, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, eles prontamente se colocavam em defesa dos candidatos ou políticos de seu partido (embora mantivessem críticas privadas a eles em outras ocasiões). Como contrapartida, esperavam que, sempre que alguém de seu partido estivesse “no poder”, recebessem bens e empregos em retribuição ao apoio prestado aos candidatos. Vejamos alguns exemplos.

Depois de alguns meses de minha chegada em campo, fiquei sabendo de um filho do primeiro casamento de dona Maria que havia sido preso, acusado de abuso de menores. Estava claro que esse assunto era delicado para a família de Iraçu e, segundo ele, a prisão havia sido injusta e “armada” pela mulher com quem esse filho de Maria

116 A tese de Eliza Costa demonstra também como o fazer da política, que ela define a partir de sua própria perspectiva e termos, estava ligada à escolha de parceiros de troca: “Apoiar uma ou outra [força política] era também participar da circulação de objetos, idéias e pessoas. E isso também queria dizer, em especial, assumir os riscos dessas preferências, o que era um jogo complicado, do qual poucos conseguiam se esquivar” (COSTA, 2010, p.37).

vivia¹¹⁷. Quando ouvi essa história, Iraçu me disse que já havia procurado o ex-prefeito Itamar de Sá para que pudesse ajudar na soltura do filho de dona Maria. Itamar de Sá, o mais proeminente político do Partido dos Trabalhadores de Marechal Thaumaturgo, que, além de ex-prefeito, era um dos homens fortes do governo estadual à época, também governado por seu partido, onde ocupava o cargo de “assessor especial do Vale do Juruá” na Secretaria de Articulação Institucional. Aos olhos de Iraçu, se havia alguém que pudesse fazer algo sobre o filho de dona Maria, era Itamar. Não havia mais ninguém com tamanha importância na política estadual e que ao mesmo tempo tivesse conhecimento do apoio de anos da família de Iraçu ao partido. Iraçu chegou a conversar com Itamar, que, após consultar seus advogados, teria dito que era impossível conseguir a soltura, sendo possível, no máximo, um abrandamento da pena. Até a minha partida, no entanto, Iraçu ainda não tinha recebido uma resposta de Itamar sobre o caso.

Em outra situação, Iraçu procurou Itamar para resolver uma pendência em relação à conta de energia elétrica, o chamado “talão de luz”. A empresa estadual que desde 2010 prestava o serviço à comunidade não aparecia para fazer a medição dos relógios de energia e as contas ficaram sem chegar durante meses. Depois disso, alguns receberam contas cujo valor chegava a mais da metade de um salário mínimo, enquanto outros recebiam talões que mal passavam de uma dezena de reais, causando indignação pela arbitrariedade dos valores. Após procurar em Marechal Thaumaturgo e em Cruzeiro do Sul uma solução para os problemas com os talões, Iraçu e os demais não encontraram ninguém que fornecesse uma solução satisfatória nos escritórios locais da empresa. Como a sede da companhia de energia elétrica era em Rio Branco, eles resolveram recorrer novamente a Itamar de Sá, que ficou com os talões e levou-as até a companhia de energia elétrica. Algum tempo depois, todos receberam novos talões, com valores muito menores.

Em outra ocasião, um irmão de Hilarino que morava na vila Thaumaturgo estava separando-se da esposa, que havia decidido deixá-lo. A situação causou preocupação de

117 Ao contrário de Marinaldo, esse filho que dona Maria teve antes da união com Iraçu não o chamava de “pai”. Segundo Maria, esse filho dela havia sido criado pelo pai biológico, e vivido com ele em várias cidades do Acre e de Rondônia (incluindo Cruzeiro do Sul e Guajará-Mirim). Aos 29 anos, o pai dele faleceu e ele resolveu viajar pelo Juruá à procura da mãe. Após o reencontro, decidiu que viveria mais próximo da mãe e se mudou para a vila Thaumaturgo. Lá, “ajuntou-se” com a mulher que posteriormente o denunciaria à polícia.

toda a família, que passou a se revezar para manter alguém na vila “pastorando-o” para que ele não tentasse se vingar da esposa pelo que considerava uma humilhação. O medo principal da família era de que ele tentasse matá-la, ainda mais que, depois da separação, ele tinha passado a “beber” todos os dias. Após algumas semanas dessa gestão da situação de conflito, e tendo sentido que a fase mais crítica havia passado, os parentes passaram a se mobilizar para encontrar uma ocupação para ele, para que pudesse esquecer de vez a esposa e parasse de beber. Procuraram, então, alguns políticos locais para pedir um emprego. Hilarino e seu irmão tinham um histórico de trabalhos de piloto prestados ao Estado, e o partido ao qual eram filiados estava no poder em todos os níveis: federal, estadual e municipal. Assim, conversaram com secretários municipais e representantes de secretarias estaduais, que entenderam se tratar de uma situação emergencial e prometeram conseguir um cargo para ele. Algumas semanas depois ele “ganhou um emprego” em uma das embarcações da prefeitura que fazia o trajeto entre Marechal Thaumaturgo e Cruzeiro do Sul.

O que esses três exemplos da relação de Iraçu e Hilarino com políticos confirmam é que há, assim como na relação com comerciantes, certas condutas esperadas por partes de políticos, retribuições pelo apoio prestado anteriormente. Políticos precisam de militância e votos para chegar ao poder. Quando lá chegam, só eles têm condição de acessar bens e serviços que os do “interior” (ou os “pobres”) precisam em algumas situações. Os políticos devem ter sempre em mente a economia da ajuda e colocar em funcionamento as ferramentas que têm a serviço de problemas de seus eleitores, seja para rever contas de energia elétrica ou consulta de processos judiciais. É esse tipo de relação que sustenta suas bases políticas. Nesse sentido, a própria existência de Itamar de Sá enquanto político, e de todos os demais políticos, depende da reciprocidade e da prática dessa economia como um todo. Nesse ponto, democracia, política, representatividade, ajuda, e assuntos de família se misturam. Isso fica claro na mobilização causada pelo emprego ao irmão de Hilarino, quando a família toda se mobilizou para pressionar os políticos¹¹⁸ com os quais se relacionavam em função de um emprego do qual precisavam.

118 Nesse caso, a imagem do grupo de casas enquanto unidade política, um grupo de ação coordenada e ligado por laços de parentesco, se aplica completamente. Não ajudar em um assunto que preocupava toda a família era arriscar um apoio político importante para as próximas eleições.

5.8 Considerações finais

Da análise dos termos utilizados para se referir às relações de troca na bacia do rio Tejo, a *ajuda* se destaca como englobando uma série de trocas aparentemente distintas. Ajuda pode ser uma troca de dias de trabalho entre casas vizinhas ou um serviço prestado por alguém através do pagamento em dinheiro. Pode ser um bem dado por um político ou alguma mercadoria adiantada por um comerciante, sendo o termo utilizado para se referir a trocas que extrapolam e englobam diferentes tipos de relações entre sujeitos. A ajuda também revela relações de apoio mútuo e a criação de relações duradouras entre os que trocam. Os exemplos mostram também que essas relações duradouras fundamentadas em ajuda podem extrapolar os limites dos grupos de casas e das comunidades, sendo estabelecidas com políticos e comerciantes.

Para ser considerada ajuda, uma relação deve observar a *condição* e a *precisão* dos sujeitos, e não os valores dos objetos envolvidos na troca. A posição social ocupada pelos que trocam é determinante para a avaliação das trocas. Assim, de um político se espera uma participação mais generosa nas redes de troca do que de um vizinho.

O capítulo também apontou para uma continuidade histórica desse modelo de trocas. Que há princípios comuns nas relações com vizinhos, comerciantes, políticos, e até nas antigas relações com patrões seringalistas ou com os gerentes de cantinas. A despeito das transformações ocorridas na ocupação territorial e nas atividades produtivas, há uma continuidade na forma de conceber relações econômicas.

Nos próximos capítulos, explorarei como as trocas impactam não apenas a construção de relações entre pessoas, mas as próprias pessoas, afetando sua constituição. Para tanto, recorro, no próximo capítulo, a uma análise das trajetórias de Iraçu e Hilarino e das relações de *criação* que vivenciaram. Ora como aquele que é criado, ora como aquele que cria. É um retorno ao aspecto “lar” da unidade doméstica camponesa. Essa ênfase no aspecto moral da casa será a base da argumentação posterior, que buscará uma compreensão unificada de fatos econômicos e morais das casas na bacia do rio Tejo.

6. Criação

Tendo analisado nos capítulos anteriores os aspectos gerais das trocas efetuadas entre as casas da bacia do rio Tejo, e proposto um modelo explicativo básico que orienta a realização e avaliação dessas trocas, esse capítulo retorna à análise das relações internas da casa para tratar de como as pessoas são socializadas desde a infância para agirem de acordo com essa economia particular. Para tanto, exploro as relações de *criação* e as implicações que têm na construção do parentesco e do afeto entre as pessoas. A análise parte de trajetórias de vida, enfatizando a correlação entre casas, parentes e afetos nos processos de criação.

6.1 Trajetórias

A narrativa de Iraçu sobre sua trajetória começa com a viagem de seus avós maternos, os cearenses Raimundo Bertoldo Nogueira e Maria Martins Nogueira (conhecida como Senhora), migrando do Ceará para o seringais do Acre aproximadamente na virada para o século XX¹¹⁹.

A história começa como a de muitos outros seringueiros da região, com a partida do Ceará, de um local chamado Serra Grande. Seu avô saiu com a esposa, para embarcar em um navio “cheio de nordestinos que vinham pra cortar” na Amazônia. Em sua viagem, atravessaram o “mar salgado”, que deixava a todos “embriagados”, em oposição às águas doces dos rios amazônicos, que deixaram os passageiros do navio “fortes, fazendo alvoroço e briga”.

A jornada dos avós de Iraçu terminou em um seringal do Alto Tarauacá, onde trabalharam muitos anos antes de “atravessarem para as águas do Tejo”. Diz Iraçu que Raimundo Bertoldo foi um dos primeiros “arigós” a chegar no Tarauacá, sob ordens de um patrão chamado Joaquim Luis. Desses primeiros seringueiros, “muitos ficaram, alguns voltaram [para o Ceará]. Mas foram poucos que voltaram”. Alguns deles faleceram tempos depois de chegar ao Acre, vítimas de uma doença até então chamada

119 Estimo essa data baseado nas seguintes informações: o avô de Iraçu morreu aos 88 anos, quando ele havia passado dos 30. Como Iraçu nasceu em 1942 e seu avô tinha cerca de 58 anos a mais que ele, suponho que o avô tenha nascido no final na década de 1880 e migrado por volta dos 20 anos, já que ele e a esposa já tinham filhos no Ceará.

“sezão”, que Iraçu desconfiava ser o que viria a ser conhecido depois por malária¹²⁰.

Para realizar a viagem até o Acre, os avós de Iraçu saíram do município de Viçosa do Ceará, acompanhados do padrinho e o sogro do avô, que foram deixá-los de “comboio” (carro de boi) no porto em “Camuci”¹²¹, onde pegaram o navio para a Amazônia. Segundo Iraçu, Raimundo Bertoldo e a esposa saíram a uma hora da madrugada de casa e, quando o dia ia amanhecendo, olharam para trás e viram a “Serra Grande” (também chamada de Serra de Ibiapaba, localizada entre os estados do Ceará e Piauí). Nesse momento, Raimundo Bertoldo olhou para trás, ergueu o braço e balançou a mão em sinal de despedida, dizendo: “Adeus, Serra Grande, para nunca mais!”.

Dos parentes que ficaram no Ceará, estava um filho do casal, que tinha apenas um ano quando eles decidiram partir para a Amazônia. Raimundo Bertoldo e Maria Martins ainda receberam muitas cartas dos que ficaram, contando as novidades. Em uma delas, o pai pedia a Raimundo que voltasse para o Ceará depois de completar dez anos nos seringais. Em uma das últimas cartas que recebeu, os parentes avisavam que se mudariam para a capital, Fortaleza, e que a família estava crescendo, se tornando “grande”.

Depois de muitos anos, quando Raimundo Bertoldo já tinha criado e casado quase todos os filhos, ele se comoveu com o pedido de retorno do pai e perguntou à esposa se ela queria voltar para o Ceará e reencontrar a família de lá. Ela disse que não queria deixar os filhos casados para trás. E ele disse: “Então, acabou-se a conversa. Ninguém fala mais nisso”. E, desde então, ficaram morando com a família no Acre, sem tocar mais no assunto.

Eles tiveram cinco filhos: três mulheres e dois homens¹²². Uma delas já estava casada quando a família decidiu atravessar para a bacia do Tejo e não quis sair do Tarauacá. Depois da mudança, Raimundo Bertoldo e sua esposa Maria Martins

120 Do Ceará, Iraçu ouviu ainda muitas histórias. As que mais lhe marcaram foram as que falavam de Lampião, que era “um cangaceiro que matava e estuprava” e “fazia todo tipo de invasão”. Lembra-se também das histórias de seca no Ceará, que deixavam muita gente “magro de necessidade”, tendo que carregar água com “léguas de viagem. Que lá não era hora, era légua de viagem”. (nasceu em 1942).

121 Provavelmente a cidade litorânea de Camocim, a cerca de cem quilômetros de Viçosa do Ceará.

122 De todos os filhos do casal, só o caçula Alípio está vivo e morando em Cruzeiro do Sul, aposentado como “soldado da borracha”.

Nogueira viveram na bacia do Tejo até falecerem, ela oito anos antes dele. Ambos estão sepultados na colocação Boa Vista, no igarapé Oriente, que deságua no Juruá, pouco abaixo da foz do Tejo. O avô materno faleceu aos 88 anos, quando Iraçu já tinha passado dos 30 anos.

Iraçu nasceu em 1942, nas cabeceiras do rio Bagé, colocação Salgadinho, acima do igarapé Braço Esquerdo, onde ele viveu até os 16 anos de idade. Suas primeiras lembranças são dele morando com a mãe, a uma hora de viagem da casa de seu avô paterno, um cearense que atendia pelo nome de José Anselmo. O pai de Iraçu havia falecido quando ele ainda estava “no ventre” da mãe e a relação mais próxima que ele tinha com os parentes de seu pai terminou aos 8 anos, quando seu avô paterno se mudou para Cruzeiro do Sul. Iraçu não sabe dizer qual a razão da mudança do avô e nem a causa da morte do pai. Suas memórias afetivas são muito mais ligadas à família da mãe já que, desde seu nascimento, Iraçu e sua mãe moraram com os avós maternos.

A mãe de Iraçu havia tido outras duas filhas com o pai dele, mas uma delas faleceu em seus primeiros anos de vida e a outra foi “dada” ao avô de Iraçu quando o pai faleceu (ela também faleceu ainda jovem, aos 13 anos, quando Iraçu tinha 10).

Alguns anos depois, a mãe se “juntou” com outro homem, e Iraçu foi morar com o casal em uma nova casa, saindo da companhia dos avós maternos. Esse segundo casamento de sua mãe foi com um homem que veio a passeio do município de Tarauacá para o Bagé. Em sua passagem, ele “se engraçou” da mãe de Iraçu e decidiu ficar por lá. Juntos, tiveram sete filhos, dois homens e cinco mulheres¹²³.

Iraçu morou na mesma casa que a mãe e o padrasto até “ter entendimento”, quando decidiu por conta própria que iria voltar para a casa de seus avós maternos: “Quando eu cheguei à idade de 12 anos, mais ou menos, eu disse: 'Mamãe eu vou morar com meus avôs'. Meu padrasto era bom pra mim, mas não tinha aquela amizade que nem eu tinha com meus dois avós”. E explicando sua decisão: “Nasci na companhia do meu avô por parte de mãe. E quando ela se casou com esse outro marido, eu não me acostumei com ele. Daí, eu voltei pra casa do meu avô e fiquei com ele até ele falecer,

¹²³ Um dos homens faleceu ainda pequeno. Das mulheres, à época da pesquisa de campo, uma era falecida, duas moravam em Cruzeiro do Sul, uma em Mâncio Lima, e uma em Marechal Thaumaturgo. O outro homem morava próximo da divisa de Cruzeiro do Sul com Tarauacá.

aos 88 anos”. “Eu tinha uma atenção muito grande a ele [avô]. Eu amava ele. É como se fosse meu pai. Que ele que me criou”. “Eu gostava mais do meu avô. Nasci na companhia dele, né?”. Iraçu demonstrava o mesmo sentimento em relação à avó: “Eu tinha ela como minha mãe, que foi quem me criou”¹²⁴.

Cerca de quatro anos depois de ter “se entendido” e ido morar com os avós, Iraçu se mudou com eles para a Boa Vista, uma colocação mais próxima à Foz do Tejo, onde havia um grande barracão. A colocação estava abandonada há alguns anos e havia sido reaberta por Emílio Alves de Lima, um cearense casado com uma tia materna de Iraçu, Maria Martins Nogueira (mesmo nome da avó de Iraçu, mas conhecida como Mariquinha). O casal também havia vindo do Tarauacá cortar seringa no Bagé, na colocação Viena, e depois de uns anos se mudado para a Boa Vista, onde reabriram essa colocação. Emílio, era “patrão-aviado”, tendo sua própria venda de mercadorias (ainda que dentro de casa) e sendo o responsável pela compra da borracha na colocação, embora respondesse ao barracão da Foz do Tejo, onde ele próprio comprava e vendia¹²⁵. Por essa razão, era possível aos demais seringueiros de sua colocação também comprar e vender no barracão da Foz do Tejo, o que faziam especialmente em relação a itens que não estavam disponíveis para venda na casa de Emílio, como tecidos, espingardas e “luxos”¹²⁶. Ao mudar para a colocação de seus tios, Iraçu, um rapaz já “formado” e “entendido”, foi também convidado a cortar umas das estradas de seringa “vadiando” (sem uso). Seu tio passou, então, a ser também seu patrão.

Iraçu continuou morando com os avós, até que sua mãe se separou do segundo marido. Sem outros parentes no Bagé, e com seis filhos dentro de casa, sua mãe decidiu se mudar para perto de Iraçu, “descendo” para a colocação Boa Vista. Segundo ele,

124 Como pretendo retomar adiante, o “como se” e a “criação” dão sentido aos termos de parentesco, na medida em que preenchem e atualizam relações.

125 Esse barracão era operado por Dedé Santos, que por sua vez lidava com o dono do barracão e do seringal, Armando Geraldo, de Cruzeiro do Sul. Todos os meses alguém da Foz do Tejo realizava a pesagem de borracha na colocação de Emílio. Tratava-se também de uma forma dos padrões avaliarem a produção e a capacidade de distribuir crédito para cada seringueiro. Segundo Iraçu, padrões costumavam fornecer créditos apenas de acordo com a produção do seringueiro, mesma prática registrada por Mauro Almeida nas cabeceiras do Tejo (ALMEIDA, 1992).

126 “Luxo” aqui corresponde à categoria atribuída por Almeida aos itens que não eram parte da “estiva” e considerados pelos seringueiros como secundários no que diz respeito à sobrevivência. “Luxos” funcionavam para os barracões como forma de seduzir os seringueiros a produzir mais (ALMEIDA, 1992, p.120).

esses irmãos por parte de mãe “terminaram de se criar” na “companhia” de Iraçu, que assumiu a condição de corresponsável pela criação das crianças: “Eu fiquei como o chefe da casa, trabalhando mais eles, dando sustento”.

Assumindo a responsabilidade da criação dos irmãos, Iraçu construiu uma nova casa para morar com eles e a mãe. Deixou a casa dos avós, que na mesma época contaram com o o retorno de um de seus filhos que há anos cortava seringa em colocações pelo Bagé. “Meu tio Alípio ficou morando mais o meu avô. Eu ajudava no que podia. O rancho, né? Nesse tempo eu era caçador, matava muita caça, muita anta e levava alimentação para eles. Aí depois minha vó morreu e meu avô veio morar dentro de casa mais eu¹²⁷”.

Entre a chegada de sua mãe e a vinda de seu avô para sua casa, Iraçu havia tomado uma decisão muito importante, se comprometendo a casar com uma de suas primas. Segundo ele, a convivência com sua prima Maria Zenilde Alves de Lima havia “criado aquela amizade”. Ele, então, foi pedir a sua tia Mariquinha consentimento para se casar com a prima no futuro. A tia disse que consentia, mas que a noiva ainda não tinha terminado de “se formar”, com o que Iraçu, aos 18 anos, deveria esperar alguns anos ainda para casar com sua prima Maria Zenilde, ainda com 11 anos.

Iraçu aguardou por anos e mesmo depois de a prima estar “formada”, foi preciso ainda esperar pela passagem de um padre pela região para realizar o casamento. O casamento mesmo só ocorreu quando Iraçu tinha 24 anos:

Quando foi janeiro, época do novenário [de Thaumaturgo], meu sogro foi lá e chamou o padre. Ele [padre] foi lá no centro, lá na colocação. [...] Que quando eu me entendi, as pessoas só construíam família se casassem. Hoje não. Hoje é só pegar e levar. Nessa época o cara tinha que pedir a moça, noivar, aí ir pros pés do padre, casar, e daí podia conviver com ela. [...] Só se o padre casasse. Os pais não consentiam esse negócio de tá junto, não. (Iraçu Nogueira, entrevista, 01/09/2013).

E a festa por um casamento tão esperado não podia ser pequena. Seguiram-se duas

127 Alípio morou em casas de vários parentes depois disso, incluindo a de Iraçu e de alguns sobrinhos. Depois de um tempo, se aposentou como “soldado da borracha” e se mudou para Cruzeiro do Sul. “Soldados da borracha” é como ficaram conhecidos os seringueiros enviados à Amazônia pelo Estado brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial, em um esforço de guerra para fornecer borracha para os países aliados (cf. ALMEIDA, 1992, p.48).

noites de festa com mais de cem pessoas dançando e comendo. Com o casamento, o tio e patrão de Iraçu tornar-se-ia também seu sogro. “A minha esposa era minha 'prima legítima'. A minha mãe era irmã da mãe dela”.

Após o casamento, Iraçu providenciou a construção de uma nova casa. Ele permaneceria na mesma casa que já morava com a mãe e o avô, mas, com irmãos praticamente criados, ele achou por bem que a mãe, os irmãos e o avô se mudassem para outra casa, ao lado da sua. “Aí eu me casei e fiz uma casa pra ela [mãe] pertinho, uns cem metros. Aí, ela foi morar com meus irmãos e eu fiquei morando só com minha esposa”.

Tendo sua própria casa, o casal teve já no primeiro ano de união seu primogênito, Hilarino. Nos anos seguintes nasceriam Hilariso e Josefa. Para sustentar a crescente família, Iraçu se dedicava principalmente à produção de borracha (pagando ao sogro 66kg de borracha como “renda” pelas estradas de seringa e produzindo cerca de 450kg anuais), mas também mantinha pequenas plantações de milho e macaxeira, além de caçar e pescar para obter alimentos para a casa. Dos animais caçados, também comercializava peles de animais com regatões¹²⁸, à época itens de alta procura por parte de comerciantes itinerantes e que permitiam a Iraçu ter acesso a certos artigos de alto valor (como relógios e espingardas) sem fazer dívidas no barracão.

Depois de sete anos de casado, Iraçu decidiu deixar a Boa Vista. Seu tio Emílio havia adoecido e deixado de “negociar”, tornando mais difícil o abastecimento de mercadorias para famílias que, como a de Iraçu, continuavam crescendo. Iraçu, então, decidiu se mudar com a esposa e os filhos para um local de mais fácil acesso, escolhendo a colocação Nova Vida, às margens do Tejo (e um pouco acima de onde Iraçu morava à época da pesquisa). A nova mudança havia sido novamente motivada por um convite. Dessa vez por parte do padrasto de Iraçu, que, após a separação de sua mãe, havia se mudado para lá, e que lhe ofereceu uma pequena casa vazia e uma estrada de seringa para cortar.

Tendo uma casa e uma estrada para cortar, faltava a Iraçu um roçado na nova

128 Segundo Iraçu, os regatões e marreteiros que compravam peles de animais eram aceitos pelos patrões desde que não trouxessem estiva para comercializar com os seringueiros.

colocação para poder se estabelecer por completo. Assim, ele começou a preparar a mudança com seis meses de antecedência, botando um roçado que garantiria alimento para quando chegassem lá¹²⁹. Seis meses depois, ele foi com a família toda de um “centro” para a “margem”, carregando os objetos da casa e as crianças por horas de caminhada. À essa época, o casal Iraçu e Maria Zenilde já tinha mais uma filha: Maria.

Alguns meses depois de terem se mudado, o padrasto de Iraçu se aposentou como “soldado da borracha” e foi para Cruzeiro do Sul. Iraçu, então, levaria também sua mãe, seu sogro e sua sogra da Boa Vista para a Nova Vida. Seu sogro e tio faleceria pouco tempo depois, assim como seu avô.

Após o falecimento do sogro, seguiu-se o que Iraçu considera o episódio mais triste de sua vida. Maria Zenilde estava grávida do que seria o quinto filho do casal quando saiu em uma tarde para apanhar arroz. No roçado, foi picada no pé por uma tucandeira, uma formiga conhecida na região pela dor causada pelo veneno de sua picada. Depois de voltar para casa, Maria Zenilde começou a se sentir mal, com muito frio. Iraçu tentou tratar a picada da formiga utilizando gasolina e tabaco, mas o tratamento acabou não surtindo efeito. Durante a madrugada, ela começou a ter febre e, no começo da tarde do dia seguinte, já estava “toda pintadinha e abortou a criança”. Percebendo a gravidade da situação, Iraçu ainda teve tempo de convidar os parentes e vizinhos para que pudessem se despedir de Maria Zenilde naquela noite. Para Iraçu, esses acontecimentos abriram uma “passagem difícil” para ele. “Eu gostava da minha mulher, vixe! Nós se amava mesmo”. “Pra mim era tudo na minha vida. Ela era bem bonita, bem alvinha”.

Com a morte da esposa, Iraçu passou a contar com a ajuda de sua mãe e de sua tia para “cuidar” das crianças enquanto ele trabalhava para manter a casa. Nessa época, Hilarino já tinha 9 anos, Hilariso, 7, Josefa, 6, e Maria pouco mais de um ano. “Ficou ruim trabalhar com as crianças, cortando seringa e sem ter quem cuidasse”. “Foi um ano que eu quase não produzi seringa”.

Meses depois do falecimento, a mãe de sua ex-esposa e também tia de Iraçu foi

129 A estratégia de plantar um roçado precedendo a mudança é comum e perdura até os dias atuais. Exemplos semelhantes estão em REZENDE, 2010, p.70.

até Cruzeiro do Sul para se aposentar. Como, à época, as viagens entre o Tejo e Cruzeiro do Sul eram caras e demoradas, e o processo de aposentadoria podia levar meses, Mariquinha foi preparada para ficar hospedada por um bom tempo na casa de alguns de seus parentes que moravam na cidade. Em uma das casas em que se hospedou, dona Mariquinha conheceu uma jovem mulher do Juruá que estava em Cruzeiro do Sul também tentando “se aposentar”. Com um bebê de quatro meses, a mulher há pouco havia enviuvado, e procurava em Cruzeiro do Sul receber uma pensão pela morte do marido. Mariquinha, então, imaginou que aquela viúva poderia “se juntar” com Iraçu, dividindo com ele a responsabilidade de criar os filhos dele e o dela, e formando uma nova família. A princípio, Mariquinha não quis ser explícita ao propor a união para a jovem. Convidou-a a acompanhá-la para a Nova Vida para trabalhar como empregada na casa que ela e Iraçu agora partilhavam. Embora resistente à ideia no começo, depois de muita insistência a mulher aceitou passar um mês “para ver se se acostumava” à vida proposta. A essa altura, ela já havia percebido que Mariquinha esperava dela mais do que ser uma empregada.

Quando Mariquinha retornou à Nova Vida, Iraçu teve um susto ao ver que uma jovem com um filho pequeno a acompanhava. Mariquinha colocou a mulher para dentro de casa e logo em seguida explicou para Iraçu as intenções dela ao trazer a jovem mulher. A situação era tão inusitada para Iraçu e para a jovem que, embora partilhando a mesma casa, os dois não se falaram durante sete dias, “por acanhamento” e por “medo” do que poderia acontecer. Embora Iraçu tivesse se “agradado da figura” da mulher, ele não tinha coragem de iniciar uma conversa sobre o assunto. Do outro lado, a jovem também não se abria. Depois de dias de silêncio e hesitação, Mariquinha resolveu intervir novamente. Perguntou diretamente a Iraçu se ele estava de acordo com a união por ela planejada. Com uma resposta afirmativa por parte dele, ela foi falar com a mulher, que também aceitou. Naquela mesma noite eles foram “dormir juntos” e Iraçu avisaria sua mãe, que nessa época morava ao lado, sobre seu novo casamento só na manhã seguinte.

A nova esposa de Iraçu era Maria, com quem ele vivia até a realização de minha pesquisa. O filho que ela trazia era Marinaldo, a quem Iraçu criou como seu próprio

filho¹³⁰. Embora seja claro nas conversas com Iraçu que sua primeira esposa foi responsável pelo maior amor e a maior dor de sua vida, ele demonstra muito respeito e gratidão por Maria. “O marido dela morreu e ela ficou sem condição nenhuma. Ela criou meus filhos, cuidou deles”. “Graças a Deus tá dando certo. Eu tô com 70 e ela 60 [anos]”.

Com o casamento de Iraçu e Maria, Mariquinha decidiu ir morar em uma casa ao lado da deles, deixando espaço para a família que ele construiria com Maria. O novo casal teria ainda muitos filhos vivendo na Nova Vida: o primeiro, José, nasceu no segundo ano da união. Depois vieram Raimunda, Artênizia, Candinha (que faleceu aos 2 anos), Maria Luiza e Francisco.

Mas o começo da vida de casal de Iraçu e Maria não ocorreu sem problemas. Eles enfrentaram muita resistência dos filhos do primeiro casamento de Iraçu em relação à presença de Maria dentro de casa. Mesmo sob vários “conselhos” que Iraçu dava a eles, Hilarino, Hilariso, Josefa e Maria, não obedeciam às ordens de dona Maria¹³¹. E os meninos eram “danados”. Aproveitavam a ausência de Iraçu durante o dia, que ia trabalhar nos roçados e nas estradas, e não acatavam as ordens de dona Maria. A solução encontrada por eles para controlar e apaziguar as crianças foi transformar Maria em madrinha de todas elas. Em uma fogueira de São João, dona Maria e as quatro crianças “passaram fogo”, tornando-se *afilhados* e *madrinha de fogueira*. Desse dia em diante, os quatro deixaram de chamá-la de Maria e passaram a chamá-la de *madrinha*, a *tomar a benção* e a *respeitá-la*.

*

Durante o tempo que ficou na Nova Vida, Iraçu trabalhou com cinco patrões

130 Maria tinha uns 25 anos à época. Tinha outra filha, que nasceu da união com um homem que a deixou depois de um tempo, e que foi dada para sua mãe criar, no rio São João, um afluente do Juruá, onde Maria tinha nascido e se criado. Depois que o marido a deixou, Maria foi para a Flora, uma comunidade abaixo de Marechal Thaumaturgo, morar com a avó materna. Na Flora se casou com o segundo marido. Ficaram juntos 2 anos e, quando ela estava grávida de 8 meses do primeiro filho deles, ele faleceu. Depois de uns quinze dias que ele faleceu ela foi para Cruzeiro do Sul, onde ficou 22 dias no hospital para ter a criança. Depois, voltou para Flora, e foi novamente para Cruzeiro do Sul para registrar o bebê e tentar se aposentar. Inicialmente, o plano era voltar para a casa da avó, na Flora, depois da viagem para Cruzeiro do Sul.

131 Mesmo sendo jovem no período coberto pela narrativa, a partir daqui uso “dona” para diferenciar as duas Marias, a filha e a esposa de Iraçu.

diferentes. Era a década de 1980 e os seringais em crise eram passados de mãos em mãos, cada vez mais à administração de patrões interessados em lucro rápido. A vida estava ficando difícil para os seringueiros.

Com um desses patrões, Iraçu teve um desentendimento por conta de uma mercadoria que o patrão não quis lhe adiantar. Sentindo-se “humilhado” por ter crédito negado, ele decidiu que nunca mais comercializaria com o patrão. A partir de então, pagava a renda pelas estradas mas comprava e vendia o restante da borracha escondido, para regatões que passavam no rio. Segundo Iraçu, embora esse período tenha durado pouco, cerca de um ano, até o patrão ser trocado novamente, foi muito difícil para a família. Mesmo com a atuação de sindicatos à época, que tornava possível resistir ao monopólio dos patrões, nem sempre regatões apareciam para comercializar e havia períodos em que a família ficava sem acesso a mercadorias. Ainda assim, Iraçu se manteve firme na sua resistência ao patrão ao longo desse período.

Nessa época, Hilarino, já um rapaz de 15 anos, e seu irmão Hilariso, 13 anos, eram iniciados na borracha. Vendo as dificuldades do pai para manter a casa, ambos fizeram um acordo com Iraçu. Os dois jovens rapazes se responsabilizariam pelo corte das estradas enquanto Iraçu se dedicaria à agricultura. Ao mesmo tempo que esse acordo interno à casa garantiu alimentação, ele proporcionou um aumento na produção de borracha. Já nos primeiros anos, os dois rapazes ultrapassaram a produção de borracha feita pelo pai, que não chegava a 700 quilos¹³². Aos poucos, Josefa e Maria também começavam a ajudar nas tarefas domésticas¹³³, o que possibilitava que Iraçu e Maria tivessem mais tranquilidade para sustentar a família que não parava de crescer.

Depois de doze anos na Nova Vida, Iraçu e a família mudaram para uma colocação rio abaixo, mais próxima da Foz do Tejo. Ele comprou a *colocação* de um cunhado seu que também havia saído da Boa Vista anos antes e que então se mudava para Cruzeiro do Sul. Formalmente, a compra não era da colocação, mas das

132 Na versão de Hilarino sobre esse período, ele e Hilariso fizeram 600 quilos de borracha no primeiro ano. Depois chegaram a fazer até 1200 quilos, mas de borracha “sebosa”, jogada dentro d’água ainda coalhada para aumentar o peso, o que agradava os compradores de borracha da época, preocupados mais com o peso do que com a qualidade da borracha. Aqui, como em outras passagens das narrativas, interessa mais a imagem feita sobre o passado (que pode ir mudando ao longo de diversas conversas) do que a exatidão dos números e fatos.

133 As duas também começaram a frequentar a escola, uma novidade na família até então.

benfeitorias que haviam nela, pois até então colocações eram parte de seringais que pertenciam aos patrões. Iraçu acertou o preço de 600 quilos de borracha por um canavial, dois roçados de macaxeira, quarenta paneiros de arroz já colhidos, um engenho de cana e uma casa. Com isso, ganhava o direito de cortar as estradas da colocação também (que ainda pertenciam ao patrão e demandavam o pagamento de renda por seu uso).

Só que, na época da negociação, Iraçu não tinha os 600 quilos de borracha. Procurou, então, o patrão da Foz do Tejo para que lhe adiantasse o valor em borracha, a ser pago com a produção de borracha do ano seguinte. Como os patrões estavam interessados em lucro e venda rápida dos seringais, ele não quis fazer o adiantamento a Iraçu, sob o risco de não ser pago a tempo. Aos olhos do patrão, Iraçu até poderia produzir a borracha para quitar sua dívida, mas ainda assim teria que produzir mais pelo sustento da família, adquirindo uma dívida que julgava impagável em curto prazo. Também pesava para o patrão o fortalecimento do movimento sindical, com a possibilidade real de expulsão dos patrões.

Iraçu diz ter entendido as razões do patrão para negar-lhe o empréstimo. No entanto, não havia desistido da compra da colocação. Ele decidiu procurar um antigo habitante da região que, aproveitando a maior liberdade conseguida pelo movimento político, tinha começado a “marretar” e que aceitou adiantar os 600 quilos de borracha para Iraçu.

Com a compra da colocação garantida, o desafio da família passou a ser saldar a alta dívida com o marreteiro. Iraçu, então, decidiu abrir um roçado grande de macaxeira e outro de cana, na esperança de vender boa parte da produção. Além disso, enviou Hilariso para cortar seringa na colocação Bahia, no Rio Branco, um afluente do Bagé, como parte de um acordo entre Iraçu e um filho de um compadre seu. O acordo era que Hilariso cortasse durante um ano, livre de despesas, e que, ao fim, recebesse 400 quilos de borracha.

Só que dois meses após ter sido enviado ao Bagé, Hilariso voltou para a casa do pai, dizendo que não tinha se acostumado a viver no Bagé. Iraçu, então, pediu a Hilarino

que fosse cumprir o acordo no lugar do irmão¹³⁴. Enquanto isso, Iraçu seguia se dedicando exclusivamente à agricultura, obtendo uma grande produção de farinha e açúcar. Mas, como o momento era de crise, ele não conseguiu encontrar compradores para seus produtos. Todos os seringueiros já tinham que manter seus roçados para garantir o sustento de suas famílias, resultando em falta de compradores, e sua produção acabou sendo utilizada em grande parte para alimentar porcos ou, no caso do açúcar, para servir de presente a outras pessoas que vinham visitá-lo de vez em quando.

Sem conseguir vender sua produção, e mesmo com os 400 quilos de borracha que Hilarino traria do Bagé, Iraçu não seria capaz de quitar sua dívida. Preocupado com a possibilidade de ficar com má fama, Iraçu diz ter “procurado um meio”. Ficou sabendo que madeireiros começavam a andar na região comprando madeira e fez um acordo com um deles. Ele tinha três toras de cedro e três de aguano (mogno), que trouxe consigo quando veio da Nova Vida, no intuito de construir uma casa maior e com madeira nobre. Na impossibilidade de pagar sua dívida em borracha, Iraçu negociou com o madeireiro Sebastião Correia para que assumisse sua dívida em troca das seis toras.

Quitada a dívida pela compra da colocação, Iraçu estava completamente estabelecido no local onde viveria até quando cheguei lá. Ali teve com dona Maria mais três filhos: Vivaldo (apelidado de Caboclo), Elson e Ronelson¹³⁵.

*

Nessa mesma época começava o processo de implementação da recém-criada Reserva Extrativista do Alto Juruá. Hilarino foi convidado a trabalhar em construções para a Associação de Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista do Alto Juruá (ASAREAJ), como funcionário em obras empenhadas por Aquino, um homem de Cruzeiro do Sul. Quando Hilarino terminou de cumprir o acordo de produção de borracha no igarapé Rio Branco, Hilarino o levou para também trabalhar com Aquino. Trabalhavam na diária, “carregando pau” para a construção dos galpões da Associação na Foz do Tejo, que serviriam para hospedar reuniões e também para guardar

134 Segundo Hilarino, eles não cortavam as estradas da colocação em que moravam porque elas eram ruins: o corte tinha que ser dado muito alto nas árvores e elas produziam pouca borracha.

135 Além de Antonio José, que faleceu antes de completar dois meses de vida, e uma menina que faleceu no parto e não foi batizada.

mercadorias das cantinas da associação. Depois das construções na Foz do Tejo, Hilarino e Hilariso trabalharam em obras da Associação Tejo acima, no igarapé Machadinho e na Restauração, onde ajudaram na construção de dois postos de saúde e uma escola. Maria, a irmã deles, também aproveitava o dinheiro que chegava com o processo de implementação da Reserva Extrativista e conseguia diárias, trabalhando em um barco do “Projeto de Saúde”. Nessa época, os filhos passaram a ser responsáveis por boa parte da renda da casa de Iraçu, que ainda encontrava muita dificuldade para vender os produtos agrícolas¹³⁶.

Depois de um tempo, as construções da Associação terminaram e Hilarino e Hilariso voltaram a ficar mais tempo na casa do pai. A principal alternativa de trabalho que tinham era o voltar à agricultura, que a essa época ainda não dava o retorno esperado. Para complementar a renda da casa, os irmãos trabalhavam esporadicamente na diária, oferecida principalmente por vizinhos que buscavam aumentar seus pastos de criação de gado em busca de alternativas à crise da borracha, ou ainda oferecidas pela Associação, que às vezes os chamava para carregar e descarregar mercadorias no barracão da Foz do Tejo.

Em uma dessas ocasiões em que estava carregando borracha entre o rio e o galpão da Associação, Hilarino viu uma moça que viajava de canoa em direção à vila Thaumaturgo. Ele “engraçou-se” da moça e decidiu que, terminado o trabalho ao fim do dia, iria até Thaumaturgo para procurá-la. O nome dela era Elisete, filha de Vicente Adelino e Josefa Farias, moradores da colocação Cocal, no rio Bagé. Ao encontrá-la em Thaumaturgo, Hilarino logo se aproximou da moça. E parece que Elisete também engraçou-se dele, pois dias depois Hilarino foi até o Bagé com consentimento dela para pedi-la em casamento:

136 Seus filhos davam metade de seus salários para Iraçu. Essa narrativa está de acordo com a interpretação de que a implementação da Reserva Extrativista levou dinheiro para a região, tornando diárias e salários advindos da Associação uma forma de preencher o espaço deixado pela crise da borracha em alguns locais. Sem ter quem comprasse borracha ou farinha, a venda de trabalho para a Associação passou a ser uma das principais alternativas. Nessa perspectiva, a implementação da Reserva Extrativista ajudou a fortalecer um mercado de trabalho que era incipiente, processo que foi acentuado com a criação do município de Marechal Thaumaturgo e o crescimento e urbanização da vila. Por outro lado, o surgimento de um mercado de trabalho não acabou com modos de vida que podem ser identificados como tradicionais ou de camponeses. A venda de trabalho passou a ser mais uma atividade econômica complementar.

Eu tava trabalhando na diária lá [na Foz do Tejo], pesando borracha e ela passou pra vila. Quando foi de tardezinha nós fomos pra vila. Cheguei lá, eu vi ela. Na boca da noite eu dei uma conversada nela e agarrei. Isso foi no dia 20 de janeiro e quando foi no dia 02 de fevereiro eu noivei com ela [...] Esse noivado foi bem ligeirinho, que nem coceira de cachorro. (Hilarino Nogueira, entrevista, 14/02/2014)

Logo depois do noivado, Hilarino foi convidado por Dolor Farias, marido da irmã de sua noiva e membro da diretoria da Associação, a trabalhar como “motorista assalariado” da Associação¹³⁷. Logo no começo de seu novo trabalho, Hilarino foi enviado a Cruzeiro do Sul, onde recebeu um curso para se tornar piloto de embarcações e realizar reparos em motores. Esse foi um momento crucial de sua trajetória, pois foi onde se especializou e profissionalizou em uma atividade que o deixaria conhecido pelo Tejo, a de piloto de embarcações. Quando retornou para o Tejo, ele passou a trabalhar como motorista de voadeiras durante os “invernos” e como mecânico da Associação nos “verões”¹³⁸. Do salário que Hilarino recebia, cerca de um quarto ele mandava para a casa de Iraçu em forma de mercadorias e presentes para os irmãos, comprados durante suas viagens a Cruzeiro do Sul. Nessa mesma época que Hilarino começou a trabalhar na voadeira, Hilarino também assumiu o cargo de motorista de um dos barcos da Associação¹³⁹, ajudando na manutenção da casa de Iraçu.

Esse início de carreira como piloto foi bastante corrido para Hilarino. E, em meio a tantas viagens, seu casamento foi sendo postergado. Além de não parar muito em casa, ele sofria o mesmo dilema que o pai sofreu anos antes: esperava pela “desobriga” de um

137 Segundo Hilarino, Dolor Farias é também seu *primo*, embora distante, por Dolor ser da *família de Farias* e Iraçu da *família de Anselmo* (família do pai de Iraçu), que seriam famílias aparentadas. Alguns anos depois, Hilarino e Dolor viriam a se tornar também compadres. A relação entre eles sempre foi próxima, mesmo antes do noivado. Perguntado porque Dolor o escolheu para ser piloto, Hilarino respondeu: “Eu tava noivo nesse tempo. [...] Toda vida a gente se gostava muito [Hilarino e Dolor]. Ele diz que eu era uma pessoa de responsabilidade, aí ele escolheu. A gente se conhecia daqui, ele morava lá no Bagé e ele vinha e dormia lá em casa. E a gente se tratava por primo, né. É primo longe, e tal, mas a gente é primo dos Farias misturado com os Anselmo. Papai é Anselmo e os Farias são misturado. Ele é Farias e é misturado com os Anselmo e o papai é Anselmo, aí a gente considerava, assim... dos parentes de longe. Toda vida a gente se gostou muito. Pensa num cara gente boa. Toda vida respeitou nós. Hoje é compadre do papai, meu compadre também. Pensa num cara que a gente gosta dele”.

138 O “inverno” amazônico é o período de chuvas, entre outubro e abril. É também o melhor período para navegação.

139 Segundo Hilarino, a equipe de motoristas assalariados era formada por ele, Hilarino, Dico, Doni, Edir, Tita e Zezinho. Uns recebiam o salário pela Associação, outros pelo “projeto de saúde”, outros pelo “projeto de pesquisa”. Hilarino recebia pelo “projeto de saúde”, mas realizava qualquer trabalho que a Associação necessitava.

padre pelo Tejo para poder casar-se. Só depois de dois anos de noivado, ele conseguiu agendar seu casamento coincidindo com a vinda de um padre. Só que, ao contrário do que ocorreu com Iraçu, o padre adoeceu dias antes do casamento e cancelou sua viagem. Como Hilarino e Elisete tinham tudo pronto para o casamento, decidiram levar a cerimônia adiante mesmo assim, casando “de testemunha”, só com a presença do juiz de paz e dos padrinhos. O novo casal, então, foi morar na casa de Iraçu.

Logo depois Elisete engravidou. Ao saberem da gravidez, o casal logo convidou Dolor Farias, que tinha conseguido o emprego para Hilarino na Associação, para ser o padrinho da criança. Durante a gravidez, Hilarino seguia como piloto, trabalhando e guardando dinheiro para pagar um serrador para “tirar”¹⁴⁰ a madeira para a construção de uma nova casa. Seus planos eram de que, assim que a criança nascesse, ele tivesse o dinheiro para construir uma casa para eles. E foi em meio a uma das viagens de Hilarino que nasceu a criança do casal. Era uma menina, nomeada Zenilde, o mesmo nome da mãe falecida de Hilarino. Ao saber do nascimento, Hilarino voltou às pressas para a casa do pai. Ao chegar lá, porém, encontrou a esposa com dormência nas pernas e dores na cabeça causada pelo parto. Eram sinais de uma hemorragia interna que a levaria a óbito pouco tempo depois.

Com o falecimento da esposa, Hilarino ficou desnorreado. Seu trabalho não o permitia ficar em casa e agora ele tinha uma criança recém-nascida sob sua responsabilidade. Estava claro que ele não daria conta das duas coisas e Hilarino decidiu pedir conselhos a seu agora compadre Dolor Farias. Tinha em mente duas possibilidades: dar a criança a Dolor ou dá-la a seu pai e sua madrinha. Após conversarem, os dois chegaram à conclusão de que era melhor que a criança fosse *dada* para Iraçu e dona Maria criarem, de modo que tivesse contato mais próximo com Hilarino ao longo de sua formação.

Morando na mesma casa que a filha e que os pais, Hilarino seguiu a vida

140 Nessa época, Hilarino não tinha uma motosserra para tirar sua madeira sozinho. “Tirar” incluía derrubar a árvore e serrá-la em tábuas já nas medidas aproximadas que seriam utilizadas para a casa. Normalmente, a escolha da árvore a ser tirada é feita pelo dono da casa (ou da canoa) a ser construída. A árvore usualmente se encontra na colocação de quem constrói, já que as árvores da colocação são de uso de seus membros. Para utilizar outras árvores, é preciso autorização ou negociação. Árvores fora de colocações não têm objeção de corte, mas ficam distante dos locais de morada, tornando muito difícil o transporte.

trabalhando como piloto da Associação. As ausências e as viagens constantes para Cruzeiro do Sul aliviavam sua tristeza pela lembrança da esposa falecida, mas também permitiam que ele tivesse acesso a comércios que vendiam leite em pó enriquecido para a bebê, ao que ele atribui o desenvolvimento de sua filha mesmo sem o aleitamento materno.

E assim Hilarino seguiu sua vida, até que, cerca de quatro anos depois, houve uma mudança de diretoria na ASAREAJ e o novo presidente o demitiu, suspeitando que Hilarino pudesse estar “namorando” com sua esposa. Após a demissão, Hilarino voltou aos trabalhos agrícolas com o pai, que a essa altura já contava também com o apoio dos já crescidos Naldo e José. Nessa época, a Associação estava garantindo a compra dos produtos agrícolas, tornando a agricultura uma alternativa real para os ex-seringueiros.

Após esse seu novo retorno à agricultura, Hilarino passou a ficar mais tempo na casa do pai. Foi nesse período que ele se envolveu com Preta, uma jovem que estava trabalhando como “ajudante de cozinha” em uma casa vizinha, e que tinha vindo da colocação Seringueirinha, no Bagé. Preta que era filha de Maria Anselmo, uma prima paterna de Iraçu, despertou a atenção de Hilarino e os dois logos começaram a “namorar”. Depois de três meses de namoro, ela engravidou, e o dono da casa onde ela trabalhava resolveu mandá-la embora. De volta ao Bagé, Preta teve Tainara, segunda filha de Hilarino¹⁴¹.

Depois do nascimento de sua segunda filha, Hilarino foi convidado novamente a trabalhar como piloto. Desta vez a convite do novo “cantineiro” da Foz do Tejo, Edilson Ribeiro¹⁴². E, novamente trabalhando na Foz do Tejo, Hilarino “engraçou-se” de uma jovem viajando rio abaixo. Era Iza, uma jovem de 20 anos que descia com sua mãe das

141 Tainara viveu até os sete anos com a mãe. Depois, a mãe de Tainara faleceu e ela foi morar no Juruá abaixo da vila Thaumaturgo, no Triunfo, com sua avó materna. Lá, Tainara se casou ainda aos 16 anos e teve dois filhos, os primeiros netos de Hilarino. Aparentemente, Hilarino sempre teve uma relação distante com Tainara. Alguns anos antes de minha viagem, no entanto, ele começou a se reaproximar dela e convidou-a para passar uns dias em sua casa, para conhecer a comunidade. Após minha viagem de campo, e o que deve ter sido um longo processo de convencimento, Hilarino trouxe Tainara, seu marido, e dois filhos para dentro de sua própria casa, com o plano de construir uma nova casa para eles próximo à dele. Meses depois, eles se instalariam definitivamente na outra margem do rio, mesmo lado onde se encontra a casa de Iraçu e dos irmãos de Hilarino.

142 Embora o presidente da Associação não quisesse Hilarino como piloto próximo a ele, o cantineiro podia escolher seus pilotos. Além de Hilarino, ele convidou também Hilariso a trabalhar em algumas ocasiões.

cabeceiras do Tejo rumo a Thaumaturgo. As duas chegaram na Foz do Tejo ao fim do dia e preferiram pernoitar na hospedaria da Associação e seguir viagem no dia seguinte. Só que, naquela mesma noite, Hilarino, já com 30 anos, “carregou” Iza, levando-a para morar com ele na casa de Iraçu.

Hilarino e Iza viveram seis meses na casa de Iraçu e depois se mudaram para um quarto em uma hospedaria da Associação, na Foz do Tejo, onde Hilarino seguiu prestando serviços como piloto e carregador de mercadorias. Nesse local eles tiveram a primeira filha do casal, Roseli.

Era o começo da década de 2000 e a Associação enfrentava uma disputa política com a prefeitura. Em meio a sérios problemas administrativos, com cantinas sendo fechadas e projetos terminando, a ASAREAJ demitiu praticamente todos os seus pilotos¹⁴³. Sem o emprego, Hilarino teve que sair da casa da Associação e decidiu mais uma vez se mudar com a família para perto do pai. Só que dessa vez, construindo uma casa para sua própria família. Além disso, plantou seu primeiro roçado por “conta própria”, com macaxeira, milho e arroz. Estava finalmente estabelecido como um homem adulto e responsável por uma casa.

Além dos roçados de subsistência, Hilarino passou a trabalhar com Iraçu na produção de açúcar, o produto da família à época¹⁴⁴. Com a venda do açúcar, Hilarino comprou seu primeiro motor próprio para canoas, um Honda de 11hp. Sua intenção era retomar o trabalho de piloto, mas sem depender de canoas e motores da Associação ou da prefeitura, podendo prestar serviços para quem fosse. Desde esse seu primeiro motor, a profissão de piloto seguiu sendo a maior fonte de renda de sua casa.

Nessa mesma época, Hilarino também decidiu se filiar ao Partido dos Trabalhadores, sob influência tanto de seu compadre Dolor Farias como de uma antiga liderança do movimento seringueiro, seu Antônio de Paula.

Nos anos seguintes, ele e Iza tiveram mais duas filhas, Rosimar e Roseane. Em seguida, Hilarino adoeceu, com um problema na coluna que resultou em uma operação

143 Sobre a crise da ASAREAJ, cf. COSTA, 2008, 2010.

144 O uso de “família” nesse parágrafo reflete a ambiguidade de seu uso local. Uma é mais reduzida, e tem a ver com um casal e seus filhos. A outra engloba pais, irmãos, cunhados, primos.

em Cruzeiro do Sul. Por orientação médica ele teve que deixar por um longo período o trabalho agrícola, principal responsável pela manutenção de sua casa.

Uma alternativa de renda surgiu através do prefeito de Marechal Thaumaturgo que, naquele começo de 2007, era do mesmo partido que Hilarino. Sabendo de sua condição, o prefeito convidou-o para trabalhar como motorista da prefeitura. A única exigência era que Hilarino se mudasse para a vila. Com três filhas sob sua responsabilidade e vislumbrando um salário, ele se mudou com a família para Thaumaturgo.

Mas a vida em Thaumaturgo não foi como Hilarino esperava. Embora tivesse um salário fixo, antes de completar um ano no novo trabalho ele decidiu retornar para a já chamada “comunidade” de onde tinha saído. Não havia se acostumado à vida em Thaumaturgo e considerava que o salário não era suficiente para cobrir todas as despesas da casa, por dois motivos principais: por não ter mais roçados e por sua casa ter virado um ponto de referência de viajantes em visita à vila:

O salário que eu ganhava lá só dava pra comida. Cidade não é canto de pobre morar, não. Só dá pra comprar comida mesmo. Logo uma, que eu sou muito conhecido e na cidade é tudo do comprado, e enchia a casa de gente. Todo dia a gente tinha que ir no açougue comprar carne, aí pronto. Aí era no ferro mesmo, a despesa grande¹⁴⁵. (Hilarino Nogueira, entrevista, 13/02/2014)

Quando Hilarino retornou para perto do pai, encontrou seu irmão José e sua irmã Raimunda já casados, com Chaga e Adonis, respectivamente. Ambos morando ao lado da casa de Iraçu. José estava ocupando o mesmo lugar onde ficava a antiga casa de Hilarino. Este, então, decidiu construir uma nova casa na outra margem do rio. Considerava que, do outro lado, teria mais liberdade para criar animais no terreiro¹⁴⁶. Nos anos que se seguiram, Hilarino continuou trabalhando na agricultura e na diária como piloto. Ele e Iza ainda teriam mais uma filha, Rosângela, a última do casal.

145 Além dos motivos narrados por Hilarino, outro fator importante para sua mudança parece ter sido a pressão de Iza. Na vila, Hilarino começou a beber regularmente, sendo esse, segundo Iza e Roseli, mais um dos motivos que os fizeram retornar.

146 Seus irmãos por parte de pai e mãe, Hilariso, Josefa e Maria, já estavam casados antes de Hilarino ir para Thaumaturgo. Hilariso estava na vila, e as duas mulheres nas proximidades da casa de Iraçu, depois de terem vivido alguns anos no Manteiga, na colocação Caponga, lugar onde a família de seus maridos vivia.

6.2 O casal, a casa e a criação

Após a mudança para o local onde moravam quando estive lá, a família de Iraçu viveu mudanças rápidas. Em poucos anos, seringais, patrões e marreteiros perderam espaço no cotidiano, dando lugar a prefeitura, associações, políticos, comerciantes e pesquisadores como fonte de acesso a mercados e mercadorias. Enquanto Iraçu vivenciou essa transição já formado e chefe de família, Hilarino viveu essas mudanças no início de sua vida adulta, enfrentando a crise final que praticamente extinguiu a produção de borracha na bacia do rio Tejo e que mudou os padrões de ocupação territorial e as oportunidades de trabalho¹⁴⁷.

Mas os exemplos das trajetórias de Iraçu e Hilarino também mostram como há continuidades nesse mundo em transformação. Principalmente no que diz respeito à importância na relação entre a casa enquanto uma forma de organização familiar e espaço de criação. Nas trajetórias narradas anteriormente, a formação de um novo casal com filhos sempre levou à construção física de uma nova casa ou à retirada de alguém de uma casa já construída para que o casal a ocupasse exclusivamente com os filhos. Assim, por exemplo, Iraçu construiu uma casa para ele em seu primeiro casamento, e, no segundo, já tendo uma casa própria, sua antiga sogra saiu de sua casa para morar em uma casa ao lado. Do mesmo modo, Hilarino morou com a primeira esposa na casa do pai até a gravidez, quando ele já tinha tudo pronto para construir sua própria casa.

Pelos exemplos, é possível afirmar que há uma relação direta entre a formação de um casal e a construção ou ocupação de uma casa exclusiva para eles, em especial após a chegada do primeiro filho. Foi o que ocorreu com Iraçu, Hilarino e com grande parte de seus irmãos, que moraram na casa de parentes após “arrumarem” mulher e até que construíssem uma casa após terem filhos¹⁴⁸.

147 A vida material mudou muito durante esse tempo também. O relato de Parrissier relata a ausência de móveis nas casas e a escassez de calçados e roupas novas entre os moradores do Juruá. Já na década de 1980, Mauro Almeida descreveu a casa de seringueiros como tendo poucos objetos duráveis: 3 espingardas, 1 tarrafa, 2 motores a combustão, 1 máquina de costura, 1 rádio, 1 toca-discos, 4 discos, 1 canoa, 2 relógios de pulso, 1 relógio de pulso quebrado, 1 machado, 4 terçados, 2 enxadas, 4 facas, 1 martelo, 1 serra, 1 alicate, 4 lanternas a pilha (ALMEIDA, 1992, p.344). Uma lista com os itens da casa de Hilarino e Iza pode ser encontrada nos Anexos.

148 Variações são possíveis: Vivaldo saiu da casa de Iraçu assim que se casou, para morar na casa vizinha de seu irmão Marinaldo. Iraçu não aceitava seu casamento com Kátia e o casal achou melhor esperar a construção de sua nova casa dividindo uma casa com Marinaldo, que, à época, estava separado e morando só. Esse exemplo aponta também relações de conflito e soluções buscadas no interior de um

Desse ponto de vista, tomo a casa, o casal e os filhos como parte de um mesmo processo que começa a se construir, chamada pelos habitantes do Tejo de *criação*¹⁴⁹. Só através de uma casa é que um casal pode iniciar um processo de criação pleno¹⁵⁰. Os filhos, nesse caso, são o elemento primordial desse processo. Uma criação pode ser iniciada em uma casa partilhada, ou apenas por um dos pais, mas quando não há filhos não é possível haver criação de pessoas.

Se há uma casa ocupada por um casal sem filhos, sente-se a falta deles. Diz-se que uma casa sem criança é uma casa sem alegria, sem “animação”. É uma situação na qual a casa está incompleta. Se o casal for jovem e se a ausência de crianças for prolongada, começam a surgir conversas e fofocas entre parentes e vizinhos sobre a incapacidade do casal em conceber as próprias crianças. Torna-se um drama público que pode resultar, para além das fofocas, na doação de crianças por parte de mães ou pais solteiros que não têm condição de criar suas crianças em dado momento. Foi o que aconteceu, por exemplo, com os vizinhos de baixo de Iraçu, Tonhero e sua esposa, dona Preta. Eles nunca conceberam uma criança, mas quatro crianças diferentes foram “dadas” para que eles criassem¹⁵¹.

mesmo grupo de casas. Deborah Lima-Ayres (1992, p.203-204) apontou que, entre caboclos do Solimões, a presença transitória de um filho recém-casado na casa dos pais estava associada à necessidade de o casal adquirir todos os meios de produção necessários a uma unidade doméstica antes de iniciá-la de fato (e a autora estabelece uma hierarquia entre os dois casais dentro de uma casa, sendo que um se torna “junior” e o outro “senior”). No Tejo, me parece que o componente de hierarquia e governo é mais importante do que o produtivo. Mais do que a capacidade de produzir coisas, o que está em questão é a produção de pessoas. Por essa razão, pais viúvos e sogros saem da casa de filhos ou genros que se casam novamente e moram em casa próximas, embora ainda sustentadas pelo trabalho dos filhos e genros.

149 Deborah Lima-Ayres apontou que no Solimões a formação de uma nova casa por um casal dependia do apoio dos pais (LIMA-AYRES, 1992, p. 200). O mesmo é visto nos casos do Tejo, mas a diferença é que há formas de casar sem o apoio dos pais e mesmo à revelia deles. É o caso de Elson e também de alguns casos descritos por Almeida (1992).

150 Estou aqui tratando da *criação* de pessoas, mas há também, no âmbito da casa, processos de criação de animais, também chamados de “criação”. A finalidade das duas criações são, no entanto, muito distintas, pois só as crianças podem gerar novas casas, refazendo o social.

151 Dona Preta, em sua primeira gravidez, teve complicações e nunca mais pode ter filhos. Ainda assim, o casal criou quatro crianças, todas dadas a eles por parentes e conhecidos. Um deles, Quidison, é parente de Hilarino, sendo filho de um primo de Hilarino que se separou da esposa quando Quidison era recém-nascido. O casal resolveu, então, dá-lo para Tonhero e Preta. Os outros filhos chegaram de maneira semelhante, através de casais se separando ou do falecimento dos pais biológicos. Na época de minha pesquisa, também havia um casal, junto há cerca de três anos, que não conseguia ter filhos. O rapaz era recorrentemente questionado de maneira jocosa por outros homens se ele não teria filhos ou se ele “não funcionava mesmo”. É possível que, caso não venham a conceber crianças, em alguns anos esse casal receba crianças de outras pessoas que não possam criá-las.

A falta de crianças em uma *casa* é sentida mesmo por pessoas mais velhas, que já criaram todos os seus filhos. Nesses casos, é comum que um dos filhos do casal mais velho que mora sozinho dê um filho para os pais (ou um dos pais no caso dos que moram só) criarem. Em casos desse tipo a criança pode ser dada após ter passado pela primeira fase da criação, quando está apta a ajudar em tarefas domésticas básicas. Este era o caso, por exemplo, da mãe de Jonas e Juarez, dona Nália, que, após se separar de seu Osvaldo, passou a morar na Restauração ao lado da casa de sua filha Bia. Bia deu sua filha Monarbia para que dona Nália “terminasse de criar”¹⁵². É importante ressaltar que a doação de crianças para casas onde elas estão ausentes têm aspectos tanto afetivos (a ausência sentida pela falta de alegria), como produtivos (idosos receberão crianças que podem ajudar na manutenção da casa).

Outro aspecto importante da relação entre a casa e a criação é que o processo de criação idealmente deve ocorrer em uma casa em que haja a criação de apenas uma geração. Essa característica não só imprime um componente geracional às relações internas e externas das casas como se adéqua à característica hierárquica da administração da casa. Nesse sentido, a saída da casa dos pais quando da chegada de uma criança, ou a retirada de alguém para que a casa seja exclusiva do casal, é também uma forma de manter uma hierarquia clara na casa. Casas com duas chefias relacionadas ao comportamento das pessoas podem resultar em conflitos. Os exemplos mostram que, embora uma casa possa ser ocupada por dois processos paralelos de criação, trata-se de situações transitórias, nas quais as chances de conflitos internos são grandes. Haverá sempre um chefe da casa ocupada, reconhecido como o dono da casa enquanto espaço físico, aquele que a governa. No caso de haver processos de criação paralelos na casa, o chefe idealmente não deverá agir sobre aquele no qual não é criador, causando uma tensão interna relativa ao gerenciamento das pessoas.

A relação entre casal, casa e criação aqui descrita é um ideal, um modelo. Há, na prática, casas em que um homem ou mulher sozinhos criam alguém, embora esses casos correspondam no geral a situações de viuvez ou abandono conjugal. É possível também

¹⁵² Nesse caso, como Monarbia havia começado a ser criada dentro da casa dos pais, e seguiu morando ao lado deles após ter sido dada. Monarbia manteve o uso dos termos *pai* e *mãe* e para eles e o de *avó* (ou *vovó*) para dona Nália.

que pessoas idosas (normalmente os pais de alguém) sejam incorporados a uma casa, mas isso ocorre quando essas pessoas já estão fisicamente impossibilitadas de exercer sozinhas todas as atividades de manutenção de uma casa. Nesse caso, não há problemas relativos à hierarquia de uma casa¹⁵³, uma vez que os filhos já criados passam a se responsabilizar pelos cuidados com os pais, que não criam mais ninguém. Outra variação dessa solução é a construção de uma casa ao lado, mas cuja manutenção é dependente de outra casa (como os casos passados da sogra e mãe de Iraçu, ou de seu Osvaldo, que morou ao lado de seu filho Jonas após a separação com dona Nália).

6.3 Formação da pessoa

Ao longo de sua infância, uma criança vai aos poucos desenvolvendo suas capacidades motoras e intelectuais. Vai ganhando capacidade para compreender e agir sobre o mundo circundante. Ao fim desse processo ela deverá ter as mesmas capacidades básicas daqueles que a criaram. É nesse momento que os habitantes da bacia do rio Tejo dizem que a criança está “formada”. A formação da pessoa depende tanto do desenvolvimento de capacidades produtivas e sociais, que permitam a ela construir suas próprias relações, quanto do desenvolvimento de um corpo capaz de produzir pessoas, de criar novas relações de criação.

O processo de criação se inicia com a chegada de uma criança a uma casa, seja ela decorrente de uma concepção entre os membros da casa ou de adoção por parte deles. Em geral, a chegada da criança se dá em seus primeiros dias de vida e ela começa a receber dos responsáveis pela casa (o marido e a esposa) uma série de cuidados relativos ao seu desenvolvimento¹⁵⁴. O mais comum é que a esposa seja mais ativa nos cuidados diretos com a criança, como alimentar e banhar, enquanto o marido seja responsável pelas relações externa da casa, que não só mantêm a própria casa como qualquer necessidade específica da criança (remédios, roupas, dentre outros).

Nessa fase, não se espera nada da criança no que se refere à manutenção da casa.

153 É o que aconteceu, por exemplo, com João Cunha, o mais famoso poeta do Tejo. Parte de trajetória está registrada no trabalho de Gabriela Araújo (ARAÚJO, 1998). Quando o conheci, João Cunha, já viúvo, morava dentro da casa de seu filho Valmar. Valmar, por sua vez, é um dos mais afamados músicos do Tejo (REZENDE e ARAÚJO, 2011).

154 Na região do Alto Juruá, desenvolvimento é um conceito relacionado diretamente a crescimento (cf. Anexos em REZENDE, 2010).

Os cuidados todos são voltados para que ela cresça e desenvolva suas capacidades motoras e intelectuais, necessárias aos próximos estágios de seu desenvolvimento. A criança vai aos poucos sendo ensinada a andar, falar, comer, e a urinar e defecar em lugares adequados, cada vez com maior autonomia. Nesse processo, vai sendo introduzida aos papéis de cada um de sua casa, aprendendo quem é seu pai e sua mãe e como ela deve se relacionar com eles. Também passa a ser socializada com as casas vizinhas, especialmente se tios e avós morarem perto.

Na casa de Hilarino, Rosângela estava nessa fase durante a pesquisa de campo. É um momento tão importante no desenvolvimento da criança que as atividades da casa passam a ser planejadas de acordo com os cuidados à criança. Na casa de Hilarino, por mais que houvesse trabalhos da casa e pedidos de ajuda por vizinhos, a prioridade da gestão de pessoas era sempre deixar em casa alguém que pudesse cuidar de Rosângela (Hilarino, Roseli ou Iza).

A fase seguinte da criação se inicia por volta dos sete anos, quando, já capaz de controlar seu corpo e realizar os cuidados básicos relativos a ele, a criança aumenta gradativamente sua autonomia. Ter maior autonomia significa também se comprometer mais com outras pessoas, se tornar ativa nas redes de troca e apoio. Esse é um aspecto fundamental da preparação da criança para a vida adulta. Nesse momento, ela passa a ajudar em casa, iniciando com atividades simples, como o carregamento de água.

Aos poucos, meninas começarão a ajudar na limpeza da casa e dos utensílios domésticos e meninos a acompanhar atividades nos roçados e na floresta (extrativismo e caça)¹⁵⁵. Mais recentemente na história da região, é nesse período da infância que as crianças começam a frequentar escolas, criando relações com pessoas que independem de redes de relações criadas anteriormente por seus pais¹⁵⁶. A criança começa, aos poucos, a realizar tarefas domésticas e sociais autônomas, construindo suas primeiras redes de troca e amizades. Nesse momento, cabe aos pais ensinar à criança que tipo de

155 Parece que em relação à pesca não há essa divisão. Tanto meninas como meninos a realizam nessa idade.

156 A educação generalizada das crianças através da ida às escolas é um fenômeno recente, mas central na orientação de decisões de muitas famílias. Em minha dissertação de mestrado, explorei, dentre outras coisas, o papel da escassez e dispersão das escolas de Ensino Médio no reordenamento territorial que resultou na passagem do sistema de colocações para o de comunidades (REZENDE, 2010).

comportamento ela deve ter em cada situação, incluindo a diferenciação entre “boas” e “más” condutas e pessoas. Nessa fase um certo grau de “entendimento”, também chamado “juízo”, é atribuído às crianças, e, caso não respeitem regras que já compreendem, ou caso envergonhem de alguma maneira seus pais, podem ser alvo de violência física¹⁵⁷. Na casa de Hilarino, Rosimar e Roseane se encontravam nessa fase de desenvolvimento.

Por volta dos 12 anos, a criança se aproxima do final de sua criação. Suas habilidades estarão bem desenvolvidas e ela estará apta a realizar sozinho atividades fundamentais relacionadas à manutenção da casa. Meninas podem assumir a limpeza da casa toda, ou o preparo de refeições completas, enquanto meninos podem começar a ter seus primeiros roçados e a manejar espingardas. Nessa fase, meninos e meninas passam também a ajudar no cuidado de crianças mais novas, coordenando o trabalho dos mais novos ou mesmo se responsabilizando por alimentar, limpar e fazer dormir crianças pequenas. Como Mariana Pantoja demonstrou em sua tese (2008, p.317), a passagem de “menino” para “rapaz”, ou de “menina” para “moça”, ocorre nesse ponto, quando o sujeito está capacitado para assumir as tarefas da casa. Essa passagem é marcada também por uma transformação nos corpos, que acabam de se “formar”, adquirindo capacidades reprodutivas.

Quando meninos e meninas se tornam rapazes e moças, a possibilidade de saída da casa se torna latente, e os pais aumentam sua preocupação em relação à permanência dos filhos. Capazes de executar as tarefas básicas de manutenção de uma casa e dotados de capacidades físicas reprodutivas, moças e rapazes estão minimamente habilitados para iniciar seu próprio processo de criação. No entanto, os pais costumam se opor a uma união ainda nessa idade, pois consideram que os filhos ainda não estão totalmente aptos para iniciar um processo autônomo de criação, tendo muitos conhecimentos a serem adquiridos antes disso. Em especial agora, que a finalização dos “estudos” e a possibilidade de cursar uma “faculdade” antes do casamento são esperados pelos pais.

157 Em alguns casos, pais usam ameaças ou violência para repreender crianças desde um ano de idade. Mas não há consenso de que essa violência seja efetiva, pois alguns acreditam que a criança ainda não tem “entendimento” do que está acontecendo, considerando a violência desnecessária, um tipo de “perversidade”. Sobre o problema do uso local da violência em comunidades amazônicas e seu conflito com políticas nacionais sobre a infância, que coloca impasses ao próprio antropólogo, ver MEDAETS, 2013.

Mas, por mais que se preocupem, pouco resta aos pais para fazer nessa idade. Após uma pessoa estar criada e “ter entendimento”, ela passa a ter uma boa margem de autonomia para abandonar a casa dos pais, com consentimento ou sem¹⁵⁸. Roseli encontrava-se nessa fase. Aos 14 anos, estava terminando de se formar, tornando-se uma moça. Já estava capacitada para a realização das tarefas materiais necessárias à manutenção da casa e ajudava na criação de suas irmãs tanto quanto Iza. Ao se tornar moça, Roseli entrava numa fase em que meninas começam a ter interesse em “namorar”¹⁵⁹. Hilarino tinha bastante preocupação quanto aos lugares que ela frequentava. Não deixava-a ir a festas ou outras atividades públicas sem que estivesse acompanhada da mãe ou de algum de seus parentes mais próximos. Embora Roseli já tivesse as habilidades necessárias para fazer uma casa funcionar, seus pais queriam que ela terminasse os estudos para que não precisasse trabalhar o resto de sua vida “no pesado”, uma “oportunidade” que eles próprios consideravam que não tiveram.

Esse papel da educação formal na criação é tão grande que, na minha primeira noite em campo, a única coisa que Hilarino me pediu enquanto acertávamos os detalhes sobre minha estadia em sua casa era que ajudasse suas filhas no aprendizado de matemática e português. Além disso, Hilarino e Iza se esforçaram para juntar dinheiro e comprar um computador para Roseli antes que eu fosse embora da casa. Não podiam perder a oportunidade de ter alguém que “desse umas aulas de computador” para ela¹⁶⁰. Outro exemplo da importância dada para a educação na criação dos filhos é o de Dema (Francisco Aldemar dos Santos Vale), um morador do rio Bagé que havia se mudado

158 Altevir, casado com uma irmã de Iza, por exemplo, viu uma de suas filhas se casar contra sua vontade, aos 14 anos, com um homem de um município vizinho que, após passagem pelas cabeceiras do Tejo, “carregou” a menina com ele. Altevir não fez nada, até que, meses depois, descobriu que a menina era alvo de maus-tratos por parte do homem. Nesse momento, enviou seus dois filhos mais velhos para o Jordão, para “buscar” a filha. Os irmãos chegaram lá sem anunciar o propósito de sua viagem para o homem. Disseram à irmã apenas que o pai havia os enviado para buscá-la. A garota, então, decidiu voltar com eles. É importante ressaltar que Altevir enviou alguém para buscá-la apenas após ter notícias de maus-tratos e que, até então, vinha respeitando a decisão de sua filha de se casar tão cedo, mesmo que a contragosto.

159 “Namorar” pode se referir tanto a um relacionamento duradouro entre duas pessoas ou apenas à troca de afetos, sexuais ou não. Roseli dizia a todos que não tinha um namorado, mas convivia na escola com muitos jovens e rapazes que “namoravam”.

160 Era claramente minha contrapartida pela hospedagem em sua casa. Nas redes de relações, é vantajoso ter um pesquisador amigo. Hilarino já tinha viajado por muitos lugares e visto gente sendo alfabetizada pelo “projeto de pesquisa”. Sabia que um pesquisador poderia pesar numa melhor criação para seus filhos.

para a vila Thaumaturgo em função de uma doença de sua esposa. Após alguns anos morando na vila e com a esposa já curada, Dema decidiu voltar para o Bagé. A exemplo de Hilarino, não havia se acostumado à cidade. Só que sua mudança para o Bagé demorou mais de um ano para se concretizar. Ele tinha que aguardar o ano seguinte para ter certeza que haveria vagas na escola para o local onde ele se mudaria. Apenas tendo certeza que os filhos teriam acesso a escola Dema se mudaria¹⁶¹.

A importância crescente da educação aparece também no peso colocado sob as crianças para que tenham sucesso na escola. Uma reprovação na escola é sinônimo de vergonha para os pais, o que pode resultar em punição física às crianças. Quando cursava a terceira série, Rosimar foi reprovada. Para a notícia da reprovação ser entregue a seus pais, a professora de Rosimar, que morava na comunidade rio abaixo, veio até a casa de Hilarino e Iza pedir que eles não punissem a filha. Que, embora tivesse sido reprovada, ela tinha apresentado melhoras no final do ano. De fato, Rosimar não foi punida, mas Iza lhe “deu uns carão”, expressão utilizada para um misto de conselho e ameaça a alguém.

Vê-se que a presença das escolas no Tejo mudou a perspectiva sobre a formação das pessoas¹⁶². Junto com as novas oportunidades trazidas pelo trabalho assalariado, as escolas ampliaram o campo de possibilidades das pessoas¹⁶³. Em tempos passados dos seringais, a chance de Roseli já estar se preparando para casar era muito maior (como sugere a história da primeira esposa de Iraçu, prometida desde os 11 anos de idade). Isso aponta como a economia doméstica é dinâmica e aberta à história não só em seus aspectos produtivos de coisas, seguindo ciclos econômicos regionais, mas também no que se refere à produção de pessoas. Com a disseminação das escolas, e a transição nas atividades produtivas, as capacidades esperadas para que um casal mantenha uma casa também se transformaram. E isso tem impactos sobre a criação das pessoas que formarão esses novos casais. Assim, a mudança histórica nos modos de vida

161 Mas o exemplo de Dema era uma exceção à época. A maioria das famílias estava em um movimento de descida do rio, e, no que se refere à educação, sempre em busca de escolas consideradas melhores.

162 Mauro Almeida, citando Castelo Branco, registrou a existência de escolas nos seringais no início do século XX também, mas que foram fechadas alguns anos depois (ALMEIDA, 1992, p. 37). O estabelecimento de escolas de amplo acesso é um fenômeno recente.

163 “Campo de possibilidades” tem aqui o sentido dado por Benoît de L'Estoile ao “conjunto de possibilidades e constrangimentos que definem em um dado momento as 'condições para vida', tanto materiais como simbólicas, para um grupo de indivíduos”. (L'Estoile, 2014, p.64)

influenciava a forma como Hilarino e Iza planejavam a vida de seus filhos, e o ciclo de formação se estendia em alguns anos, abarcando o ciclo escolar.

Outra mudança importante ocasionada pela disseminação das escolas sobre a formação da pessoa dizia respeito aos modos de aprendizado e transmissão de conhecimento. Iraçu e Hilarino, por exemplo, aprenderam grande parte do que sabiam através de observação e experimentação, iniciadas ainda quando jovens na ajuda que prestavam às casas de seus pais¹⁶⁴. Como as demais crianças de sua época, foram assumindo cada vez mais atividades até o ponto de representar a principal fonte de ajuda de uma casa. Ao longo do processo, desenvolveram habilidades que permitiriam que sustentassem suas próprias casas no futuro¹⁶⁵. A situação se assemelha à descrita por Chantal Medaets para o caso de ribeirinhos do Tapajós (2011), na qual o processo de aprendizagem é um processo de observação. Pessoas aprendem através do olhar, sem ser preciso ouvir uma descrição ou fazer algo sucessivamente até que aprendam. No Tejo, esse segue sendo um modo de ensino das atividades tradicionais e, pessoas que desenvolvem a capacidade de aprendizado de tarefas complexas através da observação, sem instruções formais, são conhecidas como “práticos”¹⁶⁶, pessoas consideradas como tendo “cabeça boa”, que são “inteligentes”.

Esse sistema tradicional de aprendizagem e transmissão de conhecimento às vezes entra em conflito com o sistema de ensino do Estado. Um pai, por exemplo, poderia julgar que a escola não ensinava a seus filhos o essencial para garantir a manutenção de uma casa e nem mesmo os valores morais associados ao trabalho. Assim, poderia pressionar seus filhos para que o acompanhassem a atividades que estes não se interessavam, mas que ele julgava essenciais para a formação. É o que aconteceu com Elson. Iraçu sempre cobrou de seus filhos que estudassem e que, depois ou antes das

164 Hilarino, embora não tenha sido alfabetizado, ainda teve como marco em sua trajetória o curso de piloto de embarcações que fez em Cruzeiro do Sul como parte de suas atividades na Associação. Ele vivenciou durante o começo de sua vida adulta a transição histórica em relação ao acesso a escolas.

165 Tais habilidades podem ser diversas. Há aqueles que se dedicam à pesca e outros à caça, por exemplo, de acordo com predileções individuais. Entre os habitantes do Tejo pode-se encontrar exímios agricultores, cozinheiros, caçadores, ferreiros, líderes espirituais, poetas ou músicos. Trajetórias das mais diversas são descritas em distintos trabalhos sobre a região (e.g. ALMEIDA, 1992; PANTOJA, 2008; ARAÚJO, 1998)

166 Um exemplo é o de Jonas, marido de Maria, irmã de Hilarino, já descrito anteriormente. Ele era tido como um grande “prático”. Construía casas e embarcações de qualidade, sem nunca ter tido “cursos”.

aulas, o acompanhassem para o roçado¹⁶⁷. Segundo dona Maria, no entanto, Elson nunca gostou dos trabalhos nos roçados, e vislumbrava um trabalho mais “maneiro”. A pressão do pai pela ida frequente aos roçados teria sido um dos motivos que o fez sair de casa precocemente. Elson “juntou-se” com uma professora da escola que frequentava e foi com ela morar em Marechal Thaumaturgo, onde seguiu estudando e procurando emprego, até encontrar um de ajudante geral em um comércio da vila. A saída de Elson da casa de Iraçu era um tema delicado. Enquanto dona Maria criticava as exigências de trabalho feitas por Iraçu, ele julgava que a maneira de se formar um homem de verdade era estando de um roçado, “aprendendo” e “se desenvolvendo”. Caso contrário, os filhos poderiam se tornar o tipo de pessoa que vive “à toa”, possibilidade que Iraçu considerava humilhante para ele próprio.

Só que, além dos planos e vontades do pai e da mãe sobre a formação da criança, que podem ser conflitivos, é preciso também ressaltar a margem de ação que as próprias crianças têm nesses planos. E não apenas após estarem formadas, como no caso de Elson. Mesmo crianças abaixo dos dez anos podiam resistir às pressões por trabalho por parte dos pais, e, aparentemente, o faziam com frequência. Vivaldo, Francisco e Kátia, por exemplo, quando eram enviados para plantar um roçado de mandioca, jogavam pedaços de manivas na mata para fingir que haviam terminado o trabalho e poder voltar mais cedo pra casa. Hilarino e Hilariso, por sua vez, quando eram pequenos e enviados para trabalhar no roçado por Iraçu, ficavam sem fazer nada sob o pretexto de que estavam esperando o pai chegar para esclarecer o trabalho a ser feito naquele dia. Já crescido, Hilarino avaliava que, por mais que as crianças pudessem resistir aos planos dos pais, cabia a eles insistir no desenvolvimento das habilidades que julgavam necessárias:

O papai mandava nós limpar o roçado e nós era meio sem-vergonha. Não fazia quase nada no roçado. E quando ele ia olhar tinha pouco serviço. Aí ele ia, e tinha as carreiras de roça, aí ele contava e marcava as carreiras. E dizia pra gente limpar 'tantas' carreiras de roça. Se nós não limpasse tantas carreiras de roça naquele dia... [sugestão de ameaça]. Aí nós já fazia isso, limpava. [...] Nós ia pro roçado

167 De todos os filhos de Iraçu, apenas Hilarino e Hilariso não foram alfabetizados em escolas. Quando as primeiras escolas chegaram nos locais onde eles moravam, ambos já tinha assumido tarefas importantes na manutenção da casa, que dependia do trabalho deles para manter os irmãos mais novos em tempos de crise.

mais ele, eu tinha bem uns dez anos e o compadre Hilariso tinha bem uns oito já. Aí, ia pro roçado, às vezes fazia alguma coisa, às vezes não fazia. Aí a gente vai pegando o ritmo do serviço e começa, que nem nós chama aqui, a grugunzar¹⁶⁸, que é fazer alguma coisinha, né? E vai indo, vai indo, até que a gente... [passa a fazer sozinho]. E a criação de antigamente era muito diferente da de hoje. Os filhos ajudavam muito os pais. Faziam conta dos pais, tinham medo de peia! (Hilarino Nogueira, entrevista, 12/02/2014)

Mas dizer que crianças aprendem observando atividades tradicionais não significa dizer que todas as crianças aprendem as mesmas coisas. Como mostrou a etnografia de Almeida (1992), na década de 1980, mesmo sob o sistema de seringais e a predominância da borracha como produto, havia diferenciação significativa entre a produção de casas seringueiras, com algumas acentuando práticas agrícolas ou de caça, e outras concentrando esforços na produção de borracha. Além do mais crianças podem desenvolver diversas habilidades que são necessárias à manutenção da casa. E nesse ponto podem pesar predileções individuais por determinada atividade. Predileções como gostar de andar na mata ou ter medo de onça e “almas” podem pesar nas trajetórias individuais. Dentro de uma mesma casa, era possível ter um filho caçador e um filho agricultor.

Além de diferenciações históricas na criação e nas possibilidades de aprendizado das crianças, há também diferenças geográficas. Em locais mais distantes de vilas e da oferta de escolas e empregos, a criação tende a incentivar o desenvolvimento de outras habilidades. Esses lugares são também os lugares de mais difícil acesso a mercadorias (são mais escassas e mais caras), e as famílias dependem mais de atividades de subsistência. Crianças acompanham com maior frequência caçadas ou caminhadas em busca de frutas da época pela floresta.

Essa diferença no desenvolvimento das habilidades era evidente na comparação entre as crianças da comunidade Iraçu e as crianças da comunidade dos Índios, localizadas na foz e nas cabeceiras do Tejo, respectivamente. Na comunidade Iraçu, adultos e crianças eram hábeis agricultores e, tirante Iraçu, caçadores sem muitos conhecimentos e habilidades. Suas técnicas de caçada se resumiam à caça de espera (na

168 No dicionário, a definição de “grugunzar” é “1. pensar insistentemente (em algo); meditar, refletir, matutar” ou ainda “1.1. esforçar-se para entender algo” (“grugunzar”. *Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. houaiss.uol.com.br. Web. 03 de abril de 2015).

qual o caçador fica em uma árvore de frutas silvestres usadas pelos animais como alimento ou em um roçado aguardando a aparição de algum animal) ou de quebradinho (na qual o caçador anda pela mata quebrando galhos que marquem seu caminho de retorno. Essa técnica é considerada muito ineficaz pelo barulho que produz e utilizada apenas quando o caçador não sabe se orientar através do sol ou do relevo). José, por exemplo, o mais ativo dos caçadores entre os filhos de Iraçu, já havia se perdido mais de uma vez nas matas, passando mais de um dia tentando encontrar o caminho de volta para casa.

Embora os moradores da comunidade Iraçu dissessem que o principal motivo para não caçarem era a falta de caças por perto, os parentes de Iza vindos da comunidade dos Índios, e que se hospedavam em sua casa, sempre identificavam rastros de animais que passavam por ali. Eles próprios alegavam que era o pessoal da comunidade Iraçu que não sabia “rastejar¹⁶⁹”.

Na comunidade dos Índios, crianças andavam pelas matas desde cedo, desenvolvendo conhecimentos sobre o comportamento animal, incluindo a variação de comportamento dos animais de acordo com a idade, com a época do ciclo reprodutivo, ou mesmo de acordo com a lua. Observavam e aprendiam também sobre plantas da floresta e seus usos. Qualquer rapaz da comunidade dos Índios era capaz de fazer uma lista com dezenas de frutas silvestres e as épocas do ano que elas ocorriam, conhecimentos que Zidane e Ronelson, os dois rapazes da comunidade Iraçu, não tinham¹⁷⁰.

169 Essa percepção era partilhada pelo próprio Iraçu que, em idade avançada, já não caçava mais e se ressentia da falta de interesse dos filhos na área.

170 Não se trata aqui, no entanto, de um tipo de determinismo geográfico. Como bem descreveu Mark Harris, com um abordagem influenciada pela obra de Tim Ingold, o desenvolvimento de habilidades e técnicas entre camponeses amazônicos está intimamente ligado aos contextos históricos vivenciados pelas pessoas, e que foram construídos por aqueles que as precederam: “O desenvolvimento de habilidades [enskilment] é um processo no qual cada geração desempenha seu papel em construir as situações e oportunidades nas quais seus sucessores podem, através de uma mistura de imitação e improvisação, desenvolver suas próprias habilidades incorporadas. Assim, os tipos de conhecimentos não são apenas passados adiante mas são constantemente regenerados em contextos de interações dos mais novos com os diversos componentes de seu ambiente humano e social. Além do mais, eles são originalmente reproduzidos por cada pessoa em seus percursos particulares de desenvolvimento”. No original: “Enskilment is a process in which each generation plays its part in setting up the situations and opportunities in which successors can, through a mixture of imitation and improvisation, develop their own embodied skills. Thus, the kind of knowledge is not much passed on as continually regenerated within contexts of novices' interactions with the manifold components of their human and social environments. Moreover, it is originally reproduced by each person in their own course of

Por outro lado, boa parte dos parentes de Hilarino consideravam que os parentes de Iza eram “preguiçosos”, que não trabalhavam “no pesado”. Que as crianças eram criadas “soltas no mundo”, fazendo o que quisessem e que era por isso que alguns deles eram “preguiçosos” e “à toa”. Dentre elas estava o já citado sobrinho de Hilarino que se hospedou em sua casa mas que não ajudava. O rapaz, no entanto, gostava de pescar, e, nas poucas oportunidades que teve de acompanhar pescarias em lagos próximos, voltou com peixes para a casa. Aparentemente, o aprendizado de diferentes técnicas e conhecimentos está ligado a diferentes visões do que possa ser um processo de criação e uma pessoa plenamente formada. Assim, a variedade de práticas poderia se refletir em uma variedade de visões sobre o mundo.

Um último comentário sobre a variação na criação de acordo com o gênero. A forma como meninos e meninas desenvolvem suas habilidades de acordo com o ambiente e o contexto em que vivem é muito importante para o restante de suas vidas adultas. Nesse aspecto, parece que há uma diferença na criação de meninos e meninas que permite que estas sejam mais flexíveis em relação ao lugar de morada no futuro. Como mulheres serão responsáveis pela maior parte das atividades de manutenção ocorridas no interior da casa, incluída aqui a criação, a maior parte das habilidades que aprenderão na infância serão voltadas para esse espaço. Já os homens desenvolvem determinadas habilidades que os tornam mais dependentes de determinadas condições do ambiente, seja ele florestal ou urbano. Um bom caçador vai preferir morar perto de áreas com caça, enquanto um homem vocacionado para a agricultura procurará viver em um local com acesso a terras e um grupo de casas que possa lhe fornecer trabalho nos picos de atividades.

Já formados, rapazes terão mais liberdade logo após se formar, podendo andar por outras comunidades sem seus pais ou mesmo podendo passar temporadas na casa de outros parentes, como os sobrinhos faziam na casa de Hilarino. No caso das moças, essas temporadas costumam ser menos frequentes e, quando ocorrem, por períodos maiores, sempre associadas ao desenvolvimento de serviços domésticos na casa de algum parente ou conhecido.

development (HARRIS, 2005, p.207)

Nos últimos anos, a criação das moças tem se mostrado mais compatível com o processo de urbanização que vem ocorrendo na região do que a dos rapazes. Além de seu ambiente de trabalho sofrer poucas alterações quando comparado aos dos homens, mulheres conseguem trabalho como empregadas domésticas ou em pequenos restaurantes e lanchonetes, enquanto muitos homens com baixa escolaridade sofrem para encontrar empregos nas cidades.

6.4 Criação e parentesco

Se, por um lado, a criação tem como objetivo desenvolver nas crianças as habilidades necessárias para a realização de tarefas voltadas à manutenção e reprodução das casas, por outro, são as relações cotidianas que fazem parte desse processo que darão sentido ao parentesco entre as pessoas. A partir das relações estabelecidas com uma criança ao longo de seu processo de criação é que os termos de parentesco ganharão sentido.

Tomemos como exemplo Zenilde, a primeira filha de Hilarino, cuja mãe faleceu após o parto e que foi criada por Iraçu e dona Maria. Zenilde chama Hilarino de “pai”, mas sua “mãe” é dona Maria. A Iraçu, ela se refere como “vovô” (ou “avô”). E a Iza como “tia”. Dona Maria diz que Iraçu acostumou Zenilde a chamá-lo de “vovô”, pois ela era sua primeira neta. No entanto, Zenilde chama dona Maria de “mãe”, pois era ela quem agia como uma “mãe”. Dona Maria mantém a relação, chamando Zenilde de “filha”. Só que os outros filhos de dona Maria não são “irmãos” de Zenilde. Desde pequena ela foi ensinada a chamá-los de “tios” e a tomar a benção deles, por questões geracionais. Zenilde tomava a benção de todos eles, incluindo Ronelson, mais novo do que ela. Por outro lado, os filhos mais novos dos irmãos de Hilarino, e que seriam os “primos” de Zenilde, a chamavam de “tia” e tomavam a benção dela.

Segundo a própria Zenilde, isso acontecia porque ela havia sido criada junto com os pais de seus primos, sendo “considerada como se fosse” uma “irmã” deles pelas crianças. É importante notar que as crianças tinham conhecimento das relações dadas pelo nascimento de Zenilde com os demais, mas que mesmo assim a “consideravam” como “irmã” de seus “pais”, por terem todos sido criados pelas mesmas pessoas. As únicas crianças da comunidade que não chamavam Zenilde de “tia” eram as outras

filhas de Hilarino: Roseli, Rosimar e Roseane. Ele as acostumou a chamar Zenilde de “maninha”, um termo que remete à relação de irmãs, mas que não é comumente utilizado entre irmãs (que se chamam através de nomes próprios ou apelidos). Essa insistência pelo uso de “maninha” por parte de Hilarino aponta um esforço de marcar a relação de irmandade entre elas, mesmo em meio à forma como Zenilde classifica suas relações e as demais crianças a veem. Ainda assim, Roseli e Rosimar tomavam a benção de Zenilde. Rosimar me disse que é porque via suas “primas” da mesma idade tomando a benção de Zenilde e se acostumou a tomar também, embora a chamasse de “maninha” e tivesse consciência de que eram “irmãs” e que “irmãs” não tomam benção uma da outra.

A importância das relações vivenciadas na aplicação dos termos de parentesco ao longo da criação fica mais uma vez evidente na aplicação do termo “tio” por Zenilde. Ela usa “tio” e “tia” para se referir a todos os irmãos de seu pai. No entanto, não utiliza para todos os cônjuges deles. Chama de “tio” e “tia” apenas aqueles que casaram com seus “tios” e “tias” enquanto ela ainda era uma criança. Quando passou a ter entendimento, deixou de chamar de “tio” e “tia” novos cônjuges. Assim, chama os cônjuges de Josefa, Hilariso, Maria, José, Raimunda e Arteniária de “tios”, enquanto que os de Vivaldo, Elson e Maria Luiza são chamados por seus nomes. Sua justificativa para essa diferenciação era que “antes eu era mais pequena e me acostumei chamando de tia”. Já em relação a Iza, Zenilde havia sido acostumada por Hilarino a chamá-la de “tia” e tomar a benção, mas Zenilde “deixou” de tomar a benção no fim da infância, em função de um desentendimento que teve com Iza. Zenilde julgou que Iza lhe “fez raiva” e que por isso não ia mais tomar a benção dela. Iza não era sua “tia legítima” e, se não agia como uma “tia” (que não deve “fazer raiva” a seus sobrinhos), não havia sentido em tomar-lhe a benção.

Os exemplos sugerem também a importância do pertencimento a grupos de idade na aplicação dos termos, que podem ser reavaliados quando da passagem de uma criança à condição de rapaz ou moça. É o que ocorreu com Zidane, o primo mais velho de Zenilde. Todos os primos mais novos de Zenilde tomavam a benção dela, por ela ter sido criada junto com seus pais ou mães. Mas, ao se tornar um “rapaz”, por volta de

seus 13 anos, Zidane deixou de tomar a benção de Zenilde, tratando-a como “prima” ao invés de “tia”. Nesse caso, Zidane podia escolher manter o costume da benção pois Zenilde chamava de “mãe” a mesma pessoa que é a “mãe” de sua “mãe”. Mas, ele preferiu interpretar pela outra via, de que Zenilde é “filha” de seu “tio” e, portanto, sua “prima”. Situação semelhante ocorreu entre Ronelson e Hilarino. Embora fossem “irmãos”, Ronelson sempre tomou a benção a Hilarino, seu irmão mais velho, e que já era casado quando Ronelson nasceu. Quando Ronelson se tornou um rapaz, deixou de tomar a benção de Hilarino. Nos dois casos, o pertencimento a grupo de idades distintos entre Zidane e Zenilde, e Ronelson e Hilarino teve papel fundamental no desenvolvimento do costume e em seu futuro abandono.

Em geral a pedida (ou tomada) da benção é aplicada a todos os parentes em linha direta gerações acima (pais, avós e bisavós), aos parentes rituais da criança (padrinhos, madrinhas e mãezinhas) e a alguns parentes colaterais gerações acima ou identificados como sendo acima (vários graus de “tios”, incluindo os primos mais velhos). Nesse último grupo, algumas crianças pedirão a benção a todos os “tios” que conhecem. Em outros casos, os pais “acostumarão” a criança a tomar a benção apenas dos “tios legítimos¹⁷¹”, como fizeram Hilarino e Iza com suas filhas. Nos casos ainda em que uma criança toma a benção de parentes que pertencem a grupos de idade distintos mas que, terminologicamente, são da mesma geração que ele, cabe à criança tomar uma decisão no futuro, quando tiver entendimento, quanto à continuidade da benção. Há ainda casos em que um “sobrinho” pode pertencer a um mesmo grupo de idade de um “tio” e ambos partilharem a maioria das experiências na infância. Um exemplo desse era o de Iza e seu “sobrinho” Joia. Nesse caso, eles se diziam “tia” e “sobrinho”, pois Joia sempre foi acostumado a pedir a benção todas as vezes que encontrava com Iza. Por outro lado, eles se consideravam como “primos”, por terem crescido juntos.

O exemplo de Iza e Joia expressa a relação entre a identificação de relações e a aplicação dos termos de parentesco. É o comportamento como um primo que leva

171 Mark Harris também registrou o uso da categoria “parente legítimo” no Trombetas, atribuindo à palavra o sentido de parente consanguíneo (2000, p.89). Nesse caso, acredito que Iza não estava se referindo apenas à consanguinidade, mas também ao grau do termo “tio”. Tratavam-se dos tios das crianças que eram irmãos de um de seus pais, ou seja, uma categoria de “tio” que não precisava ser complementada com uma frase do tipo: “considero meu tio porque é tio do meu pai, irmão do meu avô”.

peessoas a se considerarem primos. O comportamento pode ou não coincidir com a prescrição de relações advindas da terminologia de parentesco, inicialmente fundamentadas na posição ocupada durante o nascimento. No caso de Joia, o “costume” foi por manter a prática que identificava a classificação prescritiva, enquanto que no caso de Ronelson (que tomava a benção a Hilarino, mais de 20 anos mais velho) ele se acostumou assim, tendo depois decidido por adotar outra relação com Hilarino. Nos dois casos, os termos dados no nascimento foram ativados, seja pelo costume cultivado na criança (no caso de Joia) ou por uma decisão individual já adulto (no caso de Ronelson).

Mas nem em todos casos as posições e termos dados no nascimento são o caminho escolhido para identificar relações. E, em especial nas relações que envolvem criação, é possível ver uma predominância da importância da construção de relações cotidianas sobre as relações prescritas. É o que acontece nos casos em que o casal que cria não coincide com o casal que concebeu a criança.

Quando um casal cria uma criança que não foi gerada por eles, é comum que a criança saiba quem são seus genitores. Nesse caso, a própria criança reconhece que tem dois pais e duas mães, mas o pai e a mãe que ela classifica como mais importantes, aqueles por quem tem o maior afeto, são os que a criaram. Como exemplifiquei anteriormente, há casais que não conseguem gerar filhos e recebem crianças de outras pessoas para criar. Essas crianças os chamarão de “pais”, por terem sido eles quem os criaram. Saberão, no entanto, quem são seus genitores, a quem também dirão que são “pais”, mas com quem manterão uma relação mais distante. A relação com os pais de criação será, por sua vez, de muita proximidade e afeto. Naldo, filho de dona Maria com outro homem, por exemplo foi criado desde os primeiros meses de vida por Iraçu e, segundo Hilarino, sente-se ofendido se alguém diz que Iraçu não é seu pai:

Aí tinha o menino dela [dona Maria], que ela trouxe [quando veio morar com Iraçu], que era o Naldo. Trouxe ele e a gente já começou a gostar do sem-vergonha. Parece que ele tinha quatro meses. Aí, hoje, é nosso irmão. Nosso irmão mesmo, que a gente considera e gosta dele. [...] E se o cara quiser ver ele zangado, o cara diga pra ele que o papai não é o pai dele que ele fica brabo. Ele fica brabo! Um dia ele ainda quis ir com uma dona lá na escola no cascudo [brigar] porque ele falando que era nosso irmão e ela foi e disse que ele não era

nosso irmão, que era besta de chamar nós de irmão. E aí ele quis se zangar com ela. (Hilarino Nogueira, entrevista, 12/02/2014)

Outro exemplo de como a criação vai construindo o parentesco é o de Bitoca, filho de Nita, moradora da comunidade vizinha à de Iraçu, a foz do Tejo. Ainda pequeno, ele foi dado para ser criado por Hilarino e Iza. O garoto, então, foi incorporado à casa e passou a receber os mesmos cuidados que Roseli, a outra filha do casal à época. Só que, meses depois, Nita se arrependeu de ter dado a criança e resolveu pedi-la de volta. Hilarino me contou essa história ao mesmo tempo demonstrando carinho e saudade pelo garoto, relatando como sofreu quando Nita veio buscá-lo. Como era muito novo, Bitoca não se lembra de nada, mas depois foi acostumado a chamar Iza de “mãezinha”, para marcar a relação construída entre eles, mesmo que por um curto período. “Mãezinha” é o mesmo termo utilizado para a pessoa que corta o umbigo da criança no dia do nascimento, geralmente uma parteira reconhecida na região.

O fato de Iza ter se tornado “mãezinha” de Bitoca por ter participado de sua formação sugere que as mãezinhas do parto também são chamadas assim pelo mesmo motivo. Elas participam do processo de criação ao separar a criança da mãe, tornando-a uma pessoa independente, a ser criada e acostumada dali pra frente para que se torne um adulto. Ao participarem do processo de criação, elas são um tipo de parente ritual e as crianças devem tomar a benção delas. Na geração de crianças que vi em campo, algumas delas já não conheciam mais suas *mãezinhas*, pois haviam sido “pegadas” por alguma enfermeira desconhecida que trabalhava no hospital no dia de seus partos.

Esses exemplos reforçam a ideia de que é a experiência cotidiana, o “costume”, que atualiza as categorias de parentesco, dando sentido às relações vividas por crianças e adultos. A aplicação dos termos de parentesco precisa ser constantemente atualizada pelas ações. E, no que se refere às relações de criação, há uma clara predominância das relações construídas no cotidiano sobre as prescritas por posições dadas no nascimento. Embora fosse possível ser “pai” por uma relação prescrita e por uma relação construída, a relação mais forte, aquela que era ativada, efetivada, e sentida pelos sujeitos era a relação construída. Ou seja, a aplicação dos termos de parentesco é aberta à ação dos sujeitos, à forma como constroem seus universos de relações, reconfigurando relações

num primeiro momento dadas pelo nascimento e que podem ser eclipsadas pela construção de novas relações ao longo da vida. Assim é possível que uma pessoa tenha duas mães, por exemplo¹⁷². Além disso, o processo de criar “costume” através de relações praticadas, e a possibilidade de que pessoas com “entendimento” decidam desfazer determinados costumes relacionados ao parentesco, apontam para um sistema que é aberto tanto à prática cotidiana como à decisão fundamentada em uma estrutura de relações dada previamente.

6.5 Considerações finais

Esse capítulo demonstrou que a casa da bacia do rio Tejo é, para além de uma forma de agrupamento voltada para tarefas materiais, o espaço privilegiado de criação, uma forma de agrupamento voltada para a produção de pessoas. É no interior de uma casa, nas relações entre seus habitantes, que a produção adequada de pessoas se inicia, bem como a reprodução e a reinvenção cotidiana das relações sociais mais amplas. É na casa que as crianças adquirem noções sobre o significado das relações de ajuda, aspecto que elas terão que desenvolver para uma vida adulta plena. É na casa também que se concentra o afeto entre as pessoas, que marcará a construção das principais relações de parentesco.

É a partir do processo cotidiano da criação que as relações previstas pela terminologia de parentesco ganham sentido, em um movimento complexo de dupla determinação: a terminologia fornecerá um guia inicial de relações potenciais, mas que devem ser atualizadas constantemente pela prática. Assim, a vinda de uma criança ao mundo a coloca em um universo de relações dadas previamente, que, por sua vez, deverão ser atualizadas ao longo de sua vida. Se os termos e os comportamentos esperados não corresponderem à prática, o resultado pode ser o esvaziamento da relação esperada, já que a aplicação dos termos de parentesco tem a ver com o costume cultivado nas pessoas através das ações cotidianas.

Nesse sentido, o parentesco, bem como outros tipos de relações sociais, se

172 Outro exemplo de trajetória deste tipo é a de Camila, filha de criação de Maria. Com um ano e um mês de idade, Maria pediu à mãe de Camila para cuidar da criança, que àquela altura encontrava-se “muito mal cuidada”. A mãe dela disse que não queria mais criar ela e deu-a para Maria, a quem Camila chama de mãe. Apesar disso, Camila chama a sua mãe biológica de mãe também e diz que o outro filho dela é seu irmão. A relação de mãe se mantém de um lado e se cria do outro.

constrói num processo semelhante ao que Gregory Bateson definiu como *cismogênese*, como o resultado de um conjunto de ações de outras pessoas sobre um determinado sujeito que tem reflexos sobre seu comportamento (BATESON, 2008)¹⁷³. Essas ações dão sentido às relações vividas entre sujeitos. Nesse caso, o afeto envolvido no parentesco não deve ser tomado apenas como sentimentos, mas também como o impacto, a afetação, das ações das pessoas sobre as mentes e ações das demais.

Se, por um lado, acostuma-se alguém a utilizar determinados termos para se referir a determinadas pessoas. Por outro, a partir do momento que a criança tem entendimento, ela pode forçar a reconfiguração de suas relações. A partir do momento que se passa a ter “entendimento”, uma pessoa pode fazer e desfazer relações, recorrendo a mecanismos distintos para efetivar relações. Por exemplo, pode deixar de tomar a benção de alguém, ou então pode criar novas relações de parentesco do tipo “como se fosse”. Pode mudar para lugares novos e construir novas relações, que levem a considerar um vizinho “como se fosse” um irmão. A construção de parentesco na vida adulta continua ainda com o compadrio, seja de batismo ou de fogueira, tema que retomarei adiante.

Na prática, o modelo também se complexifica com uma série de situações intermediárias, com processos inacabados ou interrompidos de criação, seja por crianças devolvidas ou por pessoas que se afastam dos parentes ao ter entendimento. Os conflitos e a não atualização dos termos a partir de condutas esperadas resultam em situações que vão enfraquecendo as próprias relações.

Se tomada simplesmente como um ciclo de troca entre gerações no qual, ao invés de objetos, as pessoas trocam cuidados, a criação poderia ser vista como um modelo de relações de reciprocidade de longa duração, marcado por momentos em que indivíduos ocupam a condição exclusiva de receptores (os que são criados) e depois passam à de doadores (os que criam). Nessa visão, a transição ritual entre a condição de receptor para a de doador ocorreria com a formação de um casal, o nascimento de uma criança e a construção de uma casa.

173 “Definirei cismogênese como *um processo de diferenciação nas normas de comportamento individual, resultante da interação cumulativa dos indivíduos*”. (BATESON, 2008, p.223).

Só que, do ponto de vista da manutenção da casa, esse modelo básico é perpassado por todas as relações de ajuda envolvidas na criação. Assim, as pessoas não passam automaticamente da condição de receptor para a de doador. Ainda que uma criança em sua primeira fase de criação receba das pessoas da casa sem que dê nada em troca, ela vai, à medida que cresce, oferecendo ajuda crescente para a casa, podendo inclusive ajudar a criar outras crianças. O processo de criar alguém é também o processo de dotar essa pessoa com capacidades essenciais à vida social, de prepará-la gradualmente para se envolver em trocas necessárias ao funcionamento da casa, mesmo que, no princípio, ela esteja ajudando sua própria casa. Esse movimento paulatino é exemplificado pelas trajetórias de Iraçu e Hilarino, que vão assumindo responsabilidades maiores em suas casas até o ponto em que iniciam a construção de uma família e de uma casa para ela. Uma criança que aprende a ajudar sua própria casa desenvolve as habilidades técnicas e sociais necessárias a uma vida adulta plena, que será marcada por relações de ajuda com várias outras casas.

O desenvolvimento da capacidade de ajudar por parte das crianças é parte fundamental da criação. Durante a sua formação, a criança vai aos poucos e gradativamente ajudando a casa. Isso permite que ela desenvolva experiências de troca dentro de casa e depois em seu exterior. Essas relações de ajuda à casa não apenas cultivam as capacidades produtivas nas crianças como também as ensinam princípios básicos de comportamento e funcionamento de uma unidade doméstica. As capacidades desenvolvidas ao longo do crescimento de uma criança serão fundamentais também para que ela consiga manter boas relações com outras pessoas, habilidade primordial para manter redes de troca entre casas.

A análise detida das relações de criação apontou também que a preocupação dos pais em contar com o trabalho dos filhos não é meramente econômica, visando melhorar a condição momentânea da casa, mas também educativa, em busca de uma melhor formação para eles. Isso fica evidente quando os pais abrem mão de contar com o trabalho de seus filhos e os enviam para a escola. Hilarino, por exemplo, por mais que estivesse atarefado com os roçados, nunca pediu a suas filhas que faltassem à aula. Ao contrário, sempre as incentivou a estudar todos os dias. Só que, no momento em que as

crianças voltavam para casa, elas deveriam ajudar em tudo que a casa necessitava. Era o segundo momento, o outro lado da formação. Em muitos outros casos, quando as crianças iniciam o Ensino Médio, a casa abre mão completamente da ajuda das crianças e os filhos são enviados para viver em outra comunidade, ou na vila, onde há escolas nesse grau. Isso significa que a casa perde alguns de seus melhores trabalhadores, entre 14 e 18 anos, em função de um planejamento para sua formação que entende que a escolarização dará uma melhor condição futura para moças e rapazes.

Embora o tema dos estudos tenha se tornado cada vez mais importante, ele sempre esteve presente na vida das pessoas, fazendo parte do plano ideal que antigos seringueiros tinham para seus filhos. O acesso a escolas como uma oportunidade sonhada mas não alcançada aparece em vários discursos, expressos em declarações do tipo: “eu nunca tive oportunidade de ir à escola (ou de estudar), mas meus filhos agora têm”¹⁷⁴. A falta de acesso a escolas também é um tema recorrente sobre o “tempo dos padrões”, quando uma pessoa que sabia o básico sobre leitura e escrita podia conseguir posições melhores dentro da estrutura do seringal (POSTIGO, 2003).

¹⁷⁴ O tema dos estudos, principalmente da escrita, e sua relação com o poder no Tejo foi explorado por Augusto Postigo em sua dissertação de mestrado (POSTIGO, 2003). Exemplos mais recentes de trajetórias de pessoas que mudaram de suas colocações para comunidades com escola podem ser encontrados em REZENDE, 2010.

7. Consideração e Respeito

Esse capítulo tem como objetivo retomar a proposição de que existe uma confluência entre práticas econômicas e afetivas na bacia do rio Tejo, ampliando a análise para além do interior das casas e do parentesco. Procuro demonstrar que as relações de troca entre pessoas e entre casas se constroem e mantêm a partir de uma moralidade relacionada à afetividade, e que, se não observada, pode significar afastamento e o encerramento de relações.

Ao longo da exposição sobre o papel da ajuda e da criação no funcionamento e nas relações mantidas em uma casa na bacia do rio Tejo, utilizei-me de termos como *confiança* e *afeto* para me referir a percepções, sentimentos e comportamentos envolvidos em relações de troca, incluindo nesse conjunto de relações o processo de criação. Embora o termo *confiança* seja amplamente utilizado pelos habitantes do Tejo, não registrei o uso do termo *afeto*. Por outro lado, era recorrente o uso de outro termo para expressar o que aqui se chamou genericamente de afeto: o de *consideração*. O interessante sobre o uso desse termo é que ele não apenas adereça ao afeto envolvido em uma relação, mas também carrega consigo um componente associado a um tipo de economia das relações pessoais, abarcando também o sentido da *confiança*. É o que aponta a análise da *consideração* feita por João de Pina-Cabral e Vanda Silva em seus estudos entre habitantes do Baixo Sul da Bahia, e que se assemelha ao observado na bacia do rio Tejo:

Essencialmente, o que está sendo comunicado quando as pessoas registram a consideração dos outros para com elas – e, está claro, quando elas próprias planejam as suas vidas no sentido de considerar outrem – é que a relação que existe entre elas foi atualizada, foi validada, “existe mesmo”, não ficou só em potência. [...] Em suma, a *consideração* é um investimento emotivo que valida as relações: as relações entre pessoas são lançadas por fatores de natureza material (tanto aspectos de consubstancialidade como de partilha comum do mundo), mas elas só adquirem sentido na medida em que forem atualizadas no afeto. [...] Assim, há um elemento de crédito na consideração que significa que aqueles para quem eu tenho consideração esperam que eu lhes dê algo antes de dar aos outros para com quem se considera que eu tenha menos consideração [...]. Por definição, eu “considero” algo na medida em que estou atento a essa coisa tendo em vista uma decisão. Assim, eu decido em função daquilo que eu sei sobre a necessidade do outro. (PINA-CABRAL e SILVA, 2013, p.25-27)

O livro de Pina-Cabral e Silva está focado no papel da consideração para a construção das relações de parentesco e na construção das pessoas. Nesse sentido, a maior parte das situações descritas por eles se assemelham ao que foi descrito no capítulo anterior, sobre a construção do parentesco a partir do costume e do afeto no cotidiano. É a consideração quem preenche de sentido relações dadas por termos como pai, mãe, e irmãos, transformando indivíduos em parentes. É a consideração que permite os parentes do tipo “como se”.

Mas, a definição de Pina-Cabral e Silva elucida também o potencial econômico da relação de consideração, enquanto uma espécie de economia própria orientada pelo afeto. A consideração influencia a escolha dos parceiros preferenciais de troca, tendo efeitos públicos ao demonstrar as predileções entre eles e, conseqüentemente, causando descontentamentos para com aqueles que esperavam maior participação nas trocas com determinados sujeitos. Outro aspecto importante dessa formulação é que o sentimento gerado por relações anteriores gera uma carga futura sobre decisões a serem tomadas em relação a pessoas com quem se trocou previamente, “um elemento de crédito na consideração” que influencia a continuidade das próprias relações.

Se tentarmos aplicar essas ideias para a análise da troca no Tejo podemos interpretar que a consideração é o resultado de relações de criação e ajuda e que resulta na confiança entre as pessoas, influenciando a escolha futura dos parceiros de troca. Ou seja, relações de troca bem sucedidas entre dois sujeitos têm como resultado a geração de expectativas de que a outra parte agirá de maneira adequada no futuro. Isso faz com que antigos parceiros sejam privilegiados no futuro, que se confie mais neles. Da consideração resultante de relações de criação e ajuda, ficam abertas as portas de novas relações de troca. Essa predisposição para novas relações pode ser entendida como o crédito contido na consideração. No Tejo, esse crédito relacionado à consideração se manifesta na avaliação constante entre a precisão e a condição de sujeitos que se envolvem em trocas (explorada no capítulo 5). Aquele que tem condição deve considerar a precisão de um outrem e ajudá-lo na medida do possível. Considerar alguém é também olhar por suas necessidades.

Esse me parece ser um ponto fundamental sobre o papel da consideração na

construção de relações econômicas e afetivas. Enquanto uma manifestação do olhar pelas necessidades de outra pessoa, ao mesmo tempo em que é uma manifestação pública de escolha dos parceiros de troca que evidencia para quais pessoas um sujeito olha primeiro, a consideração expressa a diferenciação no engajamento em diferentes relações de troca e endividamento. Há uma economia própria na qual sujeitos têm mais crédito do que outros em relação a determinada pessoa. Dito de outra forma, há relações de maior e menor confiança. E a consideração fomenta o crédito e a confiança porque conecta tanto fatos econômicos como afetivos.

Nesse sentido, relações de parentesco e relações de troca se assemelham em conteúdo por ambas serem preenchidas por e produtoras de consideração. Um exemplo que pode deixar mais clara essa formulação é o das casas-ampliadas. Dentro da casa-ampliada de Iraçu, o que sustentava a confiança (de quem tinha crédito) no pagamento futuro (por parte daquele que estava em débito) era o alto grau de consideração existente entre os que partilhavam da mesma casa-ampliada. E essa grande consideração era, ela mesma, resultado de cadeias extensas de troca anteriores que, no caso de uma casa-ampliada formada pelo parentesco, remontam à infância das pessoas. Hilarino, seu pai e seus irmãos estavam em uma cadeia de trocas de ao menos duas décadas para cada um deles. É dessa grande cadeia anterior de trocas que um sujeito dava crédito a outro, tanto em forma de trabalho ou objetos quantificáveis, quanto em afetividade. Olhando para a configuração da casa-ampliada organizada em torno de Iraçu, vemos que todas as casas são chefiadas por parentes dele. São seus filhos e seu genro Adonis, que se refere a Iraçu como tio¹⁷⁵. Com exceção de Iraçu, todas as casas tinham um histórico de trocas que remetia às primeiras memórias das pessoas que as compunham. Como dito anteriormente, não era a ajuda que existia em função da casa-ampliada, mas a casa-ampliada que existia em função da ajuda, agora tomada em seu produto final e propulsor, a consideração.

Como tentei demonstrar no capítulo sobre relações de ajuda, no que se refere à troca de trabalho, a diferença das trocas no interior das casas-ampliadas é a

175 Adonis, era considerado por Iraçu como sendo da “família”. Não apenas por ser filho do filho do filho da irmã de sua mãe, mas também pelo comportamento. Adonis chamava a Iraçu de tio e “tomava a benção” dele sempre que o via a primeira e a última vez em um dia.

predominância de ciclos de retribuição mais longos do que os que se observa com pessoas de outros locais. Minha interpretação é que essa confiança maior que não estipula de antemão o pagamento e que permite retribuições tardias não é prescrita pelo pertencimento à casa-ampliada (ainda mais porque não se trata de um conceito local), mas resultante da consideração existente entre as casas, que, via de regra, são ligadas por relações anteriores que remontam à criação¹⁷⁶. É por isso que Hilarino e Jonas podiam manter uma relação de proximidade que não era necessariamente reproduzida pelas demais casas dos grupos dos quais faziam parte.

Talvez também seja por conta dessa perspectiva particular sobre o afeto e o crédito que a noção de casa-ampliada não faça parte das imagens explicativas locais. A ideia de uma forma de agrupamento voltada para a gestão coletiva dos meios de produção não é suficiente para explicar as relações mais profundas e duradouras que estão em jogo nas relações de ajuda e criação. Ao invés de casa-ampliada, os habitantes do Tejo utilizam categorias mais fluídas e turvas como *família* e *comunidade* para explicar esses arranjos. Sempre que eu questionava Hilarino sobre algo que não entendia bem em relação à casa-ampliada, perguntando sobre como funcionava a gestão do território, das ferramentas coletivas, ou porque ele ajudava tanto os irmãos com consertos de motores que aparentemente nunca eram pagos, Hilarino respondia singelamente: “Porque aqui nós é tudo unido”. É impossível resumir de maneira mais eficiente o resultado da cadeia de relações anteriores entre as casas que compunham aquela casa-ampliada e que resultavam em alto grau de confiança.

O resultado último da consideração entre casas era a união manifesta na casa-ampliada, um nó no espaço e no tempo para o qual convergiam e se emaranhavam cadeias extensas de ajuda e consideração. É esse nó de consideração que orientava e permitia prever a continuidade da troca de ajuda entre as casas. A consideração entre pessoas era o resultado histórico das trocas entre elas e orientava a escolha dos parceiros de troca e a distribuição de crédito, o que permitia uma partilha pacífica de objetos de produção coletivos, como casas de farinha, e que demandavam organização coletiva de trabalho para manutenção. Ou ainda, a partilha do território e de sua gestão, e a

¹⁷⁶ E, como sugeriu Mauro Almeida, se uma casa é incorporada a uma casa-ampliada sem ser aparentada, é provável que um casamento futuro ocorra para selar as boas relações.

possibilidade de agir como um grupo de casas que se opõe a outros grupos de casas vizinhos que competem pelo território. A consideração permitia aos sujeitos acreditarem que aqueles com quem cooperavam há décadas teriam comportamento compatível no futuro e considerariam também as necessidades dos primeiros, retribuindo o que devesse ser retribuído, ou ajudando quem estava em precisão. Só assim era possível agir como um grupo, pois sabia-se, pela experiência anterior, que os interesses de cada casa seriam considerados quando alguma decisão relativa ao grupo tivesse que ser tomada¹⁷⁷.

7.1 Desconsideração

Para exemplificar melhor como as relações no interior e no exterior das casas têm impactos sobre a consideração entre os sujeitos, recorro a exemplos de situações conflituosas. Ao contrário do processo quase silencioso pelo qual se gera consideração, as situações de conflito são mais facilmente percebidas pelo etnógrafo por conta da repercussão pública que acarretam¹⁷⁸ e as consequentes manifestações de valores associados aos comportamentos.

Se a caracterização da troca enquanto ajuda depende da observação entre a precisão e a condição dos sujeitos, é de se esperar que trocas que não observem essas duas condições não gerem consideração. Do mesmo modo, relações de criação que são avaliadas como injustas geram desentendimentos no interior das casas, podendo levar à saída de um de seus membros. Nesses casos, gera-se o oposto da consideração, situações classificadas localmente como *desconsideração* ou *humilhação*.

Os exemplos sobre desconsideração e humilhação são muitos e presentes em praticamente todos os trabalhos sobre a região do Tejo. Mauro Almeida, por exemplo, demonstrou que as relações entre patrões e seringueiros enfrentavam crises justamente em momentos nos quais estes sentiam que os patrões faltavam com algumas de suas obrigações básicas, que apenas eles tinham condição de fornecer, como acesso a

177 No caso do conflito por território com a casa-ampliada vizinha o que se via era a desconsideração por parte do grupo vizinho quanto à possibilidade de estar “imprensando” as casas do grupo de Iraçu. O tema da desconsideração será retomado abaixo.

178 Em certa medida, essa deve ser uma das razões pelas quais há uma série de trabalhos no Juruá que se dedicaram à análise de conflitos, chamados localmente de “questões”. Sobre esse assunto e sua relação com a gestão da Reserva Extrativista, ver o trabalho de Marisa Luna (2003), no qual fica expressa a complexa relação entre regras costumeiras, leis e a interpretação local dos sujeitos sobre seus próprios atos e direitos.

remédios e abastecimento ininterrupto de mercadorias. Em situações nas quais um patrão não cumpria com essas suas obrigações, um seringueiro sentia-se livre para comercializar com um regatão ou para vender clandestinamente sua borracha a outro patrão de um seringal vizinho¹⁷⁹. Ou seja, na medida em que um patrão deixava de cumprir o papel atrelado a sua condição, desconsiderando a precisão da casa de um seringueiro, este sentia-se livre de qualquer tipo de acordo que tinha com o próprio patrão¹⁸⁰. Não é de se estranhar, portanto, que os seringueiros conviveram por um século com os patrões, mas a revolta que culminou com a criação da Reserva Extrativista ganhou força justamente em um período no qual os patrões aumentaram a pressão sobre os seringueiros pela cobrança de dívidas, estabelecendo a cobrança de juros e utilizando-se de apoio policial, violência física e recusando o adiantamento de mercadorias (ALMEIDA, 1992, p.75 ss.), práticas condenáveis pela relação de reciprocidade enxergada pelos seringueiros¹⁸¹. Na década de 1980, sob a perspectiva de venda dos seringais para a extração madeireira, os patrões estavam desconsiderando os

179 Deborah Lima-Ayres tem um argumento semelhante quanto ao sistema de aviamento. Ao analisar a passagem do poder colonial, associado ao trabalho forçado ou fornecido através de políticas, para o sistema de aviamento, ela afirma que isso consolidou uma nova era nas relações de trabalho na Amazônia, caracterizada por um tipo diádico de relações econômicas: “No **aviamento**, ambas as partes (embora diferentes em status e poder), têm interesses investidos na relação” (no original: “In **aviamento**, both parties (although differing in power status), have vested interests in the relationship” – LIMA-AYRES, 1992, p.92). A autora também sublinhou que seringueiros do Solimões podiam resistir a práticas consideradas excessivas por parte dos patrões através de venda para outros patrões ou regatões, ou da produção de borracha com impurezas, como farinha e areia. No entanto, nenhuma dessas práticas tinha como objetivo extinguir o sistema de aviamento: “essas eram formas individuais e isoladas de resistência, sem implicações revolucionárias. Como na Cabanagem, o objetivo não era mudar o sistema, mas reagir a seus excessos”. (no original: “these were isolated and individual forms of resistance, with no revolutionary implications. As in the Cabanagem, the aim was not to change the system but to react against its excesses”. – *Idem*, p. 102).

180 Ainda que num contexto distinto, no interior de Pernambuco, Afrânio Garcia sugeriu que o contrário também pode ocorrer, com os proprietários se sentindo desobrigados de sua assistência a seus trabalhadores em contextos de crise ou de mudança política: “É interessante notar que, assim como na área da cana, os *direitos* [leis trabalhistas] marcam o tempo 'em que os proprietários ficaram ruins' (SIGAUD, 1971). A relação pessoal entre *morador* e proprietário é rompida. O proprietário se sente desobrigado da assistência que devia tradicionalmente ao seu *morador* quando este atravessava épocas difíceis (como assistência médica, assistência em época de má colheita, ajuda quando de partos, etc). Não há mais 'troca de favores' com o proprietário, e a relação tende a se reduzir à possibilidade e obrigações quanto ao processo de trabalho. Os lotes de terra para plantio são reduzidos ou cortados, o plantio de árvores é estritamente proibido, a criação de animais é restringida ou interdita, os *moradores* são expulsos da propriedade”. (GARCIA, 1983, p.54).

181 Além disso, Almeida já tinha demonstrado que a primeira crise da borracha, no início da década de 1910, foi seguida por fuga e revolta por parte dos seringueiros. O apaziguamento ocorreu apenas com uma diminuição por parte dos patrões nas restrições impostas a outras atividades que não a produção de borracha, como a agricultura, e que permitiam aos seringueiros alimentar suas famílias (ALMEIDA, 1992, p.35).

pressupostos básicos da economia dos seringueiros e pensando apenas em aumentar seus lucros. O resultado foi uma grande mobilização que, com o apoio de um contexto nacional e internacional favorável, resultou na derrocada dos patrões (cf. ALMEIDA, 2004).

Após a expulsão dos patrões, a criação da Reserva Extrativista e do município de Marechal Thaumaturgo, as relações entre os habitantes do Tejo e as elites regionais se realinhou para relações com comerciantes e políticos da sede municipal. A partir de agora, passarei a narrar exemplos de como, a exemplo das relações entre parentes e vizinhos, as relações com políticos e comerciantes estavam também permeadas pelas ideias de consideração e desconsideração. O objetivo é demonstrar que, ao contrário do que supõe alguns estudos sobre camponeses, no Tejo não há uma fronteira clara que permita diferenciar os princípios que pautam relações de troca no interior e no exterior de grupos locais.

Precisão e desconsideração entre irmãos

No final de dezembro de 2013, o irmão mais velho de Iza chegou em sua casa para se hospedar por alguns dias. Francisco vinha da comunidade dos Índios, nas cabeceiras do igarapé Manteiga, em função de um mal estar que sentia há tempos e que, meses antes, já havia feito com que ele ficasse semanas na casa de Iza e Hilarino, enquanto realizava uma série de consultas médicas e idas ao hospital da vila.

Em sua segunda visita, Francisco chegou tossindo muito, com febre e sem apetite. Hilarino cancelou seus trabalhos no dia seguinte e levou Iza e Francisco à vila, onde os médicos receitaram analgésicos e antibióticos. Nos dias seguintes, no entanto, os remédios não surtiram efeito e foi preciso retornar à vila, onde os médicos chegaram à conclusão de que o caso era mais grave do que imaginavam. Levantaram a suspeita de tuberculose e indicaram que Francisco fosse encaminhado imediatamente para Cruzeiro do Sul, onde seria atendido em um hospital maior e mais bem estruturado.

Francisco precisaria de um acompanhante e Iza não poderia acompanhá-lo, pois estava amamentando Rosângela e teria que levá-la junto ao hospital, um ambiente que ela julgava inadequado e perigoso demais para uma criança tão pequena. Iza, então,

pediu a Hilarino que fosse até a comunidade Maranguape Velho, quatro horas rio acima de canoa motorizada, buscar outra irmã sua, Marió, para que ela acompanhasse Francisco até Cruzeiro do Sul. Marió já não tinha mais filhos pequenos e morava ao lado de dois filhos que tinham se casado com mulheres do Maranguape Velho. Não tendo ninguém para criar, Iza viu em Marió a pessoa perfeita para acompanhar Francisco, que por ser solteiro, só podia contar com o apoio dos irmãos.

Na manhã seguinte, ao raiar do dia, Hilarino saiu em viagem, com uma “bajola”¹⁸² que pediu emprestada de seu cunhado Jonas, rumo ao Maranguape Velho, comunidade localizada no meio do Tejo. No início da tarde, retornou trazendo Marió. Embora pega de surpresa com o pedido repentino para ser acompanhante de viagem, ela se dispôs a viajar para Cruzeiro do Sul e acompanhar o irmão doente.

Na manhã seguinte, Francisco e Marió partiram para Cruzeiro do Sul. Após dois dias de viagem de barco, chegaram à cidade e Francisco foi operado no dia seguinte. Marió disse que Francisco retirou um “tumor”, enquanto que o próprio Francisco disse que passou por uma “lavagem no pulmão”, embora não conseguisse se lembrar muito bem dos detalhes em função da anestesia.

O certo é que, durante a operação, uma amostra foi retirada do pulmão de Francisco e enviada para biópsia para que os médicos tivessem um diagnóstico mais preciso e pudessem determinar a medicação a ser tomada. Assim, era preciso esperar alguns dias em Cruzeiro do Sul para saber o resultado da biópsia e retirar os remédios no hospital. Só que, após ter alta da operação, Francisco e Marió não quiseram esperar por mais tempo e decidiram retornar para Marechal Thaumaturgo. Francisco já se sentia melhor e os dois deixaram Cruzeiro do Sul antes de terem acesso ao resultado dos exames e à medicação. Contavam que o representante da secretaria de saúde da prefeitura de Marechal Thaumaturgo em Cruzeiro do Sul pegasse o exame e os remédios e enviasse a eles nos dias seguintes.

Após mais dois dias de viagem de barco, Marió e Francisco chegaram a Marechal Thaumaturgo. Iza foi encontrá-los na vila e depois foram até o hospital para pedir o

182 Uma “bajola” é uma embarcação de tábuas similar a uma canoa, mas em proporções menores, o que permite que ela atinja quase o dobro de velocidade de uma canoa cavada.

encaminhamento da medicação de Cruzeiro do Sul para lá. Só que foi informada que a retirada do resultado do exame e da medicação deveria ser feita pessoalmente no hospital onde a operação havia sido realizada, em Cruzeiro do Sul. Francisco, então, teria que retornar para Cruzeiro do Sul. Iza foi conversar com Marió para que retornasse com ele. Só que Marió se recusou, dizendo que era “muito ruim” ficar em Cruzeiro do Sul e que já tinha feito a parte dela. Marió queria que Iza encontrasse outra pessoa. Iza, por sua vez, que já havia hospedado Francisco por semanas e levado-o várias vezes ao hospital da vila, ficou inconformada com a postura de Marió, principalmente por saber que ela retornou de Cruzeiro do Sul antes de retirar a medicação.

Iza, então, procurou outras pessoas que, por motivos diversos, também não tinham condição de levar Francisco até Cruzeiro do Sul. Seus outros irmãos e irmãs tinham muita “criança pequena” em casa e não podiam se ausentar por muitos dias. Sem conseguir ninguém para acompanhar Francisco, e tendo em mente a gravidade da situação do irmão, Iza resolveu acompanhá-lo. Só que, para tanto, teria que deixar Rosângela em casa, desmamando-a antes do tempo previsto.

Hilarino não concordava com a decisão de Iza, pois achava que ela não deveria interromper a amamentação da criança antes da hora só porque Marió não queria ajudar o irmão. Sob pressão do marido, Iza foi novamente conversar com Marió, que se mostrou irredutível sobre sua decisão de não ir novamente a Cruzeiro do Sul.

A negação de Marió, mesmo sabendo que Iza teria que desmamar Rosângela, deixou Hilarino furioso. Em suas palavras, Marió estava “fazendo uma desconsideração grande”. Para Hilarino, isso era motivo de cortar boas relações com elas. Uns meses antes, ele havia se comprometido a ajudar Marió com o processo de aposentadoria dela. Ela precisava de uma cópia de seu registro de batismo para comprovar sua idade, mas não tinha o documento. Hilarino havia prometido a ela que iria até o município de Porto Walter (cf. mapa “Localização da Bacia do Rio Tejo”, no capítulo 2), onde tinha um primo padre, para que ele o ajudasse a encontrar o registro de batismo. Frente à recusa de Marió em ajudar o irmão, tendo como reflexo o desmame precoce de sua filha, Hilarino ameaçava não levá-la mais a Porto Walter, mesmo ela sendo sua comadre.

Ao fim, Iza teve que viajar com Francisco e desmamar Rosângela precocemente.

A conduta de Marió foi tida como muito grave por Hilarino e Iza, por desconsiderar não apenas eles e Rosângela, mas também a precisão do irmão, que enfrentava uma doença grave¹⁸³. Como agravante, pesava o fato de Marió também desconsiderar seu compadre¹⁸⁴.

A desconsideração com os políticos

Hilarino e Iraçu eram filiados de longa data do Partido dos Trabalhadores. Em 2012, apoiaram abertamente o candidato a prefeito do partido nas eleições municipais. Como retribuição, Hilarino esperava que alguém de sua casa “ganhasse” um emprego do prefeito. A distribuição de cargos a eleitores era uma prática que tinha se ampliado nos anos anteriores, principalmente por conta da expansão das políticas públicas e dos serviços básicos que garantiam novas vagas em secretarias, escolas e postos de saúde espalhados pelo município.

No final de agosto, Hilarino soube que a prefeitura estava empregando um morador de uma comunidade vizinha (Matrinchã) para realizar o serviço de transporte de funcionários da companhia de energia elétrica (Eletroacre) até o Tejo. A rede de energia elétrica havia sido instalada em 2010, trazendo a linha de transmissão da sede do município até as comunidades próximas, mas sempre havia problemas nas linhas em decorrência da vegetação e do vento, com a queda de árvores em cima da rede que cortava a floresta. A necessidade de manutenção dessa rede foi para a prefeitura uma forma de criar mais um emprego, que pudesse ser dado a um eleitor do interior. Só que o prefeito havia prometido o emprego meses antes a Hilarino e agora o dava a outra pessoa.

A situação causou revolta entre Hilarino e Iza, cuja proporção só se assemelharia à que Marió causaria meses depois ao se negar a acompanhar o irmão doente até Cruzeiro do Sul. Ao chegar em casa e contar o ocorrido a Iza, Hilarino esbravejava que, em

183 Após retornar de Cruzeiro do Sul com a medicação, Francisco teve uma leve melhora e retornou para a comunidade dos Índios. Dias depois, no entanto, um “calombo” começou a crescer em sua cabeça e ele viria a falecer um mês depois.

184 Meses depois, Marió viria a pedir desculpas a Hilarino e Iza, com quem retomou relações. A desculpa e o perdão parecem ser mecanismos importantes para reatar relações de consideração mesmo depois de algum incidente grave. Infelizmente, não tenho dados de campo suficientes para analisar em detalhes esse tipo de relação.

junho, o prefeito havia prometido o emprego a ele e que agora achava que ele não “tinha merecimento”. Pensava até em abandonar o Partido dos Trabalhadores (PT), tamanha a desconsideração pelo seu apoio: “Quando eu encontrar com ele [prefeito] vou dar meu cartão de filiado do PT e pedir para dar baixa. Porque desse jeito não dá para estar filiado a partido”. Também queixava-se que fez campanha eleitoral para um dos vereadores, mas que mesmo assim ele se omitia nessa hora, não intercedendo a seu favor.

Iza partilhava da indignação de Hilarino e dizia que, se alguém quisesse ganhar alguma coisa do governo, era preciso a partir de então votar só em parentes. Em seguida, afirmou que ia ter uma conversa séria com o vereador, a quem havia acompanhado em campanha na comunidade de seus parentes e ajudado a, em suas palavras, “comprar votos”. Se ele não colaborasse, ela cogitava ir até Cruzeiro do Sul para denunciá-lo ao Ministério Público por compra de votos. “Ele que se vire pra me arrumar um emprego”, dizia, “[Ele] está na minha mão, que eu não saí para ajudar ele a sair candidato?”. Hilarino e Iza diziam ter conseguido 22 votos para o vereador, em troca de um gerador para a comunidade dos Índios, e que ele havia sido o vereador eleito de sua coligação com menos votos, por uma diferença de 16 votos para o primeiro suplente. Eles entendiam que o apoio deles havia sido fundamental e iriam cobrá-lo por isso. Também sabiam de outras duas pessoas que tinham comprado voto para o vereador e que já estavam empregados.

Sem o emprego de piloto para manutenção da rede elétrica, a única opção que restava a Hilarino era buscar um emprego para Iza na escola da Foz do Tejo, fosse de zeladora ou auxiliar geral¹⁸⁵. Hilarino não sabia ler e escrever, e pessoas analfabetas não eram aceitas para cargos nas escolas. Nos meses seguintes, Hilarino e Iza foram diversas vezes à vila em busca de conversar com o prefeito e com o vereador que apoiaram. Depois de serem evitados em diversas situações, foram indicados para conversar com a secretária de educação. A secretária disse que entendia a situação deles, mas que não podia fazer nada, pois já havia dividido o emprego de auxiliar geral na

185 Aqui fica claro que a dívida dos políticos era com a casa e não diretamente com Hilarino. Um emprego para Iza ou para um eventual filho em idade para recebê-lo seriam tomados como um pagamento satisfatório.

escola da Foz do Tejo em dois, para empregar uma pessoa de manhã e uma de tarde, dividindo um salário (uma delas era Arteniária, irmã de Hilarino). Meses depois, no entanto, uma das auxiliares foi demitida e Iza ganhou o emprego.

É interessante notar como a filiação a um partido e a “compra de voto” podem ser vistos como parte de um mesmo processo do qual se espera reciprocidade. Hilarino e Iza não compraram voto para o prefeito, mas esperavam dele um emprego, que considerasse tudo aquilo que fizeram pelo partido. Entendiam que “mereciam” ganhar o emprego. Do mesmo modo, deram apoio ao vereador, de quem também esperavam alguma ajuda depois de eleito. A falha na retribuição da ajuda prestada causava indignação nos dois casos e Iza cogitava até denunciar o vereador à Justiça Eleitoral. Com isso, ela queria pressionar o vereador a cumprir a reciprocidade da economia da ajuda.

Esse último ponto mostra como uma economia fundamentada em um tipo de reciprocidade não é completamente incompatível com uma economia fundamentada em contratos. As pessoas podem acionar tanto a linguagem da ajuda e da consideração como a do Estado de acordo com as situações e com seus interlocutores. Assim, dizer que os habitantes do Tejo têm uma economia fundamentada em pressupostos que podem se diferenciar dos do Estado e do mercado modernos não significa dizer que eles não entendem as regras do Estado e do mercado e nem as manipulações possíveis dessas linguagens. Significa dizer que eles avaliam a situação a partir de uma perspectiva distinta, o que pode gerar expectativas frustradas em relação a agentes associados a práticas de mercado e do Estado.

E essa reciprocidade na qual se baseia a relação entre os políticos e os “do interior” opera nos dois sentidos. Em 2010, Iza trabalhava nessa mesma escola da Foz do Tejo e fora “tirada” do emprego a mando do vice-prefeito, que teria enviado um bilhete pessoal à diretora da escola pedindo a demissão de Iza. O vice-prefeito era um antigo desafeto de Hilarino¹⁸⁶, e sua gestão tinha como oposição justamente o Partido

186 Hilarino já havia trabalhado para ele, sem receber pagamento posteriormente. Sentiu-se enganado e passou a contar abertamente a história da “sem-vergonhice”. O vice-prefeito era o mesmo que havia tido problemas com Adonis, cunhado de Hilarino, já na condição de prefeito, após ter assumido o cargo em meio à gestão.

dos Trabalhadores.

O político miserável

João Luciano havia sido o vereador mais votado nas eleições de 2012 (com 398 votos, 5,86% do total). Era a primeira vez que se elegia para a administração pública, depois de ter presidido o sindicato de trabalhadores rurais do município por anos. Sua eleição era tida localmente como resultado de uma ampla distribuição de bens que ele havia realizado nas comunidades rurais às vésperas da eleição, em julho daquele ano.

Para realizar essa distribuição, dizia-se que, meses antes, ele havia conversado com alguns deputados estaduais de sua coligação e acertado o repasse de recursos que permitiriam a ele alavancar sua candidatura. Só que os recursos conseguidos pelos deputados não poderiam ser acessados através do sindicato, podendo ser liberados apenas para associações locais.

João Luciano, então, firmou uma parceria com a ASATEJO (Associação Agroextrativista do Rio Tejo), uma associação surgida anos antes através de um esforço de partidos aliados ao dele para competir com a ASAREAJ. Ao longo das reuniões para distribuição dos bens nas comunidades, João Luciano fez questão de se colocar como responsável pela chegada dos bens. Ao fim, teve como resultado de seu amplo esforço de distribuição a retribuição com a maior votação do município para uma pessoa que nunca havia sido eleita anteriormente¹⁸⁷.

Só que o prestígio de João Luciano seria abalado tão rapidamente quanto sua reputação fora criada. Em janeiro de 2014, ocorria o novenário de Marechal Thaumaturgo, o maior evento religioso e comercial do município. Comerciantes de outros municípios, e até de outros estados, montaram barracas ao longo da rua principal da cidade, onde vendiam produtos a preços mais baixos do que os usualmente praticados nos comércios locais. Os baixos preços atraíam muita gente para a vila durante essa época, e, nos últimos dias do novenário, o movimento era ainda maior, por

¹⁸⁷Embora localmente o repasse de recursos tenha sido atribuído por alguns a deputados, eles são provenientes da Secretaria Estadual de Desenvolvimento, Indústria, Comércio, Serviços, Ciência e Tecnologia (Sedict). O uso de distribuição de bens como forma de aliança política e de estratégia eleitoral fica explícita nas declarações de João Luciano a um jornal local (reportagem nos Anexos), assim como o protagonismo por ele assumido nessa distribuição de bens.

conta da procissão realizada no último dia, 20 de janeiro, dia de São Sebastião. Além disso, no dia anterior à procissão, já com a vila cheia de gente, um bingo era organizado, com prêmios diversos, como motos, motores e refrigeradores.

Naquele ano em especial muitas pessoas das comunidades “do interior” tinham ido ao novenário, possivelmente pelos bons preços pagos pela farinha em 2013. Aquele novenário era considerado por muitos o maior de todos os tempos e, no dia do bingo, a avenida principal da cidade estava tomada de pessoas. As dez mil cartelas de bingo postas à venda estavam esgotadas. Grande parte da população do município estava na vila, políticos comerciantes, moradores da Reserva Extrativista, das Terras Indígenas e do Assentamento¹⁸⁸. Todos estavam ansiosos pelo começo do bingo e a chance de ganhar um dos grandes prêmios, principalmente os maiores: uma moto 150 cilindradas, um motor de 13 hp ou uma geladeira.

O bingo teve começo com o sorteio de prêmios menores. E, logo nas primeiras rodadas, houve um empate no preenchimento de cartelas. Dois participantes foram ao palco requisitar o prêmio ao mesmo tempo. Um deles era Deir, um irmão de Chaga (esposa de José, irmão de Hilarino), que era um pequeno agricultor do rio Bagé. O outro era João Luciano, o vereador eleito por distribuir bens para as comunidades do interior. Eles disputavam como prêmio um fogão com uma botija de gás.

Frente ao impasse, o locutor do bingo perguntou se Deir e João Luciano queriam utilizar o critério de desempate (checando quem tinha o número maior ou menor em sua cartela), ou dividir o prêmio. João Luciano, então, propôs a divisão do prêmio da seguinte maneira: ele ficaria com a botija de gás e Deir com o fogão. Deir aceitou a proposta, pois a divisão era vantajosa para ele, que ficaria com o objeto de maior valor. No entanto, a multidão que acompanhava o bingo não se conformou com a postura de João Luciano, a quem passou a vaiar efusivamente.

João Luciano havia sido eleito com uma imagem de quem era capaz de mobilizar recursos em grande quantidade. Só que, naquele momento, não abriu mão de uma botija de gás para um pobre agricultor do rio Bagé. Para grande parte dos presentes, João Luciano teve a chance de mostrar benevolência com uma pessoa do “povo”, num

188 Um mapa com todas as áreas de proteção de Marechal Thaumaturgo se encontra nos Anexos.

palanque em frente a milhares de pessoas, mas escolheu agir como um “miserável”. Era inadmissível que um homem com tanto poder forçasse um pobre a partilhar com ele um prêmio de bingo. João Luciano feria diretamente a relação de distribuição esperada de um político. E, na relação pessoal com a família de Deir, ele havia negado a possibilidade de estabelecer boas relações de troca. A esposa de Deir afirmou que “jogaria na cara” de João Luciano o ocorrido quando ele aparecesse na casa dela “pra pedir voto”. Faria questão de lembrá-lo de como fora miserável frente às necessidades de um pobre.

Nesse caso, ser “miserável” não significava não ter condição de viver, ou viver em uma situação de escassez material. Dizia respeito àquele que se nega a partilhar com pessoas com menos condições, aquele que não sabe ampliar suas relações com outras pessoas. Tivesse aberto mão do prêmio, provavelmente João Luciano seria aplaudido por ajudar uma pessoas do povo, de quem receberia maior consideração. Assim, um político miserável não pode se tornar um “político grande”. Ele nega o princípio de reciprocidade sobre o qual assenta-se a legitimidade de sua condição de acesso ao poder. João Luciano era o exemplo mais claro de como a reciprocidade, ou a falta dela, poderia alavancar ou dificultar uma carreira política.

O perigo das negociações

Fazer negócio com alguém era sempre um perigo. A expressão *fazer negócio* geralmente se refere à negociação para estabelecer um preço para a compra ou troca de algo pertencente a alguém. Um negócio podia ser iniciado tanto por quem tinha algo para vender como por alguém que queria comprar algo que não estava à venda, ou queria comprar por um preço mais baixo do que o pedido. Um negócio podia ser a compra de um pato de um pequeno criador, ou a venda de farinha entre vizinhos, ou então a compra de um motor em um comércio da vila.

Negociações envolviam sempre *confiança* e *desconfiança* e colocavam em jogo a *consideração* entre as pessoas. Quando duas pessoas *faziam negócio*, era comum ocorrer um tipo de barganha que colocava sempre o perigo da *desconsideração*. Se, por um lado, alguém oferecesse ao dono de algo um valor muito baixo pela compra, poderia estar *desconsiderando*, *humilhando* ou *desmerecendo* o objeto e seu próprio dono. Por

outro lado, se o dono pedisse um valor muito alto por algo, ao ponto de que o interessado não pudesse pagar por ele, poderia estar valorizando demais seu objeto ao mesmo tempo em que *humilhava* e *desconsiderava* o desejo do interessado. Assim, *negócios* geralmente se iniciavam com hesitação dos dois lados, principalmente nos casos em que se tratava de algo que não tinha um preço estipulado previamente.

Uma vez, quatro homens apareceram na casa de Hilarino interessados em comprar patos. Segundo Hilarino, tratava-se de um dos “puxa-saco¹⁸⁹” do prefeito e três de seus ajudantes. Hilarino disse a ele que tratasse de negociar com Iza, pois os patos eram dela, e chamou-a até a varanda¹⁹⁰. Quando Iza apareceu, iniciou-se uma longa negociação. O homem lhe perguntou quanto queria pelos patos e ela disse que não sabia. Ele aguardou e, após um tempo, insistiu na pergunta. Ela disse a ele que oferecesse algo, porque era quem tinha vindo atrás dos patos, ao que ele respondeu que os patos eram dela, que deveria dar o preço. Ela parou para pensar por mais um tempo. Estava em dúvida pois naquele ano Hilarino tinha conseguido poucas diárias de piloto e o dinheiro era bem-vindo, ainda mais porque na semana seguinte tinha que comprar presentes para um “amigo oculto” da família de Iraçu. Mas, ao mesmo tempo, não queria vender seus patos por um valor muito baixo, pois eram seus últimos três patos e depois teria dificuldade para conseguir mais patos para dar continuidade à criação¹⁹¹. Enquanto isso, os três homens que acompanhavam o “puxa-saco” já foram atrás dos patos, para amarrá-los. Tinham certeza que, embora hesitante, a negociação ocorreria. Após voltarem com os patos, perguntaram pelo preço, que Iza novamente relutou em fixar. O homem, então, perguntou a ela se podia dar um preço. Ela, embora já tivesse dito isso várias vezes antes, autorizou-o novamente. Ele então ofereceu R\$40,00 por cada pato, ao que Iza

189 Hilarino se referiu a ele como “puxa-saco” por entender que o trabalho do homem era apenas realizar aquilo que o prefeito queria, recebendo benesses por isso. Naquele dia, o “puxa-saco” procurava por patos para fazer uma refeição pedida pelo prefeito para um jantar. Foi a única vez que me lembro de ter ouvido o termo.

190 O fato de mulheres e crianças poderem ter propriedade sobre objetos não contradiz o *governo da casa* sob a figura do *chefe*. Um *chefe* deve administrar adequadamente uma *casa* e isso não pressupõe que ele detenha direitos de propriedade exclusiva sobre todos os bens da *casa*. O bom *governo da casa* depende também da observação de relações consideradas justas em seu interior. Assim como a terra trabalhada pelos homens dá direito a seus produtos, o trabalho de mulheres e crianças podem dar direito sobre seus produtos.

191 As últimas ninhadas de patos haviam sido comidas pelos porcos ainda novos. Porcos eram um tipo de criação considerada por muitos como muito trabalhosa, em especial se não fossem separadas de pintos e patos novos. Para muitos, “porcos não davam resultado”, pois, embora vendidos por preços significativos, prejudicavam outras criações e plantações.

rapidamente respondeu que o valor era baixo, e que era o preço que ela tinha vendido patos para esse mesmo homem no ano anterior. Já com os dois patos amarrados, o homem subiu a oferta para R\$50,00, e Iza fechou o negócio¹⁹².

Uma estrutura similar de negociação ocorreu quando Iraçu foi até a casa de um habitante do rio Acuriá em busca de “olhos de cana”. Sabia que esse homem plantava muita cana, em especial um tipo que Iraçu queria plantar. O homem era um “conhecido” de Iraçu, “um veterano da Reserva” como ele. Ao chegar lá, Iraçu pediu os olhos de cana ao homem, que aceitou cedê-los, seguindo o costume de não cobrar por sementes, manivas e afins. Enquanto José, que viajava com Iraçu, foi cortar os olhos de cana, este ficou conversando com o homem em sua casa. Durante a conversa, soube que ele tinha uma peladeira do mesmo modelo da sua, e que ela estava quebrada e sem uso. Como estava precisando repor algumas peças de sua peladeira, Iraçu perguntou ao homem se ele não queria fazer negócio com as peças. O homem disse que ele podia escolher as peças que precisava e, ao fim, Iraçu perguntou qual era o preço a pagar. O homem contou a Iraçu que aquela peladeira havia sido dada a ele pelo ex-vice-prefeito e que ele não ia cobrar nada pelas peças, mas que gostaria de receber algo pelo trabalho que teve em guardar as peças em sua casa. Iraçu perguntou o quanto ele queria, ao que o homem pediu que ele “desse um preço justo” pelo trabalho dele. Iraçu se recusou a dar um preço e disse que o trabalho para cuidar das peças era do homem, que deveria avaliar o quanto custou esse trabalho todo. Mais tarde, Iraçu me diria que o fez para evitar “dar um preço” que o homem pudesse achar muito baixo e ficar “achando ruim”. Ao fim, o homem perguntou se R\$100,00 estava bom, e Iraçu concordou.

Tanto na negociação dos patos como nessa da peça da peladeira, vê-se que sempre há um perigo envolvido em fazer negócio. Um bom negócio era feito quando as duas pessoas saíam “satisfeitas”, quando o negócio era considerado justo. Assim, as duas partes tinham que chegar a um acordo que observasse o esforço e a possibilidade de pagamento de cada um. No instante em que era preciso estabelecer um preço ficava latente a tensão da negociação. Iza evitou dar um preço, mas depois pediu mais pelos

192 Ao fim da negociação, no entanto, o mais “satisfeito” de todos parecia ser Hilarino. Há meses ele reclamava dos patos de Iza, que durante a noite dormiam em sua canoa e sujavam-na com fezes. Como piloto, Hilarino gostava de deixar sua canoa sempre limpa para caso fosse chamado para um frete e reclamava constantemente dos patos.

patos do que o “puxa-saco” queria pagar. Não só sabia da condição dele, como pensou em sua própria precisão de comprar um presente de amigo oculto e em seu desejo de continuar sua criação de patos. Para o negócio ser bom para ela, tinha que receber mais do que tinha recebido nas vendas de pato do ano anterior. Já no caso das peças da peladeira, Iraçu tinha uma situação muito mais complicada. Ao contrário de patos, que têm um preço mais ou menos conhecido e praticado por todos na região, as peças usadas de uma máquina pouco comum não tinham um valor médio estipulado. E elas ainda eram dadas pelo ex-vice-prefeito, então nem o valor de compra das peças novas era conhecido. E o homem que tinha as peças não pediu nada por elas, apenas pelo trabalho que teve para guardá-las. Iraçu ficou com receio de oferecer um valor baixo e desmerecer o trabalho do homem. Seria uma desconsideração oferecer pouco dinheiro, do mesmo modo que, se oferecesse mais dinheiro do que deveria, Iraçu estaria fazendo um mau negócio.

Negócios podem ser feitos entre pessoas que se ajudam também. Uma empeleita entre pessoas que se ajudam é um tipo de negócio. Do mesmo modo que a compra de uma saca de farinha é um negócio, por envolver negociação de preços. Mas ajuda e negócio podem fazer parte de uma mesma troca. Hilarino, por exemplo, uma vez comprou uma saca de farinha de Deir, cunhado de seu irmão José (e o mesmo homem envolvido no caso do político miserável do bingo), e, ao perguntar pelo preço da farinha, ouviu de Deir que pagasse “só” R\$100,00, quando o preço praticado na região naquele momento era R\$130,00. Hilarino perguntou se ele tinha certeza, deixando subentendido que o preço era mais baixo do que o normal, e Deir respondeu que sim, que Hilarino tinha lhe ajudado com o reparo de um motor meses antes e que o preço ia ser aquele mesmo¹⁹³.

Portanto, assim como a troca de ajuda, o estabelecimento de preço durante um negócio deveria levar em conta a consideração entre sujeitos. Seja ao recordarem trocas anteriores ou ao levarem em conta a possibilidade de desconsiderar a outra parte, desmerecendo seu produto e, em consequência, seu próprio trabalho. O ato de negociar

193 Em outra ocasião, Jonas vendeu a Neto, ambos casados com irmãs de Hilarino, uma desengrossadeira de tábuas por um valor considerado irrisório. Jonas e Neto tratavam o negócio como uma venda, mas Hilarino me disse que Jonas “praticamente deu” a máquina para Neto, que precisava de uma desengrossadeira para trabalhar na pequena marcenaria onde construía móveis para venda.

preços e valores de objetos não era um ato encerrado em si mesmo. A relação de troca teria impacto futuro, fosse na confiança depositada entre os que trocavam ou na repercussão pública sobre os termos da troca.

A relação entre oferecer um preço baixo e o desmerecimento do produto e, em consequência, da própria pessoa, é mais facilmente vista quando há negociações de venda com comerciantes, que tendem a estabelecer preços de compra não apenas pensando em ajuda mas também no lucro e no preço de mercado dos produtos.

Mercado e confiança

Em setembro, Iraçu soube através de seu filho Elson que o comércio da vila onde ele trabalhava estava comprando arroz. Iraçu, então, enviou uma saca de arroz através do filho. Só que o comerciante não quis comprá-lo¹⁹⁴. Seu filho retornou dizendo que a justificativa utilizada pelo comerciante era que o arroz era “feio”. Iraçu ficou inconformado com o que considerou uma “classificação” do arroz. Disse que havia passado o arroz na peladeira duas vezes e que garantia que o arroz não estava “feio”¹⁹⁵. José, que ouvia toda a reclamação do pai, disse que havia alguns dias que tinha ido vender seu arroz na vila e que o comerciante que havia comprado arroz dele no ano anterior ofereceu R\$2,00, ao contrário dos R\$2,50 que estavam sendo pagos naquele ano, pois havia muito arroz disponível. José, então, saiu do comércio e foi vender seu arroz na praça principal da vila, por conta própria¹⁹⁶. Iraçu, após ouvir a história de José, disse que os comerciantes “são assim”: quando há abundância do produto, “desfazem” e “classificam”, oferecendo um preço baixo; quando falta, vêm atrás para comprar. Hilarino, que também participava da conversa, concordou com o pai. E disse, já

194 Trata-se do “comércio do Benjamim”, local em que Iraçu não costumava comprar. Iraçu comprava no comércio de seu “compadre” Tonhô, que naquele momento não estava precisando de arroz.

195 Mais tarde, Iraçu pediria a Elson para esclarecer no comércio que o arroz que ele havia enviado era de *renda*, arroz que havia sido produzido por outra pessoa e utilizado como pagamento para pelar o arroz na peladeira de Iraçu. Iraçu, embora discordasse da “classificação” do arroz que havia enviado, queria deixar claro que aquele produto não era dele. Queria desvincular sua imagem de um arroz de qualidade inferior. A fama de um produtor é importante na hora da compra e venda (cf. também o exemplo trazido por Carla Dias, 2004, p.40)

196 Ao fazer isso, José conseguia os R\$2,50 que esperava por quilo de arroz e vendia seu produto a um preço inferior do que os dos comércios, que revendiam a R\$3,50. Iraçu também vendia arroz diretamente na sua casa por R\$2,50. Segundo eles, era uma forma de vender sem depender dos comerciantes e que *ajudava* os “outros pobres” também, que podiam comprar o mesmo produto a um preço mais baixo.

nervoso, que eles deveriam esperar e armazenar o arroz até novembro, para vender quando estivesse em falta e pedir o preço que quisessem.

Em outubro, Iraçu soube que os comércios da vila estavam precisando de arroz novamente. Ele tinha cinco sacas armazenadas e viu uma oportunidade para vendê-las ao preço considerado justo para aquela safra, que era de R\$2,50 o quilo. Hilarino, ainda indignado com a forma como foram tratados pelos comerciantes nos meses anteriores, sugeriu ao pai que não vendesse o arroz, para obrigar os comerciantes a buscar outras alternativas, procurando comprar arroz em Cruzeiro do Sul e transportando-o até Thaumaturgo. Não queria resolver a precisão dos comerciantes depois deles terem humilhado eles, se negando a comprar seu produto. No mesmo dia, Chaga, esposa de José, foi à vila com uma saca de arroz. Ofereceu-a em um comércio a R\$2,50 e o dono aceitou, mas pediu que ela levasse o produto da canoa dela, localizada no porto da vila, até o comércio, um trajeto de cerca de 200 metros, com um barranco íngreme. Como o produto estava em falta em toda a vila, Chaga negou-se a carregá-lo até o comércio, virou-se e foi embora. Ao retornar para sua canoa, encontrou funcionários de três comerciantes distintos que disputavam seu arroz. Ao fim, vendeu a saca em três partes, uma para cada um dos comércios.

Em dezembro, a falta de arroz em Marechal Thaumaturgo se agravou. Dois habitantes do Bagé “baixaram” no início do mês trazendo duas canoas cheias de arroz. Guardavam seu arroz desde janeiro esperando o período anterior à safra seguinte para conseguir o melhor preço por seus produtos. Ambos pararam na casa de Iraçu para pelar seu arroz. Iraçu era dono da única peladeira em funcionamento no Tejo naquele momento¹⁹⁷. Os dois homens do Bagé estavam confiantes de que conseguiriam vender as 34 sacas que traziam ao mesmo tempo por um valor acima da média. Nos dias seguintes, no entanto, um deles retornou da vila e disse que, ao chegar lá, alguns comerciantes haviam se juntado e trazido 700 quilos de arroz de Cruzeiro do Sul. Ainda assim, conseguiram vender seu arroz por R\$2,50 o preço considerado justo daquele ano.

197 A peladeira havia sido comprada coletivamente entre os membros da casa-ampliada. Para a pelagem do arroz, cobravam uma renda de 15% do arroz pelado, que cobria os custos com combustível e manutenção da máquina e dava um pequeno lucro ao fim. Era um valor inferior ao praticado em outros locais, de 20%. O arroz de renda era dividido entre as casas de acordo com a precisão de cada uma, sem haver o estabelecimento de cotas.

O problema de fazer negócio com comerciantes era que eles operavam sob grande influência de uma economia de mercado, uma economia competitiva e que regulava preços de outra forma. Ao contrário dos patrões, comerciantes não tinham um acordo de exclusividade de compra e venda e enfrentavam maior concorrência, o que aumentava o conflito com uma economia da ajuda e da consideração. Para um comerciante, era sempre perigoso negociar com uma pessoa “do interior”, pois se, por um lado, o ajudava ao comprar seu produto, levando em consideração um preço esperado pelo produtor, por outro poderia pagar um valor acima do praticado pelos outros comércios, colocando em risco o funcionamento de seu estabelecimento¹⁹⁸. Para que uma negociação fosse justa para uma pessoa “do interior” e lucrativa para um comerciante, as condições de mercado deveriam ser bastante específicas. Caso contrário, o comerciante estaria humilhando e desconsiderando o produtor através do oferecimento de um preço baixo a seu produto. Ao contrário do que acontecia nos negócios feitos entre os “pobres”, os comerciantes não tinham a mesma preocupação com o que a outra parte esperava, em especial se a pessoa não tivesse conta em seu comércio¹⁹⁹.

Era por essa razão que uma pessoa poderia ter boas relações com alguns comerciantes e más relações com outros. Com alguns, havia relação de ajuda e consideração manifesta nas contas, expressão de crédito e confiança de uma pessoa para com a outra (nos dois sentidos, já que clientes podem ter, além de dívidas, saldo nos comércios). Em outros casos, comerciantes tentavam ao máximo aumentar suas margens de lucro ou sua capacidade de competir com outros comércios oferecendo preços mais baixos. Desse jogo fazia parte oferecer valores menores pelos produtos dos do interior, em especial quando havia abundância desses produtos.

Uma forma comum de os comerciantes tentarem equalizar essa tensão entre a ajuda e a competitividade do mercado era realizar a compra de produtos *a troco*. A compra a troco era uma modalidade de troca na qual o produtor entregava seu produto

198 No caso do arroz, no final do ano é possível encontrar o chamado “arroz da região” por um preço mais alto do que o “arroz de fora” (industrializado e vindos de várias regiões do Brasil, até do Rio Grande do Sul).

199 Dois dos filhos de Iraçu, Francisco e Vivaldo, por exemplo, haviam vendido boa parte de seu arroz no início do ano para pagar suas contas no comércio de Tonhê. O comerciante aceitou o arroz mesmo em meio à safra. A outra parte do arroz dos irmãos havia sido comprada por Iraçu, pois ambos tinham *precisão* de dinheiro à época. Iraçu comprou o arroz por R\$2,00 e o revendeu ao longo do ano por R\$2,50.

para o comércio e retirava o valor equivalente em mercadorias (ou em saldo em conta). A compra a troco era uma forma do comércio garantir a compra de um produto com um pagamento um pouco maior ao produtor, ao mesmo tempo em que diminuía seu prejuízo ao garantir o aumento em suas vendas. Embora muitas vezes fosse aceita, essa era uma modalidade de troca que não era considerada ideal pelos habitantes do Tejo²⁰⁰.

De toda forma, parece que a má fama dos comerciantes vinha da imprevisibilidade de seu comportamento, comprometido ao mesmo tempo com a consideração e com a competição e o lucro²⁰¹. Suas atitudes variavam de acordo com o contexto, o que era conflitivo com uma economia de trocas fundamentadas na confiança e na reciprocidade. Essa imprevisibilidade marcava a troca com os comerciantes com um grande potencial de gerar humilhação e desconsideração. Negociar com comerciantes era potencialmente se expor a uma situação na qual a troca pudesse ser negada, ou oferecida em termos considerados injustos, em termos que humilhavam.

Se, numa perspectiva possível, trata-se de uma situação subalterna dos habitantes do Tejo em relação ao controle dos comerciantes sobre a troca, em outra, a da economia da ajuda, trata-se de uma situação que desvaloriza o próprio comerciante, que nega uma troca mesmo sendo uma pessoa de grande condição aos olhos dos pobres. É daí também que vinha a má fama dos comerciantes. Não apenas da humilhação que podiam impor ao negar a troca, mas também da postura negativa que adotavam ao negar a reciprocidade e a redistribuição que podiam operar através da condição que tinham. É daí que vinha a falta de confiança nas relações com comerciantes. E, ao contrário do que se poderia supor inicialmente, os princípios que fundamentavam essa desconfiança eram os mesmos que orientavam as relações entre casas próximas.

200 Do ponto de vista do comércio, a compra a troco é similar à compra de produto para pagar dívidas nas contas. Em ambos os casos se garante a compra abatendo parte dela na venda de mercadorias. Para os habitantes do Tejo, no entanto, a venda a troco era menos aceita do que pagar dívidas com produto. Era possível que isso tivesse a ver com a cadeia de crédito-débito. No primeiro caso, poderia ser que entendessem estar na condição de alguém que oferecia algo, ao invés de na situação de alguém que devia algo.

201 A competição não é exclusividade dos comerciantes. Grupos de casas podiam competir pelo território e recursos, assim como casas podiam competir por mercados. Os dois produtores que chegaram do Bagé ao mesmo tempo para pelar arroz na peladeira de Iraçu ao longo do fim da safra chegaram não por estarem cooperando, mas competindo. Um deles se queixou com Hilarino que o outro viajou um dia antes dele ao saber de seus planos de vender o arroz. O intuito era chegar antes do outro para que o preço do produto pago pelos comerciantes não caísse em função do aumento da oferta.

7.2 Conhecimento e identificação

Se toda relação de ajuda é movida por e tem como resultado consideração entre os sujeitos, é preciso ainda compreender como uma pessoa começa a ter consideração pela outra. Como sugerido anteriormente, a grande consideração entre casas próximas e aparentadas resulta em grande parte de uma situação na qual membros de cada casa têm suas primeiras memórias relacionadas às outras pessoas. Mas há casos de troca em que dois sujeitos nunca trocaram anteriormente. E também casos em que sujeitos nunca se viram antes e um não sabe quem é o outro.

Nesses casos, as relações são perpassadas por *desconfiança*, uma situação contrária à confiança que caracteriza a consideração. A situação mais comum em que se diz que alguém está *desconfiado* é quando crianças veem adultos que nunca viram antes, mas que os pais já conhecem. Os pais apresentam a criança para os adultos em questão e, geralmente, a criança mantém uma postura de desconfiança, se for nova, ou de “acanhamento”, se for um pouco mais velha. Uma criança desconfiada se esconde atrás de uma porta, de onde observa pelas beiradas aquele de quem desconfia, ou então corre para o lado do pai e da mãe, onde procura proteção. Ela não “fica à vontade”²⁰².

Mas a desconfiança não é um comportamento exclusivamente infantil. Está presente entre os adultos e eles se deparam com ela todas as vezes em que encontram alguém que não conhecem. Ela se expressa especialmente quando uma troca é proposta por um desconhecido.

Francisco, irmão de Hilarino, por exemplo, uma vez foi abordado na fila de um banco por um desconhecido que “engraçou-se”²⁰³ de seu celular, um modelo que não estava mais à venda e que o sujeito procurava para comprar. Ele ofereceu a Francisco uma troca pelo celular dele, um modelo mais novo, o que tornava o negócio vantajoso aos olhos de Francisco. Este, no entanto, recusou a proposta, desconfiado de que pudesse haver algo errado com o celular desse sujeito que ele nunca tinha visto. Resolveram, então, que trocariam os números de telefone para que um pudesse entrar

202 “Ficar à vontade” era uma expressão utilizada para se referir ao estar em locais nos quais se tinha o sentimento de não haver constrangimentos em relação ao comportamento, seja da própria pessoa ou dos que estão ao redor.

203 “Engraçar-se” está relacionado ao desejo de ter algo, seja um objeto ou uma pessoa.

em contato com o outro posteriormente e tocar o negócio em frente. Francisco retornou para a comunidade e contou aos irmãos o ocorrido. Julgava um bom negócio, mas ainda desconfiava. Além disso, seu celular apresentava alguns defeitos e ele não sabia se contava a esse desconhecido sobre eles. Afinal de contas, ele não tinha consideração nenhuma por ele, estava pensando apenas em fazer um bom negócio. E ele também não tinha certeza se o celular do desconhecido funcionava perfeitamente. Havia dúvidas tanto em relação à possibilidade de omitir algo sobre seu próprio celular como sobre as intenções do desconhecido. Alguns dias depois, Francisco chegou à conclusão de que não faria contato para a troca do celular. E a desconfiança era recíproca, pois o homem também não ligou para Francisco.

Em outra ocasião, Francisco chegou da vila e foi contar ao pai sobre um erro que um vendedor de combustível de uma balsa²⁰⁴ havia cometido. Era fim de tarde e Francisco havia ido à balsa onde tinha uma “conta” e usualmente comprava combustível para realizar seu serviço de “recreísta” (transportando os alunos do Ensino Médio da Foz do Tejo para a vila). Ao chegar lá, a balsa havia fechado e, na precisão de obter combustível para o trabalho no dia seguinte, ele dirigiu-se à única balsa que se encontrava em funcionamento, mas onde não tinha costume de comprar. Francisco pediu para que o vendedor enchesse o tanque de seu motor de popa e mais duas galoneras pequenas. Ao fim, o comerciante deveria cobrar-lhe 24 litros de combustível, mas cobrou apenas por 20. Embora tenha percebido o erro na hora, Francisco disse que “ficou calado”. Iraçu, ao ouvir a narrativa de Francisco, disse que ele agiu corretamente. Que ele próprio não avisava os comerciantes que erravam para mais na hora de dar o troco de uma compra dele. “A não ser que fosse um pequeno igual a nós”, complementou.

Esses exemplos evocam a diferença entre trocas que envolvem consideração e trocas que são realizadas entre pessoas que não tem nenhum tipo de relação de afeto ou experiências anteriores de troca. Assim, o desconhecido da fila do banco ou o comerciante com o qual não se troca frequentemente podem ser alvo de desconfiança e omissão (um tipo de falta de consideração) em relação ao que ocorre ao longo da troca.

204 Em 2013, toda venda de combustível (gasolina e diesel) do município de Marechal Thaumaturgo era feita em balsas na beira do rio.

Mas os dois casos divergem em uma característica fundamental: enquanto o comerciante se enquadrava num universo de relações conhecidas, o desconhecido da fila do banco era apenas isso, um *desconhecido*.

Como sugerido com os exemplos acerca das estruturas de poder, o mundo imaginado e vivido pelos habitantes do Tejo é composto de relações entre pessoas que definem condições distintas. E a partir desses locais de poder ocupados por cada pessoa, é possível fazer uma primeira avaliação de sua condição para troca. Assim, por exemplo, uma pessoa desconhecida, mas que mora em Cruzeiro do Sul e tem um grande comércio por lá deve ser minimamente confiável para troca, pois o que faz um comerciante ser “grande” é sua capacidade de trocar com muita gente. Nesse caso, é possível comprar nesse comércio sem muita desconfiança, pois, por mais que não se conheça a pessoa com quem se troca, sua existência ganha sentido dentro das relações sociais conhecidas. Um grande comércio não se sustentaria sem “freguesia” e os fregueses não estariam por ali muito tempo se fossem desconsiderados. Cria-se, portanto, uma identificação entre a pessoa que está vendendo e aquele que está comprando fundamentada em relações sociais conhecidas, mesmo que nunca experimentadas diretamente por um sujeito. A troca, nesse caso, se dá pela identificação de características e relações que inspiram confiança, ou seja, pode-se considerar comprar nesse comércio.

Por outro lado, esse mesmo universo de relações conhecidas permite grupos de identificação. É o que ocorre quando Iraçu diz que não conta para comerciantes grandes o erro no troco que vem a mais. Se fosse um “pequeno igual a nós”, ele contaria. Nesse caso, ele está identificando relações e a justiça das trocas a partir das relações ocupadas pelos sujeitos no universo de condições. Esse mesmo tipo de identidade é partilhada quando um morador vai atrás de sementes, como na ida do próprio Iraçu ao Acuriá, onde um “conhecido” seu, “veterano da Reserva”, cedeu-lhe manivas para plantio. Iraçu não era próximo ao senhor em questão, mas o “conhecia” por partilhar algumas experiências anteriores. Além da condição de “pobre”, “seringueiro” e “agricultor”, ambos haviam vivido a transição dos seringais para a Reserva Extrativista. Ambos eram pequenos e partilhando determinadas condições que assumiam características de

identidades. E essas identidades partilhadas influenciavam a orientação das ações e a avaliação da justiça das trocas.

Do mesmo modo, uma pessoa desconhecida pode ser identificada a partir de relações conhecidas que remetem a casas, famílias ou mesmo comunidades. Um jovem rapaz pode se apresentar para um interlocutor desconhecido como filho de alguém conhecido por este, inserindo-o em um universo de relações conhecidas. Durante a realização do torneio de futebol na comunidade Iraçu, por exemplo, um desconhecido apareceu para acompanhar os jogos. Chegou na mesma canoa que um dos times de futebol da comunidade Estirão (localizada um pouco abaixo da Foz do Tejo, no rio Juruá). Tratava-se de um homem que bebia muito e que era muito “enxerido” para um desconhecido. Fazia brincadeiras e conversava com todo mundo “sem cerimônia”, sem respeito. Bebidas alcoólicas e “enxerimento” costumavam resultar em brigas violentas, principalmente em ocasiões nas quais pessoas de vários lugares se reuniam²⁰⁵.

E seria uma vergonha para toda a comunidade Iraçu se houvesse uma briga durante o torneio que estavam organizando. Durante todos os dias de jogos, os chefes das casas da comunidade ficavam a todo instante “pastorando” (observando) os homens de outras comunidades que bebiam e tinham fama de “valentão”²⁰⁶. Era preciso ficar atento para que não ocorressem brigas que deixariam a comunidade “mal falada” por todo o município²⁰⁷.

Hilarino logo tratou de conversar com alguém do Estirão para saber quem era aquele homem. O desconhecido em questão era primo de um morador do Estirão e tinha vindo para a comunidade depois de ter passado alguns anos na cadeia de Cruzeiro do Sul. Aos olhos da comunidade Iraçu, era um “marginal”. Ao saber das origens do desconhecido, Hilarino logo o enquadrado em um universo conhecido e no qual ele não

205 Mariana Pantoja Franco remeteu em sua tese a uma dessas situações em que festas e bebida resultam em violência e morte (PANTOJA, 2008, p.312)

206 O uso de bebidas alcoólicas era associado pelos habitantes do Tejo com exaltação e violência. Grande parte das brigas tinha o envolvimento de alguém que havia “bebido”.

207 Assim como ocorrem em relação às *casas*, na comunidade Iraçu havia um sentimento de que quem mandava lá era quem morava lá. Hilarino considerava uma *vergonha* ter alguma confusão em sua própria comunidade, mesmo que ninguém de lá estivesse envolvido. Como será retomado no próximo capítulo, a responsabilidade por manter a ordem em uma *casa* é de seu *chefe*. O mesmo raciocínio era estendido para a comunidade no caso da comunidade Iraçu, embora não seja possível generalizar essa constatação para outros casos.

ocupava uma posição muito apreciada. Além de bêbado e enxerido, tratava-se de um marginal, uma pessoa que não tem consideração pelas outras, seja “carregando” (roubando) algum objeto ou mesmo “tirando a vida” das pessoas através de violência. Todos da comunidade Iraçu ficaram muito preocupados com a presença de um marginal entre eles e, ao longo daquela semana, muito se falou sobre ele, de onde veio, quem o trouxe para lá, o que poderiam fazer com ele, sobre não deixar que ele “subisse” nas casas. A conclusão dessas conversas foi de que ninguém deveria “dar confiança”²⁰⁸ pra ele.

No fim de semana seguinte, quando ocorreu uma nova rodada de jogos do torneio, o marginal reapareceu, repetiu sua conduta e passou um bom tempo bebendo e com enxerimento. Até que um morador da comunidade Dez Voltas (rio acima em relação à comunidade de Hilarino) “partiu pra briga” com ele. O marginal tentou esfaquear o homem, que desviou do golpe e pegou um “pau” que estava próximo ao campo de futebol e quebrou-o entre o ombro e o pescoço do marginal. Logo houve uma mobilização para apartá-los e evitar que a violência prosseguisse.

Agindo assim, o marginal reforçou as relações de desconsideração que Hilarino previa para ele ao saber de seu passado e enquadrá-lo num conjunto de atitudes e relações atribuídas àqueles que frequentam a cadeia. Assim como um comerciante grande tinha as relações que sustentavam sua condição, um preso só chegava a essa condição por ter construído relações específicas também. Só que a um comerciante era possível dar confiança, ao contrário de um marginal, pois do primeiro se esperava trocas mais justas e previsíveis, um mínimo de consideração. A um marginal não se podia dar confiança, dever-se-ia evitar não só a troca de coisas, mas que ele subisse na casa, ou até mesmo conversar com ele. Era uma pessoa perigosa para o estabelecimento de qualquer tipo de relação.

Dessa forma, é possível dizer que pessoas desconhecidas são avaliadas para a troca a partir de relações que a identificam em um universo de relações conhecidas. É a partir daí que uma pessoa avalia a possibilidade de dar confiança para o início de

208 “Dar confiança” é uma expressão muito utilizada e pode significar dar atenção, levar alguém a sério. É também considerar alguém naquilo que diz ou que propõe. Nesses termos, não dar confiança pode também ser visto como um tipo de negação da relação.

relações de troca, que vão gerando aos poucos consideração e que podem ou não resultar em uma cadeia de trocas na forma de ajudas.

É interessante notar que, ao longo da história recente da bacia do rio Tejo, em ao menos duas ocasiões pessoas cujas relações não eram conhecidas foram tidas como pertencentes ao universo do sobrenatural. Maria Gabriela Araújo narra em sua dissertação de mestrado o caso de uma mulher que, no início da década de 1980, viajou pelo Tejo e que mantinha hábitos estranhos, como viajar “sozinha e sem bagagem”, ou sempre dormir no terreiro nas noites de lua cheia. A personalidade da desconhecida também era estranha, e ela oscilava rapidamente entre a felicidade e a raiva. Tais comportamentos suscitavam discussões sobre as origens daquela mulher e alguns passaram a acreditar que ela tinha poderes divinatórios, que ela era parte do universo dos “seres misteriosos” (ARAÚJO, 1998, p.77).

Alguns anos depois, um homem que participou ativamente do movimento pela expulsão dos patrões também causou estranheza e especulação sobre suas origens ao aparecer no Tejo. Antonio Macedo foi à região pela primeira vez em 1988, enviado pelo Conselho Nacional dos Seringueiros com o objetivo de organizar a luta contra os patrões. Àquela altura, Macedo já havia trabalhado como seringueiro Juruá abaixo, como mecânico de máquinas pesadas, agricultor de assentamento, e sertanista da Fundação Nacional do Índio. Nesse último cargo, fundou cooperativas, cooperou na demarcação de Terras Indígenas e na condenação de grandes comerciantes de Cruzeiro do Sul que exploravam madeira ilegalmente (ALMEIDA, 2004, p.46). Para apoiar a causa dos seringueiros, viajava aos Estados Unidos e à Europa, lugares de poder, trazendo recursos. Era um homem “sabido” demais, com poder demais, e que chegava para apoiar uma proposta ousada e vista como perigosa aos olhos de muitos. Era um homem ao mesmo tempo com poder e perigoso, e não estava claro para todos se ele merecia confiança. Somava-se a isso o fato de ele ser “mestre de cipó”, coordenando sessões de “ayahuasca”, uma bebida até então controversa e considerada por alguns como coisa “do diabo” (ARAÚJO, 2004, p.48)²⁰⁹. Assim, suas muitas histórias do

209 A associação entre a *ayahuasca* e o “diabo” se acentuou no Alto Juruá com a passagem do Irmão José pela região, na década de 1970 (ARAÚJO, 1998, p.75). Até hoje há devoção do irmão José no Tejo e muitas pessoas se referem a suas profecias para explicar alguns fatos que observam.

passado e sua proposta de futuro inspiravam grande confiança em uns e grande desconfiança em outros. Em uma ocasião, Macedo sobreviveu a um tiroteio no qual revólveres disparados contra ele e seus apoiadores falharam (FRANCO, 2001, p.431). Não demorou muito para que o comportamento e as histórias de Macedo, o poder que demonstrava, fossem associados por muitos a características sobre-humanas. Em pouco tempo, falava-se que Macedo era o próprio “cão” (ARAÚJO, 2004, p.47)²¹⁰. Já para outros, Macedo tornou-se uma espécie de salvador, alguém que enfrentou os patrões e libertou os seringueiros.

Há, portanto uma correlação entre relações conhecidas que compõe o “mundo” e a identificação das pessoas. O enquadramento de pessoas em um universo conhecido de relações tem impactos sobre a confiança ou desconfiança que a condição dessa pessoa inspira para o início de relações de troca. Ou seja, é possível que haja confiança e consideração, ou desconfiança e desconsideração, para troca antes mesmo que uma troca se realize entre dois sujeitos. Isso fica claro com a sugestão de Iraçu para Francisco de que não havia problema em ser omissos em relação ao erro de cálculo de um comerciante grande, mas que o mesmo não deveria ser feito em relação a um pequeno como eles. Ou seja, Iraçu estava remetendo a características que distinguiam grupos e que criavam identificação. E, ao estabelecer uma identidade com alguns comerciantes, Iraçu estava pessoalizando as relações ainda que no nível das hipóteses. As relações por ele previstas em sua fala entravam no universo das relações sociais conhecidas, e distinguiam pessoas que partilhavam uma identidade e pessoas que não partilhavam. No primeiro caso, o mínimo de consideração era devida. No segundo, a troca poderia envolver omissão.

Mas isso não significa que Iraçu seria omissos em relação a um comerciante só porque ele é grande ou pequeno. É muito provável que ele não faria o mesmo com o comerciante onde costumava comprar com frequência, onde tinha uma conta. Ele colocaria muito a perder se alguém soubesse que ele estava recebendo troco a mais

²¹⁰ Mauro Almeida relata que Macedo tirava proveito dessa situação na qual lhe atribuíam poderes sobrenaturais, e utilizava sua fama em ameaças contra os *patrões* (ALMEIDA, 2004, p.47). Segundo relatos que ouvi em campo, o próprio Mauro Almeida teria sido confundido com o “cão” quando realizou sua pesquisa de campo. Ao chegar na região, teria ido trabalhar como ajudante de um seringueiro, sem explicar seus propósitos.

conscientemente e sem avisar o comerciante com quem ele tinha uma relação entendida como de ajuda. Ele estaria arriscando sua relação de confiança com o comerciante, seu próprio crédito com ele. Seria uma vergonha para Iraçu ser pego desconsiderando um parceiro de troca. Iraçu mantinha uma relação de enorme respeito com o comerciante do qual comprava com frequência, e que era um dos maiores da vila. Não apenas mantinha uma conta no comércio, como era compadre dele²¹¹. É muito improvável que Iraçu tomasse uma atitude inapropriada para com ele. E essa relação de consideração entre Iraçu e o comerciante era antiga, pois fora este comerciante quem havia emprestado os 600kg de borracha que Iraçu precisava quando se mudou de colocação. O comerciante era, à época, um “pequeno marreteiro” em busca de clientela. Aceitou pagar os 600kg de borracha que Iraçu havia prometido pela colocação, gerando uma consideração que permanece até hoje e que se reflete em toda compra que Iraçu faz no seu atual comércio.

Esse exemplo da relação de Iraçu com um comerciante chama a atenção para um fato importante. A exemplo do que acontece com os parentes, apesar de haver um universo de posições e condições conhecidas, são as relações cotidianas que construirão as relações de consideração entre sujeitos. É possível confiar em pessoas de vários tipos, mesmo que elas ocupem posições que inspiram desconfiança. Assim, embora a crítica a políticos como pessoas ambiciosas e corruptas seja generalizada, é comum que cada pessoa tenha seus políticos de confiança, ou ao menos aquele com quem estabelece relações mais próximas. A mesma coisa ocorre com comerciantes²¹².

Essa predominância das relações pessoais sobre o lugar ocupado nas relações conhecidas por uma pessoa fica clara nos dois exemplos sobre prisioneiros: o marginal do torneio de futebol e o filho de dona Maria²¹³. O primeiro era um desconhecido, logo identificado como uma pessoa perigosa por ter passado pela cadeia. Justamente o oposto do filho de dona Maria, um conhecido que acabou preso e que Iraçu tentou tirar da

211 A relação de compadrio é uma das mais importantes no Tejo (assunto a ser abordado no próximo item). Iraçu e Tonhô, o comerciante em questão, eram compadres há muito tempo, desde que Tonhô era um pequeno marreteiro nos seringais.

212 Mesmo se tratando de um mesmo comércio, as pessoas têm preferência por quem as atende. Hilarino e dona Juana (mãe de Iza), por exemplo preferiam comprar no comércio quando o dono estava lá e não seus filhos ou empregados, que julgavam ser muito “antipáticos”.

213 O exemplo do filho de dona Maria aparece no capítulo intitulado *Ajuda*. Trata-se do filho preso por abuso de menores, e que Iraçu tenta soltar pedindo intervenção de um político importante de Marechal Thaumaturgo.

prisão por intermédio de um político. Apesar de estar preso, Iraçu e os demais julgavam que a prisão dele havia sido injusta, e diziam ter certeza que ele era uma “boa pessoa”. O fato de estar na cadeia, nesse caso, era obliterado pelas relações pessoais que Iraçu tinha experimentado diretamente com o sujeito. Tudo indica que as relações diretas entre pessoas se sobrepõem à identificação de pessoas enquadradas em relações conhecidas. Assim, a tendência é que relações de troca, em especial as duradouras, tenham como princípio regulador a consideração entre os que trocam e não os locais que eles ocupam no universo de relações conhecidas e em suas estruturas de poder. Por esse raciocínio, o que mais importa são as relações pessoais estabelecidas com um comerciante e não propriamente o tamanho de seu poder. Mais importante do que ser grande ou pequeno, é a relação pessoal com o comerciante que está em jogo, a consideração que perpassa a relação de troca.

Assim, as relações com políticos, comerciantes, marginais, dentre outros, se assemelham às relações com pais, irmãos, tios, na medida em que são posições e condições de um universo conhecido, mas que podem e devem ser ressignificadas pela experiência cotidiana, pelas trocas e relações estabelecidas com esses sujeitos. Isso significa dizer que as relações fluídas de uma pessoa vão sendo construídas contra um pano de fundo rígido. Que as características pessoais e afetivas presentes na troca se sobrepõem às estruturas imaginadas de parentesco e poder, dando sentido às relações. Isso não significa, no entanto, que não exista uma visão de mundo estruturada. Ela existe e orienta as ações com pessoas desconhecidas ou pouco conhecidas. Essas estruturas de relações prévias são importantes na medida em que orientam as primeiras tomadas de decisão dos sujeitos em relação à confiança ou desconfiança a serem depositadas nas relações.

Apesar da existência de relações conhecidas através das quais pessoas podem ser inicialmente identificadas e relacionadas a padrões de comportamento, há também pessoas que são conhecidas amplamente por suas atitudes enquanto pessoas individuais. É o caso de muitos políticos, comerciantes, funcionários públicos, alguns pesquisadores que há anos trabalham no Tejo, e de pessoas que têm exposição na rádio ou na TV, atores, jornalistas, músicos, jogadores de futebol, dentre outros. Essas pessoas podem

ser conhecidas por mais pessoas do que elas próprias conhecem. Tornam-se conhecidas pelas posições que ocupam, mas também vão ganhando fama e personalidade pública por aquilo que se diz de seus feitos. Esse conhecimento individualizado de alguém de que se “ouviu falar” pode influenciar a decisão sobre dar confiança²¹⁴. O mecanismo de avaliação para a troca é similar ao ocorrido com pessoas que se enquadram em relações sociais conhecidas, mas, nesse caso, se tem mais informações sobre como uma pessoa lida com outras pessoas, se é uma boa ou má pessoa, através de relatos e observações da relação desse conhecido com outras pessoas que não si próprio.

Um desconhecido é alguém com quem se pode falar com confiança e consideração na hora da troca, sendo evitando relações, ou sendo omissos no ato da troca em relação à consideração que ela deveria envolver. Um desconhecido também é potencialmente perigoso, pois ele também pode falar com consideração com a pessoa com quem se relaciona.

Mas, o fato de alguém ser conhecido não garante que relações de troca sejam mantidas. Há pessoas que podem ser conhecidas por má conduta. Nesses casos, as pessoas evitam dar confiança a elas. Uma pessoa conhecida por mentir e trapacear, seja na hora de uma troca ou simplesmente contando uma história, nunca recebe a mesma confiança em suas ações que outra pessoa conhecida por ser “homem”. Essa oposição evoca a importância da manutenção de relações de confiança e consideração entre pessoas. Diz-se daquele que mente e trapaceia nas trocas que trata-se de um “mentiroso” ou de um “sem-vergonha”, em oposição àquele que age de forma previsível e confiável, a quem se pode chamar de “homem”. Diz-se de uma pessoa assim que ela é “homem” ou “macho”, aquele que mantém sua palavra e que é confiável. Nesse sentido, ser confiável pode ser associado a uma condição humana mais bem acabada para a vida social²¹⁵.

214 Conhecimento e confiança podem ser vistos não apenas em relações diretas entre duas pessoas, mas em relações entre famílias também. Acompanhei uma situação na qual um homem deixou de vender uma casa de uma comunidade da qual se mudaria pois seu pai havia intercedido no negócio ao saber que a família que compraria a casa era uma família da comunidade Dos Índios, uma comunidade com má fama. O exemplo mostra também como a venda de uma casa não é um negócio em um livre mercado, mas regulado por relações de consideração. Nesse caso, um filho deixa de vender a casa em consideração a seu pai, que desconfia dos potenciais compradores.

215 E, embora ser macho seja uma qualidade que possa ser associada à “valentia” (ALMEIDA, 1992, p.196), mesmo nesses casos alguém age como macho na medida em que sente que alguém agiu com

7.3 Respeito

Os exemplos anteriores exploraram o papel da consideração na construção de relações de troca no exterior das casas. Esse item retoma alguns apontamentos sobre a criação e os avalia a partir da consideração gerada no interior das casas e entre casas aparentadas. Ele também exemplifica melhor como o parentesco é construído a partir de boas relações mantidas pelos membros de uma casa ou de diferentes casas e o que ocorre quando a consideração está ausente de relações de parentesco. Como visto no capítulo sobre criação, embora um recém-nascido seja inserido em uma estrutura de relações dadas, os termos de parentesco aplicados devem ser atualizados pela construção do costume e das relações cotidianas de partilha e afeto. Começo pelo exemplo de Kátia, esposa de Vivaldo.

Kátia conviveu com seu pai e sua mãe durante a infância. Ela no entanto, deixou sua casa muito cedo, pois julgava que seu pai era muito violento. “Meu pai era muito ignorante. Minha mãe não, minha mãe é um anjo”. Kátia afirma que o pai batia na mãe, “puxava faca” e até já teria tentado afogá-la, além de não trabalhar muito. Era a mãe quem plantava para a família, enquanto o pai mantinha um roçado separado apenas para comprar bebidas alcoólicas.

Depois que Kátia se casou, a mãe se separou do pai, que se mudou para Cruzeiro do Sul e depois foi para a comunidade Iracema, no meio do Tejo, viver na casa de um irmão dele. Kátia diz que “hoje ele reconhece o que é filho, casa, esposa. Dá valor para isso tudo. Mas hoje já é tarde”.

O exemplo da família de Kátia mostra como o papel da criação não foi ocupado de fato por seu pai, tendo sido executado em várias funções por sua mãe, que, embora trabalhando por ela e pelo marido, seguia sendo alvo de violência por parte dele. Até que ela decidiu pela separação. Por essa razão, os filhos não moravam mais perto do pai, e a mãe não queria mais vê-lo. Com suas atitudes, ele não foi capaz de criar a

desrespeito em relação a ele e toma medidas para retaliar a desconsideração. Só que também diz-se que alguém é homem ou macho em situações nas quais não há violência. Nesses casos, fica mais claro que ser homem e macho não tem a ver apenas com uma competição entre homens por dominação e hierarquia: há relações de consideração e desconsideração que dizem respeito à avaliação de alguém como homem e macho, como alguém que respeita e que quer respeito dos demais.

consideração em seus filhos, embora seu sofrimento com a separação e o afastamento da família sugerisse que ele próprio tivesse afeto pelos filhos.

Lembremos que o chefe não é apenas o responsável por sustentar a casa em suas necessidades materiais e coordenar os fluxos de trabalho. Cabe a ele também orientar a formação de seus filhos. O desenvolvimento de capacidades pela criança deve ser orientado pelos pais, em especial pelo chefe, que exerce o difícil papel de dosar a pressão para a realização de determinadas atividades frente às aspirações e vontades dos membros individuais da casa, sejam eles crianças ou não.

Embora o chefe de uma casa possa e deva contar com a ajuda de todos os membros para a manutenção da casa, a forma como ele maneja o tempo de trabalho e orienta a criação dos filhos será determinante para a construção de boas relações com os membros da casa. Dito de outra maneira, da habilidade do chefe em administrar as pessoas e os bens da casa depende a formação das pessoas e de suas relações. O processo de criação, por exemplo, consiste numa escalada de autonomia da criança, do desenvolvimento do controle sobre o corpo, passando pelo desenvolvimento de relações sociais, até o ponto em que ela adquire “entendimento” e capacidades produtivas plenas, podendo decidir por uma autonomia total dos pais, mudando-se para outros locais. Se a criança, já adulta, não tiver gerado um alto grau de consideração, ou encontrar-se em conflito por alguma razão, ela poderá optar por deixar a casa dos pais e os arredores, indo viver em outros locais. É a consideração quem manterá as crianças ligadas a seus pais depois da criação²¹⁶. E o grau de consideração dependerá muito da forma como as relações no interior de uma casa foram construídas.

Se uma relação de parentesco não é atualizada pela consideração, ela não é, no entanto, apagada. A relação estrutural prescrita pelo nascimento (a relação pai-filho, por exemplo) continua a existir e a determinar alguns comportamentos específicos. Kátia, por exemplo, embora não fizesse questão de visitar o pai, pedia a benção toda a vez que

216 “Em suma, a consideração é o tecido do qual é feita a *casa*, tanto quanto a *parentela* de cada pessoa, tanto quanto a *vicinalidade*: a “casa” é a instância coletiva mais proeminente da sociedade local; a *parentela* (referida tantas vezes pela frase “a minha família”, expressão muito plástica) é a rede de relações que existem em torno de cada pessoa e ultrapassa necessariamente a pertença à casa; a *vicinalidade* é o grupo de casas aparentadas localmente e que constituem a família no sentido operacional”. (PINA-CABRAL e SILVA, 2013, p.40)

o encontrava. Nesse caso, a benção demonstrava o *respeito* de uma filha para com o pai.

Demonstrar *respeito* tem a ver com agir com condutas esperadas em uma relação hierárquica. No caso aqui analisado, o respeito se manifesta no pedido de benção de uma filha para seu genitor. Mas o respeito também pode se manifestar em uma pessoa pedindo licença para entrar na casa de um chefe, ou ainda com as pessoas se comportando adequadamente ao visitar uma comunidade que tem donos claros.

Na ausência do respeito, quem está numa posição hierarquicamente superior pode utilizar a prerrogativa da violência. Vejamos alguns exemplos de como respeito, direitos sobre um espaço e violência se articulam. Para começar, retomo o caso do “marginal” que apareceu no torneio de futebol para iniciar o argumento.

Após a primeira briga causada pelo marginal, Hilarino ficou preocupado com o que poderia acontecer nos fins de semana seguintes. Na avaliação dele, o marginal só não morreu na primeira briga que causou porque o pau quebrado no pescoço dele por um homem da comunidade Dez Voltas estava podre e se partiu ao meio com o impacto. Para Hilarino, se o marginal e o pessoal das Dez Voltas se encontrassem de novo, poderia ocorrer uma nova briga.

Dias depois, em um dos encontros de fim de tarde na casa de Iraçu, Hilarino propôs a seus irmãos e a seus cunhados próximos que, se o marginal aparecesse novamente na próxima rodada do torneio, eles deveriam ter uma conversa com ele esclarecendo que, se ele continuasse com “enxerimento” na comunidade, teria que “se ver com o pessoal” de lá. Hilarino queria deixar claro que na comunidade deles havia “controle” e que o marginal não podia fazer o que quisesse. Com isso, também queria ter um argumento que apaziguasse os ânimos do pessoal das Dez Voltas, para que deixassem a “questão” sobre responsabilidade dos da comunidade Iraçu. Se alguém tivesse que utilizar de violência naquele território, eram eles.

Os irmãos e cunhados de Hilarino, no entanto, acharam que conversar diretamente com o marginal talvez não fosse a melhor escolha. Após uma longa conversa, decidiram que a responsabilidade primeira de conversar com ele deveria ser do pessoal da comunidade Estirão, que trouxe ele até a comunidade Iraçu. Deveriam explicar a ele que

ele tinha que ter respeito com o pessoal de lá, que as coisas ali não eram como em Cruzeiro do Sul ou na prisão e, que se ele “ficasse com enxerimento”, poderia “se dar mal”. Os da comunidade Iraçu decidiram, então, que ficariam alertas caso o marginal aparecesse novamente, mas que não conversariam com ele. Se fosse preciso fazer algo, utilizariam diretamente a força. Mas, ao invés de bater, combinaram de amarrá-lo e levá-lo até a delegacia, evitando que a comunidade ficasse “falada” por causa de uma briga ou, quiçá, uma morte. Em resumo, delegaram para aqueles que tinham trazido o marginal até a comunidade a responsabilidade de explicar como as coisas funcionavam por ali, mas não abriram mão da prerrogativa de utilizar a violência para manter o controle da situação em seu próprio território. Não queriam ficar com má fama, fosse por haver uma “confusão” ou por serem omissos e “frouxos” em seu próprio território.

Nesse caso, o grupo de casas estava agindo claramente como um grupo político, a exemplo do que ocorria com a disputa por território com grupos vizinhos. A sugestão de uso de violência física tinha como objetivo deixar claro a hierarquia do grupo de casas sobre aquele território. Assim como dentro de uma casa havia comando, controle e prerrogativa de violência para o chefe, no caso em questão o uso da força era prerrogativa dos da comunidade. Havia também uma correlação entre a habitação de um espaço e a responsabilidade sobre o que acontecia nele. A exemplo do que acontecia na associação da imagem pública de uma casa com seu chefe, a imagem pública da comunidade se confundia com a imagem de seus membros²¹⁷, especialmente quando uma comunidade era formada apenas por um grupo de parentes ou por grupos de casas aliados²¹⁸. Do mesmo modo, a imagem do chefe de uma casa se confundia com o que

217 Essa preocupação com o que acontecia no interior de uma casa existia não apenas em função da avaliação pública (fama, fofoca) mas também em função daquilo que o chefe de uma casa considerava como um bom governo da casa. Havia uma relação complexa entre opinião pública e perspectivas individuais que não permitem determinar uma predominância entre elas.

218 Havia comunidades que eram conhecidas por serem de pessoas “trabalhadoras”, outras de pessoas “preguiçosas”, ou ainda de pessoas “sem-vergonha”. A comunidade dos parentes de Iza, por exemplo, tinha uma má fama ao longo de todo o rio Tejo. Passei algumas semanas na comunidade dos Índios (nome que vem do igarapé dos Índios, que passa ao lado) e, no meu trajeto até lá, em cada local que eu parava ouvia de alguém que lá era um lugar “ruim de rancho” por conta da “preguiça” das pessoas da comunidade. Algumas pessoas me perguntavam onde eu iria me hospedar e, ao ouvirem que eu ficaria na casa de Altevir, casado com Maria, irmã de Iza, me diziam que era o melhor lugar, pois Altevir era o mais “trabalhador” da comunidade. Outras diziam que Altevir era a exceção da comunidade, em meio à má fama das outras casas. Já a comunidade Estirão, onde o dito marginal do torneio de futebol estava hospedado era conhecida por ter pequenos bandos de jovens, e até alguns adultos, que praticavam furtos de peças de motores e combustível.

acontecia nela. Por essa razão, via-se uma preocupação similar do chefe de uma casa em relação ao que acontecia em seu interior.

Em outra ocasião, Iraçu conversava com seu genro Juarez sobre a realização de festas. Ambos disseram não querer mais oferecer festas em suas casas com medo de que alguém bebesse demais e “arrumasse confusão”. No começo da conversa, parecia que tinham medo de alguém ficasse “valente” dentro da casa deles e pudesse machucar alguém. Mas, à medida que foram argumentando, foi ficando claro que o principal receio deles era que, se alguém usasse violência na casa deles, eles estariam obrigados a retribuir com violência, seria o “direito” deles. Localmente, “direito” é um termo associado ao mesmo tempo a deveres e obrigações. Ter direito a algo não é apenas poder fazer algo, mas também dever fazer algo. Segundo Juarez, o grande problema de uma confusão em sua casa era que “não se tem pra onde fugir”, ou seja, era preciso enfrentar o problema. Ambos, então, passaram a falar sobre como, quando ofereciam festas, sempre deixavam guardado em um local estratégico uma arma, fosse uma lâmina, um revólver ou um pedaço de pau.

Uma festa era sempre um momento que reunia pessoas diferentes, de diferentes locais, e que podiam ter antigas desavenças. Era também um momento de consumo de bebidas alcoólicas, representando uma combinação perfeita para que antigas “questões” viessem à tona. Por outro lado, dentro de uma casa, era esperado que houvesse governo, que houvesse controle, por parte de seu chefe²¹⁹. Se uma confusão fosse iniciada, caberia ao chefe interrompê-la e para tanto, ele deveria recorrer à força. Caso encontrasse resistência, seria seu “direito” até matar alguém²²⁰.

Hilarino me contou uma passagem de sua juventude em que arrumou confusão em uma festa. Ao ver a confusão, o chefe da casa foi até a cozinha pegar uma arma que tinha guardada embaixo do fogão. Ao perceber a movimentação, Hilarino correu e deu um soco no “velho”, derrubando-o e tendo tempo de correr para longe de sua casa. Sabia que, se não o derrubasse, o “velho” teria legitimidade até para matá-lo em sua

219 Além disso, a prerrogativa de violência naquele espaço deve ser dele. Assim como os da comunidade Iraçu tentaram assumir a prerrogativa de uso da força contra o marginal e dizer para os da comunidade Dez Voltas que eles próprios resolveriam a questão.

casa.

Em outra ocasião, Hilarino evitou um enfrentamento direto com o dono de uma casa. A história começa com Hilarino querendo comprar um porco capado para organizar um rápido torneio de futebol na comunidade. Os times participantes do torneio pagariam uma taxa para se inscrever e disputariam o porco como prêmio. Esses torneios eram muito comuns na região e contavam com times advindos de várias comunidades. Praticamente todo fim de semana alguém oferecia um torneio tendo como prêmio um porco ou um boi. O valor da inscrição dos times era maior de acordo com o peso dos animais oferecidos como prêmio. Poderiam haver prêmios para segundo e terceiro lugar também, como caixas de cerveja ou galinhas. O objetivo de Hilarino ao procurar por um porco era, nos seus dizeres, “fazer algum dinheiro” com as inscrições e aliviar a falta de diárias de piloto daquele ano.

Hilarino soube que um morador de uma comunidade vizinha estava vendendo um “capado” e, ao encontrar esse homem em uma de suas idas à vila, fez negócio pelo porco, pagando na hora. No dia seguinte, foi buscá-lo. O homem não estava em casa e o porco estava machucado em uma das pernas, o que causou surpresa e incomodou Hilarino. Mesmo assim, ele levou o porco. Mas, ao chegar em sua casa, percebeu que o porco era um “barrão”, que não havia sido capado. “Barrão” e machucado, o porco não iria engordar o suficiente para ser colocado como prêmio de torneio nas semanas seguintes. Hilarino percebeu que tinha feito um mau negócio e se sentiu enganado.

No entanto, seria muito conflitivo ir até a casa do outro homem tirar satisfação pelo negócio. Era problemático ir até a casa de outro homem para cobrá-lo de algo. Não querendo causar um problema ainda maior, Hilarino decidiu que não iria reclamar diretamente para o homem, mas que mostraria para todos de sua comunidade o mau negócio que havia feito. Ao invés de se envergonhar pelo negócio, Hilarino tornava-o público, pois julgava que a vergonha maior deveria ser do homem que havia lhe enganado. Além disso, sua atitude sugeria aos demais não confiar nesse homem para trocas futuras. Estava publicizando uma conduta tida como inapropriada ao invés de confrontar o homem. Era um apelo a um tipo de controle social fundamentado na confiança.

Caso tivesse escolhido pelo enfrentamento direto ao homem que vendeu-lhe o “barrão”, Hilarino poderia estar forçando uma situação em que uma das partes teria que ceder ou impor-se através de violência. Principalmente se Hilarino escolhesse cobrar o homem em sua própria casa, o que justificaria o uso da violência por uma invasão de espaço. De certa forma, o evitamento do conflito era uma estratégia de Hilarino para equalizar as perdas da negociação: enquanto ele ficaria com o “barrão”, o homem ficaria com a má fama.

No entanto, há situações em que um enfrentamento direto pode ocorrer entre duas pessoas que estão numa relação de desconsideração. Nesses casos, é comum ocorrer violência física e, se duas pessoas moram em um mesmo lugar, o conflito se resolve com a mudança de uma delas. Vi uma situação na qual um morador de uma das comunidades da Reserva Extrativista ameaçou o presidente da Associação de moradores por este ter-lhe enviado um bilhete no qual “chamava sua atenção” por supostas práticas contrárias às regras de gestão e denunciadas por um vizinho desse morador. O homem que recebeu o bilhete havia sido denunciado por um vizinho e foi até a vila Thaumaturgo, onde ficava a sede da Associação. Queria conversar com o presidente, que enviou o bilhete sem ter ido à casa dele. Encontrou-o em um almoço comigo e Hilarino. O homem chegou bêbado ao local e ameaçou o presidente de morte. A razão da ameaça era o fato de ter sido repreendido pelo que fazia em sua própria área, o que considerava um abuso do presidente da Associação, ainda mais porque não tinha ido até o local para averiguar o que ocorria.

São comuns também narrativas de pessoas que se mudaram de suas comunidades após entrar em conflito e discussão direta com vizinhos, muitas vezes por conflitos causados pela criação de animais que invadem roças. Assim como sugere o exemplo do filho que sai da casa do pai, parece que a harmonia vista em algumas comunidades resulta da inviabilização da permanência de pessoas em conflito em uma mesma área. Casos de desconsideração e violência levam à saída de uma das partes em litígio.

Retomando o tema do respeito, é possível afirmar que o *respeito* se diferencia da *consideração* na medida em que remete a relações estruturais hierárquicas, prescrevendo relações entre sujeitos que merecem e os que devem respeito. Essas

relações prescritas têm a ver com a estrutura das relações de parentesco ou com a estrutura hierárquica dos espaços (seja a hierarquia interna a uma casa, de quem “cria” e é “criado”, ou a externa, de quem é dono da casa e quem é visitante, ou ainda da hierarquia de casas aliadas que controlam um território). E, na ausência do respeito devido, quem está hierarquicamente superior tem legitimidade para exercer violência.

Essa violência, no entanto, não deve ser descabida e é sempre problemática. O exemplo de Kátia mostra como um pai que bate nos filhos e na esposa pode sofrer abandono. O exemplo de Juarez e Iraçu mostra como um chefe tem receio de utilizar violência, pois sabe que isso pode ter consequências futuras em suas relações, abrindo um ciclo de reciprocidade negativa com aquele com que se brigar, ou ainda com seus familiares. Do mesmo modo, os da comunidade Iraçu discutiram durante muito tempo sobre o que fazer com o marginal, já que o uso da violência era visto como um último e perigoso recurso.

Essa prescrição de relações contida no respeito, que se opõe à construção de relações presentes na consideração, fica muito bem exemplificada na história da chegada de dona Maria à casa de Iraçu, quando os filhos do primeiro casamento dele não a aceitavam na mesma casa. As crianças ficaram descontentes com a chegada da madrasta, um elemento até então externo à casa e que gerou um conflito interno manifesto na resistência das crianças. Depois de meses tentando “dar conselhos” a seus filhos para que respeitassem dona Maria e acatassem suas ordens, Iraçu conseguiu apaziguá-los, levando a nova esposa e os filhos para passar fogo em uma fogueira em dia santo. Isso a tornava “madrinha de fogueira” deles, uma condição similar à “madrinha” de batismo. Na prática, Iraçu procurava um modo de incorporar Maria e as crianças em uma relação de respeito. O efeito da criação da relação foi imediato e as crianças passaram a se relacionar com ela como se ela fosse uma madrinha, termo que usam para se referir a dona Maria até hoje.

Hilarino: – Nós era muito bravo, meio valente [com dona Maria]. Nós não gostava, não. Nós era brabo pro lado dela. Porque era o costume. A gente nunca tinha visto ela, a convivência... [...] A gente tinha quase um jeito que não queria que ela casasse com o papai que era pra não ficar cuidando de nós. Nós achava, que ouvia dizer, que madrasta não criava as pessoas bem. Nós tinha quase um

medo que ela podia judiar de nós. [...] Eu e o compadre Hilariso mesmo, nós era brabo! Nós não queria obedecer ela. Ela mandava nós buscar água e era uma briga. Tinha vez que nós ia, tinha vez que não ia. Aí ela dizia pro papai e o papai dizia que era pra trabalhar, pra ajudar ela. E aí nós ia, mas era tudo com raiva. E fomos amansando pela convivência, e ela tratando nós muito bem, né? Aí pronto. E foi tendo a compreensão. A compreensão de que quem cuida bem da pessoa, tem que gostar daquela pessoa. Aí a gente foi criando aquela compreensão. E o tempo passa ligeiro e quando nós ficamos adulto, pronto, todo mundo gosta dela. Todos os quatro gosta muito dela mesmo. [...] Ela cuidou bem de nós, a velhinha, muito bem. Eu tiro o chapéu pra ela. Eu gosto dela muito e devo um favor pra ela, grande.

Roberto: – Mas quando ela [dona Maria] me falou disso, ela falou que melhorou muito quando vocês passaram fogo...

Hilarino: – Foi! A outra foi essa mesmo. A gente tem um regime aqui da região, hoje não tem mais, mas antigamente tinha muito. A gente faz a fogueira no dia de Santo Antonio, no dia 13 de junho, São João, no dia 24 de junho, de São Pedro no dia 29. A gente fazia as fogueiras [...] e quando ficava os tição a gente tinha aquele jeito pra passar fogo. Dizia umas palavras e quando acabava, pulava por cima da fogueira fumaçando. Aí, daquela hora em diante, se for pra ser madrinha, a gente fica tomando a benção, e se for pra ser padrinho, do mesmo jeito. Se for pra ser compadre, fica chamando pra ser compadre. Como eu tenho quatro compadres de fogueira. Que são pessoas que eu tenho consideração também por eles. [...] A gente dizia assim: 'a senhora jura pelo Santo Antonio que a senhora vai ser minha madrinha?' Aí: 'Juro'. 'Jura por São João?' 'Juro'. Jura por São Pedro? Juro. Então, de hoje pra frente você vai ser meu afilhado. 'E a senhora vai ser minha madrinha'. Aí pulava a fogueira pro outro lado. E dizia três vezes e pulava a fogueira três vezes. Aí naquela hora já tomava a benção e considerava madrinha. [...] Daquele dia pra frente tinha que respeitar porque era minha madrinha, né? Daquele dia pra frente mudou muito [a relação] porque eu já considerava ela uma pessoa que... porque no nosso costume aqui, que a gente toma a benção, já muda muito. Porque ali já tá uma pessoa pra gente respeitar. [...] Ele [Iraçu] incentivava a gente [a passar fogo] porque a gente só chamava ela de Maria. E como aqui a gente considerava as pessoas mais idosos, mais velho do que a pessoa, de chamar de senhor, a gente não chamava ela de senhora, chamava de Maria mesmo. E a minha avó disse: 'Rapaz, vocês passando fogo com a Maria pra ser madrinha de vocês, pode ser que fique melhor pra vocês'. E aí a gente passou fogo e pronto. Daquele dia pra frente ficou melhor pra todos. Foi melhor pra nós e pra ela também, que causou um respeito. (Hilarino Nogueira, entrevista, 12/02/2014)

O relato de Hilarino sugere que a fronteira entre a *consideração* e o *respeito* não é, na prática, muito clara, uma vez que o respeito é devido a relações e são as próprias relações que criam consideração nas pessoas. No entanto, o relato também deixa claro

como o *respeito* é prescrito por relações possíveis e previstas em uma estrutura social prévia de relações. O *respeito* e a *consideração* parecem remeter a prescrições sociais e à ação individual, respectivamente, mas sem separar completamente esses dois aspectos da experiência vivida.

Essa distinção entre o *respeito* devido em função de relações de uma estrutura social e a *consideração* como produto das ações das pessoas pode ser bem exemplificada com a instituição do compadrio.

A prática do compadrio tem a ver com a escolha de um parceiro para que se estabeleça relações que são de grande confiança. Essa confiança se manifesta no abrandamento do *respeito* devido entre as pessoas, que não é visto em nenhum outro tipo de relação. “Compadres”, por exemplo, não precisam pedir permissão para entrar um na casa do outro. Eles também podem adotar condutas jocosas entre si, inclusive nas relações com suas “comadres”, o equivalente feminino de “compadre”. A condição de compadre transforma condutas que poderiam ser vistas como desrespeitosas em condutas esperadas.

Enquanto estive em campo, Hilarino e Iza passaram pelo processo de escolha dos padrinhos de Rosângela. Um conhecido de Hilarino que morava no Alto Tejo havia pedido para ser o padrinho da criança. Esse conhecido seria candidato nas eleições do ano seguinte e, com o compadrio, esperava criar redes de relações que permitissem apoio à sua candidatura. Inicialmente, Hilarino e Iza aceitaram oferecer Rosângela como afilhada. Depois de uns meses, no entanto, Hilarino mudou de ideia e resolveu convidar sua irmã Josefa e seu cunhado Juarez para serem os padrinhos, reforçando os laços de proximidade entre eles.

A escolha teve efeitos imediatos. A partir do dia do batismo da criança, o comportamento de Juarez e Josefa em relação a Hilarino e Iza mudou. Eles passaram a frequentar mais a casa, em especial Juarez, que subia e descia da casa com total liberdade, circulando até pela cozinha, espaço frequentado por visitantes masculinos apenas durante as refeições e após serem chamados para lá. Também passaram a se referir a Iza e Hilarino como “comadre” e “compadre”, respectivamente.

Além de transformar a relação entre os compadres, o compadrio tem efeitos sob a criança batizada. A partir do momento que os pais e os padrinhos estabelecem essa relação, a criança passa a tomar a benção dos padrinhos, demonstrando o mesmo respeito que tem para com seus parentes uma geração acima. No caso de Rosângela, essa mudança de comportamento não foi sentida pela criança, já que ela já tomava benção dos tios²²¹. O que mudará, quando ela começar a falar, é que não usará “tio” e “tia” para se referir a eles, mas “padrinho” e “madrinha”.

Nesse sentido, o compadrio tem efeitos em dois eixos: um é horizontal, entre os compadres e comadres, que passam a ter relações de liberdade e confiança, nas quais as hierarquias dos espaços tendem a ser sublimadas. O outro é vertical, que envolve a transformação dos padrinhos em parentes uma geração acima da criança, que passa a ter que tomar a benção. No eixo horizontal, o compadrio é resultado de grande confiança e consideração entre pessoas, formalizada pela instituição do compadrio. No eixo vertical, ele produz respeito da criança para com seus padrinhos. No primeiro, as regras de conduta praticamente desaparecem. No segundo, são prescritas para a relação.

A maioria das relações de compadrio são resultado de boas relações preexistentes entre aqueles que se tornam compadres. Mas, o caminho oposto é possível também. É possível contrair compadrio com alguém com quem se tem pouca relação e não se tem grande consideração. Esse tipo de situação pode ser útil, por exemplo, para um casal que muda para uma comunidade que não tenha parentes e que precisa criar uma rede de relações de troca. Nesse caso, visa-se a construção da consideração a partir da confiança depositada na relação formal adquirida²²². O compadrio pode formalizar publicamente relações de proximidade, ou então ser a promessa de que elas existirão no futuro.

A relação padrinhos-afilhado também não é, via de regra, puramente de respeito. É comum que ela seja preenchida com consideração ao longo do tempo. O exemplo aqui é o apadrinhamento dos filhos de Iraçu por dona Maria, que criou uma relação de

221 A transformação de parentes consanguíneos em compadres é recorrente em contextos camponeses no Brasil, como resumiu Mauro Almeida ao tratar de trabalhos anteriores como os de Arantes e Fukui, que mostravam que parentes próximos de um sujeito poderiam se tornar “compadres”, incluindo pais, irmãos e cunhados (ALMEIDA, 1986).

222 Embora esse pareça ser um uso raro desse mecanismo, é uma forma de investir esforços em uma relação futura da qual se espera ajuda e consideração. Seria como um tipo de contrato futuro sobre o comportamento futuro das pessoas, regulado pelo julgamento público dos demais.

respeito que foi aos poucos sendo preenchida pela consideração.

Assim como ocorre com o restante da terminologia de parentesco, o compadrio é um tipo de relação que deve ser construída e atualizada constantemente. Sem consideração, perde sua força. As boas relações entre compadres também dependem da ação cotidiana. Problemas de convivência podem levar a um afastamento e compadres podem se tornar mais distantes. Foi o que aconteceu com Hilarino e seu compadre e vizinho Calango, que entrou em atrito com toda a comunidade Iraçu por conta de uma disputa territorial. Calango e Iraçu tiveram desentendimentos que resultaram até em queixas à polícia da vila, o que fez com que eles deixassem de se falar. Por consideração ao pai, Hilarino deixou de frequentar a casa de Calango, embora mantivesse uma relação amigável toda vez que o encontrava.

Embora o compadrio resulte em liberdade maior entre compadres e comadres, ele não apaga o respeito devido entre parentes de gerações distintas. Zenilde, por exemplo, era sobrinha e comadre de Francisco. Todo o dia ao encontrá-lo, ela pedia a benção a ele, proferindo: “benção, tio”, mas depois passava a chamá-lo de “compadre” e não mais de “tio”.

Mauro Almeida interpretou que o compadrio estabelecia tabus sexuais entre compadres e comadres, citando um ditado popular que dizia que a cama mais quente do inferno é a do compadre e a da comadre (ALMEIDA, 1992, p.190). Isso condiz com a história do catolicismo e as transformações na instituição do compadrio ocorridas no século XIX, quando a Igreja Católica proibiu os pais de serem padrinhos dos próprios filhos e quando interdições sexuais entre compadres foram estabelecidas (ARANTES, 2011, p.79). O padre Parrissier, em seu relato do Tejo, nos deixou um registro histórico atestando o tabu sexual de fundo católico praticado no compadrio. Ele narrou o drama de um homem que havia batizado o próprio filho em seu leito de morte e que depois deixou de ter relações sexuais com a esposa por medo de pecar (PARRISSIER, 2009, p.30).

Evocar essa raiz católica do compadrio é uma possibilidade de análise de tal instituição no Tejo. Creio que outra possibilidade é analisá-la através da confiança e da reciprocidade depositadas na relação. A interdição da relação sexual entre compadres

não diz respeito apenas a dogmas religiosos, mas também a elementos de consideração. Assim, se um casal A e B é compadre de um casal C e D, uma relação sexual entre A e C é tida como uma grande desconsideração à alta confiança depositada na relação por B e D. A interpretação que remete ao catolicismo e a interpretação fundamentada nas reciprocidades não devem ser tomadas como excludentes. Entendo que elas são fruto das diversas conversas em que as comunidades estão envolvidas. Como lembra Arantes, o único compadrio reconhecido pela Igreja Católica é o de batismo e de confirmação (ARANTES, 2011, p.80), e não outras práticas encontradas no Tejo, como o batismo de fogueira. Em uma região em que o alcance da Igreja Católica é limitadíssimo, é possível imaginar que a instituição do compadrio venha se transformando a partir de outras conversas.

7.4 Considerações Finais

Este capítulo começou sugerindo a aplicação do conceito de *consideração* na análise da construção de relações de reciprocidade e na convivência na bacia do rio Tejo. Vimos que a aplicação é profícua para a análise de relações sociais de diferentes tipos, estando a consideração (ou o seu oposto, a desconsideração) presente nas relações entre parentes e também com pessoas mais distantes, como comerciantes e políticos. A partir da análise da consideração como resultante e propulsora das relações sociais, a conversa seguiu para o papel de estruturas de relações que servem para a orientação inicial das ações, dentre as quais pode-se incluir a terminologia de parentesco, as posições de poder associadas a determinadas condições, e a hierarquia associada ao espaço.

Se essas estruturas dadas de relações prescrevem comportamentos, eles podem também ser resignificados pelos sujeitos a partir das relações que constroem ao longo de suas vidas. Essa resignificação é capaz de criar consideração onde antes deveria haver apenas respeito.

Relações nas quais não há consideração também foram exploradas no capítulo, bem como o perigo iminente e a desconfiança que carregam sobre a ação daqueles com quem se relaciona. Além disso, descrevi situações de tensão quando alguém não respeita as regras de comportamento e a hierarquia de uma casa ou de uma comunidade (em

especial nos casos em que a comunidade é formada por grupos de casas aliados), que podem resultar no uso da violência, um recurso perigoso também para quem o aplica, dada a possibilidade de retaliação ou de má-fama.

A análise sobre essa distinção entre *consideração* e *respeito* é aqui esquemática e com fins metodológicos, de modo a evidenciar diferenças entre situações pessoalizadas e as que partem de relações estruturadas a partir de um mundo conhecido. Na prática, as pessoas podem utilizar consideração e respeito para situações similares.

No que se refere ao parentesco, procurei demonstrar que, quando existe uma relação prescrita mas que não é atualizada pelas boas relações, a consideração não preenche a relação de parentesco. Nesses casos, ao invés de consideração, uma pessoa demonstra apenas respeito pela pessoa da geração acima. Já um parente que não é genitor, mas que criou, terá tanto respeito como consideração, o que sugere uma condição superior da criação sobre as relações prescritas. O respeito, nesse caso, tem um sentido formal, no qual adereça-se a benção, mas não há o mesmo sentimento pela pessoa que criou o sujeito com partilha e afeto. Mais amplamente, o respeito pode ser visto como o reconhecimento de relações dadas em um universo hierarquizado. Deve-se ter respeito pelos pais, mas também pelo dono de uma casa ou mesmo por um juiz ou um presidente. Ou respeito à mulher ou filha de alguém. A consideração, ao contrário, é resultado da convivência, de boas relações, da ajuda e da criação. Ao invés de apenas prescrever relações, a consideração sobretudo as constrói.

8. Conclusões

Começo as conclusões retomando as diversas conversas que conduziram a exposição.

Depois de apresentado no Capítulo 1 o conceito de camponês e a ideia de que grupos camponeses vivem em um dilema constitutivo que está dentro das próprias unidades domésticas (ao mesmo tempo “lares” e “unidades produtivas”), explorei algumas interpretações sobre o comportamento dessas unidades domésticas (através da menção a estudos na Ásia, e nas regiões nordeste e norte do Brasil). O capítulo seguinte, apresentou um resumo da história da bacia do rio Tejo, necessária à compreensão da formação das unidades domésticas e dos contextos políticos e econômicos dos anos que antecederam a etnografia. O terceiro capítulo apresentou a comunidade estudada e delimitou unidades políticas e econômicas, em especial a forma como essas unidades foram tratadas em trabalhos anteriores sobre economias de camponeses amazônicos. O quarto capítulo foi uma descrição do funcionamento interno de uma unidade doméstica no Tejo, uma *casa*, no que se refere à gestão de relações internas por parte de seu *chefe*. Ele apontou para a importância de um estudo sobre as relações estabelecidas pelas casas, deslocando o foco do grupo de casas. O capítulo seguinte, tratou da gestão por parte do *chefe* das relações que escapam ao domínio interno da *casa*. O resultado dessa análise foi a proposição de uma economia da *ajuda* com mecanismos próprios de funcionamento: a relação *precisão-condição*, a hierarquia hidrográfica do poder e da *condição*, e o papel fundamental da *confiança* nessas relações. Esse movimento resultou na incorporação de novas conversas à tese, em especial sobre a reciprocidade como um dos pilares de sustentação de relações econômicas duradouras e do próprio grupo de casas. Porém, faltava ao modelo econômico proposto uma análise mais detalhada do significado da *confiança* observada nas relações econômicas. No sexto capítulo busquei compreender a origem das relações entre pessoas, o que resultou numa análise do papel do afeto na construção das relações. Procurei demonstrar como a *criação* era um processo de construção de parentesco pautado pelo afeto e pelas boas relações mantidas no interior de uma *casa* e que era a existência dessas boas relações que permitiam, por exemplo, o surgimento de redes de cooperação entre *casas* orientadas por parentesco. O

sétimo capítulo retomou a ideia de que o afeto orienta as relações entre pessoas, mas incluindo esse aspecto na discussão sobre o comportamento econômico e político. Recorri ao conceito de *consideração* para operacionalizar uma análise que fosse ao mesmo tempo voltada aos domínios afetivos e econômicos. Depois, através de uma distinção analítica entre *consideração* e *respeito*, procurei demonstrar como relações de troca podem ser preenchidas por *consideração* ou seguir comportamentos formais pré-definidos, sejam eles provenientes do parentesco, direito costumeiro, ou das leis do Estado.

A partir de agora, eu gostaria de retomar a indissociabilidade dos aspectos econômicos e afetivos para apontar novas possibilidades de diálogos com outros trabalhos em antropologia.

8.1 Princípio do modelo proposto

O que a análise da *ajuda* enquanto um modelo de trocas sugere é que trata-se de um tipo de reciprocidade cujo funcionamento tem implicações em aspectos variados da vida cotidiana. Desde a organização do trabalho no interior de uma casa, passando pela produção agrícola, até as trocas com comerciantes e políticos, as relações são perpassadas por uma moralidade peculiar cujos fundamentos se assentam em perspectivas amplas sobre o social.

Abarcando relações econômicas, políticas e afetivas, a *ajuda* tem características daquilo que Marcel Mauss chamou de “fato social total” (MAUSS, 2003). Como prática econômica, a *ajuda* envolve um cálculo fundamentado no que um *precisa* e no que o outro tem *condição* de oferecer, mas ela não se resume a este aspecto, contendo também a *consideração* acumulada por relações anteriores entre as pessoas e gerada a partir de cada relação. É um cálculo material e afetivo ao mesmo tempo, um cálculo de coisas e relações que nem sempre podem ser quantificadas e calculadas por números. Assim, a economia das coisas e a economia das pessoas se encontram em um mesmo fenômeno.

O modelo aqui proposto também atribui à *consideração* um papel fundamental no funcionamento dessa economia peculiar, sugerindo que, quanto maior a *consideração* entre dois sujeitos, maior a possibilidade de que trocas entre eles sejam observadas no

futuro. Ou que, quanto maior a *desconsideração*, menor a chance de boas relações virem a existir. Nesse sentido, a economia da *ajuda* teria padrões, ou regras, de funcionamento a partir dos quais seria possível indicar tendências de comportamento.

E como em qualquer modelo econômico que tenta prever comportamentos, a explicação fornecida para as trocas na bacia do rio Tejo se assenta sobre uma perspectiva particular acerca da experiência humana. Como lembram Chris Hann e Keith Hart, a história das ideias econômicas é marcada por várias concepções particulares sobre as experiências humanas. Pra ficar em apenas alguns exemplos, o modelo econômico de Smith sustentava a propensão ao escambo como parte constitutiva da natureza humana; Marx tinha uma visão do trabalho como fonte de valor e cuja alienação resultava num impedimento à realização humana; enquanto que os chamados “marginalistas” (Jevons, Menger e Walras) postulavam que os indivíduos agiam naturalmente de modo a maximizar suas utilidades, suas satisfações (HANN e HART, 2011, p.25- 28-37). Na antropologia, o ensaio de Mauss sobre a dádiva também se assentava em postulados gerais sobre a experiência humana, embora estabelecendo um corte histórico. Mauss se propôs a tratar de um modelo de relações de troca que remetia à “natureza das transações humanas nas sociedades que nos cercam ou que imediatamente nos precederam” (MAUSS, 2003, p.188). A famosa propensão a “dar, receber e retribuir” era a marca desse modelo, em oposição ao modelo do contrato presente nas sociedades modernas.

Mas, então, qual a perspectiva particular na qual se assenta o modelo aqui elaborado? O que a etnografia e a reflexão indicaram como princípio básico do modelo é que toda relação de troca resulta em efeitos sobre sujeitos, chamados aqui de afetos no sentido de efeitos ou afecções da relação de troca sobre os sujeitos²²³. Em outras palavras, não há relações que se encerrem em si mesmas, posto que relações de troca são relações que constituem as pessoas. Mesmo quando realizadas entre desconhecidos, relações de troca fazem parte de um processo potencial e gradual que vai do conhecimento à consideração. Nesse sentido, seria impossível falar de escambo, de uma

223 Em um momento anterior, comparei a produção do afeto com o processo de cismogênese descrito por Gregory Bateson (2008). No entanto, o professor Mauro Almeida chamou minha atenção para a possibilidade de aproximar o uso que faço de afeto com o de *afecção*, que aparece em trabalhos recentes da etnologia indígena e que não tive tempo de explorar aqui.

relação entre indivíduos que resulta apenas na transmissão de objetos.

Outro aspecto importante desse modelo teórico é que ele não se limita à imagem de indivíduos que constroem relações com o entorno. Ele é permeado por agrupamentos e totalidades que influenciam decisões e comportamentos. Esses agrupamentos e totalidades fornecem guias iniciais para a ação individual, a partir da qual eles próprios ganharão novos sentidos. Pra ficar apenas em alguns exemplos, casa, família, comunidade e Estado, dão sentido a relações com chefes, parentes, vizinhos, políticos e marginais. Relações conhecidas também inspirarão confiança ou desconfiança com desconhecidos.

8.2 Acúmulo e valor

Um aspecto fundamental sobre a economia da *ajuda* é de que a equivalência de valores entre os objetos trocados nem sempre é esperada. Não se espera que a relação de ajuda seja uma troca de soma zero, na qual os indivíduos, ao fim, não têm mais nada que os conecte. A *ajuda* é um tipo de relação de troca que, ao fim, resulta na disponibilidade dos sujeitos para novas relações de troca. Há um saldo positivo remanescente e que orientará trocas futuras.

Nesse sentido, a *ajuda* tem características semelhantes àquilo que Marcel Mauss definiu como relações de dádiva (MAUSS, 2003). No entanto, há diferenças significativas também. Em diversos exemplos apresentados por Mauss, a troca de dons recíprocos estava relacionada a uma “alma” que os objetos trocados carregavam consigo, fosse ela a “alma” de alguma divindade ou do próprio doador do objeto. Essa “alma” seria o princípio animador de uma nova troca, a garantia da continuidade da relação. No caso do Tejo, as relações de *ajuda* não pressupõem um princípio animador intrínseco aos objetos que faça com que eles sejam trocados novamente. As relações afetam as pessoas e suas ações no futuro, deixando os caminhos abertos para novas trocas, mas não pela existência de um princípio animador contido nos objetos. O que anima a continuidade da relação é o afeto que ela cria nas pessoas, seus efeitos sobre elas. Nesse sentido, a “alma” da *ajuda* poderia ser interpretada como a *consideração* criada entre as pessoas.

Como sugeriu Sabourin ao analisar a obra de Mauss, a marca fundamental de uma troca envolvendo reciprocidade seria a existência de um terceiro elemento na relação entre os que trocam, um elemento “de natureza ontológica” (SABOURIN, 2008, p.134). Nos exemplos dados por Mauss o terceiro elemento seria o *mana* ou o *hau*, enquanto que no Tejo ele pode ser a *consideração*, tomada como uma força que se assenta em uma perspectiva partilhada sobre justiça e sobre como a vida social deve ser.

Outro ponto levantado por Mauss em relação ao *potlatch*, e que nos interessa para diálogo, é que as dádivas deveriam ser retribuídas com juros²²⁴, razão pela qual uma sequência de trocas resultaria em incrementos nos valores totais dos objetos trocados. No caso do Tejo, nem sempre as trocas envolvem valores equivalentes ou crescentes. A um dia de trabalho se retribui com um dia de trabalho e de alguém que se hospeda em uma casa espera-se em retribuição hospedagem ou outro tipo qualquer de *ajuda*, e não necessariamente um jantar e uma rede melhores do que as que foram oferecidas na primeira troca.

Mas, embora o escalonamento no valor dos objetos trocados não esteja presente, é possível dizer que há nesse tipo de relação outro tipo de “juros”. Relações de *ajuda* também resultam em acúmulos ao longo de cadeias de trocas, só que os valores acumulados são a própria relação construída entre as pessoas, o aumento da *consideração* entre elas. Ao invés de gerar acúmulos investidos em objetos, a *ajuda* gera acúmulos de relações nas pessoas²²⁵. Assim, a *consideração* pode ser tomada tanto como princípio animador quanto como valor resultante das trocas, perfazendo um circuito de trocas que produz relações nos termos *consideração* → *ajuda* → *consideração*!. Esse é um ponto importante acerca do modelo de trocas proposto. A questão da valoração de uma troca não está colocada sobre os objetos, mas nas relações entre as pessoas, no quanto elas são afetadas umas pelas outras.

Uma ponte de diálogo possível para uma abordagem desse tipo é com Nancy

224 Ao tratar do *potlatch* como um sistema agonístico, no qual a competição entre chefes de grupos por acúmulo de riqueza é a marca principal, Mauss afirmou que “normalmente, o *potlatch* deve sempre ser retribuído com juros, aliás, toda dádiva deve ser retribuída dessa forma. As taxas são em geral de 30% a 100% ao ano” (MAUSS, 2003, p.249).

225 Ao invés de “juros”, poderíamos falar também em “créditos” resultantes das relações de troca, uma vez que o resultado é uma abertura para novos endividamentos no futuro.

Munn. Em seu trabalho sobre Gawa, na Papua Nova Guiné, ela postulou que os sujeitos se constituíam “intersubjetivamente” através de suas ações. Suas conclusões apontaram para correlações entre o valor das ações, os atos efetivados e a construção da fama, semelhantes ao que aqui se apresentou em relação à *ajuda*, à *consideração* e ao conhecimento das pessoas e de suas posições sociais (as *condições*).

Ao tratar do *kula*, Munn divergiu da interpretação de Mauss, interpretando que o circuito de trocas produz valor não na forma material (aumentando o valor total dos objetos trocados), mas na forma pessoal, fornecendo a sujeitos individuais e coletivos poder de ação sobre os demais, manifestado na “fama”. O valor, nesse caso, é semelhante à potência para influenciar outras pessoas.

Tentando aplicar o conjunto de conceitos apresentados por Munn para o caso do Tejo, a *consideração* como resultado de relações de *ajuda* seria um tipo de valor no sentido em que possibilitaria a “extensão do espaço-tempo” de um sujeito, uma “capacidade de desenvolver relações espaço-temporais que vão para além de si próprio, ou que expande dimensões de controle espaço-temporal de um ator” (MUNN, 1986 p.11²²⁶). É a capacidade de fazer outras pessoas agirem em favor de si próprio. Mas há uma diferença básica entre o caso do Tejo e o de Gawa: no primeiro, a *consideração* entre sujeitos é uma relação que afeta ambos, de modo a orientar as ações de acordo com as necessidades dos dois parceiros. Uma relação de influência diádica.

Ao analisar a obra de Munn, comparando-a com outros trabalhos de Antropologia Econômica, David Graeber afirmou:

Certamente, ela quebra violentamente a dicotomia dádiva/mercadoria. Ao invés de ter que escolher entre o desejo por objetos e a importância das relações humanas, agora pode-se ver ambos como refração de uma mesma coisa. Mercadorias têm que ser produzidas (e sim, elas também têm que ser movidas, trocadas, consumidas...), relações sociais têm que ser criadas e mantidas; tudo isso requer investimentos de energia e tempo humanos, inteligência e interesse. Se alguém vê o valor como um problema de distribuição relativa *disso*, então tem-se um denominador comum. Alguém investe suas energias naquelas coisas que considera mais importantes, ou mais significativas (GRAEBER, 2001, p.45²²⁷).

226 No original: “*extension* means here the capacity to develop spatiotemporal relations that go beyond the self, or that expand dimensions of the spatiotemporal control of an actor”. (MUNN, 1986, p.11)

227 No original: “Certainly, it breaks the gift/commodity dichotomy wide open. Rather than having to

O foco do valor, nesse caso, passa a ser o interesse humano em gerar determinadas relações. E as ações passam a ser avaliadas a partir de suas consequências em gerar as relações esperadas, podendo resultar em ações com valores positivos ou negativos. Essa perspectiva sobre o valor é útil na medida em que permite tratar de situações nas quais o valor das ações se manifesta no acúmulo de relações nas pessoas (como a fama ou a consideração).

Uma abordagem desse tipo, como lembra Graeber, leva a uma teoria do valor que parte das ações, ao invés de partir das coisas. Isso não significa, no entanto, que uma teoria do valor assentada nessas bases deixe de lado explicações acerca do mundo material. Ao contrário, tal proposta passa a compreender o próprio afeto entre os sujeitos como materializado em suas ações. Tem-se uma análise do valor que toma as “superestruturas” como elementos tão materiais quanto as “infraestruturas” (GRAEBER, 2001, p.40, 54). É justamente uma conclusão desse tipo que resulta da etnografia do Tejo, onde a consideração aparece como resultado materializado na formação das próprias pessoas e afeta a circulação delas e de seus bens. Além disso, a consideração aparece como princípio que estrutura a formação dos grupos de casas, responsável pelo controle e manutenção de meios de produção coletivos.

Em resumo, a etnografia e os diálogos acima expostos nos permitem interpretar a construção de *consideração* entre pessoas como o princípio e o valor central da economia da *ajuda*.

8.3 Modelos e ações

O problema de fronteiras da troca já foi explorado anteriormente, com uma crítica à aplicação da noção de “esferas de troca” a espaços sociais em comunidades amazônicas. Mas o desenrolar da análise resultou na proposta de um modelo de trocas fundamentado em um valor particular, o que traz de volta a questão das fronteiras. Se há um valor particular associado a uma economia particular, supostamente deveria haver

choose between the desirability of objects and the importance of human relations, one can now see both as refractions of the same thing. Commodities have to be produced (and yes, they also have to be moved around, exchanged, consumed...), social relations have to be created and maintained; all of this requires an investment of human time and energy, intelligence, concern. If one sees value as a matter of the relative distribution of *that*, then one has a common denominator. One invests one's energy in those things one considers most important, or most meaningful”. (GRAEBER, 2001, p.45)

uma delimitação do alcance dessa economia e dessa valoração específica da ação dos sujeitos. Com isso, a ideia de que as ações constroem o social entraria em conflito com a existência de uma economia englobante fundada em um valor particular. Haveria um descompasso entre o que é dado e o que é construído na experiência de um sujeito.

Mas esse me parece ser um falso problema. O primeiro passo para tratar essa questão é diferenciar os modelos dos antropólogos e economistas das práticas sobre as quais eles versam. Essa proposição aparece na obra de Gudeman e Rivera, que tratam textos, e os modelos que eles apresentam, como “conversation-stoppers” (“interruptores de conversas”). Textos negam a constante construção da vida social (GUDEMAN e RIVERA, 1990, p.4). David Graeber apresentou uma perspectiva semelhante ao tratar a questão da ação em oposição à existência de estruturas, afirmando que as estruturas não precedem a ação. Antes, estruturas coincidem com o processo de sua criação. Em suas palavras: “Sistemas abstratos complexos são simplesmente a forma como os atores vêm a compreender a lógica de suas próprias interações com o mundo” (GRAEBER, 2001, p. 61²²⁸)

As observações de Gudeman, Rivera e Graeber estão em consonância com a argumentação e com os dados apresentados anteriormente. No Tejo, as relações sociais ganham sentido para uma pessoa apenas na medida em que ela se relaciona com outra. E, se há uma estrutura que precede a pessoa e orienta relações, como a de parentesco, por exemplo, ela só existe em função de ações precedentes por parte de outras pessoas (se levado adiante, esse raciocínio de estruturas geradas por ações precedentes nos permitiria interpretar o social como gerado a partir da interação de ações individuais ao longo da história, até o ponto no qual se chega à relação elementar fundante do social, que, nos termos de Lévi-Strauss, seria uma relação de troca de pessoas fundada em uma proibição – LÉVI-STRAUSS, 1982).

Um homem, por exemplo, é identificado como pai pela realização de ações esperadas e associadas à figura abstrata de um pai. Mas a relação esperada entre essa figura abstrata do pai e a da criança não é imutável, assim como qualquer outra. Olhando o exemplo da formação de uma criança percebemos que é possível ocorrer

228 “Complex abstract systems are simply the way actors come to understand the logic of their own interactions with the world”. (GRAEBER, 2001, p.61)

transformações rápidas acerca do entendimento do que seja uma pessoa bem formada. Depois dos anos 1990, para além de rapazes e moças preparados para as tarefas nos roçados e nas estradas de seringa, ou para as tarefas diárias do interior de uma casa, a *criação* também incorporou em sua orientação a escolarização e a perspectiva de obtenção de trabalhos assalariados. Isso gerou transformações na relação estrutural criador-criança.

E essas transformações não ocorrem sempre de maneira pacífica, podendo haver tensionamentos entre pontos de vista discordantes, como os de Iraçu e Elson, que deixou a casa do pai por entender que ele o pressionava demais por trabalhos nos roçados. Os comportamentos esperados das relações estruturais, e os valores associados às ações dos sujeitos, abrem estruturas à história, por sua vez feita pelas ações cotidianas de sujeitos concretos.

No linguajar utilizado por Nancy Munn, isso significa que a constituição das pessoas está intimamente relacionada com as relações que elas estabelecem com as demais, criando um emaranhado de relações que vão construindo o próprio “espaço-tempo” social. As ações têm potencial transformador e seus impactos na “intersubjetividade” contida nas relações não apenas constroem os atores como permite a transformação dos arranjos sociais (MUNN, 1986, p.16).

Assim, não se trata de escolher entre o modelo e a prática, a estrutura e o processo, mas de compreender que a transição de olhar entre um e outro é necessária para garantir sentido a ambos. Sem estruturas, ainda que imaginadas, os processos não teriam sentido para os próprios sujeitos.

8.4 Hierarquia, poder e justiça

A *ajuda* enquanto modelo de troca se caracteriza pela oposição situacional entre aquele que dá e o que recebe. Por sua vez, essa oposição envolve uma avaliação sobre a necessidade de quem recebe e a possibilidade de dar por parte de quem oferece, que pauta a justiça das trocas.

A oposição entre doador e receptor foi apresentada anteriormente através das categorias *precisão* e *condição*, respectivamente. A *precisão* sendo uma situação na qual

um sujeito encontra-se em necessidade de algo e a *condição* a situação na qual um sujeito tem algo que potencialmente pode ajudar uma outra pessoa. A justiça da troca é buscada na relação entre a *precisão* e a *condição* dos sujeitos, a troca realizada com *consideração* e nunca com *humilhação*. Só assim uma troca será concebida como bem-sucedida, gerando satisfação entre os que trocam. Nessa oposição, pode-se dizer que a *condição* é uma situação hierarquicamente superior à *precisão*, podendo englobá-la. A *precisão* é também uma *condição* particular e por isso existem, como dito no Tejo, “pessoas sem *condição*” de fazer algo.

Em uma relação de *ajuda*, aquele que tem *condição* é também aquele que fornece algo material para a troca, sejam bens ou o próprio trabalho. O que tem *precisão* é aquele que recebe e que se endivida a olhar, no futuro, pela *precisão* do parceiro, realizando uma retribuição material. Mas, como vimos, a retribuição não é necessariamente pautada pelo valor dos bens ou serviços trocados. A justiça da retribuição está numa avaliação da *condição* geral dos sujeitos que trocam. Quanto melhor a *condição* de um sujeito, mais se esperará em termos materiais de sua participação nas relações de troca.

Assim, uma casa que precisa de trabalho extra para uma colheita agrícola recorrerá à *ajuda* de outras casas em busca de trabalho. No entanto, uma casa não recorrerá a outra casa em busca de algo que ela sabe que essa casa não possa fornecer. Hilarino, por exemplo, não pediu empréstimo a seu pai aposentado ou a seus irmãos assalariados para comprar o material hidráulico que precisava para seu banheiro. Ele recorreu aos comerciantes, os únicos em *condição* de fazer tal adiantamento sem que comprometessem a administração de seus próprios *comércios* ou *casas*²²⁹.

Essa diferença entre *condição* e *precisão* aparece também nas relações de hospedagem. Quem mora mais próximo de vilas e cidades tende a oferecer mais, recebendo mais vezes pessoas “do alto” em sua casas. Nesse caso, sua *condição* está associada ao seu posicionamento na hidrografia do poder. É claro que o anfitrião espera

²²⁹Do mesmo modo, no tempo dos *seringais*, eram os *patrões* que tinham *condição* de manter o abastecimento de mercadorias e remédios nos barracões e, do ponto de vista dos seringueiros, deveriam fazê-lo como parte da relação de reciprocidade envolvida na produção de borracha e no adiantamento de mercadorias das quais os seringueiros tinham *precisão* ao longo do ciclo anual de produção de borracha.

retribuição pela *ajuda* que presta, mas ela não é necessariamente equivalente ao que foi dado em termos materiais. Ele espera que, quando tiver *precisão*, possa recorrer à *ajuda* do hóspede. Nesse caso, pode pedir ajuda em um trabalho, ou que, em uma próxima ocasião, o hóspede traga alimento apreciado ou uma planta medicinal que só se encontra no “alto”, ou ainda pedir o envio de um recado a alguém rio acima.

Nesse modelo econômico, o que se deve observar em busca da justiça é a *condição* e a *precisão* dos sujeitos em relação a um universo estruturado em hierarquias e em *condições* de maior ou menor *poder*. A *ajuda*, portanto, depende também da *consideração* de *condições*.

Nesse ponto, o modelo da *ajuda* joga nova luz sobre a existência de relações aparentemente igualitárias no interior dos grupos de casas: é no interior deles, ou entre casas vizinhas e que trocam com frequência, que essas relações se fazem através de trocas materiais mais equivalentes. Não que não haja diferenças na *condição* entre os que trocam, uma vez que a *ajuda* é essencialmente uma troca entre pessoas que estão em situações diferentes (ainda que momentaneamente. Por exemplo, com uma *casa* requisitando trabalho e outra *casa* com trabalhadores ociosos que podem ser mobilizados, com a relação se invertendo no futuro). Mas, é comum que casas próximas no espaço tenham *condições* similares no que diz respeito à quantidade de mobilização de trabalho, ferramentas, e terras. Ou seja, a troca de *ajuda* entre casas próximas aparenta ser uma troca igualitária pois as casas têm *condições* similares no que diz respeito a suas necessidades e sua capacidade de mobilizar coisas para troca, e não porque há uma prescrição de relações igualitárias dada pelo pertencimento ao grupo de casas.

Um dos desdobramentos da interpretação das trocas nesses moldes é que, quando a *consideração* pela *precisão* se encontra com as *condições* dos sujeitos, a relação de *ajuda* imprime um caráter redistributivo às trocas. Há uma tensão constante colocada pela assimetria entre a *condição* e a *precisão* que tenta ser resolvida com apelos à redistribuição. Pessoas com condições materiais semelhantes trocarão bens e serviços com valores aproximados. Já de pessoas com condições materiais melhores, espera-se uma participação mais generosa. Se dois vizinhos trocam dias de trabalho entre suas

casas é porque essa é a *condição* de ambos. Essa igualdade de poder e necessidades faz a equivalência da troca tornar-se justa. Já uma troca com um político busca justiça pela oferta de coisas diferentes associadas à diferença entre a *condição* dele e a da outra pessoa.

A relação com políticos é, por definição, assimétrica, posto que eles ocupam posições de poder. Mas isso não resulta necessariamente em uma relação de dominação. Do ponto de vista da *ajuda*, há nela uma justiça estabelecida através da doação de bens de maior valor por parte dos políticos. Bens como motores, geradores, ou mesmo empregos, que só os políticos são capazes de mobilizar para troca. Um político, na *condição* de quem tem acesso ao dinheiro do Estado, dispõe desse dinheiro em benefício daqueles que o colocaram nessa *condição*. É inconcebível para os habitantes do Tejo pensar em retribuir um motor doado por um político com um objeto de igual valor. Retribuirão com apoio em campanhas e, eventualmente, votos.

Esse tipo de relação com pessoas em melhores *condições* não se resume a políticos. Acontecem também com comerciantes, além de poderem ser identificadas em relatos históricos, como o fornecido por Mauro Almeida sobre as relações de obrigações bi-laterais entre patrões e seringueiros. Antigos acordos e relações com patrões seringalistas, que um observador externo poderia classificar como de exploração, podiam ser justos do ponto de vista dos seringueiros.

O que estou sugerindo com tudo isso é que seria um erro tomar as práticas observadas entre políticos e moradores do Tejo apenas como artimanhas clientelísticas de políticos astutos que enganam uma população pobre e politicamente mal formada. É preciso, antes de se chegar a conclusões precipitadas, explorar os sentidos locais dessas ações, como são valoradas pelas pessoas que as vivem.

Interpretações semelhantes foram produzidas em trabalhos sobre camponeses da região Nordeste do Brasil, como os de Moacir Palmeira²³⁰, Afrânio Garcia Jr, Lygia Sigaud e Marcos Lanna. Eles descreveram economias semelhantes, nas quais as

²³⁰ O trabalho de Moacir Palmeira (2014) mostra como, frente a expulsão dos moradores da Zona da Mata de suas terras e à posterior crise de engenhos, muitos trabalhadores passam à condição de “trabalhadores rurais em disponibilidade” que têm que “buscar por conta própria seus meios de subsistência, antes assegurados pelas próprias usinas e engenhos”. Alguns deles se tornam pequenos produtores voltados para as feiras.

relações de troca com as elites também eram marcadamente personalistas e fundamentadas em comportamentos esperados por ambas as partes. Só que nos casos do Nordeste, as chamadas relações de “clientelismo” e “dominação” eram muito mais marcantes do que as observadas no Tejo. As obrigações bilaterais nem sempre eram entendidas nesses termos pelos sujeitos, como no caso estudado por Lygia Sigaud:

Do ponto de vista do observador, a “casa de morada”, a terra e a proteção constituíam obrigações patronais, assim como não trabalhar fora e ser leal ao patrão correspondiam a obrigações dos moradores. Para esses, apenas as suas obrigações eram percebidas enquanto tais. As do patrão eles representavam como dons, como sinais de sua bondade, e sentiam-se, portanto, devedores. Ser generoso era um valor e o prestígio dos patrões se media pelos sinais exteriores de sua magnanimidade. O não-cumprimento de suas obrigações punha em risco o prestígio do patrão perante os pares e os moradores e configurava uma dívida, ainda que ele não se concebesse como um devedor. (SIGAUD, 2007, p.130-131)

Minha interpretação para essa diferença é que ela tem razões históricas que remetem às condições de acesso à terra e à dependência das elites locais. No Nordeste brasileiro houve grande concentração de terras, com expropriação e mercantilização de terras tradicionais, e que empurrou trabalhadores para um mercado precário, gerando grande dependência de camponeses em relação às elites regionais, descritas nas situações diversas de sujeição, migração, arrendamento, dentre outros.

Já no caso do Tejo, e do Alto Juruá como um todo, desde o surgimento dos primeiros seringais, e mesmo nos períodos de maior lucratividade da borracha, nunca houve uma ocupação total do território que resultasse em escassez de terras. Os patrões seringalistas nunca foram capazes de mobilizar trabalhadores suficientes para ocupar todo o território e tornar produtivas todas as estradas de seringa. Isso se traduzia não apenas em um contexto de abundância de terras, e de todos os recursos naturais associados, como também em uma margem de ação razoável para que seringueiros se recusassem a trabalhar com maus patrões. Por exemplo, durante a primeira crise da borracha, a partir de 1912, patrões seringalistas se tornaram mais permissivos com a diversificação de atividades econômicas por parte dos seringueiros, como forma de evitar o êxodo de trabalhadores. Para os seringueiros, o resultado foi maior autonomia em relação ao barracão dos patrões, já que passaram a produzir grande parte do que

dependia sua subsistência²³¹.

Essa relação entre seringueiros e patrões que oscilava entre a dependência, a exploração, e os acordos mútuos, durou até a década de 1980, quando um movimento de resistência seringueiro emergiu, tendo como alvo práticas consideradas abusivas e que os patrões estavam intensificando. Frente a essa resistência e ao contexto de alta inflação no país à época, os seringais se tornavam economicamente inviáveis. Os patrões passaram a planejar a venda das terras para empresas madeireiras que derrubariam a floresta, e, conseqüentemente, inviabilizariam os modos de vida tradicionais de seringueiros. O movimento seringueiro, se aproveitando de um contexto internacional marcado pelo crescente movimento ambiental e de um contexto político nacional marcado pela redemocratização, teve êxito em acabar com o poder dos patrões (ALMEIDA, 2004). Com isso, os seringueiros creditam a criação da Reserva Extrativista à sua própria luta e não ao ato bondoso de um membro da elite local ou de um político, ou seja, não se trata de um “dom”²³², mas de um processo de luta organizado contra os patrões na década de 1980, uma “conquista”.

Já na década de 1990, com a criação da Reserva Extrativista, os seringueiros e agricultores do Alto Juruá passaram a ter acesso abundante terras, agora cedidas à Associação de moradores para uso coletivo. Além disso, a extensão da Reserva Extrativista representa mais de 65% do território do município de Marechal Thaumaturgo, o que garante aos seus moradores um papel político importante no

231 Essa passagem pode ser vista na diferença dos relatos de Parrissier (2009) e Almeida (1992). Enquanto o primeiro fala de de seringueiros escravizados por dívidas, Almeida descreve camponeses da floresta com alto grau de autonomia.

232 Afrânio Garcia Jr descreveu situações que se assemelham às as relações seringueiros-patrões do Juruá: “Era somente respondendo às expectativas dos moradores nos diferentes planos em que contavam com sua proteção, que o senhor ganhava crédito para administrar suas vidas e dispor delas segundo sua vontade. Havia um equilíbrio entre as solicitações recíprocas, entre as expectativas satisfeitas ou frustradas, que era necessário manter e que constituía o motor da relação. A situação dos moradores não era homogênea, mesmo no interior de uma mesma propriedade. Cada relação concreta mostrava uma configuração de concessões e obrigações diferentes, que só se explica completamente pela história particular das trocas morador-senhor. [...] Como os dominados estavam desprovidos dos meios de refletir sobre seus próprios interesses, os "dons generosos" podiam obscurecer os interesses do senhor ao praticá-los. A troca objetiva toma a forma de "troca de favores", distanciando-se das formas mercantis, onde cada parceiro reflete sobre seus interesses contemplados e sobre os interesses atendidos da parte adversa. Era o senhor que, graças à prática de dons que instauram dividas morais, ligava os indivíduos a si numa relação de submissão, relação esta que envolvia por sua vez a esperança de novas recompensas. O trabalho de dominação é tanto mais eficaz quando consegue que o dominado conceba seus próprios interesses como idênticos aos do dominante” (GARCIA, 1988)

município (a área da Reserva é de aproximadamente 5.000km² e de Thaumaturgo de 7.744km²). Entendo que é essa condição de acesso à terra, e a história das relações que permitiram o acesso a ela, que garante maior autonomia e resistência para as comunidades camponesas do Tejo quando comparadas aos relatos de camponeses do Nordeste. Sua dependência menor em relação às elites econômicas e políticas tem a ver com a ampliação das possibilidades de atividades produtivas para a manutenção das unidades domésticas, garantida pelo acesso a diversos recursos do território florestal. Em outras palavras, os camponeses do Tejo têm mais *condição* para não depender tanto das trocas com políticos.

Mais recentemente, programas de redistribuição de renda de transferência direta do governo federal a famílias camponesas no Tejo contribuíram ainda mais para o aumento de autonomia em relação às elites locais. Há quem veja nesses programas uma forma de assistencialismo, ou mesmo de uma volta aos “currais eleitorais”. Mas, na perspectiva local, essas políticas são mais uma forma de aumentar a autonomia e compreendidas como uma *ajuda* que o governo brasileiro, personalizado na figura de Lula, o ex-presidente que as implementou, deu aos pobres do país.

Na visão local de economia e política, políticos que estão mais acima na estrutura do governo, têm maior poder de distribuir bens e cargos. Cargos políticos não são todos iguais: prefeitos, governadores e presidentes têm diferentes condições. Só o presidente pode ajudar a todas as pessoas pobres do Brasil (como no exemplo do Bolsa Família), mas o prefeito de Marechal Thaumaturgo tem a capacidade de ajudar uma família que precisa de um emprego. Uma vez, por exemplo, Hilarino, fazendo uma leitura do funcionamento do Estado, me disse que era “melhor” ocupar uma secretaria vinculada à prefeitura do que se tornar vereador, pois os secretários tinham mais autonomia para a liberação de recursos e contratação de pessoas. Eles eram capazes de “dar empregos”, enquanto que os vereadores, embora fizessem as leis, não tinham o dinheiro na mão para aplicá-las. Ser secretário era ter melhor *condição* para *ajudar*.

O papel do político eleito é, nessa perspectiva, basicamente ajudar as pessoas, retribuindo os votos, seja através de leis ou de ações ilegais. Ou seja, a relação de *ajuda* se pauta por uma economia política que nem sempre está de acordo com a economia

política do Estado democrático. Um voto comprado e não pago não é julgado como má conduta por desrespeitar leis, mas por desrespeitar as relações entre as pessoas dentro de uma economia fundamentada em princípios morais de reciprocidade e redistribuição. Afrânio Garcia Jr. descreveu situação muito semelhante entre pequenos produtores de Pernambuco “É também nesse sentido que [o Presidente e o Governo] são considerados como responsáveis por ajudar a quem precisa, pois são os que mais têm; portanto, os que mais podem dar” (GARCIA JR., 1983, p.95).

Mas, dizer que a economia das trocas dos habitantes do Tejo tem raízes históricas e que fornece uma visão particular para as relações com comerciantes e políticos não significa aceitar de maneira acrítica essas relações. Seria tão errado quanto olhar para essa economia de forma condescendente, como uma economia igualitária agora corrompida pelo poder das elites locais.

As pessoas têm conhecimento e senso crítico suficientes para compreender o que ocorre nos contatos com comerciantes e políticos. No caso da política, por exemplo, os habitantes do Tejo demonstram engajamento e participação ativas nos processos democráticos. Como registrou Eliza Costa (2010), a “política” é um assunto cotidiano entre os habitantes do Tejo, que têm alto grau de consciência e participação no funcionamento dos diferentes níveis de governo. O fato de seu comportamento ser pautado por uma perspectiva particular sobre as trocas não significa que eles não compreendam os pactos de Estado democrático. A diferença é que suas perspectivas sobre justiça das trocas imprimem dinâmicas peculiares à prática política na região.

O exemplo do prefeito que ajudou uma “moradora do interior” a conseguir uma consulta com um dentista mostra bem como o próprio prefeito tem consciência de como funciona a economia de trocas local e que, mesmo dentro de um Estado, em tese, democrático e moderno, sua sobrevivência como político depende do respeito a regras dessa economia. Já o exemplo de Iza ameaçando denunciar um vereador por compra de votos ao Ministério Público exemplifica a consciência que os próprios habitantes do Tejo têm do funcionamento do Estado. De seu ponto de vista essa era a decisão mais correta a ser tomada, já que o político estava agindo de maneira imoral, não cumprindo o acordo que tinha com ela. Iza utilizava-se de seus conhecimentos sobre o

funcionamento do Estado para denunciar uma ilegalidade (compra de voto) para que outra ilegalidade ocorresse (distribuição de empregos) e reparasse uma ação imoral que a prejudicava. Ela, como os demais habitantes do Tejo, têm consciência do funcionamento de economias distintas, fundamentadas em reciprocidade e em contratos, e transitam entre elas.

Comerciantes e políticos também transitam entre economias distintas e, talvez, de maneira mais intensa que os habitantes do Tejo. Os comerciantes entre as linguagens do lucro e da *ajuda* e os políticos entre a democracia (e toda a linguagem judicial e os instrumentos de controle dos próprios políticos, como o Ministério Público) e a *ajuda*. Isso significa que comerciantes e políticos não são necessariamente agentes de “modernização”. Eles passam a integrar as redes locais de reciprocidade, ao mesmo tempo em que têm que agir de acordo com outras economias de troca. Sem encontrar convergência entre as práticas do lucro e do Estado democrático com as regras locais de troca, políticos e comerciantes não podem sustentar seu poder. Ou, para usar uma formulação de Mauro Almeida, para que políticos e comerciantes tenham sucesso na sua relação com os habitantes do Tejo deve ocorrer concordâncias pragmáticas entre ontologias distintas (ALMEIDA, 2013, p.9).

Outra maneira de interpretar a convivência entre economias distintas é retomando a imagem das conversas, fornecida por Gudeman e Rivera. Mas agora na formulação mais recente de Gudeman, de que, no cotidiano, pessoas fazem parte de diversas comunidades de conversas: “A maioria das comunidades são continuamente formadas em conversas em transformação, mas elas raramente definem uma vida total, porque indivíduos geralmente pertencem a muitas comunidades que são ativadas contextualmente e que provêm identidades distintas (GUDEMAN, 2001, p.25²³³). Nessa visão, os habitantes do Tejo também mantêm diversas conversas, em diferentes comunidades, mas essas conversas não perfazem necessariamente uma totalidade sem contradições. Mais do que isso, essa transição entre diferentes comunidades de conversas pode ocorrer através de relações de reciprocidade que, na tese de Gudeman,

233 No original: “Most communities are continually fashioned in a changing conversation, but they rarely define a total life, because individuals usually belong to many different communities that are contextually activated and provide different identities” (GUDEMAN, 2001, p.25).

são formas de expandir pontos de vista e valores (“the base”), influenciando pessoas que não fazem parte de tais comunidades de conversas (*Idem*, p.81). A reciprocidade deixa de ser uma questão de ação moral ou de ação racional, passando a ser ambas ao mesmo tempo²³⁴.

Situação semelhante foi descrita por Pina-Cabral e Silva para o sul da Bahia, onde há uma relação complexa entre economia e confiança estabelecida com comerciantes e políticos, envolvendo perspectivas morais sobre a troca e os valores associados:

Mais ainda, as relações de caciquismo (*patronage*) que são tão importantes na vida econômica local e que medeiam as relações entre classes sociais no nível municipal e já não local são, elas também, formuladas em termos de atenção, de assumir e de consideração. São também, como todas as que descrevemos até aqui, relações com implicações sobre o que cada um sente que vale e a forma como cada um pode dar valor a outros. Não se trata da postulação de qualquer escala de honradez. Trata-se, outrossim, da forma como o sentimento de valor pessoal que cada um transporta é mediado e operacionalizado através do sentimento de valor que os outros próximos estão prontos a dar-lhe. Dito em outras palavras, cada um constrói a avaliação moral de si mesmo dentro dos parâmetros impostos por um complexo universo relacional sempre em movimento. (PINA-CABRAL e SILVA, 2013, p.42).

A citação de Pina-Cabral e Silva aponta para uma diferenciação importante entre os valores morais da troca e a questão da honra, tal como tratada por Pierre Bourdieu. Estamos lidando com uma ordem distinta de fenômenos daqueles que Bourdieu tratou em seus ensaios sobre a casa e a honra (BOURDIEU, 2002). Questões de honra existem no Tejo também, evidenciadas por exemplos como o do governo da casa por um chefe, ou do território por um grupo de casas²³⁵. Mas, essas questões são perpassadas pela percepção dos sujeitos em relação à consideração de outros por eles, do tratamento dispensado a eles nas mais diversas situações cotidianas.

234 Gudeman recorre à diferenciação weberiana de “substantive rationality” e de “formal rationality” para tratar a questão: “Substantive rationality designates material behavior shaped by political, religious, or ethical standards. Formal rationality refers to action based on calculation and means-to-ends reasoning. In practice, claimed Weber, these ideal types are mixed together” (GUDEMAN, 2001, p.16)

235 O “senso de honra”, nesse caso, segue os principais corolários da teoria de Bourdieu: 1) “O homem realizado' [...] deve estar sempre em estado de alerta, pronto a responder ao menor desafio”; 2) “aquele que desafia um homem incapaz de responder ao desafio, isto é, incapaz de ir adiante na troca iniciada, se desonra a si mesmo [...]. Assim, [...], humilhação extrema infligida publicamente, diante dos outros, corre sempre o risco de recair sobre quem a provoca”; 3) “somente um desafio (ou uma ofensa) lançado por um homem igual na honra merece ser respondido” (BOURDIEU, 2002, p.56-57).

Marcos Lanna foi além em suas considerações sobre essas relações políticas e econômicas recorrentes entre grupos locais e o Estado em contextos camponeses brasileiros. Ele chegou a sugerir que essas economias fundadas em relações personalizadas e em reciprocidade moldariam a própria expansão do Estado para essas regiões:

O poder é delegado de cima ao mesmo tempo em que é também gerado localmente, ou de baixo para cima, sem que haja contradição entre uma macro e uma microfísica do poder. [...] Surge assim um 'sistema de mercado' bastante específico, no qual tanto as relações patrão-empregados como as interpatronais são concebidas pela dádiva e pela dívida como uma forma de dádiva (LANNA, 1995, p.31-32).

E, em suas conclusões:

essa organização social não-capitalista tem sempre uma dinâmica própria específica, mas, de um modo geral, no caso brasileiro, vai além do nível local, constituindo a própria lógica do estado brasileiro (*Idem*, p.225)

Lanna chegou a conclusões semelhantes às aqui apresentadas quanto ao componente redistributivo que modelos locais de troca fundados em reciprocidade imprimiam na prática dos atores de Estado. Esses modelos econômicos, ao menos em tese, buscam justiça social a partir do apelo à redistribuição por parte daqueles que estão em cargos de poder. No argumento de Lanna, no entanto, essa redistribuição nunca passa do mínimo necessário, com concentração de riquezas nas mãos das elites locais. Como pontuado anteriormente, creio que no Tejo haja mais poder de negociação por parte da economia da ajuda em relação à redistribuição, principalmente em função da disponibilidade de terras na região. Esse ponto, no entanto, carece de uma pesquisa mais detalhada para se confirmar.

Nas últimas décadas, o tema da justiça social tem se tornado central no debate social e econômico, em substituição às questões de produção e manejo de riquezas que marcaram as discussões desde o século XVIII (cf. MACFARLANE, 2005; HONNETH, 2002)²³⁶. Ao invés do tratamento da economia como um assunto de manejo de recursos

236 Axel Honneth identificou essa mudança recente da abordagem da teoria social: “In place of this influential idea of justice [to remove any form of social or economic inequality], which can be seen in political terms as a manifestation of the era of social democracy, there seems to have arisen a novel

escassos, o tema dos componentes morais da economia apareceu na obra de autores importantes como Amartya Sen e Axel Honneth, que retomaram antigas tradições de pensamento para realizar uma crítica das economias modernas. Enquanto Honneth fundamentou sua análise crítica para a transformação da sociedade no “reconhecimento” como alternativa complementar à redistribuição (SOBOTTKA e SAAVEDRA, 2008, p.9-10), Amartya Sen criticou aquilo que chamou de “economia normativa”, evocando apontamentos de Adam Smith e Aristóteles sobre os aspectos éticos e morais relacionados à economia e que deveriam ser retomados para a obtenção de justiça social (SEN, 1999, p.12-22).

Antes deles, Karl Polanyi (1980) já havia feito a crítica das economias modernas, retomando ideias de Aristóteles, e apontando o perigo da separação entre a produção do lucro e as demais relações sociais²³⁷. Neste aspecto, fecha-se o círculo da análise que iniciou-se com o modelo da *casa*, tomado de empréstimo de Gudeman e Rivera, que, por sua vez, o tomaram para análise como um modelo que remonta à casa descrita por Aristóteles (GUDEMAN e RIVERA, 1990, p.50) e sua distinção entre a “arte de administrar a casa” (economia) e a “arte de enriquecer” (crematística). A primeira dessas artes seria “natural”, relacionada à justiça, ao Estado e à própria ordem numa “sociedade política”, uma arte condizente com a moral, enquanto que a segunda arte seria prejudicial à própria sociedade²³⁸. Só que, ao invés de encontrarmos uma oposição

idea, that, initially, seems politically a good deal less unequivocal. Its normative aim no longer appears to be the elimination of inequality, but the avoidance of degradation and disrespect; its core categories are no longer 'equal distribution' or 'economic equality', but 'dignity' and 'respect'. Nancy Frase provided a succinct formula, when she referred to this transition as one from 'redistribution' to 'recognition'. While the former concept is tied to a vision of justice, which aims to achieve social equality through a redistribution of the material necessities for an existence as free subjects, in the latter concept, the conditions for a just society come to be defined as the recognition of the personal dignity of all individuals” (HONNETH, 2002, p.43).

237 A “distinção entre o princípio do uso e o princípio do ganho era a chave para a civilização inteiramente diferente cujos contornos Aristóteles acertadamente previu dois mil anos antes do seu advento [...] Ao denunciar o princípio da produção visando o lucro “como não natural ao homem”, por ser infinito e ilimitado, Aristóteles estava apontando, na verdade, para o seu ponto crucial, a saber, a separação de uma motivação econômica isolada das relações sociais nas quais as limitações eram inerentes”. (POLANYI, 1980, p.68-69)

238 “Portanto, buscamos definir a riqueza e o enriquecimento de diferentes maneiras; e estamos fazê-lo, uma vez que essas são realmente coisas distintas; de um lado há a riqueza verdadeira, produtiva, de acordo com a natureza, pertencente à administração da casa; de outro está a acumulação da riqueza, sem espaço na natureza, pertencente ao comércio e não à produção de bens em seu sentido pleno. Nesse tipo de riqueza, na qual a moeda é o fim da transação e o meio pelo qual a transação é efetuada, não há limite para a quantidade de dinheiro a acumular”. (ARISTÓTELES, 2004, p.159)

entre o enriquecimento e a moral na bacia do rio Tejo, encontramos uma economia (também fundamentada no funcionamento de *casas*) que lida com a arte do enriquecimento de maneira relativa e redistributiva, não condenando-a em absoluto. O problema não é enriquecer, mas se negar à troca que redistribui. Essa variação do modelo da casa pode ser resultado de uma economia pautada por uma moral fundamentada na reciprocidade mas que convive no tensionamento constante com uma economia orientada para o acúmulo e o enriquecimento.

8.5 Unidades de análise

Ao longo da tese procurei evitar o uso do conceito de sociedade. Por um lado, porque o trabalho com camponeses coloca sempre a questão sobre onde está a sociedade, se estamos falando do grupo de pessoas que descrevemos ou de uma coletividade que a engloba? Nesse sentido, falei em grupos e em suas relações com outros grupos, de comerciantes e políticos, tomados muitas vezes como representantes do mercado e do Estado. Mas, como pretendi demonstrar, comerciantes e políticos também não são essas totalidades, posto que estão entre modelos e conversas distintos. Mercado e Estado são abstrações, assim como são modelos explicativos do comportamento econômico camponês.

A ideia de aplicar uma metodologia de conversas, das quais se abstraem modelos, se mostrou útil nesse sentido. Foi útil também para evitar uma dicotomia entre ação racional para fins de maximização material das ações ou para maximização moral. Assim, negociações de preços por serviços entre pessoas puderam ser vistas em seus componentes materiais e afetivos ao mesmo tempo, creio que sem prejuízo de sentido para ambos.

Por fim, um comentário sobre o conceito de “casa”. Minha escolha de partir da definição de casa dada por Gudeman e Rivera, e que remonta às ideias de Aristóteles, ao invés de iniciar uma análise da “casa” a partir dos apontamentos feitos por Lévi-Strauss (1984), se deu por dois motivos principais. O primeiro é o rendimento do conceito para explicar as relações observadas no Tejo e que estavam sob investigação. Um pai pode ter vergonha dos atos de seus filhos, estando eles dentro de sua própria casa, em uma outra casa dentro do mesmo grupo de casas, ou morando na cidade. Mais do que afetar

um nome de família a ser zelado, a má-conduta de filhos parece afetar a pessoa dos pais, como se tivessem falhado em sua criação. Uma casa não é necessariamente um nome de família e suas posses, sendo antes disso associada a uma pessoa particular, suas ações e as ações daquele que estão sob seu governo. Por essa razão, preferi não aplicar a imagem da *maison* camponesa (WOORTMANN, 2004), que poderia mais confundir a exposição do que agregar elementos argumentativos. Além do mais, a histórica disponibilidade de terras na região não coloca o problema da herança de terras como central. Tampouco o faz as casas enquanto construções físicas, feitas tradicionalmente com materiais que se degradam rapidamente e que demandam reformas e reconstruções constantes, a cada cinco ou dez anos.

Em termos morais, cada casa que descendeu da casa de Iraçu é diferente da dele, construindo sua própria história. Nenhuma delas desponta como sua substituta. O mais provável é que, quando Iraçu vier a falecer, as casas ao seu redor se dispersem em busca da formação de seus próprios grupos de casas, nesse momento a ser compostos pelos filhos já crescidos de cada um dos filhos de Iraçu. A questão central da casa-ampliada não é a transmissão de nomes e bens, mas a capacidade de sua liderança de manter os filhos por perto ao longo dos anos. A morte da liderança é a abertura para o surgimento de novos grupos de casas e não um momento de disputa pela sucessão de seus valores materiais e morais. O tratamento aqui dado aos processos de troca e criação coloca a casa como agente moral não por representar valores especiais associados a determinadas linhas sucessórias, mas por tratá-la como o espaço privilegiado de reprodução e reinvenção do social.

Bibliografia

- ABRAMOVAY, R. (2012). *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Edusp.
- ABRAMOVAY, R. (1989) “Duas visões do comportamento camponês”. *Caderno de Difusão de Tecnologia*. 6(2/3):259-275, maio/dez.
- ALMEIDA, M. W. B. de (2002). “The politics of Amazonian conservation: the struggles of rubber tappers”. *Journal of Latin American Anthropology*, 7(1), 170-219.
- ALMEIDA, M. W. B. de (1986). “Redescobrimdo a família rural”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 1(1), 66-83.
- ALMEIDA, M. W. B. de (1992). *Rubber tappers of the upper Juruá river, Brazil. The making of a forest peasant economy*. PhD Thesis on Social Anthropology. Cambridge: University of Cambridge.
- ALMEIDA, M. W. B. de (2004). “Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas”. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 19(55), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.
- ALMEIDA, M. W. B. de (2012). As colocações: forma social, sistema tecnológico, unidade de recursos naturais. *Mediações-Revista de Ciências Sociais*, 17(1), 121-152.
- ALMEIDA, M. W. B. de; PANTOJA, M. C. (2004). “Justiça Local nas Reservas Extrativistas”. *Raizes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, Campina Grande, v. 23, n.1-2, p. 27-41.
- ALMEIDA, M. W. B. de. (2013). “Caipora e outros conflitos ontológicos”. *Revista de Antropologia da UFSCar*. São Carlos: 5(1), 7-28.
- ARAÚJO, M. G. J. (1998). *Entre almas, encantos e cipó*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. IFCH/UNICAMP.
- ARAÚJO, M. G. J. (2004). “Cipó e imaginário entre seringueiros do Alto Juruá”. *Revista de Estudos da Religião*, (1), 41-59.
- ARISTÓTELES. (2004). *Política*. São Paulo: Nova Cultural.
- BARRETO FILHO, H. T. (2006). “Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção”. In ADAMS, C., MURRIETA, R., & NEVES, W. A. (2006). *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. Annablume.
- BATALHA, L. (1995). *Breve Análise Sobre o Parentesco como forma de organização social*. Instituto Superior Técnico. Lisboa.
- BATESON, G. (2008). *Naven: um exame dos problemas sugeridos por um retrato composto da cultura de uma tribo da Nova Guiné, desenhado a partir de três*

- BOURDIEU, P. (2002). “Senso de honra”. In CORRÊA, M. (org.) *Textos Didáticos—Três Ensaio sobre a Argélia & um comentário*, Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade de Campinas. *perspectivas*. Edusp.
- BRASIL (2004). Lei Nº. 10.836, de 9 de Janeiro de 2004. Diário Oficial da União.
- BRASIL (2000). Lei Nº 9.985, de 18 de julho 2000. Diário Oficial da União.
- CHAYANOV, A. V. (1966). *On the theory of peasant economy*. Manchester University Press.
- COSTA, E. M. L. (1998). *Da Patronagem à Associação: poderes em disputa na Reserva Extrativista do Alto Juruá, Acre*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. IFCH/UNICAMP.
- COSTA, E. M. L. (2010). *Uma floresta politizada: relações políticas na Reserva Extrativista do Alto Juruá, Acre (1994-2002)*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. IFCH/UNICAMP.
- CUNHA, M. C. da; ALMEIDA, M. B. D. (2001). “Populações indígenas, povos tradicionais e preservação na Amazônia”. In CAPOBIANCO, J.P.R., VERÍSSIMO, A., MOREIRA, A., SAWYER, F. DOS SANTOS, I. (org.). *Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação e uso sustentável e repartição de benefícios*. Estação Liberdade.
- CUNHA, M. C. da. (1998). “Pontos de vista sobre a floresta amazônica: xamanismo e tradução”. *Mana*, 4(1), 7-22.
- DIAS, C. (2004). *Na floresta onde vivem mansos e brabos: economia simbólica de acesso à natureza praticada na reserva extrativista do Alto Juruá—Acre*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. IFCH/UNICAMP.
- ELLIS, F. (1993). *Peasant economics: Farm households in agrarian development*. Cambridge University Press.
- EMPERAIRE, L.; ALMEIDA, M. W. B. de (2002). “Seringueiros e seringas”. In CUNHA, M. C. da; ALMEIDA, M. B. de. *Enciclopédia da floresta*. São Paulo: Companhia das Letras.
- FORTES, M. (2011). “O Ciclo de Desenvolvimento do Grupo Doméstico”. *Cadernos de Antropologia*. Brasília: Editora UnB.
- FRAXE, T. J. (2004). *Cultura cabocla-ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade*. Annablume.
- GALVÃO, E. (1955). *Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá, Amazonas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- GARCIA JR, A. (1983). *Terra de trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GARCIA JR, A. (1988). “Libertos e sujeitos: sobre a transição para trabalhadores livres do nordeste”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 3(7), 6-41. Web

http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_07/rbcs07_01.htm (checado em novembro de 2015)

- GODOI, E. P. de. (1999). *O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí*. Centro de Memória Unicamp.
- GOODY, J. (1971). *The Developmental Cycle in Domestic Groups*. Cambridge University Press.
- GOW, P. (2001) *An Amazonian Myth and its History*. Oxford: Oxford University Press.
- GRAEBER, D (2006). "Value: anthropological theories of value". In CARRIER, J. G. (Ed.). *A handbook of economic anthropology*. Edward Elgar Publishing.
- GRAEBER, D. (2001). *Toward an anthropological theory of value: The false coin of our own dreams*. Palgrave Macmillan.
- GUDEMAN, S. (2001). *The anthropology of economy: Community, market, and culture*. Oxford: Blackwell.
- GUDEMAN, S. (2006). "Community and economy: economy's base". In CARRIER, J. G. (Ed.). *A handbook of economic anthropology*. Edward Elgar Publishing.
- GUDEMAN, S., & RIVERA, A. (1990). *Conversations in Colombia: the domestic economy in life and text*. Cambridge University Press.
- HANN, C., & HART, K. (2011). *Economic anthropology*. Polity.
- HARRIS, M. (2005a). "Peasants". In CARRIER, J. G (org.). *A Handbook of Economic Anthropology*. Northampton: Edward Elgar.
- HARRIS, M. (1998). "What it means to be Caboclo!: Some critical notes on the construction of Amazonian caboclo society as an anthropological object". *Critique of Anthropology*, 18(1), 83-95.
- HARRIS, M. (2000). *Life on the Amazon: the anthropology of a Brazilian peasant village*. Oxford University Press.
- HARRIS, M. (2005b). "Riding a wave: Embodied skills and colonial history on the Amazon floodplain". *Ethnos*, 70(2), 197-219.
- HARRIS, M. (2010) *Rebellion on the Amazon. The Cabanagem, Race, and Popular Culture in the North of Brazil, 1840*. Cambridge University Press.
- HONNETH, A. (2002). "Recognition or redistribution. Changing Perspectives on the Moral Order of Society", in LASH, S.; FEATHERSTONE, M. (ed.) *Recognition and Difference: Politics, Identity, Multiculture*. Londres: Sage, 43-55.
- ICMBio (2011). *Plano de Manejo Participativo da Reserva Extrativista do Alto Juruá*. (versão preliminar). Ministério do Meio Ambiente.
- KUPER, A. (1994). "Culture, identity and the project of a cosmopolitan anthropology". *Man*, Sep. 537-554.

- LANNA, M. P. D. (1995). *A dívida divina: troca e patronagem no Nordeste brasileiro*. Campinas: Editora da Unicamp.
- L'ESTOILE, B. de. (2014). "Money is good but a friend is better: uncertainty orientation to the future, and 'the economy'". *Current Anthropology*. V. 55, Supplement 9, August.
- LÉVI-STRAUSS, C. (1982). *As estruturas elementares do parentesco*. Vozes.
- LÉVI-STRAUSS, C. (1984). "A noção de casa". In *Minhas palavras*. São Paulo, Brasiliense.
- LIMA-AYRES, D. D. M. (1992). *The social category caboclo: history, social organization, identity and outsider's social classification of the rural population of an amazonian region (the Middle Solimões)*. Doctoral dissertation, University of Cambridge.
- LIMA, D. M. (2009). "A construção histórica do termo caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico". *Novos cadernos NAEA*, 2(2).
- LOBÃO, R. (2010). *Cosmologias políticas do neocolonialismo: como uma política pública pode se transformar em uma política do ressentimento*. Editora da Universidade Federal Fluminense.
- LUNA, M. B. D. A. (2003). Afinal, quem tem mais direito. *Conflitos e noções de justiça na Reserva Extrativista do Alto Juruá*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, IFCH/UNICAMP.
- MACFARLANE, A. (2005). *Four introductory talks on 'Economic Anthropology'*. Video available at: <https://www.dspace.cam.ac.uk/handle/1810/11120> (checado em Fevereiro de 2015)
- MALINOWSKI, B. (2003). *Crime e Costume na Sociedade Selvagem*. Brasília: UnB.
- MARX, K. (1998). *O Capital*, Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MAUSS, M. (2003). "Ensaio sobre a dádiva" In. MAUSS, M. *Marcel Mauss: sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify.
- MEDAETS, C. (2011). "Tu garante?" Reflexões sobre a infância e as práticas de transmissão e aprendizagem na região do Baixo-Tapajós". Texto apresentado no *XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*.
- MEDAETS, C. (2013). "A prometida: normas educativas e práticas disciplinares em comunidades ribeirinhas da região do Tapajós, estado do Pará". In *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, 13(2), 1-14.
- MENEZES, M. A. (s/d) *O conceito de economia moral em James Scott: possibilidades de aplicação para o campesinato*. Manuscrito.
- MINTZ, S. W. (1973). "A Note on the Definition of Peasantries". *The Journal of Peasant Studies*, 1(1), 91-106.

- MINTZ, S.; WOLFF, E. (2003). Fazendas e Plantações na Meso-América e nas Antilhas. In MINTZ, S. *O poder amargo do açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados: coletânea de artigos de Sidney W. Mintz*. Editora Universitária UFPE.
- MOLINA, J. L. (2004). *Manual de Antropología Económica*. Barcelona: Universidad Autónoma.
- MORAN, E. (2009). "Preface". In ADAMS, C., HARRIS, M., & MURRIETA, R. *Amazon peasant societies in a changing environment*. Springer.
- MUNN, N. D. (1986). *The fame of Gawa: a symbolic study of value transformation in a Massim society (Papua New Guinea)*. Cambridge University Press.
- NIMUENDAJÚ, C. (1981). *Mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú*. IBGE.
- NUGENT, S. (1997). "The Coordinates of Identity in Amazonia: At play in the fields of culture". *Critique of Anthropology*, 17(1), p.33-51
- PANTOJA FRANCO, M. C. (1994). "Seringueiros e cooperativismo: o fetichismo das 'mercadorias' nos seringais do Alto Juruá". In *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. Editora da UNESP.
- PANTOJA FRANCO, M. C. et al (2002). "Botar Roçados". In CUNHA, M. C. da; ALMEIDA, M. B. D. *Enciclopédia da floresta*. São Paulo: Companhia das Letras.
- PANTOJA, M. C. (2008). *Os Milton: cem anos de história nos seringais*. Fundação Joaquim Nabuco.
- PANTOJA, M. C.; COSTA, E. M. L.; ALMEIDA, M. W. B. de (2011). "Teoria e prática da etnicidade no Alto Juruá acreano". *Raízes*. Vol. 31 nº1.
- PARRISSIER, T. (2009). "Seis meses no país da borracha, ou excursão apostólica ao rio Juruá, 1898". In CUNHA, M.C. da. *Tastevin, Parrissier: fontes sobre índios e seringueiros do Alto Juruá*. Museu do Índio, FUNAI.
- PINA-CABRAL, J. (2010). "The door in the middle: six conditions for anthropology". In JAMES, D., PLAICE, E., TOREN, C. (eds.). *Culture Wars. Context, Models and Anthropologists' Accounts* (pp. 152-169). New York/Oxford: Berghahn
- PINA-CABRAL, J. D.; SILVA, V. A. (2013). *Gente Livre: Consideração e Pessoa no Baixo Sul da Bahia*. Editora Terceiro Nome.
- POLANYI, Karl (1980). *A Grande Transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus.
- POPKIN, S. L. (1979). *The rational peasant: The political economy of rural society in Vietnam*. Univ of California Press.
- POSTIGO, A. A (2003). *Penduraram as letras na parede da sala: escrita e organização social no Alto Juruá*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, IFCH/UNICAMP.

- POSTIGO, A. A. (2010). *A terra vista do alto: usos e percepções acerca do espaço entre os moradores do Rio Bagé, Acre*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. IFCH/UNICAMP.
- POSTIGO, A.A. (2008) *Atlas Histórico do Rio Bagé*. Campinas/SP: Ceres/IFCH/UNICAMP.
- REZENDE, R. S. (2010). *Das colocações à vila: processos de urbanização no Alto Rio Tejo, Acre*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. IFCH/UNICAMP.
- REZENDE, R. S.; ARAÚJO, T. C. B. de. *Vozes da Floresta: vida e música de um povo da Amazônia*. Campinas: IFCH/UNICAMP. Disponível em <http://vozesdafloresta.wordpress.com>
- ROSS, E. B. "The evolution of the Amazon peasantry." *Journal of Latin American Studies* 10.02 (1978): 193-218.
- RUIZ-PÉREZ, M. *et al.* (2005). "Conservation and development in Amazonian extractive reserves: The case of Alto Juruá". *AMBIO: A Journal of the Human Environment*, 34(3), 218-223.
- SABOURIN, E. (2008) "Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. V. 23 n.66. Fevereiro.
- SAHLINS, M. (1997). "O 'pessimismo sentimental' e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um 'objeto' em via de extinção (parte I)". *Mana*, 3(1), 41-73.
- SANTOS, R. (1980). *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: TA Queiroz.
- SCHWARTZMAN, S. (1989). Extractive Reserves: The Rubber Tappers' Strategy for Sustainable Use of the Amazon Rainforest. In BROWDER, J. O. *Fragile lands of Latin America: strategies for sustainable development*. Westview Press.
- SCOTT, J. (1977). *The moral economy of the peasant: Rebellion and subsistence in Southeast Asia*. Yale University Press.
- SEN, A. (1999). *Sobre Ética e Economia*. São Paulo: Cia das Letras.
- SIGAUD, L. (2007) "Se eu soubesse: os dons, as dívidas e suas equivalências". *Ruris. Revista do Centro de Estudos Rurais*, IFCH/Unicamp, 1(2), 123-153.
- SIGAUD, L. (2008). "A collective ethnographer: fieldwork experience in the Brazilian Northeast". *Social Science Information*, 47(1), 71-97.
- SOBOTTKA, E. A., & SAAVEDRA, G. A. (2008). "Introdução à teoria do reconhecimento de Axel Honneth". *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, 8(1).
- WAGLEY, C. (1976). *Amazon town*. Oxford University Press.
- WELCH, C. A., *et al.* (2009). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas, v. 1* São Paulo: Editora UNESP.

- WOLF, E. (1976). *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores
- WOLFF, C. S. (1999). *Mulheres da floresta: uma história: Alto Juruá, Acre, 1890-1945* (Vol. 33). Editora Hucitec.
- WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. (1997). *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Editora UNB.
- WOORTMAN, K. (2004) “A etnologia (quase) esquecida de Bourdieu ou, o que fazer com heresias”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 19, nº 56.

Anexos

Fotos

Iraçu e Maria



Em sentido horário, a partir da esquerda acima: além de Maria e Iraçu, a casa do casal era composta no final de 2013 por Ronelson (18 anos) e Zenilde (19).

Hilarino e Iza

Em sentido horário, a partir da esquerda acima: Iza, Hilarino, Roseli (14), Roseane (8), Rosimar (10), e Rosângela (1).

José e Chaga

Em sentido horário a partir de cima: Daniela (1), José, Andressa (8), Vanessa (10), Daniel (3), e Chaga.

Adonis e Raimunda

Em sentido horário a partir de cima e da esquerda: Raimunda, Adonis, Raiane (13), Daiane (8), Rian (1), Zidane (14).

Francisco e Nailde

Em sentido horário a partir de cima e da esquerda: Francisco, Nailde e Leticia (3)

Vivaldo e Kátia

Em sentido horário a partir da esquerda: Vivaldo, Kátia e Manoel (2)

Iraçu e os filhos do primeiro casamento



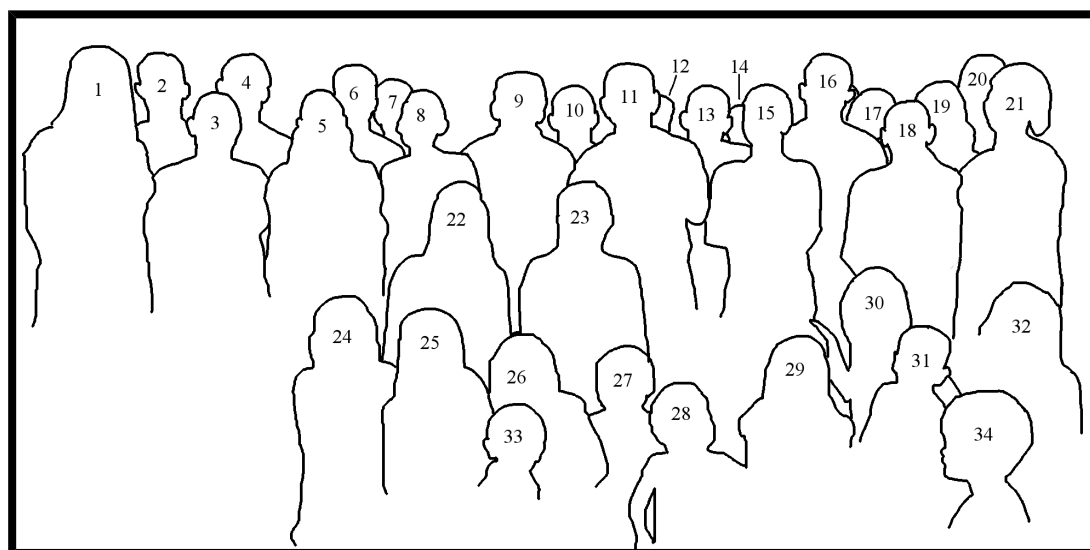
Da esquerda para direita: Hilariso, Hilarino, Iraçu, Josefa e Maria

Iraçu e os filhos do segundo casamento



Da esquerda para direita: Raimunda, José, Zenilde, dona Maria, Francisco, Iraçu, Elson, Artenízia e Vivaldo (não aparecem ainda Maria Luiza e Naldo).

Família(s) reunida(s)



Legenda

- | | | | |
|---------------------|-------------------|--------------|-------------|
| 1. Maria (Hilariso) | 10. Hilariso | 19. Joalene | 28. Letícia |
| 2. Vivaldo | 11. Hilarino | 20. Jonas | 29. Rosimar |
| 3. Kátia | 12. Adonis | 21. Nailde | 30. Vanessa |
| 4. Elson | 13. Josefã | 22. Raiane | 31. Daniel |
| 5. Raimunda | 14. Artenízia | 23. Iza | 32. Jonaira |
| 6. Francisco | 15. Larissa | 24. Daiane | 33. Manoel |
| 7. Juarez | 16. José | 25. Andressa | 34. Cauã |
| 8. Dona Maria | 17. Maria (Jonas) | 26. Eucária | |
| 9. Iraçu | 18. Chagu | 27. Roseane | |

Casa de Hilarino em 2013



Rosimar e Roseane estudando



Crianças ajudando

À esquerda, Roseli ajudando Iza a arear as panelas. Rosimar ajudando a cuidar de Rosângela, e Roseane colhendo o lixo espalhado pelo quintal.

Hilarino e Rosângela



Hospedagem

Parentes de Iza hospedados em sua casa: à esquerda, seu irmão Bel (sentado); na rede, seu irmão Francisco; no sofá, seu sobrinho Açúcar; sua mãe, dona Joana; Iza; sua sobrinha, Rengo; e Roseane.

Casa de Iraçu

À esquerda, casa de Iraçu e, à direita, casa da peladeira. Abaixo, José mariscando no rio Tejo.

Glossário

Abrir (roçado): ato de derrubar a vegetação de uma área para o plantio futuro. Inclui a broca da vegetação rasteira e a derrubada dos paus.

Aceiro: área de transição entre o roçado e a mata.

Apanhar (do roçado): colheita de cultivos como arroz e feijão.

ASAREAJ: Associação dos Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista do Alto Juruá.

ASATEJO: Associação Agroextrativista do Rio Tejo.

Avexado: é dito daquele que tem pressa e preocupação em resolver algo.

Barracão: antigos armazéns dos patrões para estoque de mercadorias e borracha. Em geral, localizava-se nos entroncamentos dos rios.

Beneficiar (tábuas): planear e alisar tábuas brutas retiradas de uma árvore derrubada anteriormente.

Botar (roçado): se refere ao conjunto de atividades que resultarão na criação de um roçado.

Botar fogo (no roçado): queimar a vegetação cortada de um roçado durante as fases de derrubada e broca.

Brocar (roçado): cortar a vegetação mais fina do roçado. Em geral o corte é feito utilizando-se de um terçado.

Campo (de gado): área desmatada e onde é plantado capim. Geralmente destinada à pastagem de gado.

Capoeira: área original de floresta derrubada anteriormente por ação humana e que se encontra em regeneração da vegetação por um processo natural.

Casa de Farinha: construção para abrigar utensílios necessários à produção de farinha, como prensa e forno. Assemelha-se a uma casa, sem paredes. Em geral, localiza-se próximo dos roçados. Além da produção de farinha, é onde ocorre a torra de produtos como arroz.

Centro: locais distantes das margens dos rios principais, geralmente de difícil acesso.

Conta: um tipo de ficha que registra e controla dívidas e saldos em comércios.

Conversar: pode ter o sentido de pedir algo, ou de negociar algo.

Derrubada ou derriba (dos paus): processo de corte da vegetação de troncos mais grossos, realizado com machado ou motosserra.

Diária: pagamento em dinheiro ou produto por trabalho realizado e calculado de acordo com o tempo trabalhado (normalmente tendo um dia como unidade para cálculo).

Direito: pode se referir tanto a direitos garantidos a um sujeito (por uma lei ou um acordo verbal) como a obrigações que ele tem em função de leis e acordos.

Dona: forma feminina de tratamento que antecede o nome de pessoas de uma geração acima e com quem o interlocutor não é aparentado.

Empeleita: tipo de negociação por um serviço a preço fixo acertado com antecedência.

Encoivadar: retirada de troncos do roçado que não queimaram completamente depois de ter-se botado fogo.

Estiva: mercadorias consideradas essenciais para o funcionamento de uma casa: sal, sabão, óleo, açúcar e munição (ALMEIDA, 1992, p. 120).

Farinhada: atividade de produção de farinha. Inclui a retirada das raízes da mandioca do roçado, lavagem, processamento e torra. Em geral, é realizada coletivamente.

IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente.

ICMBio: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente.

Maniva: pedaço da rama da mandioca utilizado para replantio.

Margem: região localizada nas beiras dos rios principais, facilitando o transporte de pessoas e produtos.

Mariscar: o mesmo que pescar.

Mata, Mata Bruta ou *Mata Virgem*: áreas de floresta sobre as quais não há indícios ou lembranças de uso humano.

Mercadoria: algo produzido fora e comprado para consumo local.

Mutirão: reunião de trabalhadores para realizar tarefa específica.

Namorar: pode se referir tanto a um relacionamento duradouro entre duas pessoas ou apenas à troca de afetos, sexuais ou não.

Novenário: festa religiosa de nove dias, associada a datas comemorativas de santos. É também um evento de importância comercial e social.

Oficina: casa sem paredes construída para abrigar utensílios e ferramentas necessárias à produção de algo: canoas, móveis, itens de ferro, dentre outros. É também o espaço de produção.

Pastorar: observar a movimentação e o comportamento de algo ou alguém.

Pau: troncos e árvores mais grossos. Geralmente, se refere à vegetação que não pode ser cortada com o uso de terçados.

Peia: surra.

Pelar: retirar a casca ou a pele de algo.

Prático: diz-se daquele que domina técnicas específicas sem ter passado por instrução formal.

Produto: bem produzido localmente para comercialização ou consumo.

Questão: briga, desavença.

REAJ: Reserva Extrativista do Alto Juruá.

Renda: pagamento pelo uso de algo pertencente a outra pessoa e que é utilizado para produzir algo. Pode ser pagamento pelo uso de estradas de seringa para um patrão, ou de uma peladeira de arroz pertencente a outra pessoa, por exemplo.

Rolar: sinônimo de cortar.

Sapecar (roçado): diz-se do roçado que queima parcialmente e de maneira disforme.

Seu: forma masculina de tratamento que antecede o nome de pessoas de uma geração acima e com quem o interlocutor não é aparentado (não utiliza terminologia de parentesco para se referir à pessoa).

Tarrafeiar: tipo de pesca utilizando-se de uma tarrafa, rede de pesca circular e com peso nas pontas das malhas.

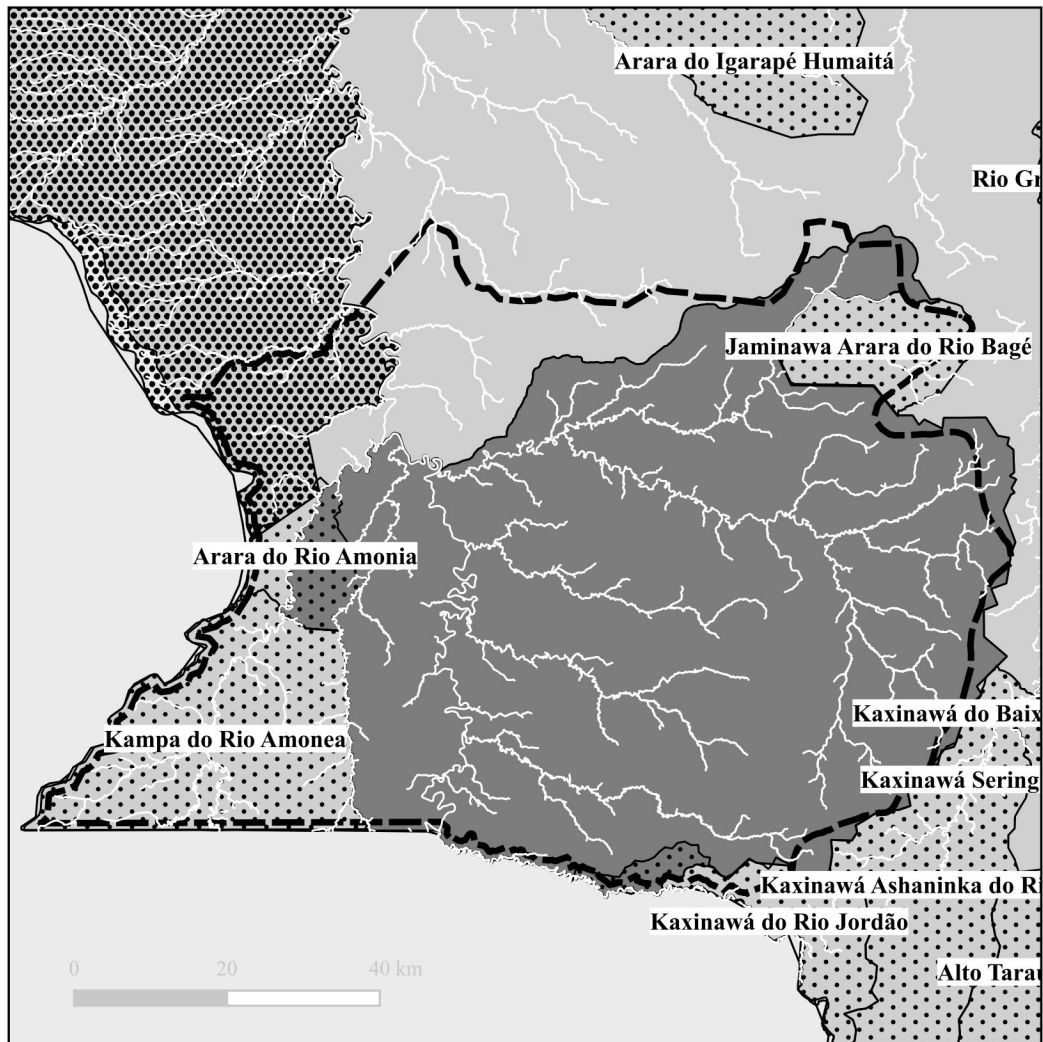
Ter entendimento ou *se entender*:

Terçado: facção.





Torrar: submeter sementes ou a massa de mandioca a um processo de secagem em uma chapa de ferro localizada acima de um forno à lenha.

Troca de dia: ato ou acordo entre trabalhadores para que um ajude o outro sem necessidade de pagamento em dinheiro ou produtos.

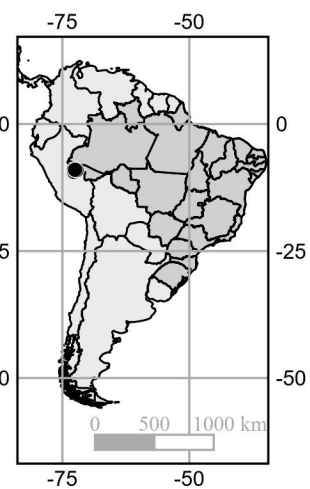
Terras Indígenas e Unidades de Conservação em Mal. Thaumaturgo



Unidades de Conservação e Terras Indígenas em Marechal Thaumaturgo

-  REAJ
-  Terras Indígenas
-  Parque Nacional da Serra do Divisor
-  Limites municipais

Fontes de dados: ICMBio Cruzeiro do Sul, Ministério do Meio Ambiente (i3Geo). DATUM WGS84. Escala 1:900000.



Itens das casas visitadas*Itens da casa de Hilarino e Iza – Comunidade Iraçu – 14/11/2013***SALA**

Item	Qtd.
Aparelho DVD	1
Boneca (0,80m)	2
Cadeira plástica	2
Caixa de isopor (10 litros)	1
Caixa para guardar lanternas	1
Caixa plástica (20 litros)	1
Canecos de alumínio (300ml)	3
Capa de estofado	2
Chapéu de palha	1
Corrente de motosserra	1
Cortina (na entrada para os quartos)	2
Cotovelos (encanamento)	3
Disjuntor geral	1
Estante em MDF (1,80 x 1,80m)	1
Farol (à bateria)	1
Freezer duas tampas horizontal	1
Gancho de rede	3
Interruptor de lâmpada	1
Janela com dobradiças metálicas pregadas	2
Jogo de Estofado (2 e 3 lugares)	1
Lâmpada	1
Lanternas	2
Livros	24
Óleo lubrificante (1 litro)	1
Palheta (canoa)	1
Porta com fechadura e chave	1
Porta traseira com trinco	1
Quadros	2
Receptor Parabólica	1
Registro (encanamento)	1

Relógio de parede	1
Saca de farinha	1
Saca de milho	1
Saco de pregos	1
Taças de vinho	6
Televisão (tubo, 29")	1
Toalha crochê pequena	3
Tomada na parede	1
Tubo de CDs e DVDs	1
Urso de pelúcia (0,25m)	2
Urso de pelúcia (0,80m)	2
Ventilador	1

VARANDA

Item	Qtd.
Armador de rede	2
Bocal para lâmpada	1

QUARTO PRINCIPAL

Item	Qtd.
"Telefone rural"	1
Caixa de som (toca rádio, pen drive e cartão SD)	1
Cama casal	1
Cama solteiro	1
Espelho	1
Gaveteiro (1,50 x 1,20)	1
Interruptor lâmpada externa (quintal)	1
Interruptor lâmpada interna	1
Janela com dobradiça metálica pregada	2
Lâmpada	1
Perfumes, cremes e cosméticos	S/q
Prateleira para roupas	1
Rede	3

QUARTO PEQUENO

Item	Qtd.
Armador de rede	2
Cama solteiro	1
Colchão solteiro	1
Espelho (1,20 x 0,50m)	1
Janela com dobradiças metálicas pregadas	1
Mesa (0,50 x 0,70 x 0,70)	1
Mosquiteiro para cama	1
Porta com trinco interno	1
Prateleiras	4

COZINHA INTERNA

Item	Qtd.
Bandeja de alumínio	3
Batedeira elétrica	1
Botija de gás	1
Caçarola (tamanhos variados)	4
Caneca alumínio (tamanhos variados)	11
Caneca porcelana	4
Chaleira	1
Colher	25
Colher de alumínio grande	2
Colher de chá	2
Concha	3
Copo de vidro (tamanhos variados)	68
Escorredor de arroz em alumínio	1
Escorredor de louça	2
Escorredor de macarrão	1
Escova de dente	4
Escumadeira	2
Espremedor plástico de laranja	1
Faca (“Faca de mesa”)	2
Faca grande	1
Filtro de barro	1

Fogão 4 bocas	1
Forma de alumínio (tamanhos variados)	5
Forma de vidro (tamanhos variados)	6
Forno elétrico	1
Fruteira plástica	1
Garfo	6
Garfo grande	1
Garrafa PET	18
Garrafa térmica (1 litros)	1
Geladeira (220 litros, aprox)	1
Janela com dobradiças metálicas pregadas	1
Jarra plástica	1
Liquidificador	1
Mesa de madeira (1,50 x 0,80)	1
Panela (tamanhos variados)	20
Panela de cuscuz	2
Panela grande (caldeirão)	2
Pasta de dente	1
Pilão pequeno	1
Pipoqueira	1
Pote de alumínio (jogo)	5
Prato de vidro	22
Tábua de carne	1
Tambor d'água (0,70m)	1
Tigela de vidro (tamanhos variados)	5
Tomada	1
Xícara de café com pires	6

COZINHA EXTERNA

Item	Qtd.
Balde de lixo	1
Balde grande	1
Balde pequeno	3
Caixa de madeira para galinhas chocarem	1
Fogão a gás (sem uso)	1

Garrafa térmica (5 litros)	1
Jirau	1
Paneiros grandes	2
Rodo	1
Saibro motosserra	1
Tábua de madeira para corte	1
Tarrafa	2
Vassoura	1

BANHEIRO

Item	Qtd.
Caixa d'água (250 litros)	1
Interruptor	1
Janela com dobradiça metálica pregada e trinco	1
Lâmpada	1
Máquina de lavar (não centrifuga)	1
Pia plástica	1
Porta com dobradiça metálica parafusada e trinco	1
Tomada	1
Torneira plástica	1
Vaso sanitário	1

GALINHEIRO

Item	Qtd.
Carvão	1
Churrasqueira de metal	1
Corrente de motosserra	1
Motosserra	1
Roçadeira	1
Sacola com ferramentas variadas (prego, alicate, martelo, chaves de fenda, de boca, de pressão, porcas e arruelas variadas, pequenas peças de motor)	1
Saibro de motosserra	1

QUINTAL E EMBAIXO DA CASA

Item	Qtd.
Antena de “telefone rural”	1
Antena Parabólica	1
Boca de Lobo	1
Canos	3
Cercado para jabutis e pintos	1
Enxada	1
Enxadeco	1
Lâmpada	1
Madeiras serradas	S/q
Pá	1
Placas de PVC	S/q
Remo	1
Telhas de alumínio	S/q
Terçado	3

Itens da casa de Altevir e Maria – Comunidade dos Índios – 19/12/2013

SALA

Item	Qtd.
Banco (0,40 x 0,80 x 0,20)	1
Calendário	1
Janela com dobradiça metálica pregada	3
Painel de adesivos do C. R. Vasco da Gama	1
Porta com fechadura e chave	1
Receptor parabólica	1
Televisor (tubo 21")	1

COZINHA INTERNA

Item	Qtd.
Bacia plástica grande	1
Balde plástico	1
Botija de gás	1
Caçarolas	2
Caneca plástica	5
Copo de alumínio	9
Copo de vidro	15
Escorredor de louça	1
Fogão 2 bocas	1
Isqueiro vazio	3
Janela com dobradiça metálica pregada	2
Jarras de alumínio (tamanhos variados)	4
Motor 5.5hp com rabeta	1
Panela de alumínio (tamanhos variados)	21
Panela de pressão	1
Panela grande	1
Porta (acesso aos quartos)	1
Porta com trinco interno	1
Pote d'água	1
Pote plástico (tamanhos variados)	16
Prato de vidro	10

Prato metálico	1
Vidros de remédio vazios	10

COZINHA EXTERNA

Item	Qtd.
“Enxadinha” (0,20 m)	1
“Penacho”	1
Bacia grande de alumínio	1
Balde de alumínio pequeno	1
Balde de plástico grande	1
Balde de plástico pequeno	3
Cabaça grande (com parafusos, linhas e peças variadas para efetuação de reparos)	1
Caixa d'água (500 litros)	1
Canivete	1
Colher metálica	10
Concha de alumínio	1
Escorredor de arroz plástico	1
Escova de dentes	3
Faca de seringa	1
Fogão a lenha	1
Galoneira plástica (50 litros)	1
Garrafa térmica (1 litro)	2
Isqueiro	2
Jarra plástica grande	1
Jirau de madeira	1
Lona preta	1
Martelo	1
Óculos para mergulho (feito com virdo e cano de bota)	1
Panela grande de alumínio	2
Porta com trinco externo	1
Prato de vidro	3
Prato plástico	2
Rodo	2
Saco de palha	2
Serrote pequeno	1

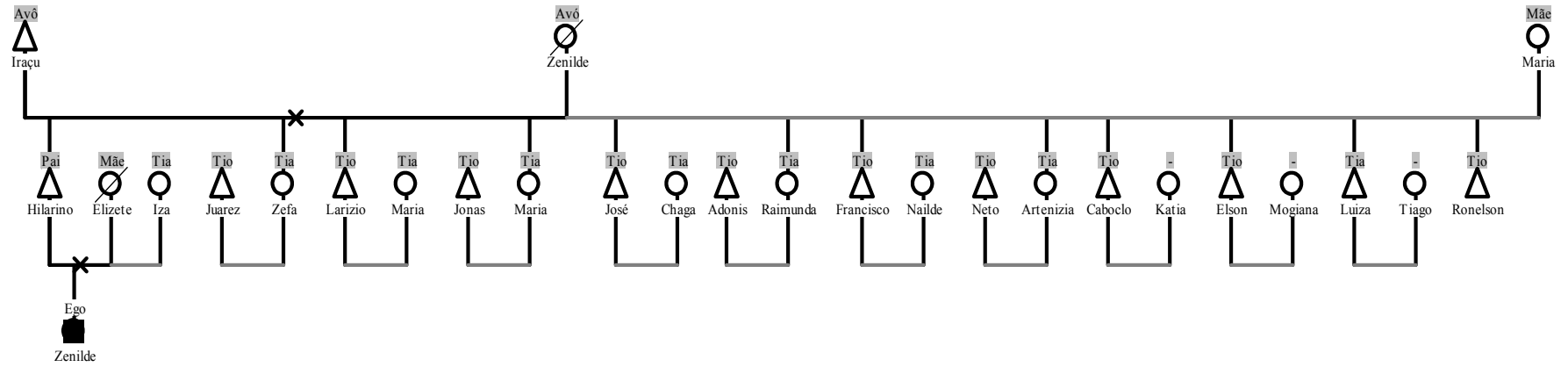
Tábua de madeira	2
Tarrafa (tamanhos variados)	4
Terçado	1
Tesoura grande	1
Vassoura de palha	2
Vassoura plástica	1

TERREIRO

Item	Qtd.
Bandejas para borracha FDL	Dezenas
Enxada	1
Gamela	1
Machado	1
Motor 4 hp	1
Motor 5.5 hp	1
Prensa para borracha	1
Terçado	3

QUARTOS: Não tive acesso aos quartos da casa.

Termos de parentesco utilizados por Zenilde



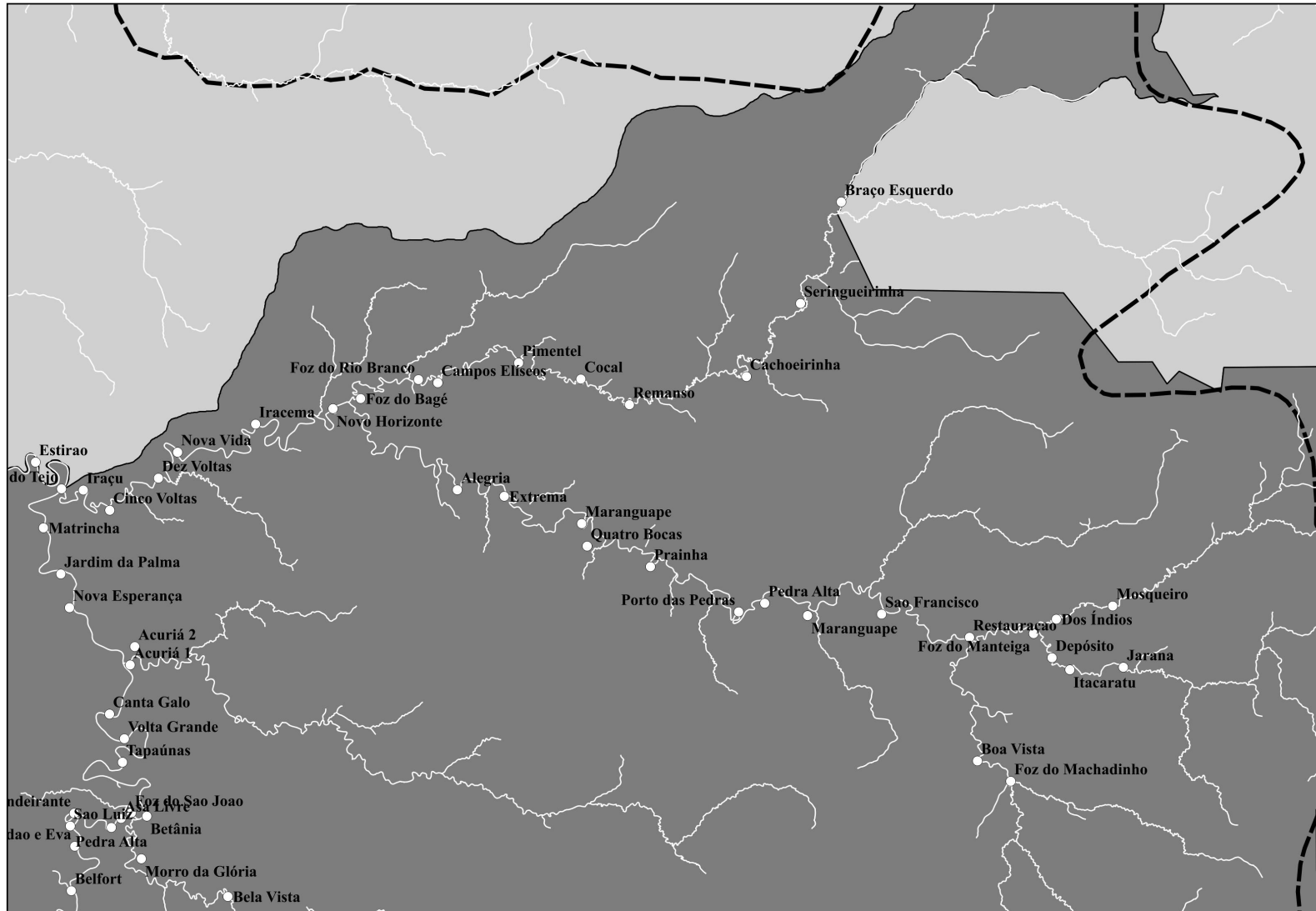
Tamanho dos Roçados e Tipos de Plantios

Dono	Vegetação	Tamanho (ha)*	Plantação 1	Qtd. Plantada**	Plantação 2	Qtd. Plantada	Plantação 3	Qtd. Plantada	Plantação 4	Qtd. Plantada
Adonis	Capoeira	1.1	Arroz	12	Cana	200	Macaxeira	1000	Milho	4
Adonis	Capoeira	0.1	Macaxeira	800	-	-	-	-	-	-
Francisco	Capoeira	0.5	Macaxeira	2000	Arroz	14	-	-	-	-
Francisco	Capoeira	0.2	Milho	6	-	-	-	-	-	-
Hilarino	Mata Bruta	1.2	Macaxeira	2800	Arroz	54	-	-	-	-
Hilarino	Capoeira	0.4	Milho	8	-	-	-	-	-	-
Iraçu	Mata Bruta	0.6	Macaxeira	1400	Arroz	15	-	-	-	-
Iraçu	Capoeira	0.1	Cana	800	-	-	-	-	-	-
José	Mata Bruta	0.9	Macaxeira	2000	Arroz	14	-	-	-	-
Vivaldo	Capoeira	0.3	Macaxeira	1800	-	-	-	-	-	-
Vivaldo	Capoeira	0.6	Arroz	20	-	-	-	-	-	-

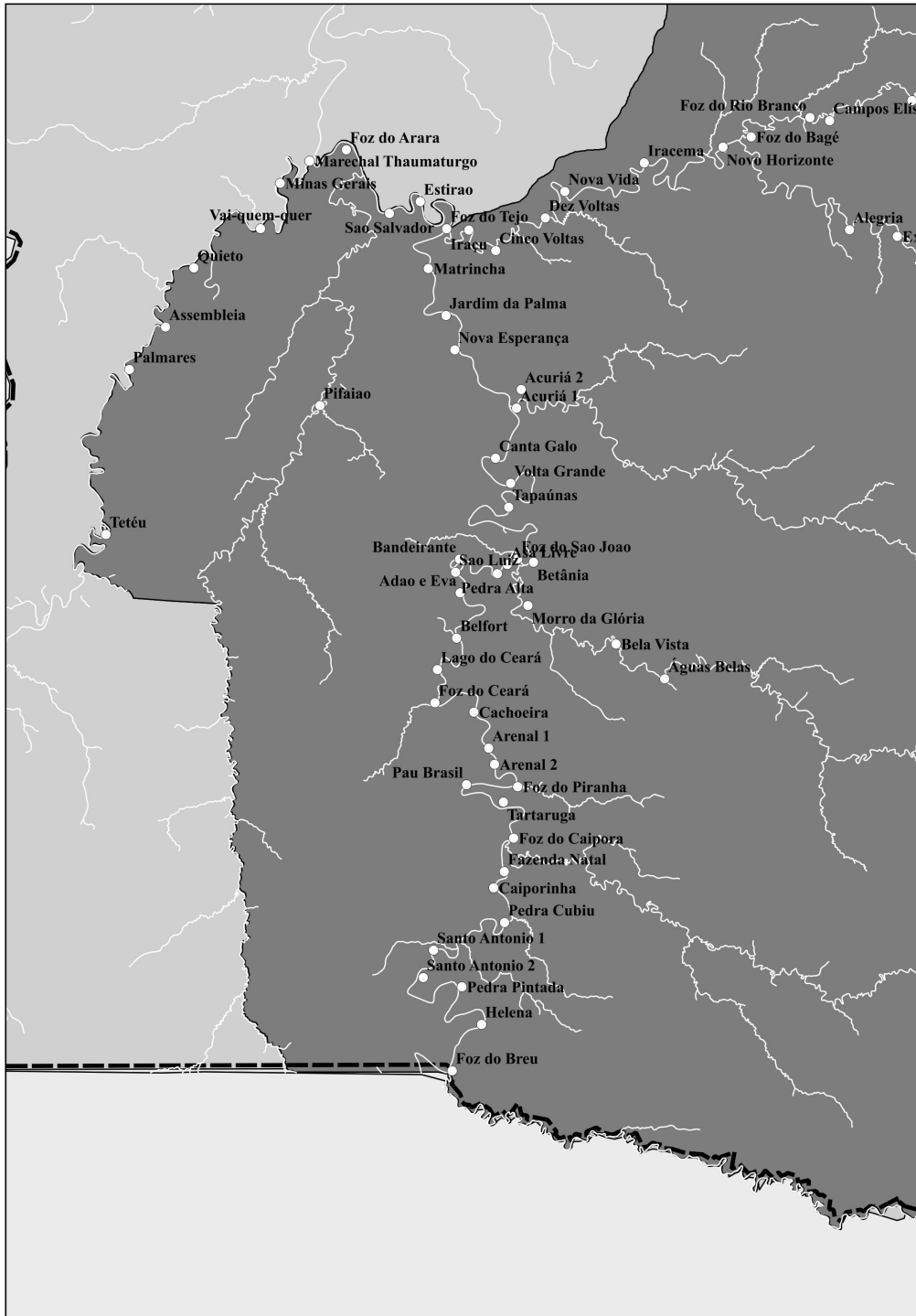
* calculado com receptor GPS manual

** macaxeira e cana quantificadas em covas; milho e arroz em litros de sementes.

Comunidades da Reserva Extrativista do Alto Juruá – Rio Tejo



Comunidades da Reserva Extrativista do Alto Juruá – Rio Juruá



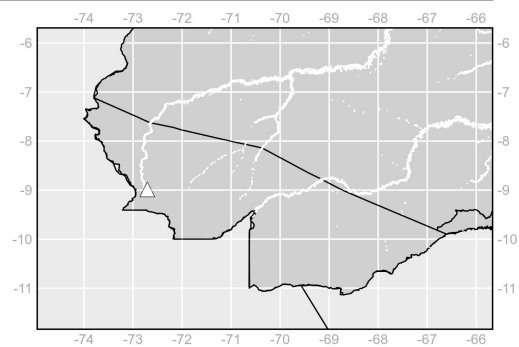
Roçados e Caminhos



Casas e áreas de plantio (2013-2014)

- △ Casas
- Roçados
- Caminhos
- Hidrografia

Fontes de dados: ICMBio Cruzeiro do Sul, MMA - i3Geo, U.S. Geological Survey, Pesquisa de Campo. DATUM WGS84.



Reportagem sobre João Luciano

Governo do Estado beneficia produtores de Marechal Thaumaturgo com equipamentos agrícolas (Reportagem)

Jornal Voz do Norte – A voz do Juruá, Categoria: Política, Publicado em Sexta, 03 Fevereiro 2012 00:05

(disponível em <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Qz8aInQig4oJ:www.vozdonorte.com.br/jornal/index.php/politica/205-governo-do-estado-beneficia-produtores-de-marechal-thaumaturgo-com-equipamentos-agricolas+&cd=2&hl=en&ct=clnk&gl=uk>, checado em julho de 2015)

Produtores do município de Marechal Thaumaturgo foram beneficiados pelo Governo do Estado, com um convênio no valor de R\$ 202.750,00, celebrado entre a Secretaria de Desenvolvimento, Indústria, Comércio, Serviços, Ciência e Tecnologia (Sedict) e a Associação Agroextrativista do Rio Tejo (Asatejo) para aquisição de equipamentos que vão melhorar a produção e a condição de vida dos agricultores.

Os recursos do convênio vão garantir a aquisição de 60 kits de casas de farinha, 25 debulhadores de feijão e 10 engenhocas que serão distribuídos para produtores em 80 comunidades das localidades mais distantes do município que nunca foram beneficiadas com equipamentos.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Marechal Thaumaturgo, João Luciano, agradeceu o apoio que o governador Tião Viana tem garantido aos produtores rurais desde o início do seu governo e também pela celebração do convênio com a Sedict, atendendo uma reivindicação feita ao secretário Edvaldo Magalhães.

“É uma grande alegria e satisfação para o Sindicato estar assinando este convênio com o governo do Estado e a Sedict. Agradecemos ao governador Tião Viana e ao secretário Edvaldo Magalhães que junto com assessores não mediram esforços para viabilizar a documentação para a celebração deste importante convênio que vai beneficiar nossos produtores rurais”, disse.

João Luciano enfatizou que os equipamentos vão beneficiar mais de cinco mil

produtores, ressaltando que o STR vai acompanhar a distribuição dos equipamentos para evitar o que acontecia quando a prefeitura de Marechal Thaumaturgo adquiria equipamentos agrícolas e distribuía apenas para os apadrinhados políticos do prefeito e vereadores.

“Os equipamentos agrícolas repassados à prefeitura não chegavam aos produtores rurais porque eram distribuídos com politicagem, apenas para os apadrinhados do prefeito e dos vereadores. Para se ter ideia tem famílias que possuem dois kits de casa de farinha, apenas porque eram amigas dos políticos do município. Agora, vamos fazer à distribuição as comunidades mais distantes que nunca foram atendidas. O projeto foi celebrado com a Asatejo, que é uma associação séria e vamos organizar para que os recursos do Governo beneficiem de verdade os produtores, independentemente de política”, desabafou.

O presidente agradeceu a distribuição de sementes de feijão realizada pelo Governo do Estado em 2011 que garantiu a maior safra de feijão dos últimos tempos, uma mostra de que se os produtores forem incentivados eles dão retorno com muito trabalho.

“Graças a Deus o STR de Marechal Thaumaturgo tem a credibilidade dos produtores rurais e a celebração deste convênio é a realização de um sonho. Vamos concluir nossa gestão a frente do Sindicato comemorando algumas conquistas. Vamos calar a boca de alguns políticos do nosso município que desacreditavam o nosso trabalho. No beiradão dos rios não temos nenhuma canoa nem um barco para atender nossos ribeirinhos adquiridos pela prefeitura. Mas, com apoio da deputada federal Perpétua Almeida, que é uma parceira dos produtores rurais, vamos entregar 11 barcos de alumínio, além de quatro casas de farinha padronizada doadas pelo governo do Estado, além deste convênio que celebramos agora. Em três meses vamos fazer o que o prefeito não fez em três anos”, ressaltou.

O presidente da Asatejo, João Panarruelo, comemorou a celebração do convênio agradecendo ao presidente do STR e ao governo do Estado que merecem o respeito dos produtores rurais pelo apoio prestado a classe.

“O governador Tião Viana e o secretário Edvaldo Magalhães estão de parabéns. Sempre

fomos marginalizados e perseguidos pelos poderosos de Thaumaturgo que trabalharam contra nossa candidatura na associação. Estamos tapando a boca dos que criticaram o governo do Estado. As comunidades mais distantes sempre ficaram desassistidas, mas agora, vamos levar apoio e equipamentos para estas comunidades. Esses equipamentos vão melhorar muito o trabalho dos pequenos agricultores da nossa região. Alguns dos nossos produtores não tem casa de farinha e precisavam usar seu motor de popa para conseguir produzir a farinha, então agradecemos muito ao governador Tião Viana pelo apoio”, disse.